

Lucia Silva
Jean Sales
Graciela Garcia
Organizadores

Capítulos de História da Baixada Fluminense

Ensino e Pesquisa
Volume 1



CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE



S É R I E

Estudos em História e Historiografia da Educação

Diretores da série:

Prof. Dr. José Edimar de Souza

(Doutor em Educação pela UNISINOS; Presidente da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul; Vice-presidente da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação; Membro do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul e Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão Educacional da UNISINOS).

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

(Doutora em Educação pela UFPEL; Coordenadora do Grupo de Trabalho História da Educação da ANPUH/RS. Membro do Conselho Fiscal da Associação Sul-Rio-Grandense de História da Educação. Professora e pesquisadora do IFRS – Campus Osório e do Mestrado Profissional em Educação).

Conselho Editorial e Científico:

Prof. Dr. Alberto Barausse

(Doutor em Educação - Università Cattolica del Sacro Cuore.
Professor e pesquisador da Università degli Studi del Molise - UNIMOL).

Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Jr.

(Doutor em História pela UNISINOS; Coordenador do Grupo de Trabalho em História da Educação da Associação Nacional de História - ANPUH. Professor e pesquisador da UFPR).

Profa. Dra. Dóris Bittencourt de Almeida

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do
Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS).

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

(Doutora em Educação pela PUCRS. Professora e pesquisadora do
Programa de Pós-graduação em Educação da UNISINOS).

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do
Programa de Pós-graduação em Educação da UFPEL).

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE

ENSINO E PESQUISA

VOLUME 1

EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

Organizadoras

Lucia Silva

Jean Sales

Graciela Garcia



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capítulos de história da Baixada Fluminense: ensino e pesquisa. – ed. rev. ampl. [recurso eletrônico] / Lucia Silva, Jean Sales e Graciela Garcia (orgs.). – Cachoeirinha : Fi, 2025.
v. 1 ; 268p.

ISBN 978-65-5272-118-1

DOI 10.22350/9786552721181

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História – Baixada Fluminense, RJ. I. Silva, Lucia. II. Sales, Jean. III. Garcia, Graciela.

CDU 930(815.31)

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

SUMÁRIO

Apresentação à segunda edição	7
<i>Jean Sales</i>	
Prefácio à segunda edição	11
<i>Amália Dias</i>	
Apresentação à primeira edição	15
<i>Lucia Silva</i>	
<i>Jean Sales</i>	
<i>Graciela Garcia</i>	
Prefácio à primeira edição	21
<i>Paulo Knauss</i>	
1	25
Da laranja ao golpe: a política iguaçuana e o golpe civil-militar	
<i>Allofs Daniel Batista</i>	
2	55
A construção da diocese de Nova Iguaçu e seu plano pastoral	
<i>Gabriel do Nascimento</i>	
3	79
Os comitês democráticos populares na baixada fluminense (1945-1947)	
<i>Henrique Buy dos Santos</i>	
4	107
O palco e a prosa: o cotidiano cultural nos bares iguaçuanos (1989-1996)	
<i>Leonardo de Freitas Onofre</i>	
5	133
Bayer e Belford Roxo: uma experiência industrial na Baixada Fluminense (1958-2008)	
<i>Maicon Sérgio Mota Carvalho</i>	
6	159
Nem escravos, nem leprosos ou imperador: uma breve análise sobre o surgimento de Queimados no século XIX	
<i>Maicon da Silva Carlos</i>	

7 **183**

Emancipação de São João de Meriti: processos, atores e questões

Carlos Eduardo Santos de Sousa

8 **211**

A mobilização pela posse da terra na Baixada Fluminense e os conflitos agrário-fundiários em Pedra Lisa

Alexander Gomes

9 **239**

Sugestões de usos na sala de aula

Lucia Silva

Apêndices **259**

Sobre os autores **263**

Material de apoio pedagógico **266**

APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO

Jean Sales

A primeira edição deste livro foi publicada em 2013 pela Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EDUR) em uma coleção intitulada “Licenciaturas em Perspectiva”, cujo objetivo era fomentar a formação de professores e discussão de temas relacionados aos cursos de licenciatura da universidade. No caso dos **Capítulos de história da Baixada**: Ensino e Pesquisa na Licenciatura de História do Campus de Nova Iguaçu, podemos facilmente afirmar que ele teve uma recepção extremamente positiva, se considerarmos que seus exemplares esgotaram rapidamente.

A proposta original do livro era e continua sendo simples e necessária. Basicamente, o material era formado por resumos das primeiras monografias de final de curso defendidas no curso de história do Campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Além dos textos dos jovens graduados, há um capítulo escrito pela professora Lucia Silva, no qual a autora apresenta proposta de uso em sala de aula a partir dos conteúdos temáticos dos capítulos do livro. Com esse formato, de um lado o livro torna públicos os resultados das pesquisas dos alunos, que, de outra forma, possivelmente jamais seriam conhecidos fora dos muros da universidade; e, de outro lado, disponibiliza um material que pode ser utilizado em sala de aula por professores e professoras do ensino fundamental e médio que queiram discutir a história da Baixada Fluminense.

A primeira edição é composta por seis capítulos. O primeiro, de autoria de Allofs Daniel Batista, trata da história política de Nova Iguaçu

durante o período ditatorial. O segundo texto, escrito por Gabriel Nascimento, é sobre a história da Diocese de Nova Iguaçu e suas relações com a política local. O capítulo seguinte, de autoria de Henrique Buy dos Santos, discute a presença dos Comitês Democráticos Populares na região. Já o quarto capítulo, escrito por Leonardo de Freitas Onofre, trata de aspectos culturais de Nova Iguaçu a partir da circulação de artistas nos bares da cidade. O penúltimo texto, de Maicon Sérgio Mota Carvalho, trata da instalação e desenvolvimento da fábrica da Bayer na região. E o último capítulo, intitulado “Sugestões de usos em sala de aula”, escrito pela professora Lucia Silva, como o próprio título indica, sugere como os professores e professoras podem utilizar os textos do livro em sala de aula.

As características mencionadas ajudam a explicar por que, desde que o livro teve sua primeira edição esgotada nas atividades que realizamos com professoras e professoras da Baixada Fluminense, tem sido constante o pedido para a disponibilização de uma nova edição que seja acessível tanto aos profissionais da educação quanto aos alunos interessados na temática. Do mesmo modo, também os discentes de cursos de licenciatura, particularmente os de história, têm demonstrado interesse em consultar o material.

A partir dessa demanda, decidimos fazer uma edição revista e ampliada do livro, agora apresentado como volume 1, na medida em que temos a pretensão de publicar novos volumes, formando uma coleção.

A nova versão, agora intitulada **Capítulos de história da Baixada Fluminense: Ensino e Pesquisa**, mantém a estrutura da anterior e incorpora três capítulos: um fruto de monografia de final de curso, um derivado de uma pesquisa de doutorado e o terceiro, desdobramento de uma dissertação mestrado do Programa de Pós-graduação em História da UFRRJ. Escrito por Carlos Eduardo Santos de Sousa, o primeiro discute o processo de emancipação do município de São João de Meriti. O segundo,

de Maicon da Silva Carlos, trata de aspectos da história do município de Queimados. O terceiro, de autoria de Alexander Gomes, tem como tema os conflitos fundiários na Baixada Fluminense a partir do caso da região de Pedra Lisa. Além disso, o texto da professora Lucia Silva que fazia parte da edição inicial foi atualizado, com o acréscimo de propostas de atividades didáticas para os novos capítulos incorporados à presente edição.

Por fim, é importante salientar que a reedição deste livro acontece no âmbito de um projeto mais amplo financiado pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), através do “Edital de apoio à melhoria das escolas da rede pública sediadas no estado do Rio de Janeiro”, que contempla a elaboração de materiais didáticos variados para auxiliar o trabalho dos professores e professoras em sala de aula. A partir desse projeto, saíram dois volumes do livro **A Baixada Fluminense e suas cidades**: uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região, publicados pela Editora Fi¹. Além dos livros, foram produzidos jogos educativos, *podcast*, exposições virtuais, videoaulas e bibliografia de apoio. O conjunto desses recursos pode ser consultado no Repositório Institucional e nas redes sociais do Centro de Documentação e Imagem (Cedim), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).²

Esperamos que este novo volume dos **Capítulos de História da Baixada Fluminense**, juntamente com o conjunto de recursos já mencionados, possa auxiliar os professores e professoras que pretendam trabalhar com a temática de história da região em suas aulas, bem como ser utilizado pelos alunos e alunas dos cursos de graduação da área de Ciências Humanas.

¹ Editora especializada em livros de acesso livre (<https://www.editorafi.org/catalogo>).

² Ver os materiais de apoio no Repositório Institucional do Cedim em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/20151>.

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Amália Dias ¹

Aulas espiraladas e notícias de jornadas.

É a partir dessas constatações que situo a experiência de estudo desta publicação.

É dos lugares de “nascida e criada” na Baixada Fluminense e de historiadora da educação local que a minha leitura de “Capítulos da história da Baixada Fluminense” observa, com muita satisfação, que estou diante de exemplar que registra a *história da escrita da história* e a *história da educação* experimentadas por docentes e discentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especialmente, no campus de Nova Iguaçu.

História da escrita da história. Esta é uma expressão mais recentemente utilizada nos debates sobre as trajetórias e as bibliografias produzidas pelos pesquisadores da história e que, nem sempre, pretende se confundir com a outra expressão, mais canônica, chamada de *historiografia*. Pois foi aquela expressão que me alcançou na retomada do presente livro.

Sim, retomada. Porque estou entre os contemplados com a cobiçada primeira edição, que figura numa das minhas prateleiras de publicações sobre a história da Baixada Fluminense.

Considero necessário situar, como pesquisadora do campo da história da educação da Baixada Fluminense que, desde 2013, a obra

¹ Professora Associada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, unidade da UERJ em Duque de Caxias. Vice-líder do Grupo de Pesquisas Estudos de História da Educação Local (EHELO) e Membro permanente do Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas.

surgiu como registro da história da escrita da história produzida acerca do território da Baixada Fluminense.

A historiografia sobre a Baixada Fluminense é bastante anterior aos primeiros estudos monográficos produzidos naquele campus, mas é imperioso registrar que a escrita acadêmica da história da Baixada Fluminense também alcançou capítulos inscritos naquela instituição, nos estudos de graduação e de pós-graduação.

Mesmo uma década após a primeira edição é oportuno destacar a inovação presente na proposta editorial, ao priorizar resultados de pesquisas monográficas de discentes da graduação em história, curso que havia começado em 2006, ainda nas salas de aula do Colégio Municipal Monteiro Lobato.

Assim, o livro tem sua importância pela relevância do conhecimento produzido sobre a história do território, mas é, também, uma fonte sobre a história da educação experimentada naquela Universidade, sobre os processos de socialização do conhecimento acadêmico, da pesquisa científica, da formação de professores, onde houve confluências entre produção do conhecimento, território, sujeitos e a rede de educação escolar básica.

Ademais, atualmente, ainda causa surpresa, ainda é pouco comum, acessarmos obras editoriais que entregam a um público amplo os resultados de pesquisas de monografias orientadas em cursos de graduação. Essa é outra lição importante, pois a formação inicial de professores é valorizada na confluência com a formação de pesquisadores. E seguindo sendo fonte sobre a história da educação promovida e experimentada na universidade pública, a edição agora revista e ampliada dá mostras da continuidade dos estudos em trabalhos de mestrado e doutorado, noticiando novas jornadas.

A obra segue sendo mestra. Ensina sobre o interesse na formação continuada de professores da região, ao ser recurso de promoção e ampliação do alcance do que é produzido na Universidade junto à rede de escolas, produzindo, assim, ações e reflexões sobre a história ensinada.

A indissociabilidade entre pesquisa, ensino e estágio supervisionado obrigatório está sobejamente demonstrada não apenas na concepção e destinação do livro, mas no capítulo de autoria de Lúcia Silva - “Sugestões de uso na sala de aula” - em que os professores encontram subsídios para o ensino de história da Baixada Fluminense a partir dos conteúdos de todos os capítulos do livro. Nesse sentido, a função de disseminação do conhecimento acadêmico produzido foi ampliada e incentivada a partir do material de apoio aos docentes.

Os acertos dos caminhos historiográficos, editoriais e pedagógicos da obra se avolumam não somente pela publicação de uma nova edição revista e atualizada, mas pela transformação do “Capítulos” no primeiro volume que, portanto, já anuncia que uma nova Coleção irá ampliar a divulgação da historiografia sobre a Baixada Fluminense.

Assim, por reunir os valiosos conteúdos resultantes de pesquisas acadêmicas e entrelaçar lições sobre a função social da universidade na formação inicial e continuada de docentes, é que, aulas espiraladas e notícias de jornadas fazem dos “Capítulos da história da Baixada Fluminense” um clássico severamente atual. Certamente continuará sendo um livro almejado em as prateleiras físicas e nos armazenamentos digitais dos muitos interessados pela história ensinada por sujeitos *na e para* a Baixada Fluminense, colecionando leitores, práticas de pesquisa e de ensino.

APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Lucia Silva

Jean Sales

Graciela Garcia

Este livro é formado por um conjunto de textos que são resumos das primeiras monografias apresentadas por alunos do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Nova Iguaçu. São monografias inovadoras, tanto nos temas (por desvelar processos históricos ainda não estudados pela historiografia) quanto pelas fontes utilizadas. São pesquisas inéditas que ampliam o conhecimento da história local. Cada capítulo é composto do resumo de uma monografia.

Ao lado desses resumos, o livro conta também com um conjunto de sugestões de atividades para seu uso dentro de sala de aula. Assim, os textos podem ser trabalhados isoladamente, apenas pelo conteúdo da pesquisa, ou articulado aos currículos de História dos ensinos fundamental e médio, através das sugestões apresentadas.

O livro tem por objeto a História da Baixada Fluminense na segunda metade do século XX. O sentido desse recorte deu-se em função de se buscarem temas próximos à realidade dos estudantes da educação básica na região onde está situado o campus da UFRRJ, na medida em que a obra foi pensada para ser distribuída nas escolas municipais e estaduais (Metropolitana 1) de Nova Iguaçu, como parte integrante do projeto de Estágio desenvolvido pelo corpo docente do curso.

A ideia inicial era utilizar o livro como recurso para se desenvolver dentro das escolas (educação básica), a partir das atividades pedagógicas propostas no projeto do Estágio Supervisionado do curso, uma

aproximação com várias temáticas circunscritas à História da Baixada, mais especificamente com a História de Nova Iguaçu.

Fugindo da concepção de uma história tradicional cronológica, “petrificada nos manuais que se confundiu com a história do poder” (Davies, 2001), a Licenciatura em História articula efetivamente o ensino (as maneiras de ensinar) e a pesquisa (a construção do conhecimento) de forma que a construção do conhecimento histórico seja ressaltada, levando-se em consideração a realidade social dos estudantes.

O livro é produto da atuação da comissão de estágio do curso, cujo objetivo é promover maior inserção da universidade com as redes de ensino da Baixada, não só aumentando a sua participação nas atividades de apropriação pedagógica feitas pelos estudantes das diversas escolas locais, mas também tornando o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, em instrumento que viabilize a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Esta obra está dividida em seis capítulos. O primeiro, intitulado “Da laranja ao golpe militar: política iguaçuana e o golpe civil-militar”, percorre a política institucional/formal de Nova Iguaçu desde o século XIX, buscando desvelar as permanências e instabilidades da política local. O segundo, “A construção da Diocese de Nova Iguaçu e seu Plano Pastoral”, trata do processo de constituição da Diocese de Nova Iguaçu, ressaltando os aspectos do planejamento pastoral, através da atuação dos agentes pastorais. Através da atuação da Diocese, a Igreja Católica mudou a forma de leitura da realidade da Baixada, alterando significativamente a relação entre questões sacras e terrenas na região.

Já o terceiro capítulo, “Os Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-47)”, centra-se na atuação do Partido Comunista através dos Comitês Democráticos Populares, na Baixada

Fluminense. A aproximação com os moradores e suas associações vislumbra a articulação entre o partido e uma forma de leitura e condução da resolução dos problemas (urbanos) locais.

Em “O palco e a prosa: o cotidiano cultural nos espaços dos bares iguaçuanos”, o assunto é o Daniel’s Bar em Nova Iguaçu (1989-96), ponto de encontro de intelectuais, pensadores, artistas e produtores culturais. O bar foi referência para uma geração da Baixada Fluminense como espaço de sociabilidade e de cultura.

O quinto capítulo, “Bayer e Belford Roxo: uma experiência industrial na Baixada Fluminense (1958-2008)”, analisa o processo de instalação da multinacional Bayer, fábrica do ramo químico, em Belford Roxo, na época distrito de Nova Iguaçu. A construção da fábrica é articulada a várias transformações, seja a da esfera da economia regional com o fim da citricultura, seja a da esfera da estrutura urbana com a construção da rodovia Presidente Dutra e da avenida Brasil, a vila residencial da fábrica, ou ainda a vinda de milhares de migrantes para a região da Baixada.

No último capítulo, “Sugestões de usos dos textos em sala de aula”, Lucia Silva sugere como utilizar os resumos das monografias dentro dos conteúdos dos currículos de História. As atividades propostas visam ampliar o repertório dos textos, buscando com isso apontar para novas possibilidades de seu uso em sala de aula. A intenção é permitir que cada texto seja trabalhado de múltiplas formas, inclusive aquelas menos usuais, mas sempre muito próximas da realidade do estudante.

Duas premissas permeiam esse capítulo. A primeira envolve a discussão sobre a função do estágio na formação do professor e a relação dessa formação no exercício profissional, onde ocorre a construção do conhecimento pelo estudante do ensino básico. Ensinar História, segundo Karnal, “é uma atividade submetida a duas transformações

permanentes: a do objeto em si e a da ação pedagógica” (Karnal, 2008, p. 8); é no estágio que essas duas ações são exercitadas de forma supervisionada, pois é no momento do estágio que o futuro professor experimenta socialmente e põe em prática o conhecimento teórico (histórico e pedagógico) que adquiriu ao longo de sua formação e se prepara para ultrapassá-lo, transformando o objeto em si (a História) em instrumento de transformação social, tal como apontou Monteiro (2001, p. 21):

Aquilo que ele ensina somente se tornará conhecimento de um processo emancipador para seus alunos se for resultado de um processo onde ambos utilizam o conhecimento de forma autônoma como instrumento para compreensão e ou transformação do contexto histórico-social. Esse é um pré-requisito essencial para que seja possível desenvolver a consciência política desse professor, capacitando-o a uma ação transformadora. *Não se muda o que não se conhece* (grifo nosso).

Mudar o que se conhece, entre muitas coisas, significa ratificar que o conhecimento produzido em sala de aula é antes de tudo um posicionamento dos sujeitos diante de algumas circunstâncias, e isso pressupõe uma leitura de mundo. Para ser vivida, essa segunda premissa necessita de um conhecimento prévio da realidade e do reconhecimento de que esse conhecimento é produto de um processo em constante mutação.

O momento do estágio na formação dos professores de história formados na Rural de Nova Iguaçu apresentou vários desafios, principalmente por ter como objetivo colocar em prática o que se aprendeu. Entre as muitas dificuldades, destacam-se a falta de conhecimento da história local e a transformação desse conhecimento em recurso pedagógico, desafiando o grupo a criar estratégias que viabilizassem a consecução de uma formação comprometida com a transformação social. Pensando a pesquisa em suas duas faces, como

instrumento de construção de conhecimento e condição investigativa (principalmente na educação básica), foi delineado este livro.

Os temas dos capítulos percorrem a História política, cultural, econômica e social de uma região que é conhecida pela mídia através das notícias de violência e da falta de estrutura urbana, além dos desastres ambientais. O trabalho dos licenciados, fruto de uma graduação que não dissocia a dimensão ensino da dimensão pesquisa, visa antes de tudo desmistificar essa leitura hegemônica da região, apresentando uma história de luta e de muitas vitórias, ressaltando a sensibilidade de uma população que veio de vários estados do Brasil para “fazer a sua vida” e, ao fazê-la, construiu também a Baixada Fluminense.

Referências

DAVIES, Nicholas (org.). **Para além dos conteúdos no ensino de história**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceito, práticas e propostas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de história: das dificuldades e possibilidades de um fazer. In: DAVIES, Nicholas (org.). **Para além dos conteúdos no ensino de história**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

*Paulo Knauss*¹

Este livro deve ser saudado por muitos motivos que valorizam sua leitura. O primeiro deles é a qualidade da pesquisa histórica empreendida ao evidenciar dimensões e aspectos da história a partir do levantamento de fontes e fatos e submetê-los a um quadro de análise que permite caracterizar o processo social. Os estudos reunidos apresentam uma abordagem atualizada com as tendências da historiografia contemporânea.

Sem dúvida, porém, o motivo que mais instiga a leitura é o interesse que desperta pela história da Baixada Fluminense, do passado agrário à atualidade industrial. Os capítulos se caracterizam como um conjunto de ensaios que se encarregam de enfocar aspectos da economia, da vida religiosa, da organização social e da sociabilidade cultural na Baixada Fluminense, especialmente a partir do município de Nova Iguaçu, oferecendo um panorama histórico abrangente. Contudo, ao leitor atento fica evidente que é a mirada política que articula a interrogação de fundo proposta pelos diferentes ensaios reunidos.

O resultado é uma contribuição importante por dar destaque ao lugar que a Baixada Fluminense ocupa na história estadual, dominada pelo enfoque na história da capital e dos centros urbanos mais antigos. A importância demográfica, econômica, cultural e política da Baixada Fluminense ainda é pouco conhecida e debatida pela sociedade fluminense em geral. Por se tratar de uma das regiões mais dinâmicas

¹ Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

do estado do Rio de Janeiro na atualidade, o conhecimento sobre a história da Baixada Fluminense é fundamental, especialmente neste momento em que se assiste a uma mobilização de diversos setores da sociedade e do estado para renovar as bases do desenvolvimento estadual e de promoção da integração de suas diversas regiões. Além disso, a Baixada Fluminense e seus diversos municípios são elementos importantes no processo de integração da região metropolitana do Rio de Janeiro, um dos principais conglomerados urbanos do país.

Por outro lado, cabe salientar que este livro se valoriza também no contexto da pesquisa histórica realizada no Brasil atual. O estado do Rio de Janeiro é hoje um dos centros de maior produção historiográfica no Brasil: possui 12 programas de pós-graduação na área de História e reúne ao menos 12 Institutos Históricos e Academias de História municipais ativos, além do congênere estadual de modo integrado ao sistema liderado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A produção cultural e editorial favorece igualmente a maior difusão de livros sobre a história no estado do Rio de Janeiro. Contudo, esse potencial que a pesquisa histórica revela não necessariamente se traduz numa contribuição efetiva para a renovação da história local e regional. De resto, o padrão imposto pela formação universitária nem sempre anda junto com a promoção de estudos abrangentes, valorizando antes os recortes monográficos e os estudos de caso. Isso não representa necessariamente o interesse do leitor comum não especializado e tampouco dá visibilidade ao conjunto de pesquisas desenvolvidas e aos diálogos historiográficos implícitos. Este livro apresenta, assim, uma feliz integração de ensaios de diversos autores que se dedicaram a estudos particulares, mas que juntos oferecem um panorama geral da história da Baixada Fluminense original e interessante.

É preciso salientar, contudo, o fato de que este livro marca a importância que os estudos históricos adquiriram no processo de afirmação institucional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e de sua configuração recente como universidade pública da Baixada Fluminense. Nesse contexto, tomar a Baixada Fluminense como objeto de estudo e pesquisa confere marca tanto ao curso de graduação como ao de mestrado da UFRRJ, traduzindo o compromisso institucional com sua inserção na ordem social local. O fato de este livro estar dirigido para o público de professores e alunos da educação básica das escolas da Baixada Fluminense é apenas outra face desse compromisso social da universidade. Trata-se efetivamente de uma demonstração de que a universidade pode fazer a diferença na sociedade ao comprometer-se com a construção e a difusão de conhecimento original.

DA LARANJA AO GOLPE: A POLÍTICA IGUAÇUANA E O GOLPE CIVIL-MILITAR

Allofs Daniel Batista

Nova Iguaçu está “a um passo da Cidade do Rio de Janeiro”, conforme declarou o senador Nelson Carneiro¹, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) fluminense. A cidade, em meados dos anos 1970, viu surgir movimentos sociais que repercutiram não apenas no estado do Rio de Janeiro, mas em todo o país².

Com mais de um milhão de habitantes e com uma grande quantidade de problemas de infraestrutura, Nova Iguaçu beirava a calamidade em boa parte de seu extenso território. Isso ficou bastante claro para nós no relato que o referido senador deixou registrado ao subir à tribuna do Senado Federal e proferir, entre tantas outras constatações, que:

¹ SENADO FEDERAL – Portal Publicações: “NOVA IGUAÇU: Discorrendo sobre os problemas do Município de _; disc. do Sr. Nelson Carneiro”. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anaais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=2&Ano=1975&Livro=1&Tipo=9&Pagina=174> continua nas páginas 175, 176 e 177. Acessado em: 11 out. 2008.

² Uma grande quantidade de trabalhos tem abordado esse tema, por isso não pretendemos aprofundá-lo, mas deixamos referência de algumas obras que, em maior ou menor medida, se dedicam ao período e aos movimentos sociais surgidos em meados dos anos de 1970, alguns anteriores a isso, na Baixada Fluminense e de maneira expressiva em Nova Iguaçu: ALVES, José Cláudio de Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH - CLIO, 2003; CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. **O município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964-1985**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). **Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense/Bráulio Rodrigues da Silva**. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008; PINHEIRO JUNIOR, Jefte da Mata. **A formação do PT na Baixada Fluminense**: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: UFF, 2007; RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – ‘90s)**: Economia e Território em Processo. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006; SOUZA, Sonali Maria de. **Da laranja ao lote**: transformações sociais em Nova Iguaçu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1992; entre outros.

Nova Iguaçu, hoje, tem mais de um milhão de habitantes, sendo [a] oitava cidade, em população de todo o Brasil. Mas, há dez anos passados, possuía apenas 500 mil; e, há vinte anos, não mais do que 250 mil! Isso quer dizer que a população de Nova Iguaçu duplica a cada dez anos!

Tudo — absolutamente tudo — em matéria de infraestrutura, falta àqueles patrícios nossos! [...] E isso, srs. senadores, a um passo da cidade do Rio de Janeiro, capital cultural do Brasil!

Com a fusão [dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara], Nova Iguaçu passou a ser o segundo núcleo populacional do novo estado do Rio de Janeiro, apenas superado pela capital do estado, a belíssima Cidade de São Sebastião. [...] A importância econômica e humana de Nova Iguaçu no contexto fluminense, mesmo brasileiro, é de tal monta que todos os seus problemas não podem continuar a ser considerados do estrito ponto de vista municipal ou estadual³.

Isso nos fez observar a situação política na cidade e perceber que os anos anteriores a 1975 haviam sido de grande instabilidade no Executivo Municipal. Tendo por baliza o discurso do senador, perseguimos as sucessivas alterações na prefeitura até alcançar uma data que inaugurava tal série de mudanças em agosto de 1964.

Corroborar conosco, no que toca a essa instabilidade política no Executivo Municipal, a edição do jornal **Correio da Lavoura** de 26 de outubro de 1975, que a destaca na oportunidade da posse de João Batista Barreto Lubanco:

ONZE PREFEITOS EM ONZE ANOS: Do dia 27 de agosto de 1964 a esta parte o Município de Nova Iguaçu já foi dirigido por onze prefeitos, incluindo os interventores. Naquela data, substituindo o Prefeito Aluísio Pinto de Barros (eleito pelo povo) assumiu a Prefeitura de Nova Iguaçu o Sr. João Luiz do Nascimento.

Depois do Sr. João Luiz do Nascimento, as sucessivas administrações acompanharam a relação que se segue: José de Lima (Presidente da Câmara), Joaquim de Freitas (Interventor Estadual), Ary Schiavo (eleito), José Nain

³ SENADO FEDERAL – Portal Publicações: “NOVA IGUAÇU: Discorrendo sobre os problemas do Município de _; disc. do Sr. Nelson Carneiro”. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Editado.asp?Periodo=2&Ano=1975&Livro=1&Tipo=9&Pagina=174> continua nas páginas 175, 176 e 177. Acessado em: 11 out. 2008, p. 175 e 176.

Fares (Presidente da Câmara), Antônio Machado (vice), Nagi Almawy (Presidente da Câmara), João Ruy de Queiroz Pinheiro (Interventor Federal), Bolivard Gomes Assumpção (eleito), Joaquim de Freitas (eleito) e João Batista Barreto Lubanco (vice)⁴.

Parece que os contemporâneos passariam a se preocupar com tal situação, e que o problema da instabilidade começara a incomodar, como denota a matéria citada. Dr. Lubanco permanece até o final do mandato (31/01/1977) e dá espaço para João Ruy de Queiroz Pinheiro reassumir a prefeitura, agora pelo voto direto,. Ele, que havia sido o segundo interventor da cidade e governou entre 1969 e 1971, governará novamente, desta vez de 1979 a 1983, ou seja, até o final do bipartidarismo.

Cumprindo o mandato até o final, tornou-se o primeiro a ter os quatro anos inteiramente cumpridos desde o início do regime militar. O Professor Ruy atravessará o retorno do pluripartidarismo, em 1979, com a extinção da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, e concluiu seu mandato em janeiro de 1983 pelo recém-criado Partido Democrático Social (PDS)⁵. Apesar de não termos enfatizado como se deram os processos de sucessão, devemos relembrar que em nenhum dos casos a alternância ocorreu em momentos de tranquilidade política, estando a vida política da cidade sempre sob tensão.

Para encontrarmos a estável rotatividade democrática das eleições e dos mandatos municipais, perseguimos as informações acerca dos prefeitos até 1983, ao fim da gestão do Professor Ruy. Resta-nos encontrar a mesma estabilidade antes de 1964.

⁴ JOAQUIM DE FREITAS renuncia e a crise política no município parece contornada. Lubanco é o novo prefeito. **Correio da Lavoura**, 26 de outubro de 1975, p. 1.

⁵ LUBANCO passa o bastão. **Correio da Lavoura**, 20 de fevereiro de 1977, p. 1 e 3. O CONTRASTE na festa da Prefeitura: Partido do Governo se fortalece mas o povo protesta nas ruas. **Correio da Lavoura**, edição de 10 de fevereiro de 1980, p. 1-2.

O primeiro prefeito eleito e com mandato integralmente cumprido antes de 1964 foi o advogado Sebastião Arruda Negreiros (1947-1951)⁶. A investigação sobre o período anterior a essa data foi dificultada pelo fato de o Brasil estar sob o regime do Estado Novo, e o Rio de Janeiro sob o governo do comandante Amaral Peixoto. Nesse período existia a figura do interventor, ou seja, os prefeitos eram nomeados pelo governador e não havia eleições diretas para o cargo de prefeito. Em decorrência disso, resolvemos considerar apenas o período democrático, desde 1945 até 1964. Com o fim do Estado Novo, o prefeito de Nova Iguaçu é escolhido pela população na eleição de outubro de 1947, tomando posse imediatamente.

Desde o governo de Sebastião Arruda Negreiros até 1964, foram cinco prefeitos eleitos e somente o quinto deles não concluiu o mandato, tendo deixado o cargo em agosto do ano do golpe. O governo de Sebastião Arruda Negreiros marca o fim da política estadonovista e o início da democracia e do pluripartidarismo reestabelecido com a constituição de 1946. Ou seja, foram pouco menos de 20 anos de estabilidade política no contexto que antecedeu ao golpe civil-militar de 1964. Essas informações estão ilustradas na tabela a seguir.

Tabela 1 – Prefeitos de Nova Iguaçu (1947-1983)

Prefeito	Mandato	Acesso ao cargo	Partido
Sebastião Arruda Negreiros	18/10/1947- 30/01/1951	Eleito	UDN
Luís Guimarães	31/01/1951- 30/01/1955	Eleito	UDN
Ary Schiavo	31/01/1955- 30/01/1959	Eleito	PSD
Sebastião Arruda Negreiros	31/01/1959- 30/01/1963	Eleito	UDN

⁶ VENCEU O DR ARRUDA NEGREIROS com 6.429 votos dos iguassuanos. **Correio da Lavoura**, 12 de outubro de 1947, p. 1.

Aluizio Pinto de Barros	31/01/1963- 26/08/1964	Eleito	PTB
João Luiz do Nascimento	27/08/1964- 14/09/1966	Vice-Prefeito	PSD/Arena
José de Lima	15/09/1966- 16/10/1966	Presidente da Câmara	Arena
Joaquim de Freitas	17/10/1966- 30/01/1967	Interventor	Arena
Ary Schiavo	31/01/1967- 09/07/1967	Eleito	MDB
Antônio J. Machado	10/07/1967- 14/08/1967	Vice-Prefeito	MDB
José Nain Fares	15/08/1967- 13/11/1967	Presidente da Câmara	Arena
Antônio J. Machado	14/11/1967- 16/10/1968	Vice-Prefeito	MDB
Nagi Almawy	17/10/1968- 24/02/1969	Presidente da Câmara	MDB
João Ruy de Queiroz Pinheiro	25/02/1969- 31/01/1971	Interventor	Arena
Bolivard Gomes de Assumpção	31/01/1971- 30/01/1973	Eleito	Arena
Joaquim de Freitas	31/01/1973- 20/10/1975	Eleito	Arena
João Batista B. Lubanco	21/10/1975- 31/01/1977	Vice-Prefeito	Arena
João Ruy de Queiroz Pinheiro	01/02/1977- 31/01/1983	Eleito	Arena/PDS

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Livros de Ata da CMNI, anos de 1943-1977. **Correio da Lavoura**, diversas edições.

Demonstrando o que acabamos de afirmar, a Tabela 1 indica que desde a segunda metade da década de 1940 até o golpe militar de 1964 se estabeleceu uma aparente rotina política, de mandatos estáveis no que tange ao seu cumprimento pelos prefeitos eleitos. Observe-se, em oposição ao período anterior, que na área em destaque encontramos nove nomes que se revezaram à frente do Executivo Municipal nos anos que compreendem de 1964 até a posse de Ruy de Queiroz em 1969. Destacamos, em negrito, o início e o fim do período que identificamos

como de maior rotatividade no poder executivo municipal. Daí nossa questão: o que causou tamanha instabilidade política em Nova Iguaçu?

A resposta um tanto óbvia seria apontar para o regime que se estabeleceu em abril de 1964. Mas é produtivo considerar apenas essa variável, visto que no período foi possível observar duas intervenções federais em um universo de nove? Qual a motivação das outras sete alterações no executivo municipal? Como essa instabilidade se deu numa cidade de tão grande porte e limítrofe ao estado da Guanabara? Dá para crer que o governo dos militares não percebeu que havia tal instabilidade num local de tão grande contingente populacional, indústria química e metalúrgica, reservas hídricas, ferrovias e rodovias importantes para o estado e o país? Como não nos pareceu possível explicar o processo através de uma falha estratégica por parte dos militares, consideramos necessário analisar mais atentamente o caso.

Política local e seus personagens

É preciso ressaltar que a pesquisa realizada se tornou mais árdua em decorrência da escassez de referências bibliográficas sobre a história do período na região de Nova Iguaçu, sobretudo sua história política. Simplesmente inexistem obras que apresentem as personalidades políticas iguaçuanas para o século XX. Há, em certa medida, um vazio historiográfico no que se refere à biografia das personagens históricas e políticas da cidade, sobretudo no período que compreende os anos de 1940 a 1970, ainda que, nos textos que adotamos como material de apoio, encontrem-se referências a alguns políticos do

período imperial e da primeira república, com frequente destaque para a família do Comendador Soares⁷.

A baixa produção bibliográfica pode ser também resultado da escassez de estudos sobre certos aspectos da história de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, quadro que felizmente vem se alterando sobremaneira desde a chegada do campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na cidade e de seu curso de Licenciatura em História, bem como da implantação do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição.

Porém não podemos negligenciar a presença de dois representantes do período compreendido entre 1930 até o fim de suas carreiras. Referimo-nos a Mário Guimarães e Getúlio Barbosa de Moura, personalidades políticas centrais para a cidade de Nova Iguaçu. Desde os anos iniciais da década de 1930, eles exerceram suas lideranças políticas em posições antagônicas, o que se manteve durante toda a carreira de ambos, independentemente do regime político em vigor. Esse antagonismo constituiu um fenômeno à parte, que demanda a realização de outros estudos fora do escopo do nosso Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Batista, 2011).

Pudemos identificar seus líderes não apenas por suas carreiras políticas, mas pela reivindicação de suas autoridades, feita pela imprensa local em momentos de crise política municipal, como podemos observar em uma passagem da publicação, de abril de 1967, transcrita a seguir:

Para alguns observadores, a situação política de Nova Iguaçu encontra-se numa fase de verdadeira incompreensão, insegurança e alvoroço, devido à falta de liderança, desde que *duas grandes forças* abandonaram suas

⁷ BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (org.). **Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.

posições, isto é, o sr. *Mário Guimarães* e o sr. *Getúlio de Moura* que, mal ou bem, eram *líderes respeitados das correntes partidárias deste Município*⁸ (grifos nossos).

O colunista João Barbosa, que teceu comentários sobre a vida política e social iguaçuana em sua coluna “Notícias 1967” do jornal **Correio da Lavoura**, não deve nos levar a crer que os dois “líderes respeitados” perderam seus espaços de atuação ou se enfraqueceram politicamente. De maneira diferente, entendemos que a crítica, publicada no momento de instabilidade política, é um apelo para que tornem a intervir mais diretamente, posto que ambos então atuassem em esferas políticas superiores ao município. Mário Guimarães, então filiado à Arena (Aliança Renovadora Nacional, partido político de apoio ao regime militar), prestava consultoria jurídica ao governador do estado do Rio de Janeiro e Getúlio de Moura atuava como deputado federal, pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição ao regime).

Para termos uma mostra da influência de ambos os líderes, apresento aqui suas carreiras políticas, além dos postos ocupados enquanto chefes da política local. Nos pleitos municipais, principalmente no período compreendido entre 1947 até 1966, ambos estiveram sempre à frente do processo político, influenciando nas campanhas e construindo alianças políticas. Esse protagonismo nos leva a identificá-los como líderes da política local. Além destes, apresentamos outros aspectos das carreiras dos dois nas tabelas que se seguem.

⁸ “NOTÍCIAS 67”, **Correio da Lavoura**, 23 de abril de 1967. p. 7.

Tabela 2 – Origem, profissão e partidos políticos dos líderes iguaçuanos

Nome	Nascimento/ Data	Nascimento: (Cidade / Estado)	Falecimento: Data	Falecimento: Local (Cidade / Estado)	Profissão	Partidos
Getúlio Barbosa de Moura	10/06/1903	Itaguaí/RJ	10/06/1981	Nova Iguaçu/RJ	Advogado	PSD – MDB
Mário Guimarães	07/04/1908	Rio de Janeiro/RJ	26/10/1991	Nova Iguaçu/RJ	Advogado, Procurador e Delegado	UDN – ARENA

Fontes: *Correio da Lavoura* e site da Câmara dos Deputados Federais, biografias dos deputados.

Tabela 3 – Carreiras políticas dos líderes iguaçuanos

Nome	Vereador	Presidente de Câmara de Vereadores	Prefeito	Deputado Estadual	Deputado Federal	Candidato a Governador	Ministro de Estado
Getúlio Barbosa de Moura	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Mário Guimarães	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não

Fontes: *Correio da Lavoura* e site da Câmara dos Deputados Federais, biografias dos deputados.

Políticos de carreira consolidada na Era Vargas, Getúlio de Moura apoiando o governo e Mário Guimarães na oposição, eles conheceram o auge de suas carreiras nos anos 1945-1955. Ainda donos de grande prestígio, passam a ceder espaço a novos grupos que iniciaram a carreira política em Nova Iguaçu na sua fase democrática. Isso fica bastante evidenciado com as perdas que ambos sofreriam no município em seus projetos mais ambiciosos.

Getúlio de Moura foi derrotado no seu município base em campanha ao governo do estado, em 1958⁹, recebendo apenas 17.979 votos em um total de 62.724 votantes. Ele, que recebera votação maior

⁹ TERMINOU terça-feira a apuração das eleições neste município, *Correio da Lavoura*, 26 de outubro de 1958. p. 1-2.

em pleito anterior para o cargo de deputado federal, não contava sofrer tal derrota em seu município. Já Mário Guimarães tentou o Senado Federal em 1962 e sofreu o mesmo desgosto que seu opositor, perdendo em seu próprio colégio eleitoral e ficando em terceiro entre os candidatos ao Senado do município naquele pleito.

As derrotas, comuns na trajetória de qualquer personalidade política, nesse caso indicam o início do declínio da influência efetiva dos dois políticos iguaçuanos. No caso de Getúlio de Moura, em sua derrota no pleito para governador, chama atenção uma nota *post mortem*¹⁰ à memória de Mário Guimarães, que faz alusão ao enorme esforço que fizera para costurar a aliança improvável de PTB com UDN na candidatura que derrotaria Getúlio naquele ano. A nota ressaltada se torna melhor testemunho da oposição entre ambos e a polaridade política local:

Lembro-me dele [Mário Guimarães] como um dos líderes da União Democrática Nacional, partido que fazia oposição sistemática à ditadura que acabara de ser deposta [...] o Partido Social Democrático, nitidamente do centro. A esquerda deste o Partido Trabalhista Brasileiro, que era o do caudilho deposto, o grande líder populista Getúlio Vargas.

Por outro lado, rivalizavam em Nova Iguaçu duas lideranças antagônicas: representando o partido centrista, o dr. Getúlio de Moura; a extrema direita era comandada por ele, o grande advogado Mário Guimarães. E não eram adversários que pugnassem com luvas de seda. Pois sim: o pau quebrava forte. Era impossível ser amigo dos dois ao mesmo tempo. Nem frequentavam o mesmo ambiente. Convidar um deles para uma festa era excluir o outro e, em certa época, chegou mesmo a parecer que a violência se manifestaria, tamanha ojeriza política.

Aproximando-se o final do governo Miguel Couto, por volta de 1958, parecia claro que o partido dos denominados amaralistas — fortemente majoritário

¹⁰ A nota é assinada por Ronaldo Machado, autor identificado como amigo de Mário Guimarães. Ele escreve três notas dessas, cada uma contando uma passagem curiosa sobre a carreira de Mário, ora enquanto político, ora como advogado. Não foi encontrada nenhuma referência a Ronaldo Machado na documentação investigada.

— forneceria o novo governo, como já acontecera nos pleitos anteriores. Tudo caminhava nesse sentido, até que se conheceu o novo candidato: era o dr. Getúlio de Moura, líder do partido governista em Nova Iguaçu. Para a facção municipal contrária, isso constituía uma ofensa imperdoável, a derrota definitiva, o sepultamento em vida. Como sobreviver politicamente? *Como admitir o adversário de toda uma vida muniado de poderes esmagadores? Que fazer?*¹¹

O articulista conclui seu relato, depois da ênfase na incompatibilidade de ambos e no impasse político: “Sabem o que aconteceu leitores? Pela primeira e única vez na vida e nas inconstâncias da vida política a solução foi o absurdo: ESQUERDA e DIREITA se uniram para engolir o CENTRO”¹².

Nossa primeira suposição foi que Mário Guimarães faria o possível para derrotar a candidatura de Getúlio e a união da “ESQUERDA E DIREITA” nos pareceu uma urdidura política com esta intenção. A confirmação de nossa hipótese está no relato de Francisco Amaral, ex-Vice Governador do Rio de Janeiro (1987/88) e interventor em Nova Iguaçu a partir de 1988. Em entrevista que concedeu ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC ele relata sua participação na campanha de Getúlio de Moura pelo interior do Estado e sobre aquele contexto político afirma:

*Na UDN Mário Guimarães, Jorge Loretti e Paulo Araújo, os dois primeiros detentores de invejável cultura jurídica, além de políticos experimentados, conseguiram levar o partido a se aliar ao PTB, e assim, apesar da oposição de Carlos Lacerda, Raul Fernandes e Prado Kelly, formou-se a chapa Roberto Silveira para governador e Paulo Araújo para vice. Segundo soube, Mário Guimarães e Saramago Pinheiro foram artífices dessa costura política.*¹³

¹¹ATÉ LOGO Dr. Mário (1), **Correio da Lavoura**, 15 de novembro de 1991. p. 2 [grifos nossos].

¹²Idem.

¹³AMARAL, Francisco. Francisco Amaral (Depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001 [grifos nossos].

A nossa interpretação sugere que, a partir de finais dos anos 1950, esses dois políticos passaram a perder parte de seu prestígio local, muito em virtude das mudanças que a própria cidade estava passando. A chegada de milhares de pessoas todos os anos, a alteração na estrutura de um mundo rural/agrário para o urbano/industrial que se processou ao longo dos anos, tiveram papel decisivo e seus impactos passariam a ser sentidos na vida política. Nesse contexto, em meados dos anos 1960 estaria estabelecida na cidade, em decorrência de diversos fatores, uma grave crise política.

Nesse momento, na mesma edição do **Correio da Lavoura**, encontramos, em matéria de capa, outro comentário sobre a ausência de seus líderes e a presença de “politiqueiros” no contexto de perturbação da política local. “Arauto”, pseudônimo recorrente nas matérias de capa do **Correio da Lavoura** para discorrer sobre a política local, apresenta os seguintes “fatos lamentáveis”.

Após um pleito que reformara a maioria dos representantes do povo na Câmara Municipal, dando a todos nós a esperança sempre renovada de novos métodos, de outras ideias mais arejadas, de consciência plena das responsabilidades assumidas, de firme intenção de cumprir o dever, alguns vereadores, em seguida a acusações, ofensas e insultos mútuos, fizeram no plenário da Câmara uma lambança inacreditável, como se fosse a casa um ringue de onde se praticasse o vale-tudo, desrespeitando-se com tamanho desatino a si próprios e desiludindo irremediavelmente a quantos neles um dia confiaram. [...] Os líderes bons ou maus de ontem não quiseram ou não puderam deixar substitutos. Não fizeram escola ou se fizeram ninguém aprendeu nada. Tanto que a política neste Município, um dos mais pujantes de todo o Estado, vai cambaleando por falta absoluta de liderança voltada para os altos interesses da coletividade.¹⁴

A partir dessas citações, passamos a destacar o seguinte: se as lideranças “não fizeram escola” e a Câmara Municipal “[...] reformara a

¹⁴ FATOS LAMENTÁVEIS. **Correio da Lavoura**, 23 de abril de 1967. p. 1 [grifos nossos].

maioria dos representantes [...]”, inferimos daí que a política local estava passando por uma transição, ou choque geracional¹⁵, provocados pela chegada de dezenas de milhares de moradores/eleitores vindos de outras regiões do país e do estado, atraídos pelo preço dos lotes e busca por empregos. Tal processo desajustou a cultura política existente na cidade até então¹⁶. Claro que há o impacto das alterações na política em âmbito nacional, principalmente em decorrência da alteração na organização partidária instituída pelo Ato Institucional Número 2 – AI-2, de 27 de outubro de 1965.

Os anos 1960 avançam, os grupos políticos se diversificam e, como ficou demonstrado, líderes tradicionais entram em fase de declínio diante da política local com redução de suas interferências. Isso seria agravado, sobremaneira, no contexto que se seguiria a abril de 1964. A Câmara Municipal passara por uma renovação em seus quadros em 1962, e o mesmo tornou a ocorrer em 1966. Para as duas legislaturas, entre os 19 vereadores, 14 e 15 deles, respectivamente, são novos. Ou seja, em duas legislaturas seguidas 29 vereadores estreiam na edilidade. Se considerarmos que muitos não seguirão vida política, desaparecendo completamente dos registros que a fonte nos apresenta, é uma

¹⁵ Para o conceito de *geração*, ver: SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

¹⁶ BERSTEIN (1998, p. 360) afirma que os historiadores “[...] constata[m] a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que dele participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos. Existe, é claro, uma estreita relação entre esses sistemas e a cultura global de uma sociedade, seus comportamentos coletivos, suas normas e valores. *A cultura política é, pois, um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que reúna prioritariamente os elementos que pertencem à esfera do político*. Assim, ela varia em função dos lugares, das épocas, dos tipos de civilização [...]”. Citação longa, mas necessária, visto que situa em que sentido estamos aplicando tal conceito. O emprego de tal conceito tem dado impulso a muitos trabalhos na historiografia brasileira, posto que podemos citar já algumas coletâneas publicadas no país com o intuito de posicionar o debate historiográfico e servir de referência para aqueles que passam a empregá-lo. Ver ainda: MOTTA, Rodrigo Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: MOTTA, Rodrigo Sá. **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

característica considerável na política local. Como já indicamos, o crescimento populacional que se observou desde os anos 1940 pode ser uma chave para compreender esse fenômeno.

Abril de 1964: indefinições

O resultado da ação das Forças Armadas, que depuseram João Goulart, é noticiado em Nova Iguaçu da seguinte maneira:

Não resistiu vinte e quatro horas o presidente João Goulart: As Forças Armadas repuseram o País numa nova ordem de paz e democrática. Na presidência da República o sr. Ranieri Mazzilli – Getúlio de Moura na chefia do Gabinete Civil – Nova Iguaçu como cidade abandonada – Incendiários presos.¹⁷

Essa é a chamada de capa da edição publicada no domingo imediatamente após os movimentos militares de 31 de março e 1º de abril de 1964. Todo o texto disposto na parte superior da capa, destacado em negrito e em letras garrafais. Na manchete são postos em destaque quatro aspectos diferentes, todos relacionados ao movimento iniciado em 31 de março de 1964. Primeiro, a fragilidade do presidente deposto, que “Não resistiu vinte e quatro horas” às forças que restauravam paz e a democracia no país abalado com seus últimos atos políticos. Em seguida, o destaque para o sucesso do deputado federal Getúlio de Moura, alçado à chefia do Gabinete Civil do presidente interino Ranieri Mazzilli. O terceiro ponto é o abandono em que se achou Nova Iguaçu no dia primeiro de abril, deixada, como veremos, paralisada. O último destaque da manchete ressalta a prisão de “incendiários”.

Os quatro aspectos são noticiados ainda na capa da edição, com grande destaque para cada um deles. As informações sobre a falta de

¹⁷ NÃO RESISTIU vinte e quatro horas o presidente João Goulart. **Correio da Lavoura**, 5 de abril de 1964. p. 1.

resistência do presidente Jango são similares às corriqueiramente encontradas em todas as publicações sobre o tema (Reis Filho, 2000). Em resumo, os militares restabelecem a paz e a ordem abaladas nos últimos meses pelo governo reformista de Goulart, que estava perigosamente ligado e alinhado com elementos de esquerda¹⁸.

Quanto ao abandono de Nova Iguaçu, a ênfase é bem maior. O subtítulo da matéria chama atenção: “*Parecia Nova Iguaçu uma cidade abandonada.*” E a matéria continua, com mais detalhes: “Nova Iguaçu amanheceu — a cidade e o povo — sob uma onda de boatos os mais desconhecidos, que provocaram confusão e intranquilidade. Parou a cidade, com todo o comércio e repartições públicas fechados, trens e ônibus paralisados”¹⁹.

Segue a matéria informando que, aos poucos, as ruas estavam buscando algo para preencher suas despensas vazias e que a população se punha, assim que tivesse conseguido o primeiro objetivo, às suas casas para “ouvir a cadeia da legalidade, ora do Rio, ora de Belo Horizonte ou S. Paulo”.

Não fica claro se a assertiva de abandono é uma crítica ao governo municipal ou à segurança pública de forma mais ampla, mas o importante para nós é que, segundo a publicação, a cidade estava desorientada com a situação que o país atravessava. O único alento seria a ascensão do deputado radicado em Nova Iguaçu, Getúlio de Moura, que havia sido alçado à chefia da Casa Civil no governo provisório²⁰. Devemos perceber que tal notoriedade dada a um político local era em parte ufanismo de quem considerava que isso elevaria nacionalmente o

¹⁸ NÃO RESISTIU vinte e quatro horas o presidente João Goulart. **Correio da Lavoura**, 5 de abril de 1964. p. 1

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

conhecimento da figura política da cidade. Mas, por outro lado, não era dado conhecer aos contemporâneos ao golpe que destinos teria a nação. Ou seja, sabemos hoje, observando os fatos de maneira retrospectiva, que a presidência de Mazzilli, como seu gabinete e ministério, não duraria quinze dias. Mas, dada a circunstância de incerteza e instabilidade pela qual passava o país, um ministro de Estado confere uma aura de proteção, ainda que imaginada, ao município. Resta o quarto aspecto, ao qual daremos maior destaque. A prisão de “incendiários”, do modo como se anuncia na manchete, é pouco clara. No entanto, a leitura do resumo da capa deixa a notícia mais clara. Seu subtítulo é: “Autuados e encaminhados à Dops seis incendiários: Levavam bombas e pretendiam incendiar e destruir o comércio de Engenheiro Pedreira”. Afirma o texto, no final, que os incendiários estavam sob a liderança de um funcionário do MEC e que este não escondera as intenções subversivas.

Consideramos essa notícia com outras ao longo da publicação. A mesma edição traz em seu interior outras informações interessantes: uma nota de “Esclarecimentos ao povo”, do presidente da Câmara Municipal, e uma pequena nota na coluna “Notícias 64”, de João Barbosa. Além disso, a entrevista com o deputado Darcílio Ayres Raunheitti, líder da UDN iguaçuana, exemplifica a recepção do golpe nas páginas do **Correio da Lavoura**. Passemos aos seus conteúdos.

Bolivard Gomes Assumpção assina, enquanto presidente da Câmara Municipal, o relato que transcrevemos a seguir:

ESCLARECIMENTOS AO POVO

A Câmara Municipal de Nova Iguassú faz saber ao povo o seguinte:

1º) Desde o dia 2 do corrente, acha-se em sessão permanente, valendo dizer que os srs. Vereadores acham-se em estado de alerta, averiguando os fatos e acontecimentos políticos do momento, os quais vêm acompanhando com toda atenção.

2º) *Até agora a Câmara não sofreu coação alguma*, e a mais ampla liberdade tem se oferecido aos srs. Edis.

O sr. Presidente cumpre ainda o seu dever ao esclarecer mais o seguinte: Em sessão permanente nada se pode deliberar, *segundo a Lei e o Regimento* que nos regem. Havendo um fato grave ou uma motivação importante sobre os quais tenha a Câmara de deliberar, então, atendendo a um requerimento assinado, no mínimo, por sete Vereadores, o sr. Presidente convocaria uma sessão extraordinária, com um fim específico, consoante mandam a *Lei e o Regimento*, para os srs. Vereadores, em plenário, decidirem ou deliberarem. O povo pode confiar em sua Câmara, nos srs. Vereadores, pois estamos nós todos atentos, acompanhando os acontecimentos, esperando apenas que subsídios nos cheguem para que, *dentro da Lei e do nosso Regimento*, possamos tomar as providências que nos caibam, livres e conscientes, no momento exato.

Câmara Municipal (Nova Iguassú), 4 de abril de 1964²¹.

Na coluna de João Barbosa, entre informações das mais variadas naturezas, desde a vida política nacional até a gestão de Associações Atléticas locais, uma informação vai despreziosamente entre as outras, ação de “limpeza geral” dada pela polícia no escritório do deputado Elzio Ramalho, que vai assim descrita: “Sexta-feira última, a *Polícia vasculhou o escritório* do deputado Elzio Ramalho, localizado à trav. Rosinda Martins, 71, 2º andar, *fazendo uma ‘limpeza geral’ em livros e outros objetos comunistas*”²².

Não por acaso Ramalho seria um dos deputados estaduais cassados no primeiro expurgo do “comando revolucionário”. Ficamos tentados a indagar o que seriam os tais “objetos comunistas” posto que não existem fotos que ilustrem o noticiado. No fecho dessa edição temos a entrevista do deputado Darcílio Ayres Raunheitti, da qual transcreveremos os seguintes trechos:

²¹ ESCLARECIMENTOS AO POVO. *Correio da Lavoura*, 5 de abril de 1964. p. 2 [grifos nossos].

²² NOTÍCIAS 64. *Correio da Lavoura*, 5 de abril de 1964. p. 7 [grifos nossos].

O que acha do momento nacional?

— Acredito, sinceramente, que estejamos vivendo momentos de mudança radical nos métodos políticos do atual governo, que é deposto no instante em que todos os brasileiros anseiam por dias melhores.

[...]

Crê, realmente, existir política no Brasil?

— A pergunta é abstrata... Mas creio que, no momento, sim. Principalmente quando a conjuntura nacional nos coloca diante de uma opção: Democracia ou Comunismo.²³

Como pudemos perceber, a notícia dos “incendiários” demonstra que no município havia elementos (considerados?) subversivos, perigosos à sociedade iguaçuana, bem como políticos de formação comunista. Um perigo do qual se deveriam resguardar, visto que os excessos cometidos em nome das reformas haviam detonado um processo de restauração da ordem democrática. No mesmo sentido, a nota sobre a “limpeza geral” e apreensão de “livros e objetos comunistas” não deixava dúvidas quanto ao inimigo a ser perseguido, combatido e denunciado caso existisse, visto que, seguindo a lógica dos textos citados, a “nação não mais desejava tê-los entre seus cidadãos de bem”. Comunista, no conjunto das informações apresentadas, está associado à subversão, numa clara definição dos inimigos da ordem, paz e democracia que se buscava reestabelecer com a deposição do governo Goulart.

Mas, de maneira a apaziguar os ânimos da população a Câmara Municipal, em sua declaração pública de manutenção da ordem, reiterada na promessa de cumprimento da “Lei” e do “Regimento” e complementada pelo reforço de sua condição de casa em gozo da liberdade, visto que “não sofreu coação alguma”, informa que se achava em vigília desde o dia 2 de abril para a tranquilidade da população. Situação que é reforçada pelo deputado udenista Darcílio Ayres

²³ENTREVISTA DE HOJE. *Correio da Lavoura*, 5 de abril de 1964. p. 7 [grifos nossos].

Raunheitti, líder de uma “ala renovadora” do partido em Nova Iguaçu e que claramente se posiciona a favor do movimento que derrubou o governo Jango, apresentando o país numa suposta encruzilhada: “Democracia ou Comunismo”. Assim, por meio do jornal local, se apresentaram os políticos com os quais o povo deveria contar, informando e dando satisfação da situação naquele momento e ressaltando que estavam do lado das forças restauradoras da ordem à nação.

Enfim a Revolução de 64

Seguimos nossa investigação nas páginas do **Correio da Lavoura** e constatamos que na edição de 5/4/1965, a primeira no imediato pós-golpe, não são empregadas as palavras: *revolução*, *golpe* ou outras correlatas. Indefinição e incerteza, compartilhadas pela nação, expressas em textos que usam claramente uma linguagem comedida para tratar do momento político da nação. Estão em destaque expressões como “as Forças Armadas”, “nova ordem democrática”, para classificar os que debelaram o governo Goulart. Para desclassificar os membros depostos do poder e seus simpatizantes são empregados os termos “subversivos”, “perturbadores da ordem”, “agitadores”, “esquerdistas”, entre outros. Clara clivagem da sociedade de então, opondo os partidários da “ordem democrática” aos adeptos da “perturbação da ordem”. Apesar de distinguir uns e outros, a linguagem empregada na edição garante noticiar, sem assumir compromissos ou posicionamento, uma estratégia interessante do ponto de vista daqueles que estão noticiando uma crise política de proporção nacional. Afinal, a indefinição do cenário político não permite que se opte equivocadamente, visto que o destino da nação se apresenta mais uma vez incerto.

As definições, no que se refere ao modo como nomear o novo grupo no poder, bem como seus colaboradores, viriam a partir das próximas edições, ainda em abril de 1964. Em suas edições de 12 e 19 daquele mês, começam a surgir termos como “contrarrevolução democrática”²⁴, “Comando Supremo da Revolução”²⁵, “revolução triunfante”²⁶ para designar o governo recém-instaurado, após a derrubada do governo Jango.

Mas já na definição do regime há em Nova Iguaçu o início do expurgo. A Câmara Municipal, em sessão permanente desde o dia 2 de abril, logo teria um “um fato grave ou uma motivação importante” sobre a qual deliberar. Seu presidente convoca, em caráter extraordinário, a Câmara Municipal para se reunir dos dias 14 a 31 de abril, sendo que no dia 14, às 20 horas, estariam deliberando apenas dois pontos: “a) – cassação de mandatos; b) – apreciação e votação de toda matéria pendente nesta casa legislativa”²⁷. O **Correio da Lavoura** era, nessa época, o veículo dos Atos da Câmara, bem como dos da Prefeitura Municipal, reunindo, assim, no mesmo periódico, uma gama de informações bastante úteis para o pesquisador — fontes oficiais e matérias de jornal.

Os resultados de tal convocatória extraordinária aparecem na edição de 19 de abril de 1964²⁸, com alguns detalhes que passamos a apresentar. Em chamada de capa, o **Correio da Lavoura** noticia: “A Câmara Municipal cassou o mandato do vereador Ismael Ramos”. No interior da edição, encontramos os comentários a respeito da cassação na coluna “Notícias 64” e a informação formalizada nos Atos Oficiais da Câmara Municipal. Na coluna de João Barbosa, é descrito o processo de

²⁴ ARMAS ENSARILHADAS. **Correio da Lavoura**, 12 de abril de 1964. p. 1.

²⁵ VERTIGEM DO ÓDIO. **Correio da Lavoura**, 19 de abril de 1964. p. 1.

²⁶ Idem.

²⁷ EDITAL DE CONVOCAÇÃO. **Correio da Lavoura**, 12 de abril de 1964. p. 7.

²⁸ **Correio da Lavoura**, 19 de abril de 1964.

cassação desde a apresentação de denúncia Ramos até sua substituição na cadeira de vereador e na 2ª Secretaria da casa legislativa do município. Entre os demais fatos apresentados na coluna, está cassação do ex-vereador também de sua condição de membro da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu, como representante da Farmácia S. Jorge naquela entidade de classe.

Primeiramente é publicado o Decreto Legislativo n. 5/64, que “cassa mandato do vereador Ismael Ramos”. Em seguida se expõem ao público a denúncia, a relatoria e o parecer dos relatores que tomaram a decisão de cassar um vereador. Levada a efeito a denúncia, e tendo cumprido seu papel, a Câmara se punha em dia com a “Revolução” e, a despeito da não coação, a própria Câmara realizaria sua parte no expurgo.

O auge da instabilidade: 1967

Uma intranquilidade acometia a vida política iguaçuana já desde os primeiros meses do golpe, como já foi indicado neste trabalho. Mas em 1967, com o início de um novo governo municipal e uma nova legislatura na Câmara de Vereadores, o clima político parece ficar ainda mais instável. Se a Câmara estava recebendo vários iniciantes em cargos legislativos, como destacamos anteriormente, o mesmo não aconteceria com a Prefeitura Municipal. Ari Schiavo era velho conhecido da política da cidade e já exercera mandato de prefeito na segunda metade da década de 1950, governando de 1955 a 1959. Havia sido ainda vereador por duas legislaturas seguidas, desde 1947 até 1954, além de ter sido candidato a deputado estadual pelo Partido Social Trabalhista (PST) em 1962, substituindo como suplente do seu partidário Elzio Ramalho, que fora cassado em 1964, no mesmo momento em que o vereador Ismael Ramos, todos do PST.

Ligações perigosas para o prefeito, que, após o AI-2, encontrava-se filiado ao MDB, cuja bancada na Câmara era maioria (12 vereadores contra apenas 7 do Arena). Assim, entre a segurança de uma Câmara de Vereadores, que poderíamos esperar que o apoiasse e relações com algumas *personae non gratae* da política local, cassadas por realização de atividades “comunizantes”, iniciara o mandato. Como já observamos anteriormente, a CMNI não tardou a entrar em conflitos internos, que se exacerbariam e seriam noticiados assim:

[...] alguns vereadores, em seguida a acusações, ofensas e insultos mútuos, fizeram no plenário da Câmara uma lambança inacreditável, como se fosse a casa um ringue de onde se praticasse o vale-tudo, desrespeitando-se com tamanho desatino a si próprios e desiludindo irremediavelmente a quantos neles um dia confiaram.²⁹

A aparente base para um governo tranquilo já se mostrava instável de saída, uma vez que essa notícia date de 23 de abril de 1967. Tomamos conhecimento das causas da instabilidade por meio desse mesmo periódico, nos números subsequentes. Uma discórdia, de início política, tomaria proporções inesperadas pelo que pudemos constatar.

O prefeito tinha encaminhado pedido de autorização à casa legislativa para aumentar os gastos da Prefeitura com algumas obras de reparos. Os vereadores Nagi Almawy, Helcio Chambarelli e Luiz Carlos de Freitas propunham, em contrapartida, o aumento das tarifas de ônibus, com o qual o prefeito não concordava. Observemos que eram os quatro, prefeito e vereadores, integrantes do MDB. Dessa discordância passaram os vereadores a votar junto com a oposição, barrando a proposta de aumento das despesas feita pelo prefeito. Se considerarmos os sete vereadores da Arena mais os três que brigaram com o prefeito,

²⁹ FATOS LAMENTÁVEIS. *Correio da Lavoura*, edição de 27 de abril de 1967. p.1.

perfaz-se uma maioria simples na CMNI, visto que são dezenove vereadores no total. Iniciavam-se os problemas de Ary Schiavo com a Câmara.

Meses depois, Ary Schiavo se licenciaria da Prefeitura para ir ao exterior representar o município, deixando ao encargo do vice-prefeito as atribuições de chefe do Executivo Municipal. Para o resultado desse afastamento me sirvo da descrição feita por José Cláudio de Souza Alves:

Enquanto participava de um congresso na Alemanha, [Ary Schiavo] foi afastado pela Câmara. Este incidente, além de revelar os efeitos do Decreto-Lei nº 201, do ex-presidente Castelo Branco, que permitia a cassação sumária de prefeitos pelas câmaras, a partir de denúncias de corrupção ou malversação de verbas públicas, tornava claro o modo militar de governar. Durante toda a noite anterior à cassação, os vereadores da cidade permaneceram na 1ª Companhia de Polícia do Exército, cujo comandante, capitão José Ribamar Zamith, articulava pessoalmente o processo de afastamento. Dos 19 vereadores, 18 votaram seguindo o combinado com o capitão (Alves, 2003, p. 101).

Cabe ressaltar que Schiavo já seria o quinto prefeito desde 1964, sendo empossado e cassado ainda em 1967. Daí até a posse do interventor federal, em 1969, que traria uma nova ordem ao município, ainda ocorreriam outras trocas de ocupantes da cadeira de prefeito. Estamos indicando que de um conflito de interesses, aparentemente iniciado de modo comum entre as disputas políticas ocorridas entre Executivo e Legislativo municipais, pode ter surgido o estopim para uma intervenção federal.

Nos próximos meses o que veremos é uma disputa inglória entre Ary Schiavo e os seus detratores. O prefeito cassado entra com recursos jurídicos que, como é de se imaginar, não trazem resultados satisfatórios para ele. Os anos seguintes silenciam sobre a vida de Ari Schiavo, que fica obrigado a ingressar no ostracismo político. A partir

desse momento, após a intervenção federal iniciada em 25 de fevereiro de 1969, o município ingressaria numa fase política bastante favorável ao regime, pois todos os prefeitos eleitos com o fim da intervenção em 1971 seriam da Arena. No entanto, se a política estava sob o controle dos arenistas, na década de 1970 são os movimentos sociais que irão trazer outras questões com que se preocupar. Mas essa é outra longa discussão.

Considerações finais

Crescimento populacional desordenado, precariedade na prestação dos serviços básicos como saneamento e segurança pública, falta de urbanização e uma vida política em transformação são os elementos que podemos identificar nesses anos brevemente observados.

Os anos sob o regime civil-militar não geraram esses problemas, mas os tornaram mais evidentes por causa da ruptura abrupta causada no processo de transição que já teria iniciado no fim dos anos 1950. O espaço político que seria disputado ao longo de anos pelos novos atores, que começavam a despontar no contexto de alteração da feição da cidade para uma área da Região Metropolitana, abandonando os ares de interior, foi posto à disposição de quem pudesse se aproveitar de uma oportunidade.

Se as influências dos líderes políticos locais estavam entrando em declínio, como pareciam estar, ainda restariam as instituições políticas construídas por eles e seus correligionários por longos anos. Redes de relacionamento, estruturas partidárias, interesses econômicos partilhados por grupos sociais distintos e toda a clientela eleitoral montada ao longo dos anos levariam muito tempo para serem desarticulados dentro de um regime democrático como o que esteve em vigência entre 1946 e 1964.

Somente com o golpe militar foi possível denunciar, gerar falsas acusações ou confabular junto ao comando militar. Esses foram alguns dos meios elencados, mas restam questões em aberto: qual era o grau de relacionamento entre os políticos civis e os agentes militares no contexto observado? É possível estabelecer uma relação entre o caso relatado e um projeto deliberado de controle sobre a cidade, levando-se em consideração que Nova Iguaçu possuía características geográficas, econômicas, e sociais de grande relevância para o modelo de Segurança Nacional dos militares?³⁰ Se essas questões forem respondidas afirmativamente, por qual razão os militares não consideraram Nova Iguaçu como Área de Segurança Nacional, seguindo o modelo adotado em Duque de Caxias? (Cantalejo, 2008) Essas, entre outras, são questões em aberto para debates futuros.

Referências

- ALVES, José Cláudio de Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.
- ARAÚJO, Maria Paula (org.). **1968 – 40 anos depois**: história e memória. 11. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, v. 1.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE NOVA IGUAÇU. **Uma História de lutas. Acini 50 Anos**: Instituição a Serviço de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: Acini, 1995.
- AZEVEDO, Cecília et al. (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

³⁰ A Segurança Nacional é uma das justificativas para a intervenção dos militares na política brasileira que, segundo eles, estaria tendendo à esquerda por influência dos “inimigos internos”. A Doutrina de Segurança Nacional é formulada na Escola Superior de Guerra do Exército. Para saber mais a respeito, ver, entre outros, ver: BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil republicano**, vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (org.). **Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.
- BATISTA, Alofs Daniel. **Da laranja ao golpe**: Nova Iguaçu e a instabilidade política nos primeiros anos do regime civil-militar. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História UFRJ-IM, Nova Iguaçu, 2011.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998 (Col. Nova História, n. 34).
- _____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil republicano**, vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. **O Município de Duque de Caxias e a ditadura militar**: 1964-1985. Dissertação, Mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 161-165, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p. 59-84, 1996.
- GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- KUSHINIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da cultura em uma área periférica**: Duque de Caxias (1950-1980). Dissertação, Mestrado em História, Universidade Severino Sombra, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; SILVA, Bráulio Rodrigues da (orgs.). **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (orgs.). **Um Estado em questão**: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MOTTA, Rodrigo Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Sá. **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NOVA IGUAÇU. **De Iguaçu a Nova Iguaçu, 170 anos (1833-2003)**. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja**: História econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV; SEEC/Instituto Estadual do Livro, 1977.

PINHEIRO JUNIOR, Jefte da Mata. **A formação do PT na Baixada Fluminense**: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Dissertação, Mestrado em História Social, Universidade Federal do Fluminense, Niterói, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS FILHO, Daniel. **A ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REMOND, René. Por que a história política?. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 7-20, 1994.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-’90s)**: economia e território em processo. Rio de Janeiro, RJ, 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fontes

ATAS da Câmara Municipal de Nova Iguaçu

Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Arquivo da CMNI, Livro 6

Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Arquivo da CMNI, Livro 7

Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Arquivo da CMNI, Livro 8

Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Arquivo da CMNI, Livro 9

Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Arquivo da CMNI, Livro 10

Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Arquivo da CMNI, Livro 11

Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, Arquivo da CMNI, Livro 12

Jornal Correio da Lavoura

A CÂMARA MUNICIPAL cassou o mandato do edil Ismael Ramos. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 19 abr. 1964.

A VOZ DO LEGISLATIVO. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 10, 19 abr. 1964.

ARAUTO. Deliberação infeliz da Câmara Municipal. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 20 ago. 1967.

ARMAS ENSARILHADAS, **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 12 abr. 1964.

ARY SCHIAVO, eleito pela maioria do povo, vai governar novamente o nosso município. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1-2, 27 nov. 1966.

ATÉ LOGO, Dr. Mário (1), **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 2, 15 nov. 1991.

BOLIVARD toma posse prometendo um período de paz e progresso para o município. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 7 fev. 1971.

DECRETO LEGISLATIVO N. 5/64. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 9, 19 abr. 1964.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 7, 12 abr. 1964.

FATOS LAMENTÁVEIS. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 23 abr. 1967.

INTERVENTOR FEDERAL assume amanhã. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1 e 9, 16 out. 1966.

JOÃO RUY DE QUEIROZ PINHEIRO assume prometendo honestidade e trabalho. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 2 mar. 1969.

JOAQUIM DE FREITAS renuncia e crise política no Município parece contornada. LUBANCO é o novo prefeito. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 26 out. 1975.

LUBANCO passa o bastão. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1 e 3, 20 fev. 1977.

NÃO RESISTIU vinte e quatro horas o presidente João Goulart... **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 5 abr. 1964.

NOTÍCIAS 64. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 9, 19 abr. 1964.

NOVA IGUAÇU tem novo Prefeito. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1-2, 30 ago. 1964.

O CONTRASTE na festa da Prefeitura: Partido do Governo se fortalece, mas o povo protesta nas ruas. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1-2, 10 fev. 1980.

TERMINOU terça-feira a apuração das eleições neste município..., **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1-2, 26 out. 1958.

VENCEU O DR ARRUDA NEGREIROS com 6.429 votos dos iguassuanos. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 12 out. 1947.

VERTIGEM DO ÓDIO, **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 19 abr. 1964.

Entrevista

AMARAL, Francisco. Francisco Amaral (Depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

2

A CONSTRUÇÃO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU E SEU PLANO PASTORAL

*Gabriel do Nascimento*¹

Introdução

Uma parte importante da história recente da Baixada Fluminense passa pela criação da Diocese de Nova Iguaçu. Ela remete à elaboração de um projeto de evangelização da Igreja Católica na região, o qual não pode ser reduzido ao simples trabalho religioso. As questões sociais e econômicas são indispensáveis para se compreender tanto a elaboração desse projeto como os próprios fatores que levaram o papa João XXIII a fundar a diocese de Nova Iguaçu, através da bula **Quandoquidem verbis** emitida em 26 de março de 1960. Em outras palavras, a história dessa diocese se confunde com a própria história social e política da Baixada, sobretudo no período da ditadura militar (1964-1985).

Essa relação se deve, em grande parte, ao caráter da concepção de evangelização e do trabalho pastoral que foi pensado e construído no mundo católico inteiro. O período era de renovação das liturgias, dos sacramentos e das doutrinas da Igreja Católica, como resultado do Concílio Vaticano II (1959-1965), que reuniu bispos de todo o mundo no Vaticano para discutirem os rumos que o catolicismo deveria trilhar na sociedade moderna. A Igreja Católica mergulhava, então, num amplo debate sobre seu papel e influência religiosa. Não é possível, portanto, contar a história da diocese de Nova Iguaçu sem dar consideração ao Concílio Vaticano II.

¹ Não há como deixar de agradecer em especial ao professor Álvaro Nascimento, pela imprescindível orientação, e aos professores Jean Sales e Sílvia Fernandes pelo debate e pelas críticas na banca de avaliação da monografia. Suas contribuições foram essenciais para a realização deste trabalho.

Mas não foram somente fatores internacionais que marcaram a criação dessa diocese. A ditadura militar instalada no Brasil em 1964 também teve importante papel nesse processo. Alguns episódios que evidenciam isso ganharam destaque da imprensa no período: o sequestro do bispo d. Adriano Hipólito, seguido da explosão de seu carro em frente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1976, e o atentado à bomba no altar da Catedral de Santo Antônio da Jacutinga, no centro de Nova Iguaçu, em 1979. É difícil apontar a autoria desses crimes e estabelecer sua relação direta com setores ligados à ditadura militar, embora tenha ficado evidente a insatisfação de grupos conservadores com os rumos que a Igreja vinha tomando. Contudo, este trabalho pretende abordar apenas a construção da concepção de evangelização fomentada na diocese de Nova Iguaçu na década de 1960.

É oportuno mencionar que essa diocese é definida como de Nova Iguaçu, mas que sua área atuação se confunde com a Baixada Fluminense. Isso porque, apesar de ter se estabelecido nessa cidade, sua jurisdição religiosa foi bem além, se estendendo também a Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi, Nilópolis e São João de Meriti. Vale ressaltar ainda que, naquele período (década de 1960), Belford Roxo, Queimados e Mesquita ainda não haviam se emancipado, sendo, então, distritos de Nova Iguaçu. Portanto, não é exagero dizer que a diocese de Nova Iguaçu era e é a diocese da Baixada Fluminense.

O Concílio Vaticano II

Até a década de 1960, a Igreja, tinha seu rosto moldado pelo Concílio de Trento, que foi realizado no século XVI. Segundo José Beozzo (2001), esse concílio reafirmou doutrinas e liturgias que perduraram até a convocação do Concílio Vaticano II pelo papa João XXIII, em 1959, e

encerrado pelo papa Paulo VI, em 1965. O Vaticano II teve três fases, sendo a primeira realizada no ano de sua convocação, em 1959. Trata-se de uma fase antepreparatória em que os bispos do mundo inteiro, as universidades católicas e congregações romanas foram consultados sobre que temas deveriam ser debatidos no concílio, até a elaboração das respostas em uma síntese final publicada em diversos volumes. Isso já demonstra uma democratização de debates que depois se refletiu nas próprias dioceses. A segunda fase vai de 1960 até 1962, quando são pensados e organizados os outros preparativos para receber o clero, bem como esquemas e o regulamento do encontro. A terceira seria a realização do concílio propriamente dito.

Ainda segundo Beozzo, a participação brasileira foi sem precedentes na história da Igreja. Foi tanto a possibilidade de colocar o Brasil no centro da teia de relações em Roma e na América Latina como a oportunidade de definir mais concretamente uma identidade para o catolicismo no país. A CNBB contribuiu para o segundo ponto com o Plano Pastoral de Conjunto (PPC), que surgiu no apagar das luzes do Concílio em 1965. Elaborado pela CNBB, esse plano tinha o objetivo de projetar as questões do Concílio à realidade brasileira. Por consequência, mergulhou a Igreja Católica no Brasil em um amplo debate sobre seu trabalho pastoral.

O Concílio Vaticano II foi um divisor de águas para a Igreja. Representou uma nova forma de relação não somente entre o laicato e o clero, mas da Igreja com o mundo: “Em diversos casos, o Concílio acatou, legitimou ou consentiu práticas que eram já correntes em muitos lugares” (Assis, 2008, p. 79). Dessa forma, os leigos foram participando mais ativamente da vida religiosa como sujeitos, e não meros espectadores. Isso resulta, entre outras coisas, na mudança de foco da própria missa, que passa a ser rezada em língua vernácula e não

mais em latim, com os sacerdotes de costas para os fiéis, o que propiciou um novo tipo de relação entre os atores clericais. Em resumo, o Concílio Vaticano II propiciou aos diferentes setores da vida religiosa repensarem seus papéis diante do trabalho de evangelização.

Sustenta-se até a ideia de que, ao se repensar e reorganizar internamente, a Igreja percebeu uma nova missão ou mesmo uma nova concepção do trabalho de evangelização e, a partir desta mudança, tomou outros rumos, os quais devem ser entendidos como caminhos de idas e vindas que envolveram inúmeros debates. Em resumo, na década de 1960, o Concílio Vaticano II propiciou não só um despertar, mas, principalmente, uma nova forma de olhar de a Igreja para si mesma. E, com isso, diferentes setores puderam repensar seus próprios papéis na vida religiosa.

Era a necessidade de expandir a mensagem de fé da Igreja que fazia toda a instituição reorganizar o seu trabalho pastoral. Nesses parâmetros, estabeleceram-se diversas perspectivas que visavam à expansão da influência religiosa pelo mundo moderno. Assim sendo, pode-se imaginar como foi coerentemente pensada a fundação da diocese de Nova Iguaçu em 1960, decretada pelo papa João XXIII. Ainda mais se, junto a isso, se acrescentar a necessidade da própria região, que vinha crescendo e se dinamizando em ritmo acelerado por conta de diversos fatores, tais como a migração e a urbanização.

O crescimento populacional da Baixada Fluminense

Não se pretende fazer um relato extenso sobre a história da Baixada Fluminense, mas deixar de mencionar mesmo que brevemente o processo de urbanização e migração, que se deu ao longo do século XX,

não permitiria a compreensão das questões sociais que surgiram para a diocese de Nova Iguaçu na época de sua fundação.

A produção de laranja, iniciada nos fins do século XIX e que teve seu apogeu nos anos 1930, é primordial nessa abordagem, não tanto por seu processo em si, mas por suas consequências. A primeira, que já se pode esboçar para uma possível crítica de que a citricultura não foi a realidade de toda a região, é que, direta ou indiretamente, essa produção ditou as formas de relações sociais e políticas. Mas, avançando sobre as consequências da citricultura, cabe mencionar os fatores de seu declínio. Sonali de Souza menciona ao menos três fatores que se intercalam (Souza, 1992). O primeiro foi, sem dúvida, a Segunda Guerra Mundial que inviabilizou as exportações, destino da maior parte da produção, tanto que o ano de maior produção comercial da laranja na região ocorreu justamente em 1939, havendo logo no ano seguinte uma redução drástica dessa produção. Ao lado disso, ocorre a proliferação de uma praga que prejudicou ainda mais o plantio. Por último, o processo de loteamento que se verificou no pós-guerra, que significou mais que uma resposta à crise da citricultura, significou uma reorientação econômica. Isso quer dizer que não há, segundo a autora citada, um fator exclusivo no processo de passagem da citricultura e para o loteamento. Ou seja, o processo de parcelamento das antigas chácaras citricultoras tornava-se um negócio mais rentável e, assim, reordenando o mercado, contribuía-se também para a crise do plantio de laranja.

Deve-se considerar ainda outro fator importante, elucidado por Manuel Simões (2006) quando argumenta sobre a facilidade que a prefeitura de Nova Iguaçu forneceu aos loteadores para a realização e legalização das transferências de propriedade, possibilitando a inversão econômica. Dessa forma, junto com o declínio progressivo dos laranjais,

foi-se dando uma valorização da terra, o que propiciava mais que o simples parcelamento do solo para habitação, era uma inversão produtiva para o setor imobiliário. Com isso, se nas regiões emancipadas da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, São João e Nilópolis) o crescimento populacional e urbano já ocorria desde 1930 (Rodrigues, 2006), em Nova Iguaçu esse avanço se deu ao longo das três décadas subsequentes à Segunda Guerra Mundial. E, de maneira brusca, acontece essa virada, que não vem acompanhada na mesma velocidade de investimentos em infraestrutura urbana.

Entretanto, não basta unicamente o declínio da produção de laranja e o investimento em loteamentos para explicar os motivos pelos quais ocorreram, por exemplo, as imigrações. É importante salientar que, dentro desse processo, no qual grande contingente populacional se movimentava para São Paulo e Rio de Janeiro, a Baixada vira alternativa para moradia. Tendo em vista as dificuldades habitacionais em que a capital se encontrava, junto com as facilidades de se obter um lote nessas regiões, pode-se avançar nos argumentos sobre os motivos que tornaram Nova Iguaçu polo atrativo para a população migrante.

Sobre fatores atrativos, Sonali de Souza fornece boas pistas (Souza, 1992). A primeira delas é a rede de transporte que possibilitava uma aproximação com a cidade do Rio de Janeiro: a eletrificação da estrada de ferro Central do Brasil, iniciada em 1935, a abertura da avenida Brasil e a da rodovia Presidente Dutra. Dessa forma, tornavam-se acessíveis as terras da Baixada para aqueles trabalhadores que desejavam fugir da insegurança do aluguel e das dificuldades de uma cidade grande. O desejo de possuir uma casa com espaço para criar a família preponderava na escolha de morar longe da capital. Tal representação simbólica da “casa própria” pode demonstrar como o crescimento urbano em Nova Iguaçu foi se dando em meio a ideais e pensamentos

não tão urbanos assim. Então, reforça-se a existência de algumas continuidades entre o período dos laranjais e dos loteamentos.

É nesse processo de crescimento populacional, sem planejamento e desenvolvimento, que se relacionam diversos problemas urbanísticos, principalmente de infraestrutura. Como consequência disso, aponta Adrianno Oliveira Rodrigues:

Nova Iguaçu, como periferia carioca, teve sua ocupação realizada sem o apoio estatal ou das concessionárias de serviço público: ou seja, a falta de planejamento na ocupação a destituiu de benefícios urbanísticos como esgotamento sanitário, cobertura asfáltica, tratamento de água, entre outros (2006, p. 71).

Em suma, Nova Iguaçu assistiu a um grande crescimento populacional com escassez de serviços urbanos. Esse crescimento acelerado se deu dessa maneira por, pelo menos, três décadas, gerando diversos problemas sociais.

Chega a diocese de Nova Iguaçu

O crescimento populacional acelerado da Baixada Fluminense não aconteceu desvinculado unicamente de investimentos públicos. Até 1960 houve também um descompasso entre a diversificação social e o acompanhamento espiritual.

A região de Nova Iguaçu estava vinculada à distante diocese de Barra do Piraí quando seu bispo, d. Guilherme Muller, nomeou o monsenhor João Musch para assumir o cargo de vigário da tradicional paróquia de Santo Antônio de Jacutinga, com Musch tomando posse em 27 de dezembro de 1929 (Azeredo, 1980). Não haveria como começar a história da diocese de Nova Iguaçu sem mencionarmos esse reverendo. Foi na sua gestão que se deu a reforma, ou como também se poderia dizer, a conclusão da obra da Igreja Matriz da cidade. Atribui-se a ele

também a criação do Instituto Educacional Santo Antônio (IESA), comumente aludido pelo nome “Colégio das Irmãs” (Azeredo, 1980). Aliás, na história da criação dessa escola muito, se descortina sobre o que significava para a Igreja da década de 1930 a concorrência pela influência de seu público-alvo, a classe média. Ante a recusa recebida pelo pároco para lecionar estudos religiosos na principal (se não única na época) escola privada destinada às camadas mais abastadas da cidade, o Colégio Leopoldo Machado, Musch se esforçou no sentido da criação de uma instituição que compensasse tal adversidade. Assim, não necessariamente da noite para o dia, nasceu pelo menos o embrião do que viria a ser o “Colégio das Irmãs”. A origem do monsenhor João Musch também sinalizou as deficiências clericais não só das igrejas da região, como do Brasil, que sempre necessitavam recorrer à Europa para aquisição de quadros religiosos. Pois ele era alemão, da cidade de Scheven, tendo chegado ao Brasil em 1910 (Azeredo, 1980).

Assim o “apóstolo do bem” presidiu a primeira comissão pró-diocese em 1953, nomeada pelo bispo de Barra do Piraí, d. José André Coimbra. Como dificilmente poderia deixar de ser, foi do clero que surgiu a necessidade de um maior acompanhamento espiritual para a Baixada Fluminense, em virtude não só do crescimento populacional, como de sua diversificação social que deixava a religiosidade cada vez mais à margem do cotidiano. Fato exemplar dessa marginalização é aquele mencionado sobre a ausência de ensino religioso no Colégio Leopoldo. Já no início da década de 1950 se vislumbrava a necessidade de um projeto religioso que se adequasse às condições que essa região impunha à evangelização. Esse projeto dificilmente surgiria e se desenvolveria em um lugar tão distante como Barra do Piraí, ou a partir de outros atores que não fossem o próprio clero. Por outras palavras, era preciso instrumentos e estruturas que só uma diocese efetivamente

presente na região poderia propiciar. Em resumo, o crescimento e a diversificação populacional, que apresentamos anteriormente, promoveram uma distância estrutural da Baixada Fluminense com sua diocese de origem. Consequentemente, também um descompasso entre a realidade social cada vez mais dinâmica e complexa, e a vida religiosa sem grandes reflexos no cotidiano dos católicos. Dentro desse contexto nasce a primeira comissão responsável por constituir o futuro patrimônio da diocese de Nova Iguaçu.

Contudo, em 1956 toma posse um novo bispo, d. Agnelo Rossi, que em 1957 institui uma nova comissão, presidida por ele mesmo, contando com o assessoramento de outros quatro sacerdotes, os padres Dinarte Duarte, Artur Hartmann, Cesar Vegezzi e Manuel Bezerra França. No trabalho de viabilização financeira da futura diocese, percebe-se quais camadas sociais estavam em estreita relação com a Igreja, pois, evidentemente, somente aqueles que possuíam bens poderiam servir aos propósitos a que se destinavam os objetivos da comissão. Não somente a elite iguaçuana, mas até o poder público financiou, de uma forma ou de outra, o estabelecimento da diocese em Nova Iguaçu. Bastante ilustrativa é a aquisição da Residência Episcopal, situada no Parque Flora, Nova Iguaçu. Esse imóvel foi doado por um casal da elite iguaçuana, sr. Francisco de Oliveira e d. Alice de Oliveira (Passos, 1970)². Não se está querendo afirmar implicitamente que a Igreja, por seu atrelamento financeiro, seria necessariamente conservadora por gênese, contudo, tal fato não pode deixar de ser considerado. É evidente que somente dessas camadas se poderia adquirir o tipo de apoio almejado, porém ele não foi determinante para a condução da vida

² PASSOS, Padre Dinarte Duarte. Nova Iguaçu Dez Anos de Diocese 1960-1970, **Cadernos de Nova Iguaçu**, n. 4. Petrópolis: Vozes, 1970. Arquivo da Cúria Diocesana.

religiosa. Outros fatores coexistiram, e a questão do financiamento será tratada outra vez mais à frente.

Após sete anos desde a formação da primeira comissão, vem a notícia que todos aguardavam: através da bula **Quandoquidem verbis**, emitida pelo papa João XXIII em 26 de março de 1960, estava criada a diocese de Nova Iguaçu. Ao mesmo tempo, era nomeado o primeiro bispo, d. Walmor Battú Wichrowski, auxiliar do bispo diocesano de Santos. É comum a diversos trabalhos iniciarem seus estudos sobre a diocese a partir de 1966, na posse do bispo d. Adriano. Isso coloca sempre em segundo plano os dois primeiros bispos, d. Walmor e d. Honorato, como se esses tivessem, além de uma menor importância, orientações claramente conservadoras se analisadas frente ao que se tornou a igreja após o terceiro bispo. Os “trabalhadores da primeira hora” devem ser analisados segundo os horizontes que se apresentavam a eles. As necessidades imediatas de uma diocese, como o início de um projeto de evangelização, giravam em torno de sua estruturação e povoação de clero e religiosas, sem os quais, muito provavelmente, teriam sido inviabilizados todos os movimentos dirigidos futuramente por d. Adriano Hipólito. Além disso, tal perspectiva obscurece fatos como o de d. Walmor ter sido dirigente da Ação Católica, o que demonstra a possibilidade já na sua época ter se reestruturado a relação entre leigos e clero. Mas a questão primordial era: que clero? Foi a resolução dessa indagação que concentrou os primeiros esforços episcopais. Em outras palavras, a criação de um corpo clerical numeroso. Entretanto, o primeiro bispo ficou pouquíssimo tempo para que melhor se avaliasse seu trabalho, que durou apenas um ano. Logo em 1961, após a saída de d. Walmor, d. Honorato Piazero passa de administrador apostólico para segundo bispo. A diocese já se encontra um pouco mais estruturada, porém ainda desproporcionalmente composta de grande número de fiéis e poucos padres. Ao chegar, o bispo encontra a diocese com 34 sacerdotes

e 4 comunidades religiosas, e deixa, ao sair em 1966, 65 padres e 11 comunidades (Passos, 1970).

Já se observou a centralidade dos primeiros bispos na formação de um corpo clerical capaz de fomentar o trabalho pastoral. Não se pode deixar de mencionar também o grande número de estrangeiros que chegam, pois isso evidencia a grande debilidade que o país tinha na formação religiosa. Isso é essencial para se entender as estratégias programadas por d. Adriano no que concerne à formação de líderes religiosos.

O papel de d. Honorato não pode ser simplificado pelos números do clero, pois há outras questões importantes em sua gestão, e estas são consequências de sua participação nas sessões do Concílio Vaticano II. A primeira delas já se enunciou: a obtenção de novos quadros religiosos na Europa. A segunda é a formação religiosa dos leigos, principalmente dos jovens. Tal fato é comumente atribuído ao terceiro bispo, mas convém mencionar que o Centro de Pastoral Catequética (Cepac) se configurou a partir da criação do Departamento de Ensino Religioso de Nova Iguaçu (Derni), criado por d. Honorato. Mas o fato mais importante, pois simbolizava uma revolução na vida concreta dos fiéis, foi a realização da primeira missa em português, no dia 6 de agosto de 1964 (Passos, 1970). Isso representava uma nova forma de relação entre o padre e o público na missa, pois estavam agora um olhando diretamente para o outro. Todos esses fatos corroboram a necessidade de se reavaliar a ideia de uma ruptura pastoral implementada por d. Adriano Hipólito. Em resumo, há muito de continuidade e, melhor dizendo, de desenvolvimento entre antes e depois de d. Adriano Hipólito.

Assim, após o curto período do administrador apostólico d. José Gonçalves da Costa, toma posse d. Adriano Hipólito como terceiro bispo da Diocese de Nova Iguaçu, no dia 6 de novembro de 1966. A avaliação mais

sóbria que se pode fazer de seu episcopado é a impossibilidade de caracterizá-lo de forma generalizada. Primeiro pelo tempo em que d. Adriano fica à frente da diocese, quase trinta anos, segundo, porque, assim como a própria vida, o bispo foi desenvolvendo seu trabalho de acordo com as condições que lhe eram apresentadas, seja pela Igreja, seja pela sociedade. Mas, se fossemos ao menos tentar dividir em etapas sua gestão, a primeira fase compreenderia de sua posse até, pelo menos, 1973, data da inauguração do Centro de Formação de Líderes. Pois, nesse período, ocorre a tentativa mais sistemática de organizar de uma forma geral o trabalho pastoral da diocese de Nova Iguaçu. Aliás, é desse ponto de vista que se pode considerar a intervenção de d. Adriano como providencial, na medida em que, além de qualificar o trabalho pastoral, ele tentou otimizar os recursos humanos e materiais da diocese. Antes, a falta de planejamento e de orientações mais sistemáticas em torno da diocese provocou iniciativas dispersas e pouco coordenadas. E foi justamente para a superação desse quadro que o bispo convocou uma Assembleia Diocesana para elaborar um planejamento pastoral, que já se enunciava como um esforço de estabelecer a união da Igreja na Baixada Fluminense. De antemão, se percebia que, se os problemas eram gerais, as soluções deviam partir de um conjunto, quer dizer, de uma diocese unitária.

Não é apenas desse ponto de vista que se pode destacar a trajetória de d. Adriano nessa primeira fase, há também uma inversão paulatina em sua forma e fonte de captação de recursos. Mesmo admitindo que o bispo não tenha rompido relações com a elite política da cidade, é certo que ele procurou se distanciar progressivamente dela, sobretudo no que se relacionava à dependência financeira. Tal fato foi possibilitado, principalmente, pelo apoio da Ação Episcopal Adveniat³ que financiou

³ Em 1961, a Conferência Episcopal Alemã fundou a Ação Episcopal Adveniat. “com o objetivo de prestar auxílio pastoral às igrejas locais na América Latina e no Caribe, oferecendo uma contribuição

boa parte das obras da diocese de Nova Iguaçu, em especial a construção do prédio do Centro de Formação de Líderes. Importante enfatizar que esse distanciamento não significa ruptura, pois diversas serão as ocasiões religiosas em que estarão presentes personalidades da elite política da região.

Em resumo, apesar de haver diversas continuidades, não se pode negar o grande salto qualitativo que a Diocese de Nova Iguaçu experimenta sob a condução de d. Adriano Hipólito. Contudo, ele é mais bem compreendido como um líder que, apesar de indicado, surge em momento propício para a coordenação de um grupo, ou de uma instituição. Grupo esse que já passava por uma renovação nas práticas cotidianas, mas que ainda não lograra construir um projeto religioso. É no entendimento dos princípios norteadores dessa construção que se pode ultrapassar a narrativa centrada nas atividades episcopais, para adentrar no pensamento coletivo da diocese, esboçada em seu planejamento pastoral.

O planejamento pastoral

Logo em 1968 a diocese estabelece em seu primeiro plano pastoral as Comunidades Eclesiais de Base como forma de organização básica. Mas essa simples constatação não dá conta dos motivos que levaram à sua adoção e nem do seu caráter. É preciso mencionar a análise conjuntural que a igreja fez tanto de seus fiéis como de seus agentes pastorais. É preciso entender, também, quais eram os objetivos primordiais da evangelização a ser realizada na Baixada Fluminense.

independente e essencial para a cooperação no plano da Igreja Universal". Estatuto da Ação Episcopal Adveniat (1993). In: CONFERÊNCIA EPISCOPAL ALEMÃ. Princípios e diretrizes para o fomento a projetos encaminhados à Adveniat: Disponível em: http://www.adveniat.de/fileadmin/user_upload/Bilder_Content/Ueber_Uns/Gr+Ri%20approbierte%20portugiesische%20Fassung.pdf. Acessado em: 10/01/2013.

Mas, e talvez o mais importante para se desencadear o surgimento de toda ação pastoral, é preciso entender qual foi o entendimento da Diocese de Nova Iguaçu sobre o homem e sua vida espiritual e terrena.

No primeiro plano pastoral, de 1968, percebe-se uma ideia de evangelização que visava à salvação total de todos os homens. Esse pensamento é a peça-chave para a compreensão do que norteou todo o trabalho pastoral elaborado a partir da Diocese de Nova Iguaçu. Essa concepção de evangelização foi mais bem elaborada no terceiro plano, de 1970. O homem em face dos tipos de diálogos que pode estabelecer em vida, possui, em decorrência, diferentes esferas que determinam sua totalidade: na medida em que dialoga com Deus, tem sua faixa sacral; quando dialoga com os outros homens, sua esfera social; e quando dialoga consigo mesmo, sua faixa existencial. Dessa forma é pensada a totalidade do homem constituído de três esferas em decorrência de três tipos de diálogos. É a junção definitiva entre corpo e alma, pois nenhum trabalho pastoral que vise à salvação total do homem pode negligenciar qualquer uma dessas esferas. Todas elas se interligam e se relacionam para formar a complexidade do homem segundo a visão da Igreja.

Quando o plano pastoral se refere à salvação de todos os homens, pode-se compreender a ideia de *comunidade* pensada para o trabalho evangélico neste primeiro momento da década de 1960. Na exata medida de sua responsabilidade e de acordo com seu grau de inserção em cada uma daquelas esferas (sacral, existencial ou social), compete a todos aqueles que foram batizados não só o direito, como o dever de realizar o anúncio da vida de Cristo. Dentro desse parâmetro todos os homens são chamados a se inserirem dentro do trabalho religioso, mesmo em graus diferenciados de responsabilidade e dedicação. Então, mesmo admitindo a possibilidade de o homem se colocar diretamente em contato com Deus, ele só realiza toda a plenitude da missão salvífica

quando se insere dentro de uma *comunidade* que pense e trabalhe sob todas as faixas sociais do homem. Somente dessa forma o ser humano sai de seu isolamento para a promoção de todas as suas faixas: sacral, existencial e social. É como *comunidade* que se coloca toda a Igreja para a salvação total do homem.

Em resumo, a ideia da totalidade do homem está atrelada à superação da disjunção entre questões temporais e espirituais, assim com a inserção de todos os homens no trabalho pleno de evangelização. Esses pontos parecem ter alcançado uma delimitação clara para a diocese em 1970, pois no ano seguinte o plano pastoral já vem sem a introdução geral que se justificava como esclarecimento dessas ideias. A partir de 1971 o plano passa a constar apenas com as explicações prévias de cada programa, as análises qualitativas das atividades do ano anterior e o planejamento do ano posterior.

Tendo descrito o que era para a diocese seu envolvimento em todas as faixas do homem e sua noção de *comunidade*, agora se pode compreender melhor o caráter da missão primordial da Igreja, que é salvar e libertar o homem. Esse objetivo, que já se enuncia logo nas primeiras páginas do planejamento de 1968, requer um conjunto de atividades muito bem programadas e estruturadas. Se nenhuma questão da vida humana pode ser desconsiderada na evangelização, o trabalho pastoral, entendido como o conjunto de serviços prestados pela Igreja, deve ser integral, surgindo assim o conceito de pastoral integral. É integral quanto ao sujeito, pois compete a todos os homens, de acordo com seu grau de comprometimento. É integral quanto ao objeto, porque se destina a todos os homens em sua totalidade sacral, social e existencial. E, por último, é integral quanto ao âmbito de atuação, porque envolve todas as iniciativas da Igreja, sejam aquelas mais voltadas aos aspectos terrenos ou aos aspectos espirituais.

O resultado de todo esse processo é a identificação da diocese com todas as questões sociais que envolviam a população da Baixada Fluminense. Mas, para a realização plena dos objetivos almejados, esbarrou-se em problemas práticos. A análise conjuntural que a diocese fez tanto dos agentes pastorais como da realidade religiosa da Baixada Fluminense enfatiza dois aspectos: a pouca disponibilidade e a dispersão das iniciativas pastorais, e má formação religiosa tanto dos agentes como dos próprios fiéis. Portanto, os poucos envolvidos na evangelização se encontravam sobrecarregados. E para a resolução desse problema era preciso a obtenção de novos quadros capazes de fomentar o trabalho pastoral. A primeira barreira que se encontra é a impossibilidade de requerer esses quadros no corpo clerical, tendo em vista seu reduzido número. Não que não tenha havido esforços para importar padres e religiosas de outros cantos, inclusive de fora do país. Contudo, por seu tamanho, o território contemplado pela diocese necessitava de outras estratégias. É do laicato que veio a alternativa mais adequada, porém esta trazia consigo outro problema. Os leigos eram mal preparados e, além disso, os sacramentos possuíam poucos significados em suas vidas concretas. Criou-se, então, a ideia de se formarem líderes capazes não só de darem conta do trabalho pastoral, mas, sobretudo, de possibilitarem uma nova significação da religiosidade na vida concreta de cada fiel.

Surge, então, o líder pessoal e os líderes comunitários. O primeiro se refere aos indivíduos conscientes e engajados em qualquer linha da Igreja para o anúncio da Boa-nova. Podem ser eles religiosos, padres ou leigos, desde que estejam em dia com a realidade de sua área de atuação ou com os problemas de sua *comunidade*. Entretanto, os mais notáveis são os líderes comunitários, pois sua compreensão reavalia a ideia de Comunidade Eclesial de Base (CEB). Para a década de 1960, as CEBs ainda

não tinham uma conceituação exata do que eram, e, por isso mesmo, havia uma enorme pluralidade em termos práticos, pois as necessidades de cada *comunidade* ditavam seus procedimentos e reflexões. Dessa forma, elas foram pensadas enquanto formação de líderes, onde um grupo se engaja em determinada ação pastoral. A formação desse grupo é ditada pelo “[...] entrelaçamento ininterrupto de relações primárias entre os seus componentes”⁴. Relembrando a totalidade do homem, não foi surpresa a prioridade atribuída à formação de líderes comunitários. Não é de se espantar, também, a centralidade que o plano pastoral deu às atividades mais voltadas à formação, como o batismo, a catequese e o crisma, bem como a tentativa progressiva de atrair jovens através de cursos de dinâmica e encontros.

Há duas interpretações possíveis para as ideias expostas até aqui, as quais constituem um fato novo que aproxima a religião da realidade social da Baixada Fluminense. A primeira delas gira em torno da superação da dicotomia entre corpo e alma, pois questões espirituais e terrenas foram vistas como indissociáveis. A segunda, talvez até mais importante, é que toda essa organização surge a partir de dentro da Igreja como estratégia de evangelização, e não fora de sua estrutura institucional.

Foi o momento em que se legitimaram trabalhos antes vistos como incoerentes com as práticas da fé propriamente dita. Tudo isso foi possibilitado por uma conjunção de fatores, entre eles a inserção dos leigos no trabalho pastoral e sua realidade social desestruturada pelo crescimento populacional. É, também, o momento da conjunção de fatores da realidade macro e micro da Igreja que nos mostra a progressiva

⁴ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Plano Pastoral da Diocese de Nova Iguaçu para 1969, *Cadernos de Nova Iguaçu*, n. 2. Petrópolis: Vozes, 1969. Arquivo da Cúria Diocesana. p. 27.

inserção dos leigos na vida religiosa. Se, por um lado, havia liberdade doutrinal, resultante do clima de renovação do Concílio Vaticano II, por outro havia uma realidade local que direcionava para o mesmo caminho. Esse quadro não está completo sem se perceber como uma gama de vetores pôde promover uma limitada democratização dos órgãos deliberativos da própria diocese. Afinal, não seria coerente a formação de lideranças comunitárias se não houvesse nenhuma margem de liberdade para pensarem sua própria dinâmica. A criação das estruturas pastorais seguiu esse preceito, ao menos na adaptação das concepções que norteavam a diocese frente às realidades encaradas pelas *comunidades*.

Considerações finais

O presente trabalho buscou demonstrar a impossibilidade de ser atribuir qualquer caráter monolítico à Diocese de Nova Iguaçu, tendo em vista os diferentes fatores que interagiram na construção de sua concepção de evangelização. Dessa forma, evitou-se atribuir um peso quase revolucionário à figura de d. Adriano Hipólito, como se apenas em sua chegada a Igreja tivesse entrado no período de reformas litúrgicas da qual o mundo já experimentava na década de 1960. Se fosse errado o argumento, não se observaria que, já com o segundo bispo dessa diocese, d. Honorato, rezava-se pela primeira vez uma missa em língua vernácula na região e ainda se relegariam a segundo plano fatos importantes como a própria criação da diocese em 1960. Em outras palavras, é verdade que foi com d. Adriano que a Igreja na Baixada se debruçou mais efetivamente sobre a renovação pastoral, contudo isso não pode apagar os fatos precedentes já enunciados.

Rezar uma missa em português em 1964 e de frente para o povo na Igreja está longe de ser um fato banal, pois com esse “pontapé” foi dada

a primeira possibilidade de uma nova reflexão tanto do clero quanto dos leigos. Não se pode deixar de mencionar que esse fato, inquestionavelmente progressista para os padrões clericais, foi estrelado não por d. Adriano Hipólito, mas sim por d. Honorato. Pretende-se apenas afirmar que rezar uma missa em língua nativa, além de colocar a Diocese de Nova Iguaçu no mapa das renovações litúrgicas, demonstra também a existência de uma disposição favorável do bispo às reformas implementadas pelo Concílio Vaticano II. Portanto, o clima de renovação já se insinuava de algumas formas na vida católica da região. E nesse ponto não se pode menosprezar a participação ativa dos dois primeiros bispos, pois foi com eles, principalmente com d. Honorato, que a diocese assistiu a seu grande crescimento quantitativo de clérigos e de paróquias. Ou seja, foi na gestão deles que se iniciou um processo de tornar a Igreja mais presente nas diversas regiões da Baixada Fluminense. Aliás, é exatamente com esse objetivo que se dá a instituição de uma diocese em Nova Iguaçu.

Tudo isso fez da Igreja aquilo que encontrou o terceiro bispo, e é mais caracterizada no plano pastoral de 1968. Nele não se percebe um pioneirismo nas práticas, mostra-se muito mais uma tentativa de organizar e criar unicidade entre iniciativas desconectadas. Foi, simultaneamente, a primeira tentativa de sistematização das atividades e a busca pela inserção e formação dos leigos nessas mesmas atividades. Assim sendo, observou-se uma democratização da vida religiosa, o que comungava com princípios elaborados em nível internacional. Para darmos um exemplo disso, seguindo a orientação do Concílio criaram-se em Nova Iguaçu diversos conselhos de participação coletiva, como o Conselho Presbiteral, presidido por d. Adriano, com a participação de mais 14 membros entre efetivos e suplentes. Importante salientar que

tal fato não significou em nenhum momento uma quebra de hierarquia, até porque, em tese, ela não é vista em contradição com a democracia.

O estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base, nesse sentido, foi uma estratégia de se formarem lideranças capazes de prover mais apropriadamente o serviço de anúncio da vida de Cristo. É desse ponto que se elaborou a ideia de criar um Centro de Formação de Líderes, o qual ficou completamente concluído em 1973. Importante mencionar que a formação de líderes não visava a atividades políticas em sentido mais habitual, mas sim à formação de agentes capazes de realizar a ação pastoral de acordo com o clima de renovação do período. Por isso é imprescindível compreender como era fomentada a ação pastoral e as concepções que norteavam a diocese. Foram essas questões que deram fundamentação às CEBs para que elas, no futuro, viessem a se tornar espaços de discussão sobre questões sociais.

A missão que se coloca para a Igreja como um todo é a salvação e a libertação de todos os homens e do homem todo. Essa missão é cumprida através de um serviço de caridade. É por meio desse serviço de caridade que a Igreja Católica exerce sua função primordial de evangelização. A caridade não pode ser reduzida a uma mera assistência social, ela é também religiosa, pois o homem é visto em sua totalidade, corpo e alma. Em suma, esse serviço é caracterizado como ação pastoral. E a busca por significações mais adequadas dos sacramentos religiosos para a vida humana perpassa o entendimento de que todo aquele que é batizado e reafirmado pelo crisma tem o dever de se apresentar para o trabalho de anúncio da vida de Jesus Cristo, de acordo com o grau de responsabilidade que lhe é atribuído.

Esses são os aspectos da concepção de evangelização que podem ser sintetizados pela afirmação de que a salvação do homem não mais está circunscrita exclusivamente a questões religiosas. Melhor dizendo,

essa perspectiva de evangelização, de todos os homens e do homem todo, tentava superar a dicotomia entre o corpo e a alma. Portanto, não só as CEBs, mas todos os serviços da Igreja, sejam eles, teoricamente, mais voltados a uma esfera ou outra, engajavam-se nessa perspectiva. A pastoral integral deveria se comprometer com todas as áreas da vida humana. Foi assim que se possibilitou a ressignificação dos diferentes sacramentos, que não mais podiam se resumir puramente em si mesmos. Em uma reunião de crisma era necessário se perceber a vida de Cristo nas realidades concretas dos fiéis, e não apenas na simples perspectiva de salvação da alma exclusivamente.

Não bastava à diocese instituir simploriamente as CEBs como unidades privilegiadas de ação pastoral, pois, se assim fosse, elas poderiam ser caracterizadas apenas como a menor circunscrição da paróquia. O que não possibilitaria os desdobramentos que a história demonstrou nessas CEBs, como espaços de mobilização social. Antes, era uma concepção de evangelização, que não se esquivava de discutir questões terrenas, que definiu concretamente o modo de atuação das CEBs, que, por sua vez, culminou com outros tipos de mobilização social. Estas, sim, deram origem aos movimentos sociais que surgiram ao longo da década de 1970. Como exemplo de maior destaque, citemos o Movimento de Associação de Bairros (MAB)(Silva, 1994).

Enfim, apreendida a concepção de evangelização, espera-se maior clareza do que foi exposto até aqui sobre as problemáticas que envolveram as interseções entre o Concílio Vaticano II e a Diocese de Nova Iguaçu ao longo da década de 1960.

Referências

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2003.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ASSIS, João Marcos Figueiredo. **Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu - RJ**. Tese (Doutorado em Centro de Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

AZEREDO, Luiz Martins de. **Padre João**: apóstolo do bem em Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: Diocese de Nova Iguaçu, 1980.

BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II**: participação e prosopografia 1959-1965. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PASSOS, Padre Dinarte Duarte. Nova Iguaçu Dez Anos de Diocese 1960-1970, **Cadernos de Nova Iguaçu**, n. 4. Petrópolis: Vozes, 1970. Arquivo da Cúria Diocesana

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90s)**: economia e território em processo. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Percival Tavares da. **Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974-1992)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994.

SIMÕES, Manuel Ricardo. **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SOUZA, Sonali Maria de. **Da laranja ao lote**: transformações sociais em Nova Iguaçu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1992

Fontes

CONFERÊNCIA EPISCOPAL ALEMÃ. Princípios e diretrizes para o fomento a projetos encaminhados à Adveniat. Disponível em: <http://www.adveniat.de/fileadmin/>

user_upload/Bilder_Content/Ueber_Uns/Gr+Ri%20approbierte%20portugiesisch
e%20Fassung.pdf. Acessado em: 10/01/2013.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Plano Pastoral da Diocese de Nova Iguaçu para 1968, **Cadernos de Nova Iguaçu**, n. 1. Petrópolis: Vozes, 1968. Arquivo da Cúria Diocesana.

_____. Plano Pastoral da Diocese de Nova Iguaçu para 1969, **Cadernos de Nova Iguaçu**, n. 2. Petrópolis: Vozes, 1969. Arquivo da Cúria Diocesana.

_____. Plano Pastoral da Diocese de Nova Iguaçu para 1970, **Cadernos de Nova Iguaçu**, n. 3. Petrópolis: Vozes, 1970. Arquivo da Cúria Diocesana.

PASSOS, Padre Dinarte Duarte. Nova Iguaçu: dez anos de diocese (1960-1970), **Cadernos de Nova Iguaçu**, n. 4. Petrópolis: Vozes, 1970. Arquivo da Cúria Diocesana.

3

OS COMITÊS DEMOCRÁTICOS POPULARES NA BAIXADA FLUMINENSE (1945-1947)

Henrique Buy dos Santos

Neste texto, pretendo analisar algumas questões que giram em torno dos Comitês Democráticos Populares (CDPs) que atuavam na Baixada Fluminense, em especial: a) em que contexto essas organizações surgem, b) quais eram seus principais objetivos; c) quais eram suas formas de organização; d) de que maneira elas atuavam na comunidade local; e) como era a relação entre os Comitês Democráticos Populares, os moradores dos bairros e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para isso, é fundamental comparar os elementos que compõem as esferas de funcionamento dos Comitês Democráticos Populares no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

De forma inicial, acredito ser importante destacar em que contexto foram criados os Comitês Democráticos Populares. Para termos um maior entendimento a respeito dessa questão, é fundamental que trabalhemos com Marcos César de Oliveira Pinheiro. De acordo com ele, baseado em matéria do **Correio da Manhã** (30/5/1945), os comitês populares foram lançados oficialmente em discurso de Luiz Carlos Prestes no comício promovido pelo líder comunista no Estádio de São Januário, em 1945.

[Organizar o povo] em organismos que lhe sejam próprios, amplos comitês ou comissões nos locais de trabalho, nas ruas e bairros. Comitês Populares Democráticos que, unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos próximo, as organizações democráticas populares de cidades, de região e de Estado, até a grande união nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional [...] Os comunistas

participarão ativamente da organização e desenvolvimento de comitês democráticos populares dentro dos quais se sentiram felizes ao lado de todos os democratas não comunistas, quaisquer que sejam suas opiniões políticas, filosóficas e religiosas [...] É evidente, desde logo, que tais organismos populares escolherão como seus candidatos aos cargos eletivos os homens que lhes pareçam capazes de defender aquele programa (Prestes *apud* Pinheiro, 2007).

Para entender algumas características fundamentais dos Comitês Democráticos Populares, também é fundamental destacar o trabalho de Adriano Duarte, que argumenta que, nesse contexto da redemocratização de luta por direitos, intensificou-se a ligação entre essas associações e os sindicatos. Reflexo disso são os CDPs e as sociedades amigos de bairro, no estado de São Paulo. Do ponto de vista das classes populares, essas organizações mostraram que a ideia de redemocratização passava pela caracterização de um “direito à cidade” e isso incluía os direitos básicos. Além desses direitos, na agenda política dessas organizações se incluía a questão de quem falaria em nome desses moradores (Duarte, 2008).

O objetivo dos comitês populares era construir uma maior aproximação do partido nos bairros e nos locais de trabalho com os potenciais eleitores. Nesse contexto, a criação dos comitês estava atrelada ao objetivo de conseguir um maior número de informações a respeito das condições enfrentadas pela população e, a partir daí, permitir a elaboração de uma plataforma política que se baseava nas condições de vida das classes populares.

John French também dá uma contribuição importante sobre a forma como os Comitês Democráticos Populares atuavam. Ele argumenta que a base de atuação dos comitês populares era a solução dos problemas imediatos dos moradores de bairro: “Esses CDPs representavam uma via importante para o recrutamento comunista, mas seu êxito dependia,

antes de mais nada, de sua dedicação à solução dos problemas urgentes dos operários em seus bairros.” (French, 1995, p. 132)

É necessário destacar que existem dois tipos de Comitês Populares Democráticos, os comitês de bairro e os de sindicato. Essa divisão é fundamental, embora nosso objetivo seja trabalhar com os primeiros.

Além disso, é importante chamar atenção para o fato de que, apesar alguns CDPs não terem exatamente esse nome (como o Comitê Democrático e Progressista Pró- Melhoramentos de Mesquita, por exemplo), eles podem ser considerados Comitês Populares, já que as características organizativas e seus objetivos apresentavam elevada similaridade.¹

Em conformidade com o que Adriano Duarte observa a respeito dos Comitês Democráticos Populares, Marcos César de Oliveira Pinheiro destaca que essas organizações eram fundamentais para que a linha oficial do partido tivesse maior aceitabilidade dentro dos setores populares.

Os comitês democráticos populares seriam, segundo a diretriz pecebista, os mais eficientes instrumentos para mobilizar a sociedade em torno da orientação geral do Partido. Nesse sentido, os comitês populares deveriam desenvolver uma ampla política de união das “classes nacionais progressistas” (o proletariado, o campesinato, as classes médias e a burguesia nacional progressista) (Pinheiro, 2007, p. 87).

A partir do que já foi exposto, sobre os objetivos dos comitês populares, pode-se dizer que essas organizações tinham como função básica garantir que as necessidades mínimas dos moradores daquela localidade fossem atendidas. Entretanto, essa atuação, de uma forma inicial, parece ir de encontro às orientações da cúpula partidária do PCB, a qual defendia a política de “União Nacional”, pela qual era

¹ A partir dos conceitos trabalhados ao longo do texto, chamo atenção para o fato de que, quando cito comitês de bairro, comitês populares, CDPs, esses conceitos remetem ao conceito mais geral de Comitês Democráticos Populares.

fundamental promover a manutenção da “ordem e tranquilidade”. Consequentemente, nesse período de redemocratização o PCB orientava que não era o momento de os trabalhadores realizarem “agitações” e perturbações da ordem, mas sim “apertarem os cintos” para garantir *a posteriori* a consolidação da democratização e os benefícios para os setores populares.

De acordo com essa lógica, vários trabalhos vão defender a ideia de que nem sempre o discurso e a prática do PCB eram os mesmos, ou tinham inteira concordância entre si. Esses documentos vão trabalhar com a ideia da existência de “dois PCs”. Entre essas obras podemos citar as de Marco Aurélio Santana e as Hélió da Costa. Ambos os autores partem da ideia de que a prática e o discurso do PCB não apresentavam inteira correspondência, ou seja, muitas vezes a ação dos militantes junto aos setores populares não correspondia às orientações da direção partidária (Santana, 2001).

Havia dois PCs na realidade. Um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial que apelava para as massas “apertarem os cintos”, buscando congelar suas demandas imediatas; e outro que convivia com um ativismo intenso das bases do partido nos bairros, nas fábricas, colocando-se à frente de muitas dessas reivindicações consideradas temerárias pela direção do partido (Costa, 1995, p. 8).

Adriano Duarte também vai chamar atenção para a oscilação da atuação do PCB. Para ele, embora a questão eleitoral tenha sido o fator inicial fundamental para a criação dos comitês populares, as necessidades dos bairros surgem como a temática central desses comitês. Portanto a solução desses problemas foi fundamental para o crescimento dos CDPs e do PCB.

Por isso, os CDPs parecem ter oscilado entre uma atuação política mais geral, de acordo com a inspiração do PCB, e a denúncia do verdadeiro estado

de calamidade em que se encontraram os bairros periféricos da cidade. Essa dupla orientação não escapou às lideranças do partido (Duarte, 2008, p. 198).

Marcos César Pinheiro aponta que Marco Aurélio Garcia foi um dos principais responsáveis por essa ideia de “dois PCs”. “Embora nunca tenha sido lançada ‘oficialmente’, a tese dos ‘dois PCs’, formulada por Marco Aurélio Garcia, consiste numa fórmula em que tudo parece se encaixar com precisão.” (Pinheiro, 2007, p. 56) O autor argumenta que é preciso relativizar essa ideia de “dois PCs”, já que, para ele, a participação dos militantes nas fábricas e nos bairros não teria ocorrido à total revelia da cúpula partidária. Portanto, mesmo que a orientação fosse de “apertar os cintos”, o PCB tinha necessidade de instituir canais de interação com os trabalhadores, daí a importância dos Comitês Democráticos Populares.

Ainda de acordo com Pinheiro, apesar de haver uma suposta contradição entre a direção do partido e a militância atuante na base, essa participação do PCB junto aos trabalhadores foi fundamental para que o partido não fosse abandonado por eles. Ou seja, a atuação da militância foi importante para fazer essa ligação entre direção do partido e trabalhadores. Nessa lógica, o PCB teria atuado de duas formas, as quais não eram completamente opostas.

Não deixaram de apoiar os trabalhadores nas suas reivindicações econômicas, ao mesmo tempo em que procuraram difundir a política traçada pelo PCB, ampliando as esferas consensuais em torno da proposta de “União Nacional” (manutenção da ordem e tranquilidade, defesa e ampliação das liberdades democráticas, eleições livres e honestas, medidas práticas a favor do bem-estar imediato do povo) (Pinheiro, 2007, p. 60).

Seguindo essa lógica, Santana também chama a atenção para o fato de que, mesmo que a direção do PCB tivesse uma política a ser seguida, a sua atuação junto aos trabalhadores sofreria certas influências.

Porém se buscou instrumentalizar o movimento dos trabalhadores no sentido dos interesses partidários, o PCB não logrou fazer isso da forma que queria. Esse processo sofreu injunções, desvios e alterações oriundos seja da resistência interna, seja das pressões externas experimentadas pela organização (Santana, 2001, p. 21).

A partir do que já foi exposto, pode-se entender que a ligação existente entre a militância e o partido não foi desfeita. Mesmo que o PCB não fosse um bloco único e indivisível, tentou-se lidar com os dois lados da atuação do partido: de um lado procurar atender às reivindicações dos trabalhadores e, do outro, a linha política do partido. De acordo com essa lógica, mesmo que existissem divergências no que diz respeito à forma que o PCB deveria atuar, este não perdeu o seu *status* de partido político.

Por estar muito próxima dos problemas imediatos dos trabalhadores e de seu movimento, a militância de base do partido, de alguma maneira, foi sempre mais disposta, no cotidiano da ação sindical, a acompanhar as vozes dos trabalhadores envolvidos na luta por melhores condições salariais e de trabalho do que seguir as orientações gerais do partido. No entanto, esse descompasso entre as estruturas de liderança e as de base não conseguiu descaracterizar o PCB como um partido político, nos termos colocados por Antonio Gramsci, de um organismo, inicialmente fragmento da sociedade civil que reúne vontades, no qual se iniciou a concretização de uma vontade coletiva, reconhecida e afirmada parcialmente na ação, aspirando ocupar um lugar hegemônico nas consciências dos cidadãos (Gramsci apud Pinheiro, 2007, p. 65).²

Depois de abordar algumas características fundamentais no que diz respeito ao surgimento dos Comitês Democráticos Populares e como era o seu funcionamento básico, para realizar uma comparação entre os CDPs na Baixada Fluminense e no Rio de Janeiro, é fundamental

² GRAMSCI Apud PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **Os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. p.65.

entender o contexto socioeconômico em que esses comitês foram criados. Para isso, considero importante examinar o conceito de Baixada Fluminense.

Para instaurar o debate em torno do conceito de Baixada Fluminense, vamos recorrer ao trabalho de Manoel Ricardo Simões. Em razão do recorte espacial desta pesquisa, acredito que seja fundamental explorar um pouco as diferentes formas de delimitação da Baixada Fluminense, ou seja, é necessário explorar um pouco a temática sobre os diferentes significados que o conceito de Baixada pode abarcar (Simões, 2006).

Em decorrência da pluralidade de pesquisas que exploram a Baixada Fluminense, esta vai ser conceituada de diferentes formas, ou seja, há um conjunto vasto de interpretações sobre a região.

Voltando a Manoel Ricardo Simões, ele observa que o conceito de Baixada Fluminense envolve uma série de controvérsias. Assim, cada autor, a partir de seus estudos particulares e da sua respectiva área de pesquisa, vai caracterizar a área referente à Baixada Fluminense de maneira diversa. Mas Simões destaca também que é possível estabelecer alguns elementos comuns dentro do conjunto de trabalhos que exploram a região da Baixada Fluminense, apesar das divergências observadas:

Os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são apontados, com unanimidade, como núcleos desta região, assim como não há questionamento sobre a inclusão de seus “satélites” imediatos, como Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, que são incluídos como parte da Baixada Fluminense por todos os autores, mas nem sempre analisados com a mesma profundidade que o “núcleo duro”. Os problemas se encontram nos limites leste, oeste e norte. Dependendo dos autores, Magé e Guapimirim podem ser ou não inseridos na Baixada Fluminense, o mesmo ocorrendo com Itaguaí, Seropédica e Paracambi (Simões, 2006, p. 1 e 2).

O autor inicialmente salienta que, no passado, ele atrelou o conceito de Baixada Fluminense à área original do município de Iguaçu; por conta disso, essa região poderia ser chamada de “Grande Iguaçu”. Entretanto, como resultado de suas pesquisas mais recentes, Simões destaca que “Grande Iguaçu” talvez não possa abarcar por completo o conceito de Baixada Fluminense, porque o conceito de “Grande Iguaçu” se assemelha ao que Rafael de Oliveira chama de “Baixada Política”, que incorporaria as regiões oriundas dos desmembramentos dos municípios de Nova Iguaçu, Magé e Itaguaí.

Em contraponto a essa Baixada Política encontramos um conceito de “Baixada Histórica”, presente nos trabalhos do IPAHB (Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense), que reconhece como tal a Grande Iguaçu e os municípios de Magé e Guapimirim (Torres, 2004). Tendo em vista esses conceitos de Baixada Política e Histórica, o autor destaca que a Baixada Fluminense seria uma região que englobaria a região de “Grande Iguaçu” e da extinta Estrela, o conceito para essa região seria “Baixada Geopolítica”:

Portanto, à medida em que não existe um conceito e uma delimitação única para a Baixada Fluminense, assumimos a responsabilidade de considerar neste trabalho, a partir de um conceito geopolítico, a Baixada Fluminense como sendo a parcela da Região Metropolitana que engloba os municípios e distritos que fizeram parte dos antigos municípios de Iguaçu e sua vizinha Estrela, ou seja, os atuais municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e o distrito de Inhomirim do município de Magé (Simões, 2006, p. 3).

No que diz respeito ao objetivo deste texto, há uma maior aproximação com esse conceito de “Baixada Geopolítica” de Manoel Ricardo Simões.

Seguindo com a lógica argumentativa do nosso trabalho, começo o exercício de comparar os comitês de bairro no Rio de Janeiro com os da

Baixada Fluminense. Dando maior destaque às formas como eles se organizaram, como eles atuavam e, quais eram seus objetivos, visto que essa atividade é fundamental para entender não só a importância histórica dos CDPs, mas também seu valor na sociedade.

Marcos César de Oliveira Pinheiro argumenta que grande parte dos comitês populares atuou na periferia da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente em muitas das favelas dessa cidade e nos subúrbios. Para entender esse processo de formação das favelas, o autor baseia-se na obra **Evolução urbana do Rio de Janeiro**, de Mauricio de Abreu. É possível dizer, sinteticamente, que essas favelas surgiram a partir do período do “bota-abaixo”, de 1902 a 1906, quando moradores dos cortiços foram expulsos do centro da cidade e movidos para a periferia devido às reformas urbanas que estavam sendo feitas na cidade (Pinheiro, 2007).

A partir da “Circular Política nº 1”, do Secretariado Nacional do PCB, assinado por Roberto Sisson provavelmente no período posterior ao comício do Estádio do Pacaembu, em 15 de julho de 1945, e anterior ao golpe de 29 de outubro de 1945, o autor argumenta que, para o PCB, os Comitês Democráticos Populares eram organizações fundamentais para que o povo pudesse entender e colocar em prática a orientação geral do partido, a “União Nacional”. Os comitês populares deveriam ser autônomos, ou seja, não deveriam ter ligações partidárias. Mas, para o autor, muitas vezes os comitês populares tinham ligações partidárias, principalmente com o PCB. “Porém, deveriam apoiar ‘sinceramente’ todas as forças e lideranças nacionais progressistas na proporção em que se manifestassem a favor da satisfação das reivindicações imediatas do povo.” (Pinheiro, 2007, p. 87)

Quanto à organização, ainda tendo por base a “Circular Política nº 1”, o autor argumenta que os comitês de bairro deveriam ser formados

inicialmente por um grupo de interessados, que em uma etapa posterior seria uma comissão provisória de organização eleita:

O documento do PCB descrevia a composição mínima da comissão provisória, constituindo-se de um presidente, um secretário e um tesoureiro, para o êxito de um trabalho de organização ampla, assinalando as tarefas iniciais a serem executadas: organizar um plano de reivindicações locais realizáveis; arrecadar recursos para os primeiros gastos com a impressão de boletins, convites, telefonemas, transporte, etc.; e realizar toda propaganda a seu alcance para que, logo na sua formação, o comitê fosse ganhando amplitude, tomando-se um organismo não só do grupo que o concebia, mas de âmbito popular, acessível a todos, redigindo, convites boletins “unitários e construtivos” distribuídos entre os moradores do bairro; fazendo visitas aos moradores influentes do bairro, a fim de obter o apoio e a adesão dos mesmos para o comitê; fazendo publicar seus boletins e convites nos jornais amigos do povo (Pinheiro, 2007, p. 88).

Após essa etapa seria feita uma reunião com os moradores do bairro para a fundação do comitê, quando seria escolhida uma direção provisória. A partir dessa direção, seriam criadas várias comissões, as quais tinham papel fundamental no funcionamento dos comitês. Segundo o autor, as comissões deveriam ser criadas ao longo do funcionamento do comitê de bairro e de acordo com as circunstâncias locais.

Na etapa seguinte era preciso estruturar a direção do comitê. “Após a estruturação do comitê, havia a proposição de ir constituindo-se aos poucos um conselho diretor, ‘de forte conteúdo nacional progressista’, para auxiliar eficazmente na boa direção do comitê” (Pinheiro, 2007, p. 88). Quanto à questão financeira do Comitê, o autor destaca que era aconselhado que os sócios comprassem selos nos valores de 1, 2 e 5 cruzeiros, de modo que cada sócio pagaria aquilo que pudesse; dentro dessa lógica, tinha-se o objetivo de abolir as mensalidades.

No que diz respeito aos objetivos dos comitês de bairro, Marcos Pinheiro destaca que estes iam além de melhorias das condições dos

moradores e também estavam relacionadas com as políticas mais gerais do partido:

Além das reivindicações práticas e imediatas para a melhoria das condições de vida da população local, deveria constar, nas atividades dos comitês populares democráticos, aquelas relacionadas às políticas gerais: defesa da política de “União Nacional”; garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento, etc.; manutenção da “ordem e tranquilidade” para a implementação de um regime democrático no Brasil, impedindo a consumação de um golpe militar por parte das forças mais conservadoras, que viesse a reverter o processo de democratização então em curso; defesa da convocação imediata da Constituinte; eleições livres e honestas; direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros; e muitas outras demandas democráticas (Pinheiro, 2007, p. 90).

Para entender a organização dos comitês de bairro na Baixada Fluminense, as fontes do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) foram fundamentais. Tendo em vista o objetivo de ter uma maior compreensão sobre como os comitês de bairro se organizavam na Baixada e em que medida essa organização se assemelhava com a colocada em prática pelos comitês populares no Rio de Janeiro, foi fundamental a análise de algumas páginas do Estatuto do Comitê Democrático e Progressista Pró-Melhoramentos de Mesquita.³

Quanto à organização, de acordo com esse documento, o comitê teria como órgãos uma Assembleia Geral, uma Diretoria e os Departamentos. A Assembleia Geral seria um órgão soberano ao comitê, e teria como uma de suas funções eleger os membros da Diretoria e os secretários do Departamento de Trabalho. A Assembleia seria presidida por um presidente e um secretário. Já a Diretoria, eleita por seis meses pela Assembleia Geral, seria composta por um presidente, um

³ Comitê Democrático Progressista de Mesquita, 1946, Notação 1386, Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política – Aperj.

secretário, um tesoureiro e cinco diretores dos Departamentos, escolhidos entre os membros com no mínimo 30 dias de atividade de comitê. Entre as competências da Diretoria, podemos destacar a função de representar o comitê em quaisquer solenidades bem como junto às autoridades e poderes públicos, em tudo que fosse de interesse social, podendo nomear delegados ou comissões de representação. Os Departamentos seriam cinco: Departamento da Cultura e Recreação, Departamento Feminino, Departamento Juvenil, Departamento de Publicidade e Departamento Campo e Lavoura. Esses Departamentos seriam constituídos por um diretor eleito e cinco membros escolhidos em Assembleia Geral, ou indicados pela diretoria ou mesa. Entre as atribuições dos Departamentos, podemos indicar que o Departamento da Cultura e Recreação tinha como umas das suas atribuições: a alfabetização gratuita de adultos e crianças, os teatros populares, conferências e palestras. O Departamento Feminino tinha, entre suas atribuições, o abastecimento de água, carne, leite e pão, moradia, serviço médico gratuito, bem como promover festivais. O Departamento Juvenil tinha como umas das suas responsabilidades promover e intensificar a prática de esportes em geral e organizar festivais. O Departamento de Publicidade tinha como alguns de seus objetivos fazer todo o noticiário, propaganda das atividades e objetivos do comitê. O Departamento Campo e Lavoura tinha entre suas atribuições promover e intensificar o estímulo ao desenvolvimento da lavoura local.

Quanto às formas de atuação do comitê, o estatuto destaca que este atuaria de diferentes formas: através de seus departamentos de trabalho, por memoriais e petições aos poderes públicos; pela educação democrática do povo e nas épocas de eleição, através do encaminhamento aos partidos políticos e seus candidatos das teses e resoluções que houvesse aprovado.,.

No que diz respeito às finanças do comitê, de acordo com o estatuto, o patrimônio seria constituído pelas contribuições mensais obrigatórias dos associados, livremente fixadas.

Entre os objetivos do Comitê Democrático e Progressista Pró-Melhoramentos de Mesquita, é possível destacar: congregar os moradores do bairro de Mesquita, sem distinções de raça, cor, religião e filiação partidária, que se propusessem a trabalhar pela solução de algumas questões e reivindicações, principalmente as que envolviam problemas locais mais sentidos e imediatos; União Nacional, eleições livres com o voto direto e secreto; combate a todas as forças nazifascistas e integralistas que tentassem impedir o processo de democratização do país; construção de habitações para os trabalhadores; melhorias no abastecimento de gêneros alimentícios e do custo de vida; promover educação, cultura e recreação popular, assistência social, médica, saúde pública e saneamento (água, esgoto, limpeza pública, transporte etc.).⁴

Segundo Marcos César de Oliveira Pinheiro, através da análise empírica dos comitês populares, fica claro o estado de abandono desses lugares. Os Comitês Populares Democráticos agiam como meio de ligação entre as reivindicações das demandas populares e o poder público, dando maior visibilidade para os problemas sentidos pelos setores populares. Nesse contexto, a partir de fontes da **Tribuna Popular**, o autor procura identificar alguns dos problemas sentidos pelos moradores na periferia do Rio de Janeiro:

Apelando ao “espírito democrático” do prefeito, uma comissão nomeada pelo Comitê Democrático da Lapa e Esplanada do Senado leva reivindicações do Morro de Santo Antônio, cujos moradores, laboriosos que são,

⁴ Comitê Democrático Progressista de Mesquita, 1946, Notação 1386, Rio de Janeiro. Fundo de polícia Política – Aperj

encontram-se desprovidos de todos os recursos, abandonados pelos poderes públicos e, além de tudo isso, vendo seus filhos permanecerem na ignorância, muito embora uma organização democrática, e sem cor partidária, tenha-se disposto a levar-lhe instrução, sem que importe em ônus para os cofres da Nação.⁵

Não habitamos casas: superlotamos barracões de madeira e lata, que, em geral, nós mesmos construímos com os materiais que podemos arranjar [...] Nos barracões não há espaços nem água, nem luz, nem esgoto e, portanto, podemos dizer sem exagero, não há higiene, nem saúde, nem ar!⁶

Outro problema que os moradores das favelas encontravam era a qualidade do transporte coletivo:

Memoriais, abaixo-assinados e cartas dirigidas aos poderes públicos não faltaram por parte dos comitês de bairros, reivindicando melhoria dos transportes públicos. Aumento no número de ônibus, a extensão das linhas de bonde e ônibus, modificação de itinerários, ligação com bairros próximos e melhoria do estado geral dos coletivos. Em 14/06/1945, o **Tribuna Popular** noticiou que, numa ação conjunta, comitês de bairros recolheram assinaturas para solicitar melhoria no serviço de transportes, apelaram às autoridades alegando que a escassez de linhas de condução não afetaria apenas os trabalhadores, mas também ao Estado e empregadores, porque os trabalhadores se atrasariam e produziram menos no trabalho (Pinheiro, 2007, p. 102).

Pinheiro argumenta que a solução encontrada pelos comitês populares para o problema do transporte coletivo era procurar mandar cartas, memorandos e abaixo-assinados para as instituições públicas, reivindicando melhorias nos transportes públicos, tais como: aumento do número de ônibus, melhorias nos ônibus e extensão das linhas de bonde.

⁵Manifesto assinado por Marcel Campos, presidente do comitê, seguindo informação da reportagem. Cf. "A polícia fecha uma escola no Morro de Santo Antônio" (**Tribuna Popular**, 13/6/1946). *Apud* PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **Os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. p.95.

⁶ Relato da comissão de moradores do Morro da Liberdade e Chácara do Vintém, ligada ao comitê Popular Democrata da Tijuca, sobre as precárias condições de vida das famílias da localidade, em Memorial dirigido ao então prefeito do Distrito Federal, Hildebrando de Góis. *Apud* PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **Os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007. p.95.

Algumas reivindicações foram atendidas. Após memorial enviado à direção da estrada de ferro Central do Brasil, o Centro Progressista Pró-Melhoramento de Tomaz Coelho – Engenho do Mato conseguiu o prolongamento da linha de Honório Gurgel a Pavuna, sendo “esta a mais importante das vitórias já obtidas pelo Centro” (**Tribuna Popular**, 16/01/1947, *apud* Pinheiro, 2007, 103).

A escassez de alimentos também era um problema sentido nos subúrbios e bairros cariocas. Tal escassez tinha como origem tanto a falta de poder aquisitivo dos trabalhadores como o fornecimento precário de alimentos:

Tudo aqui é caro. É vendido ao preço que pode pagar a gente rica. E como não há dois preços, um para os ricos, outro para os pobres, nós temos que comprar pelo preço que os ricos podem pagar. Na maioria dos dias voltamos para casa sem comprar nada, pois o dinheiro é pouco (**Tribuna Popular**, 2/8/1946, *apud* Pinheiro, 2007, p. 104).

A solução encontrada pelos comitês populares era a solicitação da criação de postos móveis de venda de gêneros de primeira necessidade e a utilização de carros-tanque para o abastecimento de leite.

Outro problema encontrado foi a questão da falta ou precariedade dos serviços de saúde pública. Diante desse problema, Marcos Pinheiro destaca que os comitês populares não teriam ficado apenas esperando que suas reivindicações fossem atendidas pelas instituições públicas, muitos desses comitês teriam ajudado os moradores com a prestação de serviços médicos, inclusive com a instalação de postos médicos nos comitês.

Fechado na gestão do prefeito Cônego Olímpio de Melo (1936-1937), o bairro de Anchieta ficou desprovido de qualquer assistência médica. Por iniciativa própria, o Centro de Vigilância Democrática de Anchieta organizou um novo posto com atendimento médico e distribuição gratuita de remédios. Festivais dançantes, competições esportivas, “peixada à nortista”, feijoada, rifas, foram vários os recursos utilizados pelos comitês para manutenção de suas atividades (Pinheiro, 2007, p. 106).

A favela foi uma forma que os setores populares encontraram para sobreviver. Outra “opção” que as pessoas de baixo poder aquisitivo encontraram para viver em virtude da pouca assistência do Estado e dos baixos salários foi habitar regiões como a Baixada Fluminense. A partir do jornal **Correio da Lavoura** podemos ter certa noção das condições de vida dos moradores da Baixada e de como os comitês de bairro atuavam.

Na edição do dia 8/7/1945, há uma notícia referente ao aumento dos preços de gêneros alimentícios, mais especificamente referente ao preço da carne. Nessa notícia, uma pessoa dita fiscal do governo estaria notificando o prefeito de que o preço da carne em alguns estabelecimentos em Nova Iguaçu estaria elevado.⁷

Na edição do dia 16/9/1945, é evidenciada uma notícia que faz menção às melhorias públicas que o prefeito de Nova Iguaçu teria realizado na cidade, principalmente referentes à iluminação pública. É possível interpretar que esse problema da iluminação já era algo constante nas reclamações dos moradores, daí a resposta da instituição publica municipal.⁸

Na edição do dia 13/1/1945, é realçada uma reportagem referente a um problema presente no município de Nova Iguaçu, o preço do leite. De acordo com a notícia, apesar de existir uma tabela para o preço do pão e da carne (o redator da notícia relata que o preço “correto” desses dois gêneros alimentícios também não é respeitado), não existia uma tabela para o preço do leite. Por conseguinte, os preços desse alimento eram extremamente altos para os moradores de baixa renda (Azeredo, M., 1945, p. 2).

⁷ **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 8/7/1945. p. 2.

⁸ **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 16/9/1945. p. 2.

Na edição do dia 14/4/1946, relata-se um problema sentido no município de Nova Iguaçu: o da habitação popular. De acordo com essa matéria, existe um problema grave no município que é o da falta de residências para os moradores.

O que se verifica por aí é uma corrida louca para “assegurar” uma casa qualquer, cujo inquilino morreu de repente e a família quer sair do lugar que lhe traz, sempre, muitas recordações de seu ente amado, ou é impelida a mudar-se para outra cidade em busca de vida nova. Formam-se, então, filas enormes à porta do proprietário da casa, com bilhetinhos de amigos influentes que apelam para a sua boa vontade, e cartas de recomendação e de fiança ao gosto do possuidor do imóvel (Azeredo, L., 4/1946, p. 2).

Na edição do dia 25/8/1946, é de destaque uma notícia referente ao problema de abastecimento de gêneros alimentícios em Nova Iguaçu. Como uma espécie de solução para o problema é trabalhada a ideia de utilização de postos de abastecimentos populares (Azeredo, L., 8/1946).

Como havia argumentado anteriormente, no jornal **Correio da Lavoura** ainda é possível encontrar um material que vai nos dar maior entendimento sobre como os comitês de bairro atuavam na Baixada, nessa documentação há uma série de elementos que vão contribuir para que se possa identificar como os comitês se organizavam e como era o seu funcionamento.

Comitê Democrático Progressista de Nova Iguaçu

Na edição do **Correio da Lavoura** dia 8/7/1945, é registrada uma reunião entre o Comitê Democrático Progressista de Nova Iguaçu e o prefeito da cidade, Getúlio de Moura. Nessa reunião, o referido comitê procurou mostrar ao prefeito algumas reivindicações dos moradores do município. Entre elas podem-se destacar: soluções para problemas referentes à saúde pública, transporte coletivo, preço dos gêneros

alimentícios, incentivo à pequena lavoura, aumento de salários a trabalhadores municipais, entrega de correspondência a domicílio, calçamento, esgoto, iluminação pública e telefone.⁹

Na edição do dia 27/1/1946, há uma notícia que frisa o fato de que em Nova Iguaçu, apesar do funcionamento de um hospital, o problema da saúde pública é algo preocupante. Através dela podemos verificar que os Comitês Populares tinha sua importância reconhecida no que diz respeito à solução dos problemas sociais:

Existe no município o Comitê Democrático, o qual tem as obrigações de propugnar pelas reivindicações locais, iniciativas de caráter progressista e tudo o mais que possa vir em benefício dos que mais necessitam de apoio social. Esse Comitê, no entanto, só poderá cumprir essas obrigações se os cidadãos bem-intencionados, comerciantes, indústrias, políticos em geral, agremiações religiosas e filantrópicas de todos os matizes se congregarem em seu seio, desprevenidos de qualquer antagonismo e com a finalidade expressa de trabalhar pelo engrandecimento desse município (Guimarães, 1946, p. 2).

A partir dessa fonte é possível inferir também que, para que os objetivos dos comitês populares — no tocante à solução dos problemas dos bairros — fossem alcançados, era fundamental o trabalho conjunto entre eles e os moradores.

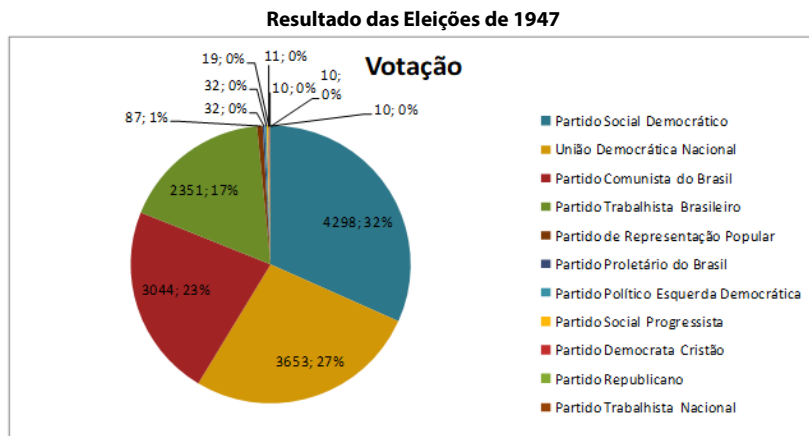
Mas esses objetivos iam além de atender às reivindicações dos moradores, exemplo disso é que o **Correio da Lavoura** do dia 30/9/1945 relata que os objetivos do CDP de Nova Iguaçu passavam necessariamente pela “União Nacional”:

Os comitês populares têm o dever precípua de lutar “pela união nacional, pela ordem e tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas, por eleições livres e honestas”. Só abrangendo um número considerável de pessoas, de todas as correntes políticas e crenças religiosas,

⁹ **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 8/7/1945. p. 2.

que sejam democratas e patriotas, é que eles poderão exercer a sua função educativa, fazendo em colaboração dos governos, a política do entendimento entre as forças vivas, do trabalho organizado e do progresso popular (Mar, 1945, p. 3).

Na edição do dia 2/2/1947, divulga-se o resultado das eleições realizadas naquele ano para governador, senador e deputado federal no âmbito do município de Nova Iguaçu. De acordo com a matéria, em Nova Iguaçu o resultado, considerando as legendas foi o seguinte: Partido Social Democrático 4.298; União Democrática Nacional 3.653; **Partido Comunista do Brasil 3.044**; Partido Trabalhista Brasileiro 2.351; Partido de Representação Popular 87; Partido Proletário do Brasil 32; Partido Político Esquerda Democrática 32; Partido Social Progressista 19; Partido Democrata Cristão 11; Partido Republicano 10; Partido Trabalhista Nacional 10; Partido Orientado Trabalhista 10.¹⁰



A partir desses dados, é possível supor que os objetivos dos Comitês Populares estavam sendo, de certa maneira, concretizados, e os moradores tinham certo reconhecimento disso.

¹⁰ **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 2/2/1947.

Seguindo a linha argumentativa, algumas fontes do Aperj também foram de grande importância, tendo em vista o objetivo de entender a forma de atuação dos comitês de bairro na Baixada.

No jornal **Tribuna Popular** de 28/5/1946, há uma informação referente ao 1º aniversário do Comitê Democrático de Nova Iguaçu. Nessa matéria destaca-se a importância da formação do comitê, tendo em vista a organização do povo em prol de suas reivindicações. De acordo com a fonte, os comitês não são agremiações partidárias, já que apresentam valores diversos, mas também não são apolíticos. Além disso, o jornal salienta que a luta dos comitês era não apenas por reivindicações de ordem econômica, mas também para esclarecimento do povo quanto à necessidade de libertá-lo do imperialismo americano, auxiliado pelos senhores de terra, os quais atuam para impedir o progresso brasileiro. Há também a denúncia dos problemas enfrentados pelos moradores: filas, a falta de gêneros, de higiene, de escolas, de hospitais, “problemas de miséria”. Ainda nessa matéria é feito o esclarecimento da forma que esse comitê de bairro pretendia agir para conseguir seus objetivos:

E como realizar essa tarefa: desmascarando os inimigos do povo, os assassinos do povo, conclamando o governo a descer até nós, sentir os nossos problemas, viver a realidade das filas do pão, da falta do leite, dos filhos sem escola, libertando-os dos fascistas que os cercam. E nós haveremos de conseguir através de organização. Fazendo dos Comitês Populares a nossa segunda casa. A casa das nossas reivindicações.¹¹

Ainda em relação ao Comitê Democrático de Nova Iguaçu, na **Tribuna Popular** de 12/6/1945, informa-se sobre a reunião para posse

¹¹ Organizado, o povo é invencível. **Tribuna Popular**, 28/5/1946, Rio de Janeiro, notação 1.389. Fundo da Polícia Política, Aperj.

da diretoria provisória do comitê de bairro. De acordo com o jornal, nessa reunião foram reafirmados alguns objetivos do comitê.

Após amplo debate democrático com a participação dos moradores, verificou-se que todos estavam de acordo com os seguintes objetivos: batalhar pela união nacional, pela democratização e pelo progresso do país, cooperar efetivamente nos comitês num sentido de ampliação das responsabilidades gerais.¹²

Comitê Democrático Progressista de Nilópolis

A **Tribuna Popular** do dia 30/8/1946 indica alguns dos objetivos de outra organização, o Comitê Democrático Progressista de Nilópolis. A notícia relata uma convocação de todas as mulheres para uma reunião, na qual será estabelecido um plano de combate à carestia.¹³

No dia 14/6/1945, o jornal traz algumas das reivindicações do comitê de bairro em Nilópolis: transportes, escolas profissionais, restauração de algumas linhas de ônibus, calçamento das principais ruas, iluminação, creches, proteção ao pequeno lavrador, aumento dos trens em Nova Iguaçu, sindicalização dos que trabalham nas fábricas e no comércio.¹⁴ Dez dias depois, o jornal vai dar certo destaque a alguns objetivos desse comitê: união de todos os cidadãos para a democratização do país, solução pacífica para os problemas políticos do país, luta contra as determinantes da carestia, combate a fascistas, apoio às reivindicações de caráter local.¹⁵

¹² Uma grande reunião democrática. **Tribuna Popular**, 12/6/1945, Rio de Janeiro, notação 1.389. Fundo da Polícia Política, Aperj.

¹³ **Tribuna Popular**, 30/8/1946, Rio de Janeiro, notação 31. Fundo da Polícia Política, Aperj.

¹⁴ Comitê Pró-Reivindicações Democráticas de Nilópolis. **Tribuna Popular**, 14/6/1945, Rio de Janeiro, notação 31. Fundo da Polícia Política, Aperj.

¹⁵ Comitê pró reivindicações de Nilópolis. **Tribuna Popular**, 24/6/1945, Rio de Janeiro, notação 31. Fundo da Polícia Política, Aperj.

Comitê Democrático Pró-Melhoramento de Mesquita

A **Tribuna Popular** de 26/5/1945 relata que o Comitê Democrático Pró-Melhoramento de Mesquita foi criado com uma linha política que consiste na defesa e concretização das seguintes reivindicações: criação de escolas com capacidade para a infância local, criação de um posto de saúde local, iluminação das vias públicas, colocação de meios-fios, canalização das águas de esgoto, criação de um posto policial, criação do serviço de entrega de correspondência a domicílio, criação de um entreposto de gêneros alimentícios, proteção e ajuda aos lavradores locais.¹⁶

Em 28/3/1947, o periódico anuncia um festival organizado pelo Departamento Feminino a ser realizado no dia 6 de abril, com o objetivo de angariar fundos para a compra de roupas e calçados para crianças pobres de Mesquita de até 9 anos.¹⁷

Tendo em vista os objetivos de atender a algumas das reivindicações dos moradores, o Comitê Democrático Pró-Melhoramento de Mesquita, de acordo com notícia na **Tribuna Popular** de 1º./12/1946, passa a oferecer carvão vegetal a 32 cruzeiros o saco, enquanto as carvoarias baixaram o valor do produto de 48 para 35 cruzeiros.¹⁸

Considerações finais

Devido a questões logísticas para a produção textual, não foi possível citar todas as fontes que me auxiliaram ao longo da pesquisa. Entretanto, acredito que, apesar dessa quantidade limitada de fontes,

¹⁶ Criado em Mesquita um Comitê Democrático Progressista. **Tribuna Popular**, 26/5/1945, Rio de Janeiro, notação 1386. Fundo da Polícia Política, Aperj.

¹⁷ Comitê Democrático Progressista de Mesquita. **Tribuna Popular**, 28/3/1947, Rio de Janeiro, notação 1386. Fundo da Polícia Política, Aperj.

¹⁸ Fornece carvão aos seus associados o Comitê Democrático de Mesquita. **Tribuna Popular**, 1/12/1946, Rio de Janeiro, notação 1386. Fundo da Polícia Política, Aperj.

através do debate historiográfico que foi realizado ao longo do trabalho, juntamente com a análise das fontes do Aperj e do **Correio da Lavoura**, consegui ilustrar as principais características dos comitês de bairro na Baixada Fluminense.

Ao analisar a documentação que Marcos Pinheiro usa no seu trabalho sobre os CDPs, juntamente com os arquivos do Aperj e com alguns exemplares do **Correio da Lavoura** (Pinheiro, 2007), pude identificar que os Comitês Populares no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense apresentavam pouquíssimas diferenças, seja quanto aos objetivos, seja quanto à organização. Entre elas, pode-se destacar que, no tocante ao lado financeiro, conforme identifiquei através das fontes, o Comitê Democrático Progressista Pró-Melhoramento de Mesquita tinha suas finanças baseadas em contribuições mensais obrigatórias dos associados, enquanto nos comitês de bairro no Rio de Janeiro a orientação era de que fossem abolidas as contribuições mensais e que os sócios passassem a contribuir com valores oriundos da compra de selos, ou até mesmo através de sua revenda com repasse aos comitês de bairro.

Identifiquei também que os comitês de bairro na Baixada e no Rio de Janeiro apresentavam muitas semelhanças. Eles funcionavam basicamente a partir de comissões ou departamentos, defendiam a linha política de “União Nacional”, afirmavam que eram organizações “apartidárias” abertas a todos, que eram antifascistas e que tinham como objetivos principais funcionarem como um elo entre as reivindicações das demandas populares e o poder público, dando maior visibilidade para os problemas sentidos pelos setores populares. Entre essas reivindicações, destacam-se: o fornecimento de gêneros

alimentícios, iluminação pública, moradia, saneamento básico, serviço de saúde e transporte público.¹⁹

Concordo com a forma que Marcos Pinheiro trabalha a ideia de “dois PCs”, procurando relativizar tal conceito, já que acredito que os comitês na Baixada tentavam fazer dialogar as orientações do partido e as reivindicações populares. Nesse sentido, os militantes, ao atuarem nos Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense, procuraram, a partir do contexto social em que estavam inseridos, adequar a linha política do PCB de “União Nacional” às reivindicações e carências dos moradores dos bairros.

Acredito que os CDPs na Baixada Fluminense, assim como os comitês de bairro no Rio de Janeiro, tinham de, a todo momento, trabalhar com esse duplo aspecto da militância do PCB dentro do contexto social em que atuavam. Por um lado, procurar ajudar os moradores com os seus problemas locais, ligados à precariedade de condições fundamentais para a sobrevivência e, por outro, mostrar aos trabalhadores a clareza e os objetivos da linha política do PCB, trazendo-os para o lado do partido na luta pela “União Nacional” e pela consolidação da democratização.

Entre o “saber” da direção e o “sentir” das bases, estabelece-se uma relação dialética. Os homens como sujeitos reais da história não são instrumentos passivos de determinações partidárias, mas, dentro de uma trama social concreta, interagem entre eles, defrontando-se e construindo conflituosa e consensualmente a vida em sociedade (Pinheiro, 2007, p. 63).

A pesquisa tem seu valor e relevância relacionados a dois aspectos, um histórico e outro social. Ela ajuda a responder a algumas das principais questões que giram em torno dos Comitês Democráticos

¹⁹ Comitê Democrático Progressista de Mesquita, Rio de Janeiro. Notação 1.386, Fundo de Polícia Política – Aperj.

Populares na Baixada Fluminense e, dessa forma, chamou a atenção para essa temática de grande valor histórico. E retrata a realidade e dificuldades, lutas e conquistas, de pessoas comuns que se organizavam em CDPs e procuravam buscar soluções para problemas relacionados às suas vidas cotidianas. Por isso, acreditamos que pesquisa contribui, mesmo que parcialmente, para a compreensão da História da Baixada Fluminense.

Referências

- AARÃO REIS, Daniel. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- ALEM, Silvio Frank. **Os trabalhadores e a “redemocratização”**: estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato (1942-1948). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Área de História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas, SP, 1981.
- ALVES, J. C. S. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias RJ: APPH-CLIO, 2003.
- AZEREDO, L. de Em foco o problema da habitação popular. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, p. 2, 14/4/1946.
- _____. Posto de abastecimento popular. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 25/8/1946. p. 1.
- AZEREDO, Martins de. O preço do leite. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 13/1/1945. p. 2.
- CARONE, Edgard. **O PCB**. Vol. 2: 1943 a 1964. São Paulo: Difel, 1982.
- CORDEIRO, Sara Celeste. **Comitês Democráticos Populares de Bairro e o Partido Comunista do Brasil na Cidade do Rio de Janeiro**: uma “via de mão dupla” (1945-

1947). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUARTE, Adriano Luiz. Em busca de um lugar no mundo: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 195-219, julho-dezembro de 2008.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia**: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRENCH, John D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

GUIMARÃES, Noel. O problema da saúde pública. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 27/1/1946. p. 2

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACEDO, Michele Reis de. **Trabalhadores e cidadania no Brasil**: o movimento queremista e a democratização de 1945. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2008.

MAR, Luiz. Comitês populares. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, 30/9/1945. p. 3

PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **Os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007.

PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) à União Nacional (1938-1945): **a virada tática na política do PCB**. São Paulo: **Paz e Terra**, 2001.

PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas atuais da democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, s/data.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2001.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, 2006. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SPINDEL, Arnaldo. **O Partido Comunista na gênese do populismo**: análise da conjuntura da redemocratização do após-guerra. São Paulo: Edições Símbolos, 1980.

TEIXEIRA DA SILVA, Fernando; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “partido da classe operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: **nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**, vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense: **a construção de uma história: sociedade, economia, política***. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004.

WEFFORT, Francisco C. Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após guerra). **Estudos Cebrap**, n. 4, São Paulo: Cebrap, 1973.

4

O PALCO E A PROSA: O COTIDIANO CULTURAL NOS BARES IGUAÇUANOS (1989-1996)

Leonardo de Freitas Onofre

No presente artigo, pretendo apresentar as relações de sociabilidade e a práticas culturais de artistas e frequentadores do Daniel's Bar, fundando pelo músico pernambucano Daniel Guerra em 1989 e localizado na praça Santos Dumont, no centro da cidade de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense. O espaço, considerado pela classe artística da época um dos últimos redutos de aglutinação de jovens artistas e consumidores da boemia cidadina, é ainda hoje lembrado como importante capítulo na história cultural da região. A presença na memória afetiva de antigos frequentadores é justificada, em grande parte, pelas atividades culturais desenvolvidas no local. Entre as principais manifestações de entretenimento podemos destacar o próprio cotidiano vivenciado no bar, principalmente no tocante às realizações culturais: desde a produção literária e musical dos frequentadores a ponto de encontro da militância política e cultural.

A relação dos bares da cidade com a produção cultural de artistas da região é anterior ao surgimento do Daniel's Bar: considerável parte do público do bar (que em dia de lotação chegava a ter de 300 a 400 frequentadores, principalmente nas noites de festivais de música e teatro) já se conhecia de encontros e por conviverem em bares que existiram ou começaram a funcionar antes, como demonstra o fotógrafo conhecido como “Laranja”:

O bar é parte da nossa cultura. É como se fosse o quintal da nossa casa e como não poderia deixar de ser figura carimbada de nossas noites [...] Sou residente desta cidade e tenho boas lembranças de bares e bares que se tornaram

redutos culturais, pois por aqui nem as autoridades nem a iniciativa privada nunca deram a merecida importância ao valor que tem a cultura como elemento de transformação [...] vale aqui refrescar a memória daqueles que ao longo dos anos faziam dos bares uma mistura de divertimento com conspirações culturais [...] Quem nos anos 70 não se lembra do Dívida Interna? [...] Por certo também ouviram falar do Labionda, Bronca do Sol, Chez Van e Casa Velha. A partir dos anos [19]80 boas opções apareceram assim como o Tapera, a Casa da Pantera com sua música, poesia, teatro e intelectuais. Impossível não falar do Roque Santeiro, que marcou época com o projeto Uma mesa no Palco, que contava com diversos artistas iguaçuanos de diversos segmentos. Também a simpática Whiskeria marcou época com seu espaço aconchegante e o bom gosto de seu dono, Eduardo Cavalcante. Com certeza até quem não conheceu o Bar do Bigode (primeiro o Barracão do Bigode, depois o Le Moustache). Outra boa opção foi o Calipso, o primeiro videobar da cidade. [...] Não poderia deixar de citar o Daniel's Bar. Lá também foi uma variedade cultural. As engrenagens das usinas de artistas rolavam com força. Festivais de música, de esquete, shows musicais [...] (Lima, 2000)

Por meio desse depoimento podemos identificar alguns dos bares¹ da cidade que serviram de espaços para diferentes grupos de jovens envolvidos com cultura, política ou boemia. Esses espaços passam a ser ocupados como *locus* de pertencimento e identidade, configurando-se como espaços destinados às atividades culturais na década de 1990. No final dos anos 1980, artistas e produtores culturais buscaram os veículos de comunicação para expor suas insatisfações em relação à vida cultural de Nova Iguaçu, como também a articulação de grupos interessados na produção de arte na cidade. Nesse contexto, surgem diferentes reivindicações em relação às condições de difusão de entretenimento e consumo de arte. Tais iniciativas podem ser percebidas não apenas nos diversos bares culturais que já existiam desde a década de 1970, mas também em outros espaços, como os quintais (como o Centro Cultural

¹ Em 2010 o professor de história e cineasta Fábio Gomes Branco produziu e dirigiu o documentário **A Casa da Pantera** sobre o famoso bar da década de 1970, que abrigou em seu espaço uma geração de jovens artistas da cidade de Nova Iguaçu.

Donana, em Belford Roxo), em ambientes alternativos (lojas comerciais, feiras de rua ou bancas de jornais) e também nas atividades desenvolvidas por ONGs, movimentos e associações de bairros. No tocante aos movimentos de associação de bairro, podemos destacar a disponibilidade dos espaços aos artistas através de festivais como o FestMab². A maior parte das informações obtidas sobre os espaços de entretenimento refere-se às salas de cinema, cuja programação poderia ser encontrada nas edições do **Correio da Lavoura** (1989-1996). Entre as salas de exibição cinematográfica, podemos destacar os já extintos Cine Verde, Cine Pavilhão e o Cinema Santa Rosa. Esse pequeno circuito de cinemas era a única opção do gênero na cidade. Outra temática frequente nas folhas desse jornal é a movimentação e a circulação da elite política e econômica citadina nas colunas sociais, que estampavam as festas nos clubes, dos restaurantes, das personalidades e dos destaques da vida política e social. Entre os clubes e restaurantes da época, destacamos o fluxo social do Country Club, Rotary Club, Hollywood Disco Club, La Dolce Vita, Churrascaria Minuano, entre outros:

Já são tradicionais em todo o Grande Rio, atraindo colonistas famosos e amantes da boa música, as noites de serestas da Minuano [...] É no km 14 da Rodovia Presidente Dutra, em 7.500 m de área, que está o templo da música popular brasileira [...] Nesse templo já desfilaram e continuam desfilando os grandes astros de nossa música popular, como Nelson Gonçalves, Altemar Dutra, Sílvio Caldas, Nelson Ned, Perla, João Roberto Kelly, Emilinha Borba, Cláudia Barroso, Helena de Lima, Carlos Alberto, Gregório de Barros e muitos outros³.

No caso de Nova Iguaçu, alguns espaços marcam e são caracterizados como locais de pertencimento para a elite econômica,

² Festivais realizados pela MAB (Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu).

³ Censo Demográfico de Nova Iguaçu, 1974. p. 21

como o Country Club. Entretanto, outros espaços também assim identificados, passam a ser utilizados por eventos não pertencentes às tradicionais famílias, como as atividades realizadas por produtores culturais, como Nelson Freitas, que na década de 1990 apresentava o projeto “Quinta 8:30” no espaço do salão do Iguazu Sport Club, ou das festas e bailes realizados no Tênis Clube de Mesquita, que teve sua fundação ligada às elites do então 5º Distrito de Nova Iguaçu⁴.

Na década de 1990, a efervescência cultural na cidade passa a ser partilhada por ações individuais ou coletivas de artistas criadores de espaços de cultura, como percebemos nos discursos produzidos por músicos, escritores e afins ao argumentarem a urgência de seus projetos, a necessidade de se criarem alternativas além da tentativa de desmistificar a imagem da Baixada Fluminense como local sem vida cultural. Visões e perspectivas já encontradas no final da década de 1980, permitindo que a geração citadina desfrutasse de maior liberdade e anseios de mudarem as perspectivas e imagens associadas à Baixada Fluminense.

Embaixada do Samba é show no Teatro Rival de 1º a 5 de maio. A cada dia que passa cai por terra o estigma de que a Baixada Fluminense só é capaz de produzir cadáveres mirabolantes, miséria absoluta e políticos corruptos. O que era obvio para nós, discriminados moradores, ganha espaço em muitos campos da sociedade brasileira. O artístico, por exemplo, nessa semana que começa abocanhar mais uma vitória.⁵

É nesse contexto de militância que podemos entender o surgimento do Daniel's Bar e de sua funcionalidade como espaço comercial destinado também à produção da classe artística da região. Essa efervescência

⁴ Alguns clubes tiveram suas trajetórias envolvidas com o passado de tradicionais famílias da cidade, como o Country Club, o Clube dos Grã-finos e seu primeiro público-alvo: a elite do distrito de Mesquita, e que mais tarde viria a receber o nome de Tênis Clube de Mesquita; ou os restaurantes mantidos e frequentados por figuras importantes do ramo comercial da cidade, como Manolo Martinez e sua casa de show: a Hollywood Disco Club.

⁵ **Correio da Lavoura**. Edição semanal: 28/4 a 4/5 de 1990. p.1

cultural passa diretamente pela atuação de personagens que se identificavam como agentes realizadores e difusores de suas próprias produções e das produções de seus semelhantes, de maneira que a questão da conquista de espaços fosse um tema de afirmação, assim como outros espaços criados, como o Centro Cultural Donana, em Belford Roxo⁶, ou Espaço Alternativo, em Nova Iguaçu, entre outros locais que emergiam e articulavam-se como alternativos.

Hoje — assinalou Cláudio — o vazio cultural da Baixada vem sendo ocupado pela criação de vários centros. Além do Espaço Alternativo, existe a Casa de Cultura e, em Belford Roxo, foi criado o Centro Cultural Donana. Tudo isso vem acontecendo graças à mudança de mentalidade do artista, já que a maioria das pessoas envolvidas nesses projetos teve a oportunidade de vivências e experiências de animação cultural promovida pelos CIEPs. Naquele período houve um amadurecimento do artista, que posteriormente, com o fim daquele tipo de atividade se viu obrigado a criar novos espaços.⁷

Os esforços e discursos construídos na década de 1990, com o objetivo de superar o estigma da violência e da miséria geralmente associado à região, não foram exclusivos de artistas independentes⁸. Organizações sociais e associações de bairros como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), em Duque de Caxias, e o MAB (Movimento de Associação de Bairros), em Nova Iguaçu, as atividades da TV Maxambomba⁹ e até mesmo uma programação na TVE, buscavam difundir outras imagens e valores da Baixada Fluminense, diferentes da violência e da pobreza.

⁶ Para maiores informações sobre o Centro Cultural Donana, ver o trabalho **Memória musical da Baixada Fluminense**, de André Santos Leite (2006).

⁷ **Correio da Lavoura**. Edição Semanal, 27/4 a 4/5/1991. p.1

⁸ Sobre a temática da representação e associação da Baixada Fluminense pelo estigma e imaginário da violência, ver o artigo "Imprensa e Baixada Fluminense", de Ana Lúcia Enne (2004). Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>. Acesso em: 11/10/2011.

⁹ Para saber mais sobre as realizações da TV Maxambomba, ver **Além das imagens: experiências e memórias populares através da TV Maxambomba**, de Clarissa Staffa Nascimento (2009).

A Baixada Fluminense não é feita apenas de miséria e violência, como pode pensar quem conhece a Baixada apenas pelas notícias. Na Baixada, vive um povo que trabalha, se diverte, sonha e que contribui para engrandecer seu lugar, sua cidade, seu Estado. É para mostrar essa Baixada desconhecida do grande público que a TVE e a Banerj Cultural criaram o projeto Baixada Maravilha. Nos próximos cinco domingos a partir de amanhã, sempre às 10 horas da manhã, a TVE vai estar mostrando o lado bom da Baixada: suas figuras marcantes, seus clubes, seus empresários e suas empresas, os grupos de teatro, os compositores, os artistas plásticos, sua gente enfim.¹⁰

A relação dos bares da cidade com os diferentes segmentos sociais e profissionais é comum desde a década de 1980, funcionando os botecos como pontos de encontro de jornalistas, funcionários públicos, universitários e escritores. Como relata o fotógrafo Jorge Lima, os bares exerceram, em distintos momentos, a função de pontos de encontros de diferentes turmas no centro de Nova Iguaçu. É possível encontrar, nos discursos produzidos por ex-frequentedores, o papel que atribuíam aos bares da cidade em face do que consideram um descaso das autoridades em relação a estruturas voltadas para a cultura.

Identificamos, entre o final da década de 1970 e o início da de 1990, diferentes características de “bares culturais”, segundo os depoentes, que aglutinavam pessoas com interesses, posições sociais ou profissões comuns. Os donos dos bares também influenciavam bastante no tipo de público consumidor. O Dívida Interna, citado no artigo de J. A. Lima (2000), é descrito por Moduan Matus como um ponto de encontro de pessoas interessadas “em um bom bate-papo”, frequentado por artistas e militantes políticos. Para Moduan, isso se devia ao proprietário, Magela, que “sempre foi ligado ao meio cultural, ao meio político, eu lembro que uma vez encontrei o Lula... ele: Luís Inácio da Silva. Tinha um comício exatamente no calçadão. Não sei se foi antes ou depois, a gente foi lá no

¹⁰ **Correio da Lavoura**. Edição Semanal, 24 a 30/4/1990. p. 4.

Magela”¹¹. Assim como outros bares aglutinavam jornalistas, editores e funcionários públicos, como o Labionda; público universitário, como o Bronca do Sol; espaços destinados a sindicatos de trabalhadores, como a casa de Vinho Chez Van; a Casa Velha reunia a “elite iguaçuana... mas também pessoas [como] estudantes universitários [...] e também pessoas ligadas ao Esporte Clube Iguaçu e ao Country Club [...]”¹².

Segundo Enne, na década de 1990 há uma mudança na percepção da região por parte da imprensa. A Baixada passa a ser vista como um promissor mercado consumidor e de influência política, o que explica o interesse da imprensa em destinar espaços específicos para a região através de cadernos e notícias mais positivas em relação ao imaginário da Baixada Fluminense (Enne, 2004). A demanda populacional e consequentemente a existência de um público consumidor em potencial (Enne, 2004), nos ajudam a entender, em parte, o interesse da imprensa em noticiar assuntos dirigidos especificamente à região, como o caso dos bares citados anteriormente. Segundo Enne, esse interesse não foi exclusivo dos jornais popularmente conhecidos como “sensacionalistas” ou de “imprensa marrom”, como o **Jornal Hoje**, de Nova Iguaçu, **O Dia** e o seu caderno “Grande Rio-Baixada”¹³ e a **Última Hora**, como também jornais identificados como periódicos de “seriedade”, como o caso de *O Globo* e seu caderno “Baixada” (Enne, 2004). Até então, o imaginário construído pela imprensa dificilmente abarcava outro assunto que não a ligação da região com a violência:

[...] a “Baixada Fluminense” ocupará papel de destaque, não só pelas ocorrências reais de casos de violência, como pela criação de um imaginário

¹¹ MODUAN, Matus [Edgard Vieira Matos]. Entrevista concedida em 1 de Novembro. p.6

¹² MODUAN, Matus [Edgard Vieira Matos]. Entrevista concedida em 1 de Novembro. p.5

¹³ A classificação dos jornais como “imprensa marrom” e “imprensa séria” é feita por Enne em “Imprensa e Baixada Fluminense” (2004). Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm> Acesso:20/10/2011

acerca da região onde somente esse ângulo deveria ser destacado. Aspectos ligados à vida urbana (como saneamento, condições de habitação, saúde, educação, trânsito, entre outros) praticamente não eram explorados (as poucas matérias que abordam temas ligados a outros aspectos que não a violência na Baixada Fluminense, em geral destinam-se a falar do trânsito na avenida Brasil, que corta parte dos municípios da Baixada). Matérias de cunho político, por exemplo, raramente eram produzidas. Da mesma forma, praticamente se ignoravam matérias que relacionassem a Baixada a atividades culturais ou “pautas” de comportamento (Enne, 2004).

Paralelo ao imaginário de violência — que por muitos anos foi a imagem difundida por veículos de comunicação —, a região presencia a movimentação de diferentes segmentos e atores culturais. Segundo o escritor Moduan Matus, é nesse contexto de incipiente afirmação cultural que surge o Daniel’s Bar¹⁴.

Olha, era uma época que ainda não se tinha apoio de muitos lugares, não. Mas já existia uma Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Mas também não dava muito apoio pra classe artística ou literária de Nova Iguaçu, e a cultura era meio efervescente, sempre as pessoas procurando um lugar onde pudessem bater papo e fazer com que o movimento crescesse. Nessa época, as pessoas estavam querendo mais participação, digamos. Um lugar onde se encontrasse produtor e ator social de Mesquita, São João, Belford Roxo, Queimados, Nova Iguaçu, assim, esses municípios mais ligados? Pra poder trocar ideia. E aí fazer coisas diferentes, e um dos lugares escolhidos foi o Daniel’s Bar.¹⁵

¹⁴ MATUS, Moduan [Edgard Vieira Matos]. Entrevista concedida em 1º. de Novembro de 2011. “[...] Na literatura, a gente sempre tentou buscar fazer movimentos independentes. E conseguimos fazer vários, né? Tinha um movimento já na Barraca da Cultura, que funcionava na praça da Liberdade, e vendia livros de todas as espécies, livros que você não encontrava na livraria, tanto é que a barraca teve de ser fechada. [...] Por ser subversiva. [...] uma feira de poesia, a Tangerina, que era uma feira de poesia de frente perto do Arcádia. Que era uma feira de poesia no Calçadão, aí tivemos grupos, reuniões de poetas independentes, que aconteciam no Creti, [...] Tivemos grupos de poetas independentes [...] Tinha alguns movimentos como Minha Luta Continua, onde se reuniam os escritores de Nova Iguaçu, teve um outro movimento que também deu em livro, que era o chamado Primavera Relativa. Tinha o Sá do Amaral, que conseguiu lançar dois livros dele na época também. Tinha vários movimentos, contos de plataforma, teve outro chamado Feira Livre [...]”. p. 8.

¹⁵ MATUS, Moduan [Edgard Vieira Matos]. Entrevista concedida em 1º. de novembro de 2011. p. 8

O Daniel's Bar

Momentos foram muitos, mas gostaria de lembrar deste: foi logo no início do bar, em 1989... As eleições estavam pegando fogo, primeira eleição do Lula x Collor de Mello. O PT tinha tomado de assalto o bar com suas bandeiras, partidários, cerveja e sonhos. O Lula tinha vindo aqui em Nova Iguaçu naquele dia, a cidade estava em êxtase, carros buzinando, bandeiras desfilando, um clima de esperança que fazia as pessoas frenéticas. Após o comício lotado, parecia que todos tinham marcado um encontro naquele que era a extensão das suas casas, partidos e tudo mais que era o bar... o Daniel's Bar [...] o espaço era novo para muitos, era aberto, só tinha naquele momento um pedaço coberto onde ficava o caixa, a cozinha e um único banheiro, e um palquinho de tablado onde eu ia começar a tocar. O POVO (grifo do autor) foi chegando, chegando, chegando e com eles uma chuva de verão, o calor era “arretado” e a chuva desabou... ela veio pra lavar a alma de todos que ali estavam. E eu tocando frevo, carnaval e alegria; convidando o povo a dançarem na chuva... e o mais bonito e poético é que todos foram, e a noite virou adulta.¹⁶

O embrião do Daniel's Bar foi o Bar Cálice, que funcionou uma rua atrás da atual Prefeitura de Nova Iguaçu e durou apenas um ano (1988-1989). Segundo o escritor Moduan Matus, o aumento do público do bar e a necessidade de maior comodidade física para atender à nova demanda de consumidores foram os principais motivos que levaram o músico Daniel Guerra e sua esposa de então, Yara Gomes, a procurarem um outro local capaz de dar conta das necessidades de crescimento do empreendimento. O início das atividades do novo espaço foi registrado em 16 de julho de 1989, ainda no centro da cidade e com outro nome: Daniel's Bar¹⁷. O bar funcionou até 1995 na praça Santos Dumont,

¹⁶ O depoimento acima faz parte de um relato virtual redigido (ou *postado*, segundo a “gíria virtual”) pelo fundador do Daniel's Bar, Daniel Guerra, através de uma comunidade virtual destinada aos antigos frequentadores do bar. Disponível em:

<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=5036526&tid=2428327148562851231&na=2&nst=1>
2 Data de acesso: 3/9/2010.

¹⁷ GUERRA, Daniel. Entrevista concedida 1º. de novembro de 2011. “Era um botequim que se tornou um bar noturno, deixou de ser um botequim pra se tornar um bar noturno. E nesse bar começou a agregar várias pessoas do segmento artístico de Nova Iguaçu, que iam pra lá se encontrar, fazer um bate-papo.

número 85, quando teve de fechar por questões contratuais e financeiras com o proprietário do espaço. Em 1996, Daniel Guerra ainda manteve suas atividades com o que ficou conhecido como Daniel's Bar Itinerante.

O bar foi palco de atuação de uma geração que já se movimentava e articulava seus encontros e atividades em espaços de bares desde as décadas 1970 e 80. Dessa geração saíram músicos, escritores, poetas, atores, produtores culturais e personagens políticos que atualmente exercem diferentes atividades na região. No bar de Daniel Guerra foram realizados diversos festivais de música, de teatro, encontros literários, além da discussão diária sobre a vida política da cidade¹⁸. No tocante às atividades, diversas eram as realizações dentro do Daniel's Bar, que iam além das atividades estritamente comerciais.

Segundo o próprio Daniel Guerra, a ideia do bar surgiu a partir do desejo de ter seu próprio espaço, onde ele pudesse aliar as atividades comerciais ao seu trabalho de músico da noite.

Tudo começou por causa do seu cansaço de tocar nos bares dos outros, e do desejo de ter seu próprio espaço. “Quería muito ter um espaço que pudesse abrir as portas para a galera que fazia cultura na cidade”, conta o músico, para quem o Daniel's Bar estava à altura de toda a efervescência que o país viveu na época, cujo marco inicial foi a primeira eleição direta para presidente desde o golpe de Estado de 1964. “Nosso papel ia muito além de vender cerveja e ter música ao vivo.”¹⁹

Curtir uma musiquinha, aquela coisa toda. E ele foi crescendo a ponto de ter mesas nas ruas, o bar era simples, era pequeno. Muito pequeno. E foi crescendo a ponto de ter mesas nas ruas. Já não estava comportando mais a necessidade daquilo que tava surgindo ali, do que as pessoas estavam trazendo pro bar.” p. 4.

¹⁸ Sobre os movimentos sociais relacionados à luta política, ver Jefte da Mata Pinheiro Junior. **A Formação do PT na Baixada Fluminense**: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2007.

¹⁹ GUERRA, Dandara. “Em um Baú Escondido.” Disponível em: <http://culturani.blogspot.com/2011/03/por-dandara-guerra-e-m-um-bau-escondido.html#links> Data de acesso: 4/10/11 horário: 14:21.

A partir do ano de 1990, quando o bar se estabelece na praça Santos Dumont, no centro da cidade, o espaço começaria a se consolidar-se como ambiente propício à aglutinação de parte de uma geração cidadina ligada às atividades culturais. O Daniel's Bar passou a ser uma extensão da casa de uma geração de músicos, poetas, dançarinos, atores, jornalistas e políticos da Baixada.

Não havia uma estrutura física que desse suporte às programações ocorridas no espaço. As relações de sociabilidade e, principalmente, os projetos culturais planejados e realizados não obedeciam a uma organização formal como comumente observamos no funcionamento de um bar tradicional ou de uma casa de espetáculo. Outro aspecto relevante era a ausência de funções ou cargos de trabalho mais rígidos: era comum, durante as entrevistas informais e visitas de levantamento de dados e fontes, ouvir de frequentadores relatos de que “não havia atendentes”. Os próprios garçons trabalhavam quase que por vontade própria: foi comum ouvir relatos sobre a confusão entre quem era garçom e quem era cliente, ou sobre os empregados não entregavam um pedido por subirem ao palco entre uma apresentação ou outra para encenarem, declamarem, cantarem ou contarem uma história. Assim como também foi comum ouvir sobre a precariedade do atendimento, exigindo que os próprios clientes se servissem na falta momentânea dos garçons, como, por exemplo, foi o caso do ex-garçom Ronaldo Paz, que começou no bar como cliente, virou garçom e posteriormente gerente²⁰, conforme relata Yara Gomes, ex-esposa do proprietário do bar:

²⁰ O cardápio propriamente dito era recheado de pizzas e salgados vendidos a um preço tentador, mas em compensação os banheiros deixavam tanto a desejar quanto o atendimento dos garçons, que não sabiam se atendiam os clientes ou se iam se apresentar no palco. Que o diga o garçom Ronaldo Paz, mais conhecido como Naldo, que não podia ouvir a introdução da música “Cebola cortada”, de autoria de Raimundo Fagner. “Eu largava tudo e corria para o palco”, lembra Naldo. Muitos clientes reclamavam do atendimento precário, mas os garçons se tornaram tão populares que as noites de terça-feira passaram a ser dedicadas ao espetáculo **Os garçons selvagens**, cujas estrelas apresentavam um

Pessoas incríveis passaram pelo espaço, deixando sua marca. Cada dia era algo novo, tinha energia mágica que a gente conseguia trabalhar e se divertir. Os funcionários não eram máquinas de prestar serviço e sim pessoas com um potencial magnífico que se transformaram depois em atores, músicos, diretores de eventos, professores, cantores etc. [...] o grande símbolo do Daniel's Bar foi Ileri Ramos Filho, mais conhecido como Cizinho, já falecido. “Com uma experiência teatral e uma bagagem espetacular, ele trouxe maravilhas para a vida de muitos”, conta Yara Gomes, para quem foi graças à experiência dele que o bar amadureceu esteticamente. “As pessoas naquela época não queriam apenas beber e comer, desejavam mais: diversão e arte. Lá era o local certo do encontro.”²¹

A figura de Ileri Ramos Filho é comumente identificada nas entrevistas²² ou nas comunidades virtuais como um importante militante cultural na área teatral da cidade, sempre associado à peça que dirigiu tendo como local de ensaio o Daniel's Bar. A peça, **Caleidoscópio**, tinha em seu elenco frequentadores do bar, que começavam a atuar em peças amadoras e a desenvolver suas carreiras teatrais.

O discurso de que “as pessoas naquela época não queriam apenas beber” é frequente nas falas dos antigos frequentadores e também na propaganda vendida pelo bar: a ideia de um local alternativo, propício às atividades de entretenimento e lazer, onde os artistas locais

repertório para lá de animado, vestidos em sumárias tangas pretas. “Nesse dia, os garçons eram os artistas e os patrões pegavam duro no batente”, lembra Ronaldo, também famoso por causa da touca, na qual guardava os poemas posteriormente publicados no fanzine do Desmaio Público. Disponível: <http://culturani.blogspot.com/2011/03/por-dandara-guerra-e-m-um-bau-escondido.html#links> Data de acesso: 4/10/2011.

²¹ A figura de Ileri Ramos Filho é comumente identificada nas entrevistas ou blogues ou comunidades virtuais como um importante militante cultural no âmbito teatral da cidade. Sua imagem é quase sempre a associada à peça que dirigiu tendo como local de ensaio o espaço do Daniel's Bar, além de escalar no elenco os frequentadores que começavam a atuar em peças amadoras. A peça é conhecida como **Caleidoscópio**. Disponível em: <http://culturani.blogspot.com/2011/03/por-dandara-guerra-e-m-um-bau-escondido.html#links> Data de acesso: 4/10/2011.

²² GUERRA, Daniel. Entrevista cedida em 1º. de novembro de 2011. “O Ileri, que é uma pessoa muito interessante, que é um autor, ator, que com sua linguagem de vanguarda, com sua forma de pensar e de conduta, contribuiu muito na formação de muita gente que frequentava o bar. Ele proporcionou que houvesse grandes peças de teatro, tanto peça infantis quanto peças adultas, que fizeram a cabeça das pessoas que freqüentavam o bar, o bar de dia se tornou um núcleo, sabe? [...]” p. 4.

pudessem discutir e apresentar seu trabalho. Podemos perceber isso no folheto de divulgação do bar em 1995, que ilustra bem o discurso militante dos agentes culturais iguaçuanos:

Daniel's Bar – A arte cabe em qualquer lugar

Nunca foi segredo para nenhum de nós, produtores culturais, artistas e amantes das artes em geral, a dificuldade de se levar adiante projetos culturais. Só que o segredo de persistir, esse, todos guardamos com carinho e respeito dentro de nós. É isso que na verdade nos faz sempre produzir cultura, arte, entretenimento. Não há mais tempo de não fazer e criticar, não há mais como calar, não tem por que se entregar... É tempo, sim, de sempre voltarmos ao começo, se preciso for, de errarmos na tentativa do acerto como alvo. A criação talvez seja a maior faculdade do ser humano. Ela traduz o seu poder de transformação. Na arte, então, nem se fala... Criar é necessidade dos artistas. Realizar é tarefa de todos nós...²³

O público do bar não demorou a se constituir, até porque, como mencionou Moduan Matus, o Daniel's Bar foi uma alternativa ao antigo espaço (o Bar Cálice) que já não mais comportava o crescente número de frequentadores no minúsculo local onde Daniel Guerra começou a planejar atividades como recitais e encontros literários. A identificação do público com esse *estilo* de bar também não foi específica do Daniel's. Outros bares, como A Casa da Pantera, foram espaços de reunião frequentados pelos jovens artistas antes do surgimento do Daniel's Bar. São esses mesmos artistas que, na década seguinte (1990), vão ocupar os tablados do bar de Daniel Guerra, conforme os depoimentos encontrados no documentário **A Casa da Pantera**.

Na década de 1980, a cidade observa o fortalecimento da juventude militante identificada com o PT, o PCB ou com o discurso brizolista e a possibilidade de maior gozo de expressão e participação social. Aglutina parte dos frequentadores de A Casa da Pantera e também uma geração

²³ Folheto de divulgação do Daniel's Bar. Acervo de Daniel Guerra. Julho de 1995, p. 2.

mais recente, que passa a frequentar o Daniel's Bar justamente pelo caráter alternativo às poucas formas de lazer (casas de shows, poucos cinemas e salas de teatros) e como um espaço para os jovens artistas e militantes políticos se encontrarem, discutirem e se entreterem. Nesse contexto cultural, os artistas da cidade se articulavam e buscavam condições para a difusão de entretenimento e consumo de cultura. O interesse de jovens artistas em produzir e discutir arte, política e se divertir proporcionou o surgimento de espaços alternativos, onde a produção se manifestava pela informalidade em decorrência da ausência de estruturas e incentivos.

O Daniel's Bar caracterizou-se por receber, além de artistas, um público interessado em discutir a vida política da cidade²⁴.

Prestes coordena uma série de debates no Daniel's Bar:

Nos dias atuais, importa mais do que nunca a relação entre governantes e governados do que o ditado infeliz segundo o qual “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Infeliz porque é uma suposta justificativa do exercício do poder na forma que nos tem sido imposta nestes últimos 30 anos. A partir desse princípio, o jovem candidato a deputado federal pelo PDT Luiz Carlos Ribeiro Prestes vai coordenar, com início na próxima quarta-feira, dia 8, uma série de debates no Daniel's Bar (Praça Santos Dumont, 85, nesta cidade [Nova Iguaçu]). Do dia 8 ao dia 26 de setembro sempre às quartas-feiras, vários debatedores, incluindo pessoas de NI e do RJ, estarão discutindo matérias do seu conhecimento sobre oito temas assim qualificados: História do Brasil (dia 8/8), Cultura Popular (15/8), Educação (22/8), Artes Plásticas e Literatura (29/8), Saúde, Segurança e Violência Urbana (5/9), Música (12/9), Ecologia (19/9) e Esporte (26/9).²⁵

Podemos também incluir as atividades musicais e literárias entre as que mais tiveram notoriedade no bar. Em 1990 ocorre o primeiro

²⁴ MATUS, Moduan [Edgard Vieira Matos]. Entrevista concedida em 1º. de novembro de 2011. “[...] Aglomerava todos os artistas, inclusive estavam lá pessoas ligadas à dança, à poesia, à música, às artes plásticas, ao teatro, artesãos, não sei, era uma infinidade. E também pessoas ligadas à política.” p.10.

²⁵ **Correio da Lavoura**. Edição semanal de 4 a 10/08 de 1990. p.4.

FestBar: festival que destinava premiação aos compositores locais. A programação dos festivais de música do bar movimentava a cena musical da cidade e adjacências ao abrir espaço para os compositores e intérpretes da região. O júri dos festivais também era composto, em sua grande maioria, por artistas reconhecidos na região, como é o caso do compositor Roberto Lara. A carreira de músico de Daniel Guerra e a aproximação deste com os músicos de diferentes gerações da cidade também contribuiu para que seu espaço servisse de local de encontro e difusão de diferentes produções e produtores musicais.

Conheço o movimento musical de Nova Iguaçu desde quando Mesquita pertencia a NI. Peguei a época do Tuninho Vellozo como uma referência musical de NI, aí surgiu Nelson Freitas, Roberto, enfim, a galera que estava sempre naquele bonde vendo as coisas acontecerem (Guerra, 2005, p.4).

O Daniel's Bar realizou quatro festivais de música independente ao longo dos seus sete anos de funcionamento, conhecidos como FestBars. Os festivais serviram de palco para inúmeros compositores locais apresentarem suas composições inéditas, com direito à premiação aos primeiros colocados e potencial notoriedade, além do acesso à classe artística na região, ao entrarem nas pautas de jornais **O Dia**, **Jornal de Hoje** e do caderno “Baixada”, do jornal **O Globo**.

Festival de MPB vai animar Nova Iguaçu em setembro.

O músico Daniel Guerra, proprietário do Daniel's Bar [...] realizará o 5º FestBar, que pretende abrir caminho para grandes nomes da MPB, que não encontram chance de entrar, de cara, no difícil mercado musical [...] Para se inscrever, basta levar cinco vias datilografadas da composição musical, titulada, com letra e nome do autor; uma fita cassete contendo as músicas em seu arranjo final. São três músicas, no máximo.²⁶

²⁶ Festival de MPB na Baixada. Jornal de Hoje. Sábado, 27/8/1994. p.6

Além das edições do FestBar, também podemos citar outros eventos musicais como o “Encanto de Bar”, que uma vez por mês abria espaço aos compositores locais, e o “Baixou Baixada Reggae”, evento destinado à música negra, principalmente a forte produção musical de Piam em Belford Roxo, tendo destaque as apresentações do KMD-5 e do Cidade Negra. Tendo passado pelo palco artistas como Lauro Farias (O Rappa) Bino, Negril, Lumiar (hoje Cidade Negra), Belford, Dida Nascimento. Atrações musicais como o “Showcante”, uma espécie de musical e *stand-up* com premiações à participação do público, além de festivais de música instrumental, experimental, blues e rock. A atração musical “O Andarilho”, que misturava música, exposição fotográfica e teatro. O “Agito Cultural”, que trazia para o bar artistas que interagem com a plateia através de atividades e debates sobre diversos assuntos. E a terça destinada aos garçons, **Os garçons selvagens**, quando esses profissionais apresentavam peças, cantavam ou mostravam suas composições. O crescente número de projetos desenvolvidos no Daniel’s Bar fez com que os proprietários Daniel Guerra e Yara Gomes criassem uma produtora para dar conta do que estava sendo produzido no espaço, a Guerra Produções²⁷. Isso levou ao espaço do Daniel’s Bar apresentações de artistas com carreiras consolidadas e conhecidos do grande público, como Flávio Venturini, Sérgio Sampaio, Cláudio Nucci e Cláudio Zolli²⁸. Outras atividades se desenvolveram concomitantemente às atrações musicais. Peças teatrais infantis, como a **Cinco Conto e Meio**²⁹ e a já citada **Caleidoscópio**. Moduan Matus considera esta última

²⁷ Folheto do bar. “ATENÇÃO ARTISTAS: O palco do Daniel’s Bar está à sua disposição. Entre em contato conosco e mostre seus trabalhos. A produção cultural agradece!”. Julho de 1995.

²⁸ **O Dia**. Caderno “Baixada”, 12/11/1995 (sem referência de página).

²⁹ Folheto informativo do bar: “Teatro Escola – Sônia Barbosa. Tem a coragem de apresentar a comédia: **Cinco Contos e Meio** no DANIEL’S BAR. Praça Santos Dumont, Centro, N.I. Dia 11/7, Terça-Feira, 20h30. Por apenas R\$ 2,00, você vai cair de tanto rir!” Acervo Pessoal de Daniel Guerra.

peça como uma das mais memoráveis apresentadas no Daniel's Bar: “O Cizinho fez uma ópera pop espetacular, que poderia ser exibida, tanto por razões comerciais quanto por razões artísticas, no Daniel's Bar”³⁰, lembra o poeta, assistente de direção do espetáculo, que estreou em 1990 depois de um ano de ensaios.³¹ Também podemos destacar os festivais de esquetes, que mereceram matérias em jornais:

Abertas as inscrições para o I Festival de Esquetes

Já estão abertas as inscrições para o I Festival de Esquete de Teatro de Bar, que vai acontecer no Daniel's Bar, em Nova Iguaçu, nos dias 7, 14, 21 e 28 de maio. Cada grupo teatral poderá inscrever até três esquetes, que deverão ter duração mínima de 10 minutos e máxima de 25. As inscrições devem ser feitas no próprio bar, situado na praça Santos Dumont, 85, ou na Guerra Produções Artísticas e Culturais, na [rua] Coronel Francisco Soares, 551, até dia 29. O proprietário e músico Daniel Guerra contou ainda que estão sendo esperados seis grupos por cada eliminatória: “Havendo muitos grupos, vamos realizar uma pré-eliminatória.” Os três primeiros colocados vão receber Cr\$ 25.000,00, Cr\$ 15.000,00, e Cr\$ 10.000,00, respectivamente. Também serão entregues troféus para melhor Ator, Atriz, Diretor e Espetáculo.

“Daniel está abrindo espaço para as artes cênicas em seu bar.”³²

O Daniel's Bar ainda serviu de espaço para exposições de artes visuais com mostras de artistas hoje reconhecidos na Baixada, como o chargista e pintor Flávio Nakandakare, que se tornaria depois vereador em Mesquita, e o artista plástico Antônio Filipak, bem como desfiles de moda alternativa, como a produção da Confeccion Modas³³. Entretanto,

³⁰ “Agora/O momento é este. Não adie o que pode ser a perfeição/ Nada de desculpas, elas só servem pra quem não vive. Respire fundo, reconheça a magia. Viva o agora. **Caleidoscópio**, Um Concerto Literário. A poesia de Nice Vicente Direção: Ilecí Ramos Filho (Dia 24 de Junho de 1991) as 20 horas Local: Daniel's Bar Praça Santos Dumont 85 – N.I. – Rio de Janeiro”. *Flyer* de divulgação da peça **Caleidoscópio**. Acervo de Moduan Matus.

³¹ GUERRA, Dandara. Em um Baú Escondido. **CulturaNI**. Disponível em: <http://culturani.blogspot.com/2011/03/por-dandara-guerra-e-m-em-bau-escondido.html#links> Data de acesso: 7/10/11.

³² **Jornal de Hoje** (sem referência de data). p.10. Acervo Pessoal de Daniel Guerra

³³ Programação de julho de 1995. p.3. Acervo pessoal de Daniel Guerra.

comparativamente, as atividades literárias aconteciam na mesma proporção que as atividades musicais, e até de maneira mais espontânea. Os escritores e poetas constituíam em maior número de artistas que frequentavam o espaço. Do bar surgiram figuras até hoje atuantes na literatura iguaçuana, como o escritor Moduan Matus, Marlos Degani, Cezar Ray, Sil, Lobo, J. R. Junior, Alcides Eloy, J. A. Lima, Lílían Tabosa, Ivone Landim, Edu Pestana, Naldo Calazans, Dejour Esteves e Heitor Neguinho, entre outros.

A aglomeração de tantos jovens escritores também proporcionou o surgimento de grupos literários no espaço do bar. O primeiro foi o grupo Caco de Vidro, formado basicamente pelos fundadores do posterior Desmaio Público, grupo poético-literário que continua ainda hoje em atividade na cidade³⁴. No começo, o grupo desempenhava atividades musicais e teatrais, mas que não tiveram tanto destaque quanto no campo literário. Parte de seus membros hoje atua em diferentes áreas profissionais, alguns desempenhando funções públicas em Secretarias de Cultura de diferentes municípios da região, como é o caso de Moduan Matus, Ivone Landim e Jorge Cardoso. As atividades do grupo surgiram despretensiosamente nas mesas dos bares, em conversas e troca de produções. A circulação de poetas e escritores nos bares de Nova Iguaçu remonta ao bar A Casa da Pantera, cujos clientes escritores mais tarde passaram a frequentar o bar de Daniel Guerra, como relata Cezar Ray, um dos idealizadores do Desmaio Público.

Por oito anos abrigou a cabeçada mais antenada da região e também aqueles que só queriam uma carona na efervescência cultural que por ali rolava. Não por acaso, escolhemos que em suas mesas estariam nossos primeiros leitores. Criamos a Pasta Postal para recolhimento de toda uma turma que

³⁴ Em 2011 foi lançado um documentário financiado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro sobre os 20 anos do grupo de poesia, além de uma exposição fotográfica.

começava a escrever só pela farra. Pouco importa, o que vale lembrar é que foi ali, entre suas cervejas quentes, seu palco, seus “bafões” que o Desmaio se sentiu mais em casa. Quando suas portas se fecharam e a derradeira saideira findou-se, parte de nossa história também emudeceu. Brindemos sempre ao boteco que foi base de lançamento para o Desmaio Público e para tantas outras manifestações artísticas (Ray, 2002).

Com a consolidação literária do grupo, o Daniel’s Bar passou a abrigar não só os escritores da região, mas também suas atividades, discussões, produções e divulgações de trabalho. Foram realizadas feiras, festivais, saraus, recitais e lançamentos de livros produzidos pela editora independente Vício & Verso:

1º. de abril de 1995, sábado no Daniel’s Bar acontecerá a Farra do Livro, evento em que reunirá todos os lançamentos desta editora entre outros. Fazem parte do cast da Vício & Verso: Moduan Matus (que comparece com o livro **Os Fios estão em Todas as Partes**), Marlos Degani (com **Ad Nutum** de 92), Lobo (**Poemas Sujos de um Velho** e **Letras ao Portador**, este pela Editora Cromos) e Alcides Eloy (no seu primeiro livro, **Presente**). Os poetas estarão vendendo e autografando seus livros (na faixa de R\$ 5,00 a 11,00), também aceitando ticket refeição, vale-transporte, cheque, cartão de crédito, cerveja, beijo na boca e outras utilidades³⁵.

Em 1995, o proprietário do imóvel não renova o contrato, alegando querer transformar o bar em uma loja. A notícia do fechamento do Daniel’s Bar repercutiu na cena cultural da Baixada e na mídia. O fim das atividades do bar marca o fim de um reduto cultural de uma geração que utilizava seu espaço para entretenimento, lazer, trabalho e divertimento. O impacto do fechamento do bar no cotidiano dos artistas pode ser analisado nos discursos e nas produções a seguir:

Meditorial: Adeus ao berço do samba ou O fim da última quimera
Chorar além de lamentar ajuda a lubrificar os olhos, abram alas pros nossos olhos lacrimosos. Choremos: chega ao fim o último remanso boêmio desta

³⁵ Publicação coletiva. **Vício & Verso**. Edição 14, março de 1995.

cidade devastada, a última sombra de vida inteligente, adeus à última quimera, estamos dando adeus às pombas.[...] Chorai, músicos em começo de ‘carreira’; chorai, palhaços; chorai, artistas, malabaristas; chorai, abas e equilibristas; chorai, malas e aprendizes de cigano; chorai, astrólogos de balcão; chorai, filósofos de orelhada; chorai, fotógrafos e cineastas de marquises; chorai, espertos de um modo geral; anuncia-se o final do nosso eterno DANIEL’S BAR! (Ray; Pestana, 1995)

O Daniel’s Bar chega ao fim em 1995, com “O enterro dos ossos”, uma festa realizada no último dia de funcionamento do bar com a presença dos músicos, escritores e frequentadores do espaço, culminando com a entrega da chave do estabelecimento ao proprietário³⁶. O fim das atividades do bar de Daniel Guerra representa um corte na vida cultural do centro da cidade. O fim e a desarticulação dos movimentos culturais existentes no local passam a ser sentidos por artistas e consumidores, carentes de espaços e aparelhos culturais:

Frequentadores do Daniel’s Bar, em Nova Iguaçu, reclamam do fechamento de um local muito famoso.

O movimento cultural de Nova Iguaçu vai sofrer uma baixa. No dia 19 de novembro, o Daniel’s Bar, na praça Santos Dumont, no Centro, fecha suas portas. Um dos ícones da “esquerda festiva” da Baixada, o bar deixa de lançar músicos e artistas da região para se transformar numa loja comercial, conforme desejo do proprietário do terreno. “É triste, mas, como tudo na vida, tem de dar uma parada, acho que será bom para as pessoas refletirem”, lamentou o dono do bar, o músico Daniel Guerra. [...] o músico Robson Gabiru, 34 anos, acredita que a cidade perderá um pouco da sua identidade cultural com o fechamento do Daniel’s Bar. “Não perdemos apenas um bar, mas um teatro que nos vendia cerveja”³⁷, comentou.

Depois de oito anos de funcionamento desse espaço fundamental para produtores de arte locais, o Daniel’s Bar fecha as portas, o que representa o fim de um ponto de encontro sem igual na história cultural

³⁶ Caderno Baixada. **O Dia**. Sem referência de página. Acervo Pessoal de Daniel Guerra (12/11/1995).

³⁷ Caderno Baixada. **O Dia**. Sem referência de página. Acervo Pessoal de Daniel Guerra (12/11/1995).

de Nova Iguaçu. Na tentativa de manter a mesma efervescência das atividades do Daniel's Bar, Daniel Guerra tenta transportar a atmosfera do seu bar cultural para outro lugar, dando início ao que teria curta trajetória (apenas um ano), O Daniel's Trailer³⁸. Como o nome sugere, o novo empreendimento do músico pernambucano buscava dar continuidade ao que foi o Daniel's Bar: um espaço não apenas de consumo de bebidas, mas também de encontro dos artistas e da arte produzida na região. Parte dessa geração, que participou das atividades culturais na cidade nas décadas de 1980 e 90, passa a buscar espaços na esfera pública da cidade, desempenhando atividades em Secretarias de Cultura ou fomentando projetos culturais.

Em 2000, surge o Bar Raízes, idealizado pelo escritor Moduan Matus e pela artista plástica Sil, na tentativa de abrigar os órfãos do Daniel's Bar, cujo fim marca também um período de transição na cena cultural informal da cidade. Sem um espaço físico capaz de aglutinar pessoas e interesses, artistas e produtores locais, a cidade fica órfã de um *locus* de sociabilidade e entretenimento para os artistas urbanos da cidade.

O fim do Daniel's Bar marca também a desarticulação das atividades de uma geração que se reunia, desde a década de 1970, em espaços como bares da cidade, que se identificavam como acolhedores para artistas e outros frequentadores. Os aparelhos culturais existentes não são ignorados, como o Sesc, por exemplo, que abre seu espaço na década de 1980 para projetos de artistas locais, como as exposições do pintor Antônio Filipak e os concursos de poesias³⁹, mas levamos em consideração os constantes discursos mobilizados na imprensa (**Correio**

³⁸ O Daniel's Trailer já existia desde 1994, como uma tentativa de ampliação das atividades do Daniel's Bar. Entretanto, só passa a ser prioridade para Daniel Guerra com o fim do Daniel's Bar, em julho de 1995.

³⁹ MATUS, Moduan [Edgard Vieira Matos]. Entrevista concedida. p. 10.

da Lavoura, O Dia, Jornal Hoje e Caderno “Globo Baixada”), como as reportagens aqui expostas sobre as criações de espaços alternativos diante das poucas opções de veiculação da produção artística local.

Como mencionado anteriormente, diversas foram as manifestações artísticas dentro do espaço do extinto Daniel’s Bar. Entretanto, a produção literária consolidou-se como a mais profícua e assídua dentro do espaço do bar. O espaço serviu de abrigo e local de aglutinação e identificação para escritores de diferentes gerações, sendo também o principal território pelo qual a própria produção desses literatos escoou. É pertinente também destacar o interesse do público frequentador do bar em consumir esse tipo de arte, o que por sua vez nos ajuda a entender a presença afetiva do bar em poemas e relatos de artistas e consumidores.

Réquiem
 Agora realmente acabou.
 Arriou suas portas arriou
 Uma última cerveja bebeu
 Guardou o violão
 (permanecem os acordes
 Inda se escutam os gritos)
 finda-se o Bar
 mas não o todo quinda
 se aloja, em ritmo & alegria
 cá dentro
 do peito.
 (líricas lembranças)⁴⁰

Imodóbar
 THE
 N
 DANIEL’S

⁴⁰ RAY, Cezar. “Réquiem”. Acervo de Moduan Matus.

BAR
 SINTO IMENSO
 VAZIO
 POR ACABAR
 ASSIM COMO
 CALABAR
 RUI A GUERRA
 QUE CALA UM BAR
 QUE SABIA SE AGITAR
 FILMAR
 A CULTURA
 DO LUGAR⁴¹

Os poemas acima, escritos em referência ao fim do Daniel's Bar, nos ajudam a entender o impacto do fechamento, não só para os poetas, mas também para outros frequentadores, que identificavam o bar do músico Daniel Guerra com a produção cultural da cidade. O Daniel's Bar não foi o primeiro nem o último bar com essa característica, mas ele é identificado por produtores, ex-frequentadores, artistas e consumidores, como um espaço diferenciado, principalmente pelo tipo de relações estabelecidas entre o bar e os artistas, entre os proprietários e os consumidores. Era um local que, ao contrário da segmentação ou atributos específicos de outros bares, se diferenciava pela maneira como os artistas interagiam no interior do bar, onde desenvolviam suas peças, lançavam seus livros, divulgavam suas poesias e suas composições. Embora tenham surgido outros bares com características semelhantes (como o Bar Raízes, fundado em 2000 pelo escritor Moduan Matus), o fim do Daniel's Bar também configura o processo de mudanças no tocante às atividades culturais da cidade e entorno. Vale lembrar que, no período entre a década de 1990 e 2000, diversos locais antes pertencentes à cidade de Nova Iguaçu se emancipam e viram

⁴¹ MATUS, Moduan. "Almadóbar". Acervo de Moduan Matus

municípios — Belford Roxo (1990), Queimados (1991), Japeri (1991) e Mesquita (1999) —, o que, por sua vez, acaba gerando novos centros de interação cultural, graças também ao tímido desenvolvimento urbano e econômico. Na esfera da produção cultural, podemos notar o surgimento de novos atores e espaços artísticos a partir da década de 2000, como é o caso dos cineclubes Mate com Angu (Duque de Caxias) e Buraco do Getúlio (Nova Iguaçu), identificados como espaços de produções e apresentações independentes da região.

Referências

- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia política**: as faces e fases da política na Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- CENSO DEMOGRÁFICO DE NOVA IGUAÇU, 1974. Biblioteca Municipal Cial Brito, Nova Iguaçu.
- CHARTIER, Roger. **Cultura Popular**: revisitando um conceito. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2005
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- ENNE, Ana Lucia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: memória, representação social e identidade. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- ENNE, Ana Lucia Silva. **Imprensa e Baixada Fluminense**: múltiplas representações. **Ciberlegenda**, n. 14, 2004 Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>. Acesso em: 4 de setembro de 2011.

GUERRA, Daniel. Entrevista Daniel Guerra. Jornal **Inverta**. Cultura, Rio de Janeiro, 24/4 a 10/5/2005. p.4

LEITE, André Santos Leite. **Memória Musical da Baixada Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, J. A noite iguaçuana. **Revista Nós**. Publicação Independente. N° 1. Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. 2000.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense, identidades e transformações: estudo de relações políticas na Baixada Fluminense**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

NASCIMENTO, Clarissa Staffa. **Além da imagem: experiências e memórias populares através da TV Maxambomba**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFF. Niterói, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. 2003. De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003). Nova Iguaçu, Prefeitura da cidade de Nova Iguaçu, Secretaria Municipal de Educação, Ministério da Educação.

RAY, Cezar. O Daniel's Bar. **Desmaio Público**. Publicação Independente. Nova Iguaçu. 2002

RAY, Cezar; PESTANA, Eud. **Edição Vício & Verso**. Nova Iguaçu, ano 4, filho 59, novembro 1995 (arquivo pessoal de Moduan Matus)

SIMÕES, Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

Fontes

Acervo Pessoal de Daniel Guerra.

Acervo Pessoal de Moduan Matus.

Correio da Lavoura. Período de 1989 a 1996

Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. **Revista Nós**. Edição Independente.

Jornal do Daniel's Bar

Jornal Hoje

Jornal **Inverta**

O Dia

O Globo

Revista **Desmaio Público** n°. 10.

Revista Nós, Folhetos do Daniel's Bar

Entrevistas

GUERRA, Daniel de Oliveira Melo. Músico, natural de Recife, Pernambuco. Nascido em 16 de julho de 1964.

MATUS, Moduan. Pseudônimo de Edgard Vieira Matus. Escritor, natural de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Nascido em 25 de julho de 1954.

5

BAYER E BELFORD ROXO: UMA EXPERIÊNCIA INDUSTRIAL NA BAIXADA FLUMINENSE (1958-2008)

Maicon Sérgio Mota Carvalho

Introdução

Este artigo apresentará a experiência industrial da Bayer na Baixada Fluminense, mais especificamente em Belford Roxo. Para tanto, propusemo-nos a examinar o contexto em que a empresa veio a se instalar na reunião, como os motivos preponderantes para a escolha do local e a utilização da vila residencial. Também abordará as transformações produtivas da empresa e suas implicações na relação com os trabalhadores, e, por fim, abordará sinteticamente a experiência da greve ocorrida na empresa em 1989.

A Bayer está no Brasil desde 1896, ano em que foi fundada a primeira representante dos produtos da empresa no país. Em 1911, a primeira firma de representação comercial própria da Bayer foi criada, passando a responder por toda a distribuição dos produtos no mercado brasileiro.

Na Baixada fluminense, foi inaugurado em 1958 o parque industrial da empresa em Belford Roxo (então distrito de Nova Iguaçu), a primeira unidade de produção da Bayer no Brasil. Esse evento contou com a presença do então presidente da República brasileiro, Juscelino Kubitschek, e do então presidente da Bayer, Ulrich Haberland.¹ A indústria passou, ao longo desses cinquenta anos, por importantes transformações que se refletiram fortemente na sua relação com a força

¹ Disponível em: http://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/noticia_pagina.php?id=2&print=1 Acesso em: 16 ago. 2011.

de trabalho local. Inicialmente, todas as funções de chefia foram ocupadas por alemães, que foram morar numa vila construída pela empresa nos arredores da fábrica. Além disso, informações preliminares indicam que a empresa teve papel decisivo na definição dos contornos assumidos pelo processo de urbanização local e teria participado decisivamente (pelo menos em termos de arrecadação) da busca pela emancipação do município de Belford Roxo em 1992.

O recorte temporal de nossa pesquisa é 1958-2008, período em que a fábrica atravessou conjunturas muito diferentes: as incertezas e o período de exceção da política brasileira com o golpe nos anos 1960, inflação e planos econômicos nos anos 1980 e os efeitos da globalização e abertura econômica nos anos 1990. Ainda assim, em meio a dificuldades surgidas no decorrer dos anos, a empresa manteve uma influência decisiva sobre a comunidade de Belford Roxo, sendo importante para o desenvolvimento econômico e social da área (Dupré, 2008). Convém lembrar que, na porta de entrada do prédio da direção da empresa, encontram-se duas placas, a da inauguração, com a assinatura do então presidente Juscelino Kubitschek e a do cinquentenário, com a assinatura do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sinais bastante sugestivos da importância dessa indústria para a economia brasileira.

A instalação da Bayer na localidade enquadrou-se no processo de urbanização e industrialização vivido pela região naquele momento. Sabe-se que o declínio da citricultura fez com que Nova Iguaçu se reinventasse, perdendo, aos poucos, o seu caráter rural e ganhando contornos urbanos, dando assim os primeiros sinais de industrialização. Além disso, a reestruturação do parque industrial do Rio de Janeiro implicou uma industrialização de sua periferia, através do direcionamento de investimentos para outras áreas fora do eixo central da cidade. Uma das consequências da industrialização da

Baixada foi o aumento do seu poder de atração de migrantes que não conseguiam se estabelecer no centro da cidade do Rio de Janeiro por inúmeros fatores. No bojo desse processo de urbanização e industrialização da região, Nova Iguaçu assume um papel destacado.

Para não perder de vista as experiências da empresa na localidade, foi analisado por que e como foi utilizada a vila residencial da Bayer. Observa-se que, em diversos casos de fábricas que organizaram vilas operárias registrados pela historiografia, as moradias seriam utilizadas como forma de dominação da força de trabalho. Nesse sentido, analisaremos se ocorre o mesmo no caso da vila da Bayer.

Outro ponto a ser abordado são as transformações produtivas ao longo dos anos e suas implicações na relação com a força de trabalho. A Bayer manteve, ao longo de sua história, um discurso e uma pose de boa empresa; orgulhava-se em dizer que, por ter uma boa política social e salarial, não enfrentava contestações por parte de seus trabalhadores. Entretanto, em junho de 1989, essa situação é posta em xeque por uma greve com duração de 15 dias, um duro embate entre empresa e trabalhadores. Está na pauta de nossas questões saber os motivos dessa greve.

No ano de 1896, já se encontrava em nosso território a primeira representante dos produtos da empresa no país, e sua atuação na região da Baixada Fluminense ocorreu muito antes de sua instalação em 1958, em Belford Roxo, que à época era um distrito de Nova Iguaçu. Cabe aqui discutir essa atuação na localidade.

A cidade de Nova Iguaçu notabilizou-se pela produção da laranja, que teve seu auge em 1930, com a citricultura dando um novo impulso à economia da região. No governo de Nilo Peçanha, houve um incentivo à transformação do cultivo e comercialização da produção da laranja. Entre as medidas estavam a redução das taxas aduaneiras e o tratado de

reciprocidade de isenção de taxas no comércio de frutas entre o Brasil e a Argentina, firmado em 1909 (Carvalho, 1999). Com essas medidas, o mercado internacional se abria à laranja nacional, estimulando sua produção. Paralelamente a isso, a ferrovia Pedro II garantia o escoamento dos produtos agrícolas da localidade e as grandes obras de saneamento implantadas na Baixada Fluminense ajudaram a valorizar as terras cultiváveis da região.

A Bayer chegou à Baixada Fluminense nos primeiros anos do século XX. Sua atuação ocorreu de forma indireta através d'A Chimica Bayer, que levou à região seus produtos para tratamentos dos pomares cítricos, ajudando no controle da leprose, da verrugose e da melanose (Dupré, 2008). A empresa teve sua atuação voltada para o auxílio aos produtores de laranja e incluía o uso de almanaques e panfletos para divulgação de seus produtos. Os panfletos orientavam os produtores para o tratamento de seus pomares, com advertências do tipo: “sem tratamento do pomar não há lucro em citricultura”.²

Apesar de numerosas doenças, a produção de citros vigorou em Nova Iguaçu, que se tornara um polo produtor de laranja no Brasil, devido às condições do clima e solo específicos da Baixada Fluminense (Carvalho, 1999). No período entre 1930 e 1939, Nova Iguaçu produzia muitas laranjas, a exportação do produto para Europa estava em alta e a atividade ocupava muitas famílias, que trabalhavam nas diversas etapas da produção. A economia local era baseada na produção e venda das laranjas, o que era perceptível pela quantidade de pomares e chácaras dedicadas a essa cultura. Além disso, Nova Iguaçu (sua área central) tornou-se ao longo do tempo um posto de concentração, beneficiamento e exportador (graças à presença da ferrovia) da

²GUIA BAYER: Nas publicações em citricultura, Rio de Janeiro. 1934.

produção citrícola desenvolvida em suas terras, que ocorria em várias localidades como: Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti, Mesquita e Nilópolis.

Declínio da citricultura, urbanização e industrialização da região

Entretanto, apesar dos fatores positivos da citricultura, alguns produtores negligenciaram o tratamento de seus pomares, que, com isso, sofreram com doenças e pragas. Desanimados com o insucesso de seus pomares, os citricultores venderam suas propriedades para corretores imobiliários que as subdividiram em áreas menores (lotes), algumas mantendo o cultivo de citros (Santos, 1956). Com o crescimento do número de chácaras e sítios, houve a necessidade de contratar mão de obra, com um maior fluxo de pessoas e aumento do número de propriedades. Nova Iguaçu passa a sentir os efeitos da urbanização, que amplia o número de seus habitantes.

Apesar do pleno desenvolvimento da área, a partir do início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a região de Nova Iguaçu começa a sentir dificuldades para manter o sucesso do empreendimento do cultivo de citros. Segundo Allen Dupré, as principais dificuldades foram:

[...] superprodução gerada por questões cambiais e de infraestrutura, oscilações dos preços das laranjas no mercado externo, incapacidade dos produtores em erradicar pragas e doenças que se abateram sobre os laranjais por ocasião da superprodução, aumento dos combustíveis e dos fretes rodoviários e ferroviários, e, por fim, o fechamento do mercado europeu devido à guerra e, de outro lado, ao bloqueio naval alemão aos navios frigoríficos que vinham da Europa (Dupré, 2008, p. 49).

Com o mercado externo fechado, o negócio começou a declinar e, para piorar a situação, inicia-se a concorrência com a região de Limeira, que despontava como grande produtora e abastecedora do mercado

paulista. Diante desse cenário, os citricultores da região de Nova Iguaçu não conseguiam mercado para suas laranjas e, em consequência, estas passaram a apodrecer nos pés, o que facilitou a disseminação de pragas e novas doenças nos laranjais. Alguns produtores buscaram formas de reverter o prejuízo e fizeram tentativas de diversificar a produção. Alguns passaram a cultivar bananas e hortaliças, e outros partiram para uma nova empreitada e destinaram suas chácaras ao mercado imobiliário (Dupré, 2008).

Segundo Aparecida de Figueiredo, o cenário de dificuldades teria impedido a permanência do ciclo da laranja na região. Veja como ela descreve os últimos suspiros dessa fase:

Diante de tal conjuntura os citricultores vivenciaram extremas dificuldades vinculadas à falta de mercado consumidor; transporte ineficiente e de alto custo; endividamento; estado precário dos pomares e abandono da limpeza e tratamento dos laranjais associado ao seu baixo rendimento, que com o lucro obtido não cobria as despesas nem o aumento crescente da mão de obra utilizada, que via nas indústrias instaladas no Rio de Janeiro um grande atrativo; e para encerrar em definitivo o cultivo da laranja, aqueles citricultores que lutaram e resistiram à crise mantendo seus pomares em boas condições, foram proibidos de exportar o produto numa atitude do governo de atender ao mercado interno (Figueiredo, 2004),

A partir dessa conjuntura, finaliza-se o ciclo da laranja e se inicia o processo de transformação do espaço rural da Baixada Fluminense em “urbano”. Terras e chácaras que abrigavam as plantações são partidas e transformadas em lotes residenciais. Conforme Allen Dupré, “por volta de 1960, a laranja havia praticamente desaparecido de toda a planície de Nova Iguaçu, que já se encontrava quase totalmente loteada” (2008, p. 49). Dessa maneira, estavam instaladas as condições para a sua industrialização, e grande impulso pode também ser notado a partir da liberação para o tráfego da vizinha rodovia Presidente Dutra (BR 116) em 1951.

Segundo Priscila Maia e Adrianno Oliveira Rodrigues, nos anos 1940 o final da citricultura em Nova Iguaçu se deu em paralelo ao processo de industrialização e urbanização do Brasil, que, no contexto fluminense, era concentrado na cidade do Rio de Janeiro, na época capital do país. Esse processo envolveu uma reestruturação do parque industrial do Rio de Janeiro e gerou reflexos no direcionamento de novos investimentos fabris para a periferia. Esses autores procuraram analisar esse fenômeno, constatando que, “ao longo dos anos [19]40 e 50, esse processo foi se intensificando e as novas indústrias passaram a extrapolar os limites da capital em direção à Baixada Fluminense, seguindo o curso, sobretudo, da Avenida Brasil e da Rodovia Presidente Dutra”.³

O crescimento industrial da região atraiu um contingente populacional muito grande, não só da então capital federal e do estado do Rio de Janeiro como também de outras regiões do país. Ao longo dos anos 1940 e 1950, o Sudeste passou a ter grandes ondas migratórias, de modo que, após 1930 e a Segunda Guerra Mundial, a região vivenciou surtos de industrialização e urbanização. Essa modificação do espaço urbano, por conta da industrialização, vinha acompanhada de novos postos de trabalhos e alguma melhora no nível de vida, isso fez com que pessoas do Nordeste brasileiro que sofriam com as secas migrassem para a região Sudeste.

Os migrantes recém-chegados à cidade do Rio de Janeiro encontravam dificuldades, pois a modernização do centro do Rio de Janeiro e áreas próximas expulsava pessoas pobres que quisessem fixar moradia nessa parte da cidade. Diante disso, percebemos um volume

³MAIA, Priscila Nunes Fraga; RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **A cidade (re)partida**: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. 15º. Congresso da APDR, Cabo Verde, 6 a 11 de julho de 2009. p. 3856. Disponível em: <www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%3o2039/72A.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2011.

populacional muito grande necessitando de moradia, e o destino desse contingente foi a Baixada Fluminense. A escolha dessa região está ligada à proximidade da cidade do Rio de Janeiro, assim como a facilidade de transporte por meio de ferrovias recém-eletrificadas que ligavam a Baixada ao centro da capital, por uma tarifa única de trem.⁴ Além disso, não se pode esquecer de que os lotes de terras disponíveis na Baixada Fluminense eram muito mais acessíveis que imóveis do Rio de Janeiro.

Nesse processo, Nova Iguaçu assume um papel destacado. Entre tantos fatores para isso, podemos citar: proximidade da cidade do Rio de Janeiro, facilidade na compra dos lotes de terra para futuras construções, existência de serviços para uma população urbana e a introdução da rodovia Presidente Dutra. Este último fator levou à modificação do espaço, com um aumento no número de construções que estariam ligadas ao surto imobiliário da região e ao processo de mutirão para autoconstrução, no qual trabalhadores pobres organizavam-se geralmente nos finais de semana e iniciavam o processo de construção de suas moradias. Desse modo, Nova Iguaçu apresentou um crescimento urbano considerável. Entretanto, esses sucessivos loteamentos e a verticalização da área central da cidade não vieram acompanhados de um projeto de infraestrutura necessário.

Com o declínio da citricultura, alguns municípios, como Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis — os três últimos recém-emancipados na década de 1940 —, buscavam se reerguer e se utilizaram de sua localização estratégica perante a cidade do Rio de Janeiro para conseguir o desenvolvimento de suas regiões. Para isso, adotaram políticas de isenções fiscais visando atrair investimentos

⁴Ibidem, p.3857.

industriais para seus territórios.⁵ Com tal iniciativa, ao longo dos anos 1940 e 1950, percebe-se a presença de muitas indústrias de médio e grande porte nos subúrbios do Rio de Janeiro. A percepção de que a prefeitura iguaçuana era pouco presente nos distritos de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis gerou desejos emancipacionistas que acabaram sendo então realizados, com uma segunda onda de desmembramentos do município de Nova Iguaçu nos anos 1990.

Segundo Carlos Lessa, um evento importante que ajudou na industrialização da Baixada Fluminense foi a inauguração da avenida Brasil, em 1940. Além disso, a instituição de uma tarifa ferroviária única e subsidiada acelerou consideravelmente o crescimento dos municípios da Baixada. A avenida Brasil virou fator de realocação industrial, direcionando para a Baixada indústrias fluminenses, de forma que nos anos 1950 a contribuição da indústria para a economia em Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias e São João de Meriti superava a do Rio.⁶ O período entre 1940 e 1960 caracterizou-se por um acentuado crescimento urbano e também por uma evolução do quadro da industrialização no Brasil e no estado do Rio de Janeiro. Nesse cenário, pode-se verificar também no censo demográfico do IBGE o crescimento populacional nos municípios da Baixada, como ilustrado na tabela 1.

Tabela 1 — População na Baixada Fluminense

Município	1950	1960	1970
Duque de Caxias	92.459	241.026	431.397
Nilópolis	46.406	95.111	128.011
Nova Iguaçu	145.649	356.645	727.140
São João de Meriti	76.462	190.516	302.394

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970.

⁵Idem, p.3859

⁶LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca de autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.101.

A industrialização na segunda metade do século XX atraiu um número alto de migrantes para a capital, mas os preços altos de casas e terrenos faziam com que a cidade do Rio de Janeiro não conseguisse absorver todo esse número de imigrantes, que destarte, eram impelidos a se encaminhar para áreas periféricas, nas quais a oferta de terra era maior. Essa região era a Baixada Fluminense, que estava se encaixando nesse modelo de transformação urbano-industrial.

A partir dos anos 1950, o processo de industrialização gerou repercussões urbanas e regionais. Ondas migratórias que tinham como destino as regiões metropolitanas, como as do Rio de Janeiro e São Paulo, modificaram a dinâmica dessas regiões. No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estudos têm demonstrado que boa parte desse contingente populacional veio se instalar na Baixada Fluminense. Segundo Sebastião Raulino Fernandes, “essa população migrante teria formado a base do operariado das indústrias que se instalavam na região e de todas as atividades econômicas que surgiram ao seu redor, inclusive da Reduc e da Bayer”.⁷

Com efeito, a Baixada vivencia nessa época uma das maiores expansões demográficas da Região Metropolitana e do Brasil. Dessa maneira, passa a abrigar um número significativo de pessoas aptas a trabalhar no setor industrial. A título de ilustração, em Nova Iguaçu havia importantes estabelecimentos industriais que serviam como polo de indução de trabalhadores, entre os quais podemos citar: a Bayer do Brasil Indústrias Químicas S.A., Cia. Dirce Industrial, Cia. Mercantil e Industrial Ingá, Cia. de Canetas Compactor, Forjas Brasileiras S.A.,

⁷RAULINO, Sebastião Fernandes. **Construções sociais da vizinhança**: temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e populações residentes. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2009. p.58

Indústrias Granfino S.A., S. A. Marvin (parafusos e pregos), Rupturis S.A. (explosivos), Usimeca – Usina Mecânica Carioca S.A., Fábrica de Tecidos Cachambi e Fábrica de Cigarros Souza Cruz (Maia; Rodrigues, 2009).

Acerca do crescimento urbano e industrial em Nova Iguaçu, Maia e Rodrigues mostram o seguinte:

A urbanização e a industrialização de Nova Iguaçu resultaram do processo de mesma natureza ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos anos [19]30 e 40. Isso porque a expansão industrial e a efetiva ocupação urbana de Nova Iguaçu decorreram do extrapolamento e redirecionamento do crescimento econômico e populacional do Rio de Janeiro, àquela época capital brasileira, para além de suas fronteiras, seguindo as margens da rodovia Presidente Dutra e da avenida Brasil, isto é, em direção à Baixada Fluminense. Some-se a isso, ainda, a política de isenções fiscais adotada pela prefeitura de Nova Iguaçu. O resultado foi, até os anos [19]50, a instalação de inúmeras indústrias alimentícias e de materiais de construção naquele município, cuja produção atendia sobretudo o mercado local. Houve também um expressivo crescimento populacional desencadeado pela entrada de migrantes em Nova Iguaçu e demais municípios da Baixada. Eles buscavam melhores condições de vida na cidade do Rio de Janeiro e fixavam residência na Baixada por esta ser a periferia mais próxima, onde os lotes tinham preços acessíveis e o acesso era facilitado pelas ferrovias recém-eletrificadas. Os reflexos desse surto populacional podem ser verificados no elevado número de loteamentos aprovados na Baixada como um todo àquela época (2009, p. 3894).

Como descreveram os autores, Nova Iguaçu deixara de ter um espaço rural para ter um ambiente urbano, no qual a demografia da população crescia devido à vinda de imigrantes, pela relativa facilidade na compra dos lotes, que se multiplicavam, pela instalação de diversas indústrias na localidade por conta dos incentivos fiscais concedidos pela prefeitura e também pela melhoria no sistema de transporte de mercadorias via rodovia Presidente Dutra. Esse era o contexto no qual a Baixada vivia no momento de implantação da Bayer na localidade. Pode-se dizer que a empresa vai se instalar numa região que passava

por um processo de industrialização, crescimento urbano e aumento nas desigualdades, pois o crescimento urbano e industrial não trouxera melhorias significativas no nível de vida de grande parte da população que habitava essa região. De maneira que “o crescimento populacional foi acompanhado pela ausência de infraestrutura sanitária e pelo uso predatório, deixando como legado a degradação ambiental e a formação de estruturas clientelistas típicas da organização socioespacial das cidades brasileiras” (Oliveira; Rodrigues, 2009).

Esse era o contexto em que a Bayer se inseriria. Nas linhas seguintes, vamos da empresa pesquisada no contexto da industrialização brasileira de modo geral. A instalação da Bayer na Baixada ocorreu no dia 10 de junho de 1958. Seu complexo industrial foi ali inaugurado festivamente, com a presença do então presidente da República Juscelino Kubitschek, do então governador do Rio de Janeiro, Miguel Couto Jr. e de outras autoridades, e do químico Ulrich Haberland, então presidente da empresa no Brasil.

A inauguração do novo conjunto de fábricas da Bayer em Belford Roxo (então distrito de Nova Iguaçu) é vista como um importante acontecimento para a indústria brasileira. Segundo Sebastião Fernandes Raulino, a implantação da Bayer e da Reduc “se deu num período de grande expansão da atividade industrial no país e de um elevado crescimento econômico, quando se implementava o plano de metas do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)” (Raulino, 2009, p 59). Na década de 1950, o diagnóstico feito foi de que o subdesenvolvimento brasileiro era resultante de um ritmo mais lento de crescimento econômico, e a solução encontrada pelo governo JK era a aceleração do ritmo desse crescimento. Para isso, adotou-se um modelo de desenvolvimento voltado para a realização de um crescimento econômico acelerado com o objetivo de diminuir a

distância do nível de industrialização e renda em relação aos países desenvolvidos (Ianni, 1991).

O papel do Estado nesse processo é modificado, ele passa a ser “indutor”, sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos. Juscelino substituiu o nacionalismo getulista pelo nacional-desenvolvimentismo, política econômica que tratava de combinar o Estado, empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento com ênfase na industrialização (Orenstein; Sochaczewski, 1990).

É no governo JK que podemos verificar o auge da industrialização brasileira, projetada no Plano de Metas, conhecido pelo *slogan* “50 anos em 5”. O objetivo desse plano era estabelecer as bases de uma economia industrial madura e alguns setores ganharam investimentos: energia, transportes, indústrias de base, bens intermediários e bens de consumo duráveis. Os principais pontos do plano de metas eram investimentos estatais em infraestrutura, o estímulo ao aumento da produção de bens internos e o incentivo à produção dos setores de consumo duráveis e de capital. A indústria automotiva nesse período teve um grande avanço e, com ela, cresceu também o mercado de autopeças.

Histórico da Bayer na localidade

A Bayer, nos anos de 1950, já tinha filiais espalhadas pelo mundo; no Brasil, suas atividades industriais haviam começado nos anos de 1920, com a produção de aspirina. No ano de 1925, com a instalação da Aliança Comercial de Anilinas Ltda., iniciava-se sua produção de corantes no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, atendendo a indústria têxtil brasileira, que crescia naquele momento. Em 1946, a Aliança aumentou sua produção, passando a fabricar componentes

para a indústria têxtil, de couro e de papel. Para isso, recorreu à Cidasa, que tinha uma planta instalada próximo à rodovia Rio-Petrópolis, na altura de Xerém (Dupré, 2008).

Nos anos 1950, o Brasil se desenvolvia e a Cidasa, que era a representante da Bayer em território brasileiro, não conseguia atender à expansão da demanda. Verificou-se a necessidade de um complexo maior, no qual fosse possível instalar novas unidades e ampliar a produção. A empresa demonstrava interesse em investir no país, o momento brasileiro, como demonstrado anteriormente, era de atrair o capital estrangeiro e, com isso, impulsionar a industrialização. Dessa forma, o presidente Juscelino fez uma visita oficial ao professor Haberland na sede da Bayer, em Leverkusen, Alemanha, dando início aos entendimentos entre a empresa e o governo brasileiro.

Tendo em vista o encontro e o novo redirecionamento da atuação governamental no que tange à política econômica, segundo Allen Dupré:

Em 1955 antecedendo o período de euforia desenvolvimentista que o país viveria a partir do ano seguinte sob o governo de Juscelino Kubitschek, a empresa adquiriu a Companhia de Ácidos, antiga e pouco expressiva fábrica de ácido sulfúrico e superfosfato, pertencente ao Grupo Peixoto de Castro (que era dono também da refinaria de petróleo de Manguinhos)(2008, p. 55).

A Companhia de Ácidos tinha uma posição estratégica no território do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é interessante notar os motivos da compra da fábrica e as questões preponderantes para a instalação de um parque fabril da Bayer nessa localidade. A fábrica de ácidos comprada pela Bayer em 1956 começara a funcionar em 1950. Foi o primeiro grande empreendimento a região de Belford Roxo e ocupava 347.000 m², produzindo 30 toneladas diárias de material. Muitas das instalações dessa fábrica foram reaproveitadas, como, por exemplo, a unidade de ácido sulfúrico, o depósito central e o conjunto de casas margeando a

estrada da Boa Esperança, que acomodava famílias de funcionários da empresa.

Não somente o reaproveitamento da antiga fábrica foi importante para a escolha da área como local para o novo parque fabril da Bayer. O desenvolvimento brasileiro fez com que a demanda por produtos em geral crescesse, e, como a Cidasa não dava conta da produção necessária, foi requerida uma nova fábrica, localizada em um terreno que permitisse ampliações. O terreno adquirido pela Bayer em Nova Iguaçu atendia esse requisito. Além disso, estava numa posição estratégica, próximo à rodovia Presidente Dutra, na Baixada Fluminense, a somente 45 km do centro do Rio de Janeiro, então capital federal, e a cerca de 400 km de São Paulo, que despontava como polo industrial importante do país.

Além dos fatores relativos à localização, existiam outros pontos positivos, como a disponibilidade de água potável e, para processo, energia elétrica, mão de obra qualificada e topografia plana, com amplas áreas desocupadas ao seu redor e potencial para novas aquisições territoriais se fossem necessárias futuras expansões.

Não podemos nos esquecer de que a Baixada Fluminense nesse período estava vivendo um processo de crescimento urbano e de evolução no seu quadro de industrialização. Dessa forma, indústrias vão ser implantadas perto da rodovia Presidente Dutra, e a Bayer me parece se enquadrar nesse processo. As prefeituras de Nova Iguaçu e Duque de Caxias utilizavam incentivos fiscais para ter em seus territórios a expansão da atividade industrial. Outra fonte de atração para as indústrias era a facilidade para se contratar mão de obra, pois a Baixada Fluminense foi o destino de muitos migrantes que não conseguiam se estabelecer na região central do Rio e eram impelidos a se dirigir às regiões periféricas da cidade.

Feita a compra da área, a construção da unidade demandou um esforço enorme de planejamento do complexo industrial, mas as dificuldades foram todas superadas. O período de estudo, planejamento e construção da fábrica demorou cerca de dois anos, envolvendo, segundo notícias da época, uma conjugação de esforços de mil engenheiros, técnicos e operários brasileiros e alemães para concretizar a obra.⁸

A região de Belford Roxo era um distrito de Nova Iguaçu, pouco populoso e com pouca infraestrutura. A população dessa região sofria com carências urbanas básicas, como saneamento, asfalto nas ruas e falta de um serviço de saúde eficiente. Não tinha as condições materiais necessárias ao empreendimento de grande vulto como os novos conjuntos de fábrica a serem instalados, também havia falta de mão de obra especializada em montagem industrial. Assim, vieram da Alemanha 25 especialistas, sob a direção do professor dr. H. Boker, de Leverkusen, com a missão de coordenar essas tarefas e, ao mesmo tempo, treinar os profissionais brasileiros envolvidos no trabalho (Dupré, 2008).

A obra foi concretizada. No mesmo ano ocorreu a inauguração do complexo industrial em Belford Roxo, que tinha as atividades agrupadas em três departamentos, modelo que se manteve inalterado até os anos 1990: produtos inorgânicos, corantes e produção orgânica. Com esse modelo de organização, ainda sem todas as unidades instaladas, foram iniciadas as atividades no complexo no dia 10 de junho de 1958. Foram inauguradas oficialmente as unidades de sais de cromo, ácido sulfúrico, ácido fluorídrico, corantes azoicos e produtos intermediários. A inauguração das unidades foi vista como algo muito importante para a região e contou com a presença de ilustres personalidades.⁹

⁸ Novo conjunto de Fábricas Bayer. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 3, junho de 1958.

⁹ O DEPUTADO Getúlio de Moura compareceu, com o presidente da República, à inauguração da Bayer em Belford Roxo. **Correio da Lavoura**. Nova Iguaçu, RJ, n. 2152, p.1, 15 jun. 1958.

A inauguração foi noticiada pelas revistas e jornais contemporâneos como um acontecimento de grande relevância, não somente para o âmbito local, mas também de uma grande importância para a indústria brasileira como um todo. A matéria da revista **O Cruzeiro** é um bom exemplo disso:

Foram inaugurados no dia 10 do corrente novos e importantes conjuntos de fábricas da Bayer do Brasil Indústrias Químicas S/A. Belford Roxo foi o local escolhido para essa grande realização que coloca a Bayer numa posição ainda mais invejável no setor da indústria de base, no Brasil. Os trabalhos iniciais para esse importante acontecimento couberam à *Farbenfabriken Bayer A. G.*, de Leverkusen, Alemanha. Da conjugação de esforços de mil engenheiros, técnicos, operários brasileiros e alemães surgiram mais essas novas fábricas. As instalações, que ocupam o volume equivalente 120.000 mil metros cúbicos, estão localizadas em uma área de 335.000 mil metros quadrados. Quatro mil metros de tubo revestido de borracha foram instalados e mais de 20.000 metros de tubo de aço. As novas fábricas, em sua primeira etapa, fornecerão os seguintes produtos de realçada importância para a agricultura e indústria nacional: anilinas, produtos auxiliares para a indústria de papel, tecidos e couro, produtos intermediários para o setor farmacêutico, bicromatos, superfosfato, cromatos, inseticidas, formicidas e herbicidas, sulfureto de sódio e tintas para couro, além de outros produtos. Outros produtos químicos serão fabricados à proporção que as novas etapas previstas forem sendo ultimadas. O ato inaugural foi presidido por S. Exa. o Sr. Presidente da República e contou com a presença do Professor Dr. Ulrich Haberland, presidente *Farbenfabriken Bayer A.G.*, de Leverkusen, Alemanha ocidental, diretores da Bayer Indústrias Químicas do Brasil S/A e inúmeras personalidades de destaque do mundo oficial e econômico do Brasil.¹⁰

A partir da reportagem saltam aos olhos algumas informações importantes acerca do empreendimento. Destaca-se Belford Roxo como o local escolhido para a realização do feito, e já se sabe que essa escolha não foi aleatória, houve uma conjunção de fatores que proporcionou a

¹⁰ Novo conjunto de Fábricas Bayer, **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 3, junho de 1958.

escolha do terreno na localidade. Entre tantos fatores, estavam a posição estratégica na Baixada Fluminense, uma antiga fábrica já instalada no terreno (que foi aproveitada) e possibilidades de expansão.

Terminadas as instalações, segundo a reportagem, o empreendimento colocaria a Bayer numa posição invejável na indústria de base no Brasil, isso se deve ao pioneirismo da empresa nessa área em solo brasileiro.

A Bayer, que é uma transnacional alemã, na época atuava em diversos ramos no setor químico, tendo como marca principal a pesquisa em laboratórios espalhados pelo mundo, alojados em países centrais. Em território brasileiro, a indústria química dava os seus primeiros passos. Na Baixada Fluminense, um pouco depois da instalação da Bayer, é inaugurada a Reduc, em 1961. Na base do complexo industrial químico brasileiro encontrava-se a indústria de petróleo e a petroquímica, enquanto a indústria química de transformação ainda estava muito incipiente. Por isso, a implantação da Bayer ganhou uma relativa importância naquele período.

A própria empresa colocava-se na marcha do progresso industrial do Brasil e como vanguarda desse processo. É o que se conclui da leitura de um de seus panfletos:

Inaugura-se hoje o novo conjunto de fábricas da Bayer Indústrias Químicas S/A em Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro. É o coroamento de mais de meio século de esforço e trabalho, através da química, no sentido de melhorar as condições de vida de milhões de brasileiros e de propiciar às indústrias produtos químicos de qualidade. É o reconhecimento de uma grande indústria à simpatia e acolhimento que sempre teve do povo deste grande e generoso país. Quando as forças realizadoras são mobilizadas para cooperar no vasto programa de soerguimento da agricultura e indústria do

Brasil, a Bayer só poderia formar a sua vanguarda. O resultado aí está: uma indústria química de Base para o Brasil.¹¹

Esse trecho é bastante elucidativo do quanto os investidores alemães, donos da empresa, estavam cientes do processo industrial que o Brasil vivenciava no período, de abertura da economia ao capital externo possibilitada pela política econômica adotada por Juscelino Kubitschek. Então os investimentos em solo brasileiro não se deram por acaso, a Bayer percebeu possibilidades de crescimento no mercado brasileiro, pois, com o desenvolvimento industrial, novas indústrias surgiriam e demandariam produtos químicos essenciais como matéria-prima. Dessa maneira, os produtos químicos produzidos pela Bayer serviriam de insumos básicos para outras indústrias desenvolverem suas atividades, assim como a agricultura evoluiria a partir do uso de formicidas e herbicidas no cultivo das lavouras.

Dessa maneira, a Bayer se insere no complexo industrial brasileiro como uma indústria de grande importância no fornecimento de produtos para a indústria e agricultura nacional. A empresa enquadra-se num processo de industrialização vivido pelo Brasil na segunda metade do século XX, quando ela entra no circuito de industrialização e urbanização da Baixada Fluminense.

Nosso tema de estudo foi uma indústria química de grande porte que se estabeleceu em 1958, em Belford Roxo, que na época era um distrito pouco populoso e subdesenvolvido de Nova Iguaçu. Entre algumas metas de pesquisa, estava o interesse em saber o porquê da escolha da localidade para o empreendimento industrial. De acordo com a análise da bibliografia especializada na urbanização e industrialização da Baixada Fluminense, a localização estratégica da região nos anos

¹¹ Panfleto: A Bayer na vanguarda, **O Cruzeiro**. Bayer do Brasil Indústrias Químicas S/A, RJ, 10 jun. 1958.

1950 e 60 fez florescer um surto industrial no espaço. Não somente a localização, mas outros fatores foram atraentes para as indústrias, como incentivos fiscais das prefeituras, abundância de mão de obra barata e reestruturação do parque industrial da cidade do Rio de Janeiro, que implicou investimentos na região da Baixada.

No decorrer da investigação, verificamos a mudança no perfil da região de Nova Iguaçu, que no período anterior à Segunda Guerra Mundial era caracterizada pela produção de laranjas e tinha contornos rurais. A partir do declínio da citricultura observamos a geração de reflexos negativos para a área, que precisava se reinventar. Com isso a região da Baixada inicia o processo de transformação do seu espaço. O fim do ciclo da laranja propiciou o início do processo de transformação do espaço, antes rural, da Baixada Fluminense, em espaço urbano. Nesse contexto, percebe-se também o aumento dos loteamentos residenciais.

O final da citricultura em Nova Iguaçu se deu no mesmo período do processo de industrialização e urbanização do Brasil. No Rio de Janeiro, a industrialização era concentrada nas suas áreas centrais, entretanto a reestruturação do parque industrial dessa cidade gerou reflexos na região da Baixada Fluminense, observando-se então um direcionamento de novos investimentos fabris para a periferia.

O crescimento industrial da região atraiu um contingente populacional grande, que, devido à modernização das áreas centrais da cidade, eram expulsos para as zonas periféricas mais próximas. A Baixada Fluminense foi, assim, o destino de muitos migrantes. Nessas zonas, o custo de moradia mais barato e a facilidade de se locomover ao centro da cidade utilizando o trem aparecem como atrativos interessantes para os migrantes.

A inauguração da avenida Brasil em 1940 e a liberação da rodovia Presidente Dutra ao tráfego em 1951 tornaram-se eventos importantes

que contribuíram para industrialização da Baixada Fluminense. No bojo desse processo de industrialização e urbanização da região, Nova Iguaçu exerceu um papel de centralidade em relação aos outros municípios, largando na frente na estruturação de sua rede própria de serviços e comércio.

No momento da instalação da Bayer na localidade, Nova Iguaçu estava perdendo aos poucos o seu caráter rural e estava ganhando contornos urbanos, vivia também o aumento de sua população devido à vinda de imigrantes para a região pela relativa facilidade na compra de lotes. Outro ponto que merece destaque é que o território iguaçuano estava atraindo as instalações de outras indústrias por conta de incentivos fiscais concedido pela prefeitura. Além disso, outro atrativo era a proximidade da Rodovia Presidente Dutra, o que facilitava o transporte de mercadorias.

Entre inúmeros fatores explicitados no trabalho que corroboraram para a instalação da fábrica na região, a localização do terreno parece ter sido o preponderante. Assim, a Bayer decidiu se instalar na região por sua localização estratégica, próximo à Rodovia Presidente Dutra, ao centro do Rio de Janeiro e relativamente próximo a São Paulo, um polo industrial importante.

Além disso, a instalação da Bayer região também se deu por conta da conjuntura adversa na cidade do Rio de Janeiro e favorável na região da Baixada fluminense. O contexto da industrialização brasileira, em meio ao projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, também foi considerado pela empresa. O empreendimento industrial contou com o apoio do presidente da República, que participou ativamente das negociações em prol da implantação da transnacional em solo brasileiro. A Bayer se apresentava como importante indústria química

de base para o Brasil e prometia contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira.

Através do que foi estudado até o momento, acredita-se que a empresa se enquadra num processo de industrialização vivido pelo governo de Juscelino Kubitschek e também se insere no circuito de industrialização e urbanização da Baixada Fluminense. Todavia, faltaram elementos que permitissem desenvolver um pouco mais o exame do papel da Bayer no projeto desenvolvimentista, o que poderá ser feito numa outras pesquisas sobre o tema no futuro.

A moradia como parte do projeto da empresa

A construção da vila residencial da Bayer também foi objeto da investigação. Nosso interesse foi saber o por que a vila foi construída e como teria sido essa experiência. Sabe-se que a historiografia tem registrado diversos casos de fábricas com vilas operárias e, de acordo com algumas pesquisas, a utilização dessas vilas pode ter diversos objetivos, como controle, forma de barganha perante os trabalhadores, diminuição de gastos com transporte de funcionários ou mesmo como mais um “benefício social” oferecido pelas empresas.

No caso específico da vila da Bayer, foi possível verificar que o sistema de transporte limitado e precário teria influenciado na construção de casas junto ao complexo industrial. Como a fábrica necessitava de funcionários especializados nas unidades fabris e tendo em vista as dificuldades de locomoção, a construção da vila apareceu como solução mais evidente. Mas teria sido só isso?

A vila da Bayer tinha a função de abrigar os alemães com cargos de chefia e os funcionários especializados indispensáveis às unidades produtivas. Não foi possível perceber se ela foi, em alguns momentos de

sua existência, utilizada pelos patrões como uma forma de controle da força de trabalho. Entretanto, através dos relatos colhidos, é perceptível que seu efeito educador parece ter sido assimilado pelos que lá moravam, pelo menos no que concerne ao senso de responsabilidade exigido pela empresa aos moradores da vila. Assim, a “forma de controle” exercida pela vila da Bayer pode ter ocorrido de forma subjetiva. Pela forma como as casas eram disponibilizadas aos funcionários, sem que estes tivessem qualquer preocupação com contas a pagar, era improvável que um operário não se adequasse ao comportamento exigido dele pela empresa, pois se o fizesse era grande o risco de ele perder um de seus “benefícios sociais” — se a construção da vida for entendida com esse propósito.

A Bayer passou por algumas transformações produtivas no decorrer dos anos. Vale ressaltar os resultados de algumas dessas transformações, como a renovação do corpo gerencial (retirada dos alemães dos cargos de chefia), expansões nos anos 1970 e 1980 com aumento do número de empregados e tornando a unidade industrial a maior geradora de empregos da região de Belford Roxo, e, por fim, as reestruturações dos anos 1990 que implicaram a redução do número de funcionários e a adoção do sistema de sinergia comercial, atraindo empresas parceiras a se instalarem no espaço do complexo industrial. Dessa forma, o complexo industrial continua tendo importância estratégica para o município, tanto na geração de empregos quanto na de receita.

A greve histórica

Um evento histórico para a empresa foi a greve deflagrada pelos seus funcionários em junho de 1989. Ela ocorreu num momento em que

o Brasil vivia uma conjuntura econômica desfavorável que influenciava o modo de vida dos trabalhadores. A inflação corroía o poder de compra dos trabalhadores. Nesse contexto difícil, percebe-se um ressurgimento e uma maior mobilização por parte da classe trabalhadora em defesa de seus direitos. Ainda nos anos 1980, verifica-se uma maior atuação do sindicalismo brasileiro levantando as bandeiras dos trabalhadores.

Na Bayer não foi diferente. Seus trabalhadores demonstraram sua organização e força reivindicatória de melhores salários por meio de uma greve que durou 15 dias. Na ocasião, os operários travaram um embate forte com a empresa e verificou-se a utilização de estratégias de parte a parte que não levaram a uma solução negociada, mas uma situação tensa entre o sindicato da categoria e a direção da empresa, com consequências históricas.

Ao se analisar o movimento grevista percebe-se que os trabalhadores não foram passivos, mostraram à empresa sua decisão de lutar por melhores salários e condições de trabalho e, se não lograram os resultados pretendidos, puderam compreender que, no momento de luta, a união e a identidade de uma categoria podem ser forjadas.

A relação entre empresa e sindicato ficou bastante estremecida após a referida greve. Isso implicou uma mudança de estratégia do sindicato da categoria nos anos seguintes, quando empresa e sindicato perceberam que o diálogo é o melhor remédio para atenuar os grandes conflitos. Uma das reivindicações dos trabalhadores era a instauração de uma comissão de fábrica na Bayer para atuar nas questões internas, a qual foi atendida. Entretanto, a instauração de uma comissão de fábrica no interior da indústria e suas implicações é assunto para outro trabalho, mais focado nessa questão.

Por fim, concluímos que o estudo histórico sobre a Bayer mostrou-se rico em interlocuções entre empresa-colaboradores, empresa-espço urbano, empresa-industrialização e outras.

Referências

- CARVALHO, Iracema Baroni. **Laranjas brasileiras**. Nova Iguaçu: SMCEL, 1999.
- DUPRÉ, Allen. **Bayer Belford Roxo 50 anos**. 1. ed. São Paulo: Bayer S.A.; Carrenho Editorial, 2008.
- FIGUEIREDO, Maria de Aparecida. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada fluminense. **Revista geo-paisagem** (online), ano 3, n. 5, janeiro/junho de 2004.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca de autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MAIA, Priscila Nunes Fraga; RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **A cidade (re)partida**: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. 15º. Congresso da APDR, Cabo Verde, 6 a 11 de julho de 2009.
- ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961 In: ABREU, Marcelo P. (org.) **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 171-196
- OLIVEIRA, Alberto de; RODRIGUES, Adrianno O. Industrialização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. **Semestre Económico**, Medellín, Colombia, v. 12, n. 24 (Edición especial), p. 127-143, oct. de 2009.
- RAULINO, Sebastião Fernandes. **Construções sociais da vizinhança**: temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e populações residentes. Tese (doutorado) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Ruth Lyra. **Notas sobre a ocupação humana da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

Fontes

Novo Conjunto de Fábricas Bayer, **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 3, junho de 1958.

O DEPUTADO Getúlio de Moura compareceu, com o presidente da República, à inauguração da Bayer, em Belford Roxo. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu, n. 2152 p.1, 15 jun. 1958.

Panfleto: A Bayer na Vanguarda, Bayer do Brasil Indústrias Químicas S/A, Rio de Janeiro, 10 jun. 1958.

6

NEM ESCRAVOS, NEM LEPROSOS OU IMPERADOR: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O SURGIMENTO DE QUEIMADOS NO SÉCULO XIX

Maicon da Silva Carlos

Introdução

Queimados é uma cidade da Baixada Fluminense, emancipada de Nova Iguaçu em 1990, e que, segundo o Censo de 2022, abriga 140.523 habitantes. Uma cidade jovem e, talvez por isso, pouco pesquisada pelos historiadores. Pretendemos contribuir para que pesquisadores, moradores do município e da Baixada Fluminense, possam ter conhecimento, através de fontes históricas, de como ele foi ocupado e o que motivou o lugarejo, depois cidade, a ter esse nome.

Três histórias principais dão conta das razões que levaram a cidade a ser emancipada com o nome de Queimados. Nos livros escolares, no hino da cidade, ou até mesmo nas pesquisas historiográficas, a explicação sobre a origem desse nome é geralmente a mesma. Todas elas se baseiam na reprodução de memorialistas, sem utilização de fontes; são versões mantidas e compartilhadas pelo boato popular, que não sabemos realmente quando foi criado.

A primeira delas, a que é a mais propagada, pode ser encontrada no *site* oficial da cidade:

Com a expansão da economia cafeeira, em meados do século XVIII, foi construída a Estrada de Ferro D. Pedro II, trazendo mais prosperidade à região. O projeto inicial dessa ferrovia previa a extensão dos trilhos até a Freguesia de Nossa Senhora de Belém e Menino Deus, atual Jacutinga, que chegou a construir um prédio para sediar a estação. Porém, milhares de operários chineses, construtores da estrada, foram vítimas de Malária e por epidemias de cólera, que arrasou toda a Colônia, em 1855. Como a morte dos

operários chineses iria retardar o prosseguimento das obras da via férrea, rapidamente foi construída a Estação de Queimados. Segundo a história, a origem do nome do município deve-se a este acontecimento, uma vez que os chineses tinham por costume queimar os seus mortos. Este costume criou entre os populares, que tinham de passar pelo local onde os corpos haviam sido queimados, a seguinte forma de indicar o caminho: “Vou pela estrada dos queimados”, o que acabou por nomear o local.¹

Ao longo do trabalho apresentaremos alguns equívocos que essa versão apresenta. Seja no *site* da prefeitura de Queimados, seja em outros locais em que esse trecho é reproduzido, não há identificação do autor, nem de onde o texto foi retirado. A segunda possibilidade sobre a origem do nome da cidade pode ser encontrada no portal do Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, no texto sobre o município de Queimados, do qual retiramos o seguinte trecho:

Conta a tradição popular que o nome surgiu num improviso de D. Pedro II que, chegando à cidade, então um pequeno povoado, perguntou a sua comitiva o nome daquele lugar. Como ninguém soube informar, o Imperador olhou ao redor, procurando algo de referencial para que pudesse batizar aquela localidade, quando se deparou com uma “queimada” feita nas imediações. Não teve dúvidas e batizou o lugarejo com o nome que perdura até a atualidade.²

Essa versão apresenta um erro factual, nenhuma estação foi inaugurada, muito menos com a presença de uma autoridade como o imperador sem que já estivesse designada por um nome, além disso, uma leitura rápida no relatório de construção ou em jornais da época já desmentem essa narrativa. A terceira hipótese encontra-se registrada no portal do IBGE Cidades, na aba “histórico & fotos”. Sobre a cidade de

¹ Portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Queimados. Disponível em: <https://www.queimados.rj.gov.br/municipio>. Acesso em 18/9/2020.

² INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Queimados.pdf>. Acesso em 18/9/2020

Queimados, retiramos este trecho que, também, reitera as passagens anteriores:

Há três versões mais prováveis para o nome “Queimados”. A primeira diz que, quando o imperador D. Pedro I passou por aquela região, por ocasião da inauguração da estação de trem, viu uma grande queimada que estava sendo feita dos laranjais nos morros e chamou o lugar de “Morro dos Queimados”. A segunda versão diz que o nome é referente aos corpos de leprosos queimados, aos montes, que morriam em um leprosário que ali existia, onde hoje fica a Estrada do Lazareto, uma das principais vias do município. Há ainda uma terceira versão, que afirma que o nome da cidade provém dos escravos fugidos das fazendas, que eram mortos e tinham seus corpos queimados pelos seus senhores.³

Esse trecho apresenta as duas versões anteriores e acrescenta uma terceira, que também não tem embasamento. Nenhum registro nas pesquisas feitas para este trabalho dá sustentação a esse relato. Santos (2008), em sua pesquisa sobre a padronização dos nomes geográficos, particularmente sobre os nomes dos municípios fluminenses, incorre no mesmo erro ao falar da cidade de Queimados, talvez porque suas pesquisas foram baseadas mesmas fontes que acabei de citar:

Por vezes, as investigações necessárias para posicionar a história dos nomes geográficos no contexto territorial, podem conduzir a resultados inesperados e até surpreendentes. Foi o caso do processo histórico do município de Queimados, na Baixada Fluminense, que evidenciou que, em meados do século XIX, ocorreu uma imigração de chineses na Baixada. Como foram vítimas da epidemia de cólera e tinham por hábito cultural cremar os seus mortos, esse ato passou à denominação do município, a partir também de uma expressão popular [...]. Fatos como esse, provam de forma indelével o forte poder de marca cultural que os nomes geográficos possuem (Santos, 2008, p. 175).

³ Portal Eletrônico do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/queimados/historico>. Acesso em 28/9/2020.

Diversos autores que pesquisaram a Baixada Fluminense incorrem no mesmo erro. O geógrafo Manoel Ricardo Simões (2006), em sua tese de doutorado, fez alguns apontamentos sobre Queimados, que foram reproduzidos em diversos trabalhos, seja sobre o nome da estação, seja pela “vida” da localidade:

[...] Esta estação, que seria mais tarde chamada de Queimados, passará a ser o núcleo principal da freguesia e posteriormente sede do município. No entanto, esta mudança de eixo não se deu de forma imediata. Durante muitos anos a estação de Queimados será uma pequena parada com poucas casas ao seu redor, no meio do caminho para a subida da serra (Simões, 2006, p. 162).

Nosso trabalho apresentará, através das fontes analisadas, como a história do lugar que deu origem à cidade de Queimados foi contada erroneamente, incentivando um desconhecimento sobre a real origem da cidade, do seu nome e do seu histórico.

Num passado mui remoto, na freguesia de Marapicu

O título que abre esta seção faz parte do hino da cidade de Queimados e se refere a como, a partir do território pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, Queimados surgiu. Antes de se tornar uma freguesia, Marapicu, que hoje é um bairro de Nova Iguaçu, era uma das fazendas que se encontravam nos domínios do Morgado de Marapicu, vínculo formado pela família Coutinho Lemos, em 1772, para unificar os bens sob a administração do primogênito, após a morte do pai. Foi através da dissertação e tese de Rubens Machado (2010 e 2019), sobre o Morgado de Marapicu, que pudemos identificar a formação da freguesia Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, local onde fica o que hoje conhecemos como a cidade de Queimados.

Manoel Pereira Ramos de Lemos e Faria e Helena Andrade Souto Maior Coutinho receberam, em 1722, uma sesmária cujas terras correspondiam às freguesias de Nossa Senhora de Marapicu e parte da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Ao longo dos anos, Manoel Pereira Ramos foi adquirindo novas terras e expandindo o domínio da família na região (Machado, 2019). As terras pertencentes ao casal margeavam o rio Guandu e a serra de Madureira, tinham como parte as fazendas de Marapicu, Cabuçu, Poços e Paul do Guandu, todas com engenhos de cana-de-açúcar. No ano de 1728, o casal realizou a doação de terras pertencentes à Fazenda Marapicu para a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, com o intuito de que a freguesia de mesmo nome pudesse se tornar uma freguesia curada, para a capela se elevar à condição de paróquia futuramente.

O Brasil viveu sob o regime de padroado até a Proclamação da República, em 1889, e esse regime só teve fim definitivo com a instituição da primeira Constituição Republicana, em 1891. Mesmo após a Independência, o imperador manteve o padroado como base de sustentação da relação entre Estado e Igreja, buscando, inclusive, que Roma reconhecesse o Brasil como país independente de Portugal. Freguesias e paróquias eram territórios submetidos à jurisdição espiritual de um cura, que também exercia a função da administração civil. Nesse sentido, os párocos cumpriam sua função eclesiástica, mas também a governamental. As paróquias eram subordinadas às dioceses, toda paróquia era uma igreja, mas nem toda igreja uma paróquia. Assim, muitas capelas eram construídas, seja para se instalar e manter a presença religiosa e espiritual nos locais, seja para futuramente ali se erguer uma igreja maior, candidata a paróquia (Fridman, 2009).

A capela ficou pronta em 1737 e, em dezembro de 1752, o casal doou mais partes de suas terras para a construção de um cemitério junto à

capela de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu. Com isso, foi instituída a freguesia curada, por alvará do rei d. José, no ano de 1755, ampliando-se o poder da família na região, ao mesmo tempo que se elevou a importância administrativa e política do local. Rosário (2006) assinala a relação entre os poderes dos donos de terras e a Igreja:

Enriquecidos com o comércio da produção agrícola, os donos de engenhos da Baixada Fluminense financiaram a construção de templos sacros, materializando formalmente o poder da Igreja Católica e a estrutura social e econômica da região. Ao observar os templos edificadas nas vastas áreas rurais pode-se refletir que, além de desembolsarem altas quantias em dinheiro, os senhores de engenho também tinham muito prestígio junto aos administradores estaduais e religiosos, pois os custos eram altos e lenta a burocracia eclesiástica para autorizar a ereção de tais capelas (Rosário, 2006, p. 29).

Essa via de mão dupla ampliava os poderes da igreja e da elite financeira da região. A elevação de capela a paróquia estabelecia de maneira definitiva a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu. Os nascimentos, óbitos e demais questões da administração civil eram resolvidos pelo pároco dentro das terras de domínio da família Coutinho Lemos.

O trabalho de Machado (2013) aprofunda a transmissão dos domínios das terras entre os herdeiros da família Coutinho Lemos. Interessa-nos nesta pesquisa a quarta geração de administradores das terras do Morgado de Marapicu, que ficou a cargo do conde de Aljezur, Francisco de Lemos Pereira Faria Coutinho. Quem conhece Queimados já ouviu falar no conde de Aljezur, que dá nome a uma das principais ruas da cidade. Ele foi uma figura importante durante o Império, sendo funcionário da Coroa e desempenhando inúmeras funções, encargos e missões, tornando-se amigo de D. Pedro II. Sua história é registrada e

lembrada sobretudo pela Sociedade Católica de São Vicente de Paulo, da qual ele é um dos fundadores.

Francisco de Lemos Pereira Faria Coutinho assumiu o Morgado de Marapicu por volta de 1850. Nesse período, naquelas terras já existiam aproximadamente 200 arrendatários (Machado, 2019). Esses arrendatários estavam divididos em diversas propriedades, entre elas as fazendas que surgiram a partir dos arrendamentos, e entre essas fazendas encontrava-se a Fazenda São João de Queimados, que se situava dentro dos limites da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu.

A Fazenda São João de Queimados pertencia ao capitão João Pereira Ramos, certamente alguém com parentesco com o conde Aljezur. Machado (2016) identificou nos registros judiciais que, após a morte de Rosa Joaquina do Amor Divino, esposa do capitão e mãe de Demethildes, uma longa disputa entre o pai e a filha Demethildes Ignácia de Andrade se sucedeu. Demethildes queria usufruir sua parte da herança e, mais do que isso, acreditava que o pai estivesse deteriorando os bens da fazenda, que possuía ao menos seis arrendamentos e cinco sitiantes. Demethildes havia dado entrada, por duas vezes, em processo judicial contra o pai, ganhando a causa em 1848, e tendo o sequestro dos bens da fazenda em 1851, transferindo o seu direito à meação paterna ao seu marido, capitão Júlio Pegado (Machado, 2019).

Um ano antes de Demethildes conseguir seu direito de transferir sua parte nas propriedades da família ao marido, seu pai havia arrendado por nove anos parte da fazenda São João de Queimados a Joaquim Antônio da Silva Camarinha, gerando um conflito entre Camarinha e Pegado na justiça ao longo dos anos seguintes, o que produziu bastante material nos registros processuais e nos periódicos do século XIX sobre a fazenda. Buscamos o nome de Joaquim Antônio da

Silva Camarinha na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como no **Almanak Laemmert**, e seus registros foram fundamentais para compreendermos onde estava localizada a Fazenda São João de Queimados e, conseqüentemente, onde se encontra a localidade de Queimados.

Os jornais são ricos documentos e fontes historiográficas e, neste caso, foram os instrumentos fundamentais para a construção de um trabalho que identificasse o surgimento de uma futura cidade. Barros (2019) aponta a necessidade de compreender que os jornais, embora considerados como fonte realista, a depender do tipo de matéria utilizada, não são instrumentos neutros. Sabemos a parcialidade com que jornalistas e jornais (empresas) tratam dos temas que envolvem a sociedade, mas em nosso caso usamos não as matérias, mas anúncios publicados nos jornais como fontes para a pesquisa.

Além dos anúncios relativos aos negócios de Camarinha, diversos comunicados de escravizados fugidos foram imprescindíveis para compreender a identificação daquela localidade que deixava de ser chamada de “Fazenda” para ser chamada de “Queimados”. Encontramos alguns anúncios de “proprietários” de escravizados, em periódicos do século XIX relatando onde os cativos foram vistos, e suas características. Um desses relatos foi tirado do **Diário do Rio de Janeiro**, de 1851, na seção “Escravos Fugidos”, que diz o seguinte:

Dos lugares denominados — Queimados, *freguesia* de Marapicu, e Rio d’Ouro, termo de Iguassu, *desapparecerão* dois escravos de Antônio José Martins Ribeiro, a saber: Manuel, crioulo, baixo, corcunda, com 28 a 29 *annos* de idade, e 7 *mezes* de *desapparecimento*: Galdino, crioulo, alto, cara larga, olhos grandes e vivos, bonita figura, um tanto pachola, com 18 a 19 *annos* de idade, levou vestindo roupa *asul* de algodão transado, e *desappareceu* na véspera de S. Pedro d’este ano; constando estar açoitado, no termo de Pirahy, contra o que se protesta proceder criminalmente. Quem os *apprehender* ou d’eles der notícias,

dirija-se ao senhor dos mesmos no lugar denominado Rio d'Ouro, ou à rua Direita n. 27, loja, ou 32, 1º sobrado que se *gratifiera*.⁴

Segundo Gomes (1992), em 1850 a freguesia de Nossa Senhora de Marapicu possuía 3.753 escravizados, enquanto a população livre era de 3.322 pessoas. O autor afirma ainda que:

[...] a localização geográfica da região de Iguaçu e adjacências, com uma extensa planície com riachos e pântanos, também, entre outras coisas, contribuiu para a formação e o desenvolvimento de comunidades de escravos fugidos ao longo do século XIX, que ali encontravam refúgios seguros (Gomes, 1992, p. 59).

Importante ressaltar que nesse ano ocorreu a promulgação da Lei Eusébio de Queiróz, que proibia o tráfico de escravizados. No **Jornal do Commercio** verificamos alguns anúncios de procura de escravizados, em 1853, 1855 e 1856:

FUGIO, no dia 7 do corrente, no lugar dos Queimados, *Freguezia* de Marapicu, a Albino da Costa Nunes, um escravo natural do Ceará, de nome Belmiro, com os *signaes* seguintes: pardo, meio acaboclado, de idade de 30 *annos*, altura regular, cheio de corpo, tem falta de dentes e pouca barba: levou vestido calça e camisa de algodão de Minas e uma japona, quem o *apprehender* e levar a seu senhor [trecho ilegível] lugar mencionado, ou na Pavuna a Manoel José [trecho ilegível] receberá uma generosa gratificação. [Grifos nossos]⁵

50\$000. *Fugio*, no dia 2º de março do corrente *anno*, dos Queimados, da casa de Joaquim Antônio da Silva Camarinha, um preto de nome Telles, que era *arreiado* da sua tropa, é alto e muito reforçado, barba cerrada, tem falta de um dedo no pé direito, é bem *falante*, muito ladino, e talvez se intitule forro, *supõe-se* ter fugido para Serra Acima, quem o *apreender* e levar à casa do seu senhor, ou *dele* der *exactas* notícias, receberá a quantia acima. [Grifos nossos]⁶

⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 1851, p. 4.

⁵ *Jornal do Commercio*, 1853, ed. 00163.

⁶ *Jornal do Commercio*, 1855, ed. 00160.

*100\$000. Fugio, em 30 de outubro no anno passado, um crioulo de nome Thomaz, com os signaes seguintes: idade 20 annos, estatura baixa, côr retinta, cheio de corpo, fala bem, tem a perna esquerda para baixo do joelho mais grossa do que a direita, e puxa um pouco della, quem o apprehender e levar à casa de seu senhor, Bernardo Antônio Alves, morador dos Queimados, freguesia de Marapicu, ou em Iguassu, à casa de Jerônimo Rodrigues Gomes e Irmão, receberá a quantia acima, e dando só notícias onde se acha 50\$000. [Grifos nossos]*⁷

Como visto, no início dos anos 50 a localidade que antes representava a Fazenda São João de Queimados havia passado a se chamar apenas Queimados. Através do conceito de memória trabalhado por Halbwachs (1990) e das fontes que utilizavam o nome Queimados para identificar aquela localidade, é possível compreender que, de alguma forma, essa palavra possuía um significado para a população que ali vivia e, portanto, tornou-se referência para a identificação local, afinal, como aponta o autor, a memória coletiva desempenha um papel fundamental nos processos históricos. A memória coletiva, nesse caso, parte do reconhecimento daquele espaço como um território pertencente à Fazenda São João de Queimados. Segundo Halbwachs, “o lugar ocupado por um grupo não é como quadro-negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras” (Halbwachs, 1990, p. 133), podemos supor, inclusive, que os que ali viviam e ocupavam poderiam ser chamados de “dos Queimados”, ao serem referenciados por terceiros, já que vimos muitos registros assim nos anúncios.

A ocupação e transformação da Fazenda São João de Queimados certamente foi impulsionada pelas disputas entre pai e filha, o processo dos anúncios nos jornais de Camarinha apontam isso. No **Jornal do Commercio** de 1856, no setor de expediente, retiramos o seguinte trecho:

⁷ **Jornal do Commercio**, 1856, ed 00016.

Requerimento de Joaquim Antônio da Silva Camarinha, negociante “do Queimado”, no município de Iguassú, pedindo que se examine a representação dos moradores *daquelle* lugar e mais documentos relativos ao melhoramento das estradas e pontes – As *commissões* de fazenda e justiça civil e criminal. [Grifos nossos]⁸

Camarinha era, além de um negociante ativo, um representante das demandas dos moradores daquela localidade. Neste expediente o “s” é retirado, restando a referência ao local como “Queimado”. Podemos levantar a hipótese de que, por não se tratar de um lugar registrado como bairro, vila, ou distrito naquele momento, era usual que cada qual o chamasse como achasse melhor, Queimados, Queimado, dos Queimados, de Queimados, por exemplo. Em 1858, Camarinha aparece como negociante do lugar dos Queimados no mesmo periódico, conforme transcrição a seguir:

Joaquim Antônio da Silva Camarinha, negociante do lugar dos Queimados, faz *sciente* que o Sr. Manoel Ignácio Cardoso deixou de ser seu caixeiro desde o dia 12 do corrente, e que *daquella* data em diante não se *responsabiliza* por qualquer transação que o mesmo faça. [Grifos nossos]⁹

Notadamente, Joaquim Antônio da Silva Camarinha foi um personagem importante no desenvolvimento econômico e social da localidade de Queimados. Em 1859, ele aparece como “Negociante Estrangeiro” e como proprietário de um hotel na “estação dos Queimados”.¹⁰ Já em 1861 aparece como proprietário de mais um empreendimento, agora uma padaria que levava o seu nome, e em 1862 ele aparece como proprietário de um açougue.¹¹

⁸ *Jornal do Commercio*, 14 de outubro de 1856.

⁹ *Jornal do Commercio*, 1858.

¹⁰ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* – 1859 – Edição 00016

¹¹ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* – 1862 – Edição 00019

Os últimos registros datam de período posterior à inauguração da estação da Estrada de Ferro D. Pedro II. A ferrovia foi fundamental para o desenvolvimento de Queimados, foi imprescindível para sua futura emancipação.

Próxima estação Queimados, desembarque pelo lado esquerdo

O surgimento das ferrovias alterou o mundo de diversas maneiras, seja aproximando as distâncias, gerando maior comunicação, potencializando o capitalismo emergente, ou produzindo novas localidades e cidades, como aconteceu posteriormente com Queimados, no século XX. Um trecho da tese de Simões (2006, p. 162) aponta dois fatos que refutamos neste trabalho, o de que a estação não levou o nome de Queimados inicialmente e de que a estação era, na verdade, uma pequena parada com poucas casas ao redor.

Como apontamos anteriormente, a localidade já possuía dinamismo comercial no início dos anos 50, que se aprofundou com a expectativa da estrada de ferro e, sobretudo, após sua inauguração. Desde 1859, ou seja, um ano após a inauguração da estação, Camarinha já havia inaugurado um hotel, dois anos depois a localidade ganhou mais dois hotéis, um pertencente a Joaquim Sabino e outro a Manoel José Mendes de Figueira.¹² Além disso, os registros do **Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial** (RJ) apresentam Clementino José Grandão, como um boticário de Queimados, em 1859.¹³

Em 1861 é anunciado um médico, dr. Geraldo Luiz da Motta, e mais um boticário, Pedro José d'Avena. Em 1864, outro boticário aparece em Queimados, o capitão José Gonçalves Cruz, além do registro do Hotel

¹² **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial** – 1861 – Edição 00018

¹³ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial** – 1860 – Edição 00017

Guimarães e do Hotel Magalhães.¹⁴ A partir de 1866 surge o anúncio de um novo hotel chamado Hotel Graciosense.¹⁵ Januário da Costa Côrtes aparece em 1867 como professor particular de Queimados, no mesmo ano também consta um “Collegio de Meninas de Nossa Senhora da Conceição”.¹⁶ Já em 1868, além de Januário, Napoleão José Adriano Baldy é anunciado como professor particular de Queimados e, em 1869, temos o anúncio de uma professora particular chamada Dona Miquelina Rosa da Silva.¹⁷

Tais anúncios contrapõem a afirmação de Simões (2006) e de outros autores que utilizaram essa tese como fonte secundária para pesquisas acerca de Queimados. Principalmente no que se diz respeito à escolha do nome da estação. Como dito no início, uma das afirmações sobre o nome da cidade era a de que o imperador batizou a estação quando estava a caminho de sua inauguração ao avistar uma queimada no trajeto, uma afirmação que não se sustenta numa leitura rápida no relatório da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Partes consideráveis dos trechos para a construção da linha férrea foram definidas a partir de doações de terras, o que pode ter sido um fator fundamental para a escolha do caminho, já que a ferrovia serviria para o escoamento da produção, sobretudo de café do Vale do Paraíba. Joaquim de Aguiar cedeu parte de sua propriedade para a construção da estação de Cascadura, doaram para a estação Maxambomba os senhores João da Costa Pereira, Luiz José Pereira, dona Antônia da Costa Pereira e Joaquim José Dias, Francisco de Lemos Pereira Faria Coutinho, o conde de Aljezur, doou as terras para a construção da estação de Queimados e

¹⁴ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* – 1864 – Edição 00021

¹⁵ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* – 1866 – Edição 00010

¹⁶ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* – 1867 – Edição 00004

¹⁷ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial* – 1868 – Edição 00025

em Belém a doação foi feita pelo marquês de São João Marcos. Além das doações, a construção das estações também levou em conta uma estratégia geográfica, como podemos constatar ao analisar o segundo relatório da companhia, quando trata das estações:

[...] a terceira em Maxambomba, onde a linha atravessa a estrada que desce de Pirahy e Matto do Rei; a quarta nos Queimados, no ponto da via férrea que pareceu o mais central em relação à importante freguesia de Marapicu. Para as duas primeiras, quanto para as estações terminais, há trabalhos feitos de preparação do terreno. Aberta a estrada ao trânsito público, a experiência demonstrará se convém estabelecer alguns outros pontos para cargas ou viajantes, e quais os lugares mais apropriados.¹⁸

O nome da estação como Queimados já aparecia no relatório em 1856, quando ele foi produzido. Outro ponto é a escolha da estação em Queimados, que, segundo o relatório, era o local mais central da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu e, logicamente, mais adequado para chegar até o Vale do Paraíba, para o escoamento da produção de café. Como dito anteriormente, a chegada da linha férrea impulsionou a localidade. Se os anúncios apontavam novos serviços, obviamente a demanda havia aumentado e, por conseguinte, a necessidade de uma capela no local também.

A Igreja Nossa Senhora da Conceição e Queimados como um núcleo urbano

Há uma certa dificuldade em conceituar Queimados durante os anos 50 do século XIX; os registros que encontramos o referenciam como “lugar”, “localidade”, ou seja, era um espaço territorial sem uma definição específica, visto que surge a partir de uma fazenda dentro dos limites da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu. A chegada da estrada de ferro e suas estações redefiniram a relevância

¹⁸ Relatório da Estrada de Ferro D. Pedro II, 1856, p. 33.

administrativa e geográfica de várias localidades, alterando rotas comerciais, o que ocasionou um deslocamento populacional provocando, por exemplo, o esvaziamento até mesmo da própria Vila de Iguassu, que, depois da inauguração da estação de Maxambomba, foi minguando até perder sua importância territorial e política.

Apesar de não termos dados censitários para identificar o aumento populacional de Queimados antes e depois da inauguração da estação ferroviária, os registros do aumento de negócios comerciais, como sugere a divulgação de três hotéis logo após o início do funcionamento da linha férrea, nos fazem acreditar que o local passou a receber e ser escolhido como residência de muitas pessoas. O maior exemplo disso é a decisão da população local em se juntar para construir uma capela ali, já que a paróquia da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu fica aproximadamente 17 km da estação de Queimados. Numa estrada asfaltada, percorrer o trajeto a pé dura quase três horas, em 1858 esse percurso certamente deveria durar mais.

Utilizaremos como perspectiva de entender Queimados, a partir de 1858, a conceituação de núcleo urbano, trazida pelo geógrafo Pedro Geiger (1963). O autor argumenta que a fundação de núcleos urbanos em áreas ainda não povoadas, ou pouco povoadas, se tornava ponto de partida para o desenvolvimento de atividades econômicas, sobretudo ao redor das grandes cidades, como é o caso das regiões nos arredores do Rio de Janeiro.

A escolha de Queimados para receber uma estação esteve relacionada ao seu território propício para receber uma plataforma, um terreno mais adequado do que o de Marapicu, e apropriado para se seguir rumo à serra e ao Vale do Paraíba, local de onde partiria o escoamento do café. Estamos considerando a perspectiva de Queimados se tornar um núcleo urbano em razão da estrutura populacional e

comercial que a localidade passou a receber. Mesmo não tendo fontes que pudessem nos dar dados censitários fidedignos, as fontes de periódicos, bem como as contidas no **Almanak Laemmert**, nos dão uma pista de como a localidade cresceu consideravelmente após 1858. Porém, para que o local pudesse ser oficializado como um núcleo urbano, era necessária a edificação de uma capela que, uma vez visitada por um cura, poderia promover o povoado à categoria de vila ou de cidade.

Utilizando o mesmo método de pesquisa de fontes historiográficas, foram nos periódicos, inclusive nos anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, que conseguimos fundamenta uma análise sobre a construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição em Queimados. No dia 23 de novembro de 1866, para justificar dois projetos de sua autoria, um deles relacionado à localidade de Queimados, o deputado Rodrigues Jardim fez a seguinte fala na tribuna:

[...] Na Estação de Queimados, da Estrada de Ferro D. Pedro II, não há igreja, e há, entretanto, um núcleo de população. A matriz da freguezia fica mui distante, cerca de três léguas; e já veem os nobres deputados que para certos misteres, como casamentos, baptizados, enterramentos, etc., existe dificuldade. Acresce, Sr presidente, que na respectiva freguezia não ha um cemitério decente e nem ao menos cercado; por vezes os corpos têm sido devorados por animaes.

Os moradores de Queimados corrêrão uma subscrição, que monta a perto de 5:000\$, para edificarem uma pequena igreja, a fim de nella se celebrarem os actos religiosos. Estou autorizado a declarar que a melhor vontade anima a população para nessa obra auxiliar o governo, além da subscrição que já existe. Peço, portanto, à assembléa que approve tambem este projecto, consignando 6:000\$ para a pequena igreja.¹⁹

Ou seja, segundo o parlamentar, os moradores da localidade de Queimados se organizaram e conseguiram juntar a quantia de 5:000\$

¹⁹ Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: relação dos Deputados á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ), 1866.

para edificarem uma pequena capela na localidade. A iniciativa do deputado em propor que a Assembleia aprovasse o aporte de mais 6:000\$ caracterizava que, certamente, os moradores tinham cobrado investimentos públicos naquela construção. Não encontramos fontes exatas sobre esse dado, mas pelo discurso do deputado, e pela forma como o povoado se organizava e crescia, parece fazer sentido que tenham realizado um mutirão. Identificamos um anúncio de 1871, encontrado no **Jornal do Commercio**, em 28 de fevereiro, que diz o seguinte:

Os membros da comissão edificadora da capella de Queimados deliberarão festejar a suspensão da cumieira da mesma no dia 04 de Março, com leilão a noite e uma banda marcial; convidão por isso aos fieis devotos a comparecerem, a fim de abrilhantar este acto.²⁰

O pronunciamento do deputado e esse anúncio nos trazem a dúvida sobre quem tomou a iniciativa de coletar os recursos, e sobre quem foram os doadores e quando isso se iniciou, mas infelizmente nossas buscas por tais informações não obtiveram sucesso. Nossa pesquisa encontrou diversas vezes o mesmo assunto sendo tratado pela Assembleia Legislativa. Em setembro de 1873, sete anos após o pronunciamento do deputado Rodrigues Jardim, surge outro projeto para auxiliar financeiramente as obras da igreja, autorizando ao presidente da província liberar a quantia de 10:000\$ da verba de obras públicas para a conclusão das obras da igreja.²¹ No ano seguinte o assunto voltou à pauta dando autorização ao presidente da província de deduzir mais 10:000\$ da verba de obras públicas para a conclusão das

²⁰ Jornal do Commercio, 1871.

²¹ Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: relação dos Deputados á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ), 1873.

obras da igreja de Queimados. Ou seja, a obra da igreja, até então, já estava estimada em 31:000\$.²²

A partir de novembro 1874 identificamos diversos obituários nos periódicos anunciando missa e velórios na Igreja de Queimados.²³ Não dá pra identificar a data certa de início das atividades da igreja, da mesma maneira que não conseguimos localizar qual padre ou capelão atuava nela.²⁴ No ano seguinte, o jornal **O Globo** anuncia mais duas missas na igreja de Queimados, nos dias 5 e 27 de fevereiro, a primeira é dedicada ao senhor Domiciano Corrêa de Almeida, já no dia 27 a missa seria para d. Joaquina Ferreira Monteiro, às 7 na capela de Queimados e às 9 na Matriz em Marapicu.²⁵ O **Diário do Rio de Janeiro** publicou no dia 6 de outubro de 1876 a destinação de 2:000\$ à comissão da construção da capela de Queimados.²⁶ Em 1879 é registrada na Assembleia a destinação de 10:000\$ à construção da capela em Queimados, e no dia 13 do mesmo mês o projeto recebe parecer favorável da comissão de fazenda com a seguinte redação:

A comissão da fazenda provincial tendo examinado o projeto n. 2,541, de 1879, restaurando a Lei 2.065 de 1874, que concede 10:000\$ para a conclusão das obras da igreja dos Queimados, é de parecer que seja convertido em lei por atender a satisfação de uma necessidade já reconhecida pela assembleia.²⁷

²² Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: relação dos Deputados á Assembléa Legislativa do estado do Rio de Janeiro (RJ), 1874.

²³ Importante ressaltar que o jornal **O Globo** que usamos nesta pesquisa não é o mesmo fundado pela família Marinho, mas o que foi dirigido, nesse período, por Quintino Bocaiúva, e encerrou suas atividades no ano de 1883.

²⁴ **O Globo**, 1874.

²⁵ **O Globo**, 1875.

²⁶ **Diário do Rio de Janeiro**, 6 de outubro de 1876.

²⁷ Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: relação dos Deputados á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ), 13 de novembro de 1879.

A construção da igreja de Queimados justifica a frase “obra de igreja”, a construção durou cerca de 13 anos e já havia despendido 43:000\$, sendo 38:000\$ saídos dos cofres públicos.²⁸ O principal motivo para essa demora pode ter sido a característica dessa igreja, uma vez que a iniciativa para sua construção partiu da população que ali existia e não conseguiria arcar sozinha com seus custos, reivindicando o apoio do poder público para a conclusão da obra. A construção da capela foi um marco fundamental e serviu como instrumento de fortalecimento daquela localidade que, apesar de ter tido um enriquecimento prático com a chegada da estação, não havia tido o enriquecimento simbólico que uma capela ou igreja produz, consolidando-a como um núcleo urbano que se tornaria uma cidade independente no século seguinte.

Conclusão

A Baixada Fluminense é um campo aberto e fértil para pesquisar. Ainda que pareça anacrônico falar em Baixada Fluminense quando se pesquisam fontes do século XIX; elas demonstram as contradições e equívocos a respeito do surgimento das cidades e do seu processo histórico. Uma pesquisa sobre Queimados no século XIX evidenciou a necessidade de revisar as narrativas históricas contidas nos documentos oficiais da própria cidade, destacando o papel essencial do historiador na construção de uma versão com base em fontes históricas.

Através da pesquisa do historiador Rubens Machado sobre o Morgado de Marapicu (2019), analisamos os periódicos durante os anos 50 do século XIX que foram fundamentais para compreender o surgimento de Queimados até a construção da Igreja Nossa Senhora da

²⁸ Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: relação dos Deputados á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ), 3 de Dezembro de 1879.

Conceição, localizada ao lado da estação ferroviária e ponto central da localidade.

O motivo de Queimados se chamar Queimados tem relação direta com seu passado, não com a construção ou inauguração da estrada de ferro. “Dos Queimados”, esse era o termo usado quando alguém queria se referir a algum arrendatário da Fazenda São João de Queimados. De lugar, localidade a núcleo urbano, Queimados cresceu a ponto de virar, no século XX, município, e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu transformou-se apenas em Marapicu, que foi um território fundamental durante o Brasil Império.

Referências

Portais eletrônicos

Portal. **Queimados – Mitos e Verdades**. <https://www.portalb.com.br/professor-nilson-henrique-explica-quando-e-como-surgiu-o-nome-de-queimados/> (Acesso em: 2/10/2021)

CULTURAL, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. **Queimados**. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Queimados.pdf> (Acesso em 18/9/2020)

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. **Histórico de Municípios Brasileiros**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/queimados/historico> (Acesso em 4/4/2022)

Periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial – 1859 – Edição 00016

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial – 1861 – Edição 00018

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial – 1862 – Edição 00019

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial – 1864 – Edição 00021

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial – 1866 – Edição 00010

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial – 1867 – Edição 00004

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial – 1868 – Edição 00025

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos deputados á
Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) – 15 de dezembro de 1866

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos deputados á
Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) – 21 de outubro de 1873

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos deputados á
Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) – 15 de outubro de 1874

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos deputados á
Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) – 3 de dezembro de 1879

Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro: Relação dos deputados á
Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ) – 4 de dezembro de 1879

Diário do Rio de Janeiro – 1851 – Edição 08713

Diário do Rio de Janeiro – 6 de outubro de 1876

Jornal do Commercio – 1853 – Edição 00163

Jornal do Commercio – 1855 – Edição 00160

Jornal do Commercio – 1856 – Edição 00016

Jornal do Commercio – 1856 – Edição 00285

Jornal do Commercio – 1858

Jornal do Commercio – 28 de fevereiro de 1871

O Globo – 30 de novembro de 1874

O Globo – 27 de fevereiro de 1875

Relatórios

Relatórios da Estrada de Ferro D. Pedro II, 1856-1865. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello & Cia., 1928, vols. I e II.

Bibliografia

BARROS, José d'Assunção. **Fontes históricas:** Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2019.

FRIDMAN, F. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 49), p. 91-143, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34641>. Acesso em 1/3/2022.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GOMES, Flávio. **História de quilombolas:** mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Campinas, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1999.

MACHADO, Rubens da Mota. **A terra e seus muitos domínios:** senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguaçu, 1840-1880). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2013.

_____. Entre os arrendamentos e a posse: discutindo os conflitos judiciais em arrendamentos na região de Marapicu, distrito de Nova Iguaçu ANPUH REGIONAL RJ 2016, Nova Iguaçu, 2016.

_____. **O Morgado em perspectiva:** a política administrativa do Morgado De Marapicu (1772 – 1940). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

ROSÁRIO, Edson Antônio Costa do. **Educação patrimonial na Baixada Fluminense:** uma experiência no Centro Integrado de Educação Pública – CIEP 354 Martins Pena. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGEDU da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UniRio. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Cláudio João Barreto dos. **Geonímia do Brasil**: a padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

7

EMANCIPAÇÃO DE SÃO JOÃO DE MERITI: PROCESSOS, ATORES E QUESTÕES

Carlos Eduardo Santos de Sousa

Introdução

Em 21 de agosto se comemora a emancipação de São João de Meriti, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A data marca o início da história dessa unidade político-administrativa como a conhecemos hoje. Mas ainda se sabe muito pouco sobre o processo que levou à criação do município, não tendo sido este, até o momento, o principal objeto de nenhum trabalho acadêmico conhecido.

O presente texto busca justamente investigar esse processo, que ocorre durante a década de 1940, e, mais precisamente, fazer o mapeamento dos atores que estiveram à frente dele, examinando seu perfil, sua posição social na região e quais interesses os mobilizavam. Para isso, porém, precisamos recuar um pouco nosso olhar, procurando compreender como se deu a ocupação urbana de parte do município de Iguaçu nas primeiras décadas do século XX.

A criação de um município é um fenômeno que reflete as transformações econômicas, sociais e políticas que ocorrem num dado momento, além de resultar de negociações e conflitos de grupos defendendo seus interesses políticos. A divisão e o aparecimento de novos territórios, como a elevação de distritos a municípios, dependem ainda das leis que regulam a questão e os requisitos que elas colocam para a sua realização, fazendo com que em cada período isso ocorra de maneira específica. Entendemos que a emancipação de São João se deu em duas fases: a primeira de 1940 a 1943, durante o Estado Novo, e a

segunda de 1945 a 1947, no período de redemocratização, constituindo o que consideramos as duas emancipações de Meriti, a primeira em relação a Nova Iguaçu e a segunda em relação a Duque de Caxias. Cada fase reflete o contexto político que o país atravessava, que condicionou a forma como as articulações pela separação se deram.

A ocupação urbana de São João de Meriti

São João de Meriti era uma das freguesias rurais que compunham o município de Iguaçu durante o século XIX. Apesar do nome, ela não correspondia aos seus atuais limites municipais, visto que englobava também o que hoje é o município de Nilópolis e o primeiro distrito de Duque de Caxias. No início do século XX, essa parcela do território iguaçuano passaria a ter outra forma de ocupação, com a abertura de loteamentos populares que dariam continuidade ao avanço da mancha urbana do Rio de Janeiro, sobretudo por sua proximidade com essa cidade, então capital do país, pela presença das estradas de ferro e pela fragmentação de suas antigas fazendas.

Iguaçu passava, desde o final do século XIX, por uma importante reorganização econômica. As formas tradicionais de produção da região haviam sido substancialmente afetadas pelo fim da escravidão e por epidemias recorrentes, que assolavam sobretudo as áreas que estavam mais sujeitas a alagamentos. Esses fatores contribuíram para o parcelamento das terras da região. Rocha (2000) aponta um crescimento de venda das terras na forma de terrenos de menores dimensões na década de 1890, fato que se aprofundaria nas décadas seguintes.

A construção e expansão das estradas de ferro contribuíram para essas mudanças. O município era passagem do escoamento do café, que era transportado por suas estradas e portos em direção à cidade do Rio

de Janeiro. Como os rios tornaram-se obsoletos em função dos assoreamentos, foram feitos projetos de construção de estradas de ferro (E. F.) que pudessem realizar esse transporte de maneira mais rápida e com menores imprevistos. Assim, passaram a cortar o município a E. F. Pedro II, mais tarde chamada Central do Brasil (EFCB), a E. F. Rio d'Ouro, a E. F. Rio de Janeiro Northern Railway, depois conhecida como E. F. Leopoldina Railway, e a E. F. Melhoramentos do Brasil, que viria ser a Linha Auxiliar da EFCB. Aos poucos, os antigos caminhos de terra e o transporte fluvial foram sendo abandonados, levando várias localidades, incluindo a antiga sede do município, a perderem importância, enquanto outras assumiam um novo desenvolvimento (Simões, 2006). É nesse contexto que a localidade de Maxambomba, situada na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, onde existia uma parada de trem, teria um crescimento considerável, se tornando a sede do município em 1891.

O trem começaria a induzir o surgimento de loteamentos urbanos nos subúrbios do Rio de Janeiro com o início do serviço de transporte de passageiros, que foi sendo oferecido aos poucos pelas companhias ferroviárias. Na década de 1890 esse serviço sofreria um incremento, com o aumento do número de composições e estações (Abreu, 1997). Para que os trens pudessem, no entanto, favorecer a ampliação da ocupação de parte de Iguaçu, seriam necessárias as execuções das obras de saneamento na região, destacadamente as duas comissões federais de saneamento, em 1910 e em 1933.

Em São João de Meriti, que passaria a ser o quarto distrito de Iguaçu desde a organização municipal e distrital de 1892 (Prado, 2000), haveria a inauguração de diversas paradas de trem ainda na década de 1910. A criação do ramal Circular da Pavuna, ligando a E. F. Rio d'Ouro à Linha Auxiliar, no ano de 1910, faria da região um centro importante de

baldeação de passageiros, permitindo que a ocupação iniciada na Pavuna fosse se irradiando, aos poucos, em direção às terras cortadas pela Linha Auxiliar (Simões, 2011). No início do século XX, o distrito seria composto por três núcleos. A oeste, o núcleo mais incipiente, que se formou a partir da Fazenda de São Matheus, que daria origem a Nilópolis; ao centro, tendo como referência o arraial da Pavuna, onde se localizava a sua sede desde 1891, tínhamos São João de Meriti, ainda chamada de Pavuna (de Meriti); e a leste, o lugar denominado Merity, que foi durante muito tempo a sede da antiga freguesia, às margens do rio homônimo, onde hoje se situa o primeiro distrito de Duque de Caxias.

Aos poucos, graças ao desenvolvimento de cada um desses núcleos, com o sucesso dos loteamentos, o distrito de São João de Meriti passaria por duas fragmentações. A primeira ocorreria em 1918, com a criação do distrito de São Matheus, renomeado em 1921 para Nilópolis. A segunda, em 1931, com a criação do distrito de Caxias. Os três distritos, portanto, seriam pioneiros no processo de ocupação urbana em Nova Iguaçu, que era um município ainda predominantemente rural e teria como base econômica a produção citrícola, com apogeu nas décadas de 1930 e 1940.

A produção da laranja se concentrava em cerca de 30% do território municipal, mas era a principal atividade econômica. Outras localidades rurais do município, no entanto, não seriam aproveitadas para essa cultura por não terem condições apropriadas e teriam uma ocupação muito baixa, o oposto do quadro dos distritos predominantemente urbanos, que já nesse período apresentavam uma ocupação proletária bastante densa e a expansão do setor comercial (Silva, 2018).

O distrito em que a ocupação urbana alcançaria maior desenvolvimento seria justamente o de Meriti, onde ao redor das estações da Pavuna, de São Mateus, Engenheiro Belford, Tomazinho,

Éden (Itinga), Vila Rosaly, Agostinho Porto (Coqueiros) e Coelho da Rocha, se constituíam diversos núcleos. Como indica Soares (1962), no ano de 1932, os distritos de São João de Meriti e de Nilópolis tinham o maior número de construções no município, sendo São João de Meriti o único, porém, a ultrapassar a sede em número de estabelecimentos comerciais. A autora afirma que nesse período São João de Meriti já possuía características de uma cidade-dormitório, precisando de um comércio que desse conta das necessidades da sua crescente população.

No início da década de 1930, a paisagem do povoado de Merity, ao redor da estação da Leopoldina, que logo se tornaria Caxias, também ganhava novos contornos. Graças à instalação da luz elétrica (1924), à construção da estrada Rio-Petrópolis (1928) e às obras da segunda Comissão Federal de Saneamento (1932), haveria um salto no número de lotes urbanos abertos na localidade (Souza, 2002).

Apesar do incipiente comércio e de algumas indústrias de pequeno porte instaladas na região, a população convivia com diversos problemas advindos da falta de infraestrutura urbana, fato que favoreceu a sua fama de “Merity do Pavor”. Parte da população, insatisfeita tanto com a alcunha quanto com essa dura realidade, resolveria mudar o nome do lugar para outro que não tivesse tal carga pejorativa e que indicasse a sua esperança de progresso pra região. O episódio da troca da placa da estação de trem, de Merity para Caxias, em 6 de outubro de 1930, ilustra essa insatisfação (Lacerda, 2003).

Os caminhos para a emancipação

Nos distritos urbanos do município, é possível observar a emergência de novos atores sociais: uma pequena burguesia formada por donos de estabelecimentos comerciais, profissionais liberais e

pequenos industriais, que, com o tempo, começariam a querer disputar a representação política e alcançar cargos importantes, quase sempre esbarrando nos grupos que comandavam a administração iguaçuana, que não se limitavam aos citricultores, que controlavam fortemente a máquina municipal, mas também aos proprietários tradicionais remanescentes das diversas regiões do município. No caso do distrito de Caxias, por exemplo, existiam antigos fazendeiros cuja projeção política era ainda bastante forte mesmo fora do município, como é o caso da família do coronel João Telles Bittencourt (Silva, 2018).

Esses novos atores buscariam meios alternativos para a defesa de seus interesses na região. Entre eles estava a criação de instituições locais, como a Associação dos Comerciantes e Proprietários do Quarto Distrito de Iguassú, em São João de Meriti, e da União Popular Caxiense (UPC), em Caxias. Nesse período, vemos em todo o Rio de Janeiro o surgimento dessas associações que representam as “classes produtoras”, também chamadas “classes conservadoras”, isto é, proprietários do comércio, da indústria e do setor agrícola (Lessa, 2021).

Sabemos muito pouco a respeito da Associação dos Comerciantes e Proprietários do Quarto Distrito de Iguassú. O que é conhecido se deve sobretudo ao memorialista Arlindo de Medeiros (1958; 1959) que em seus livros dá indícios da importância da associação para o desenvolvimento do distrito e, mais tarde, do município. Segundo ele, a fundação da entidade teria ocorrido em março de 1939, pelo comerciante Antônio Teixeira Pinto, e teria como o seu primeiro presidente o também comerciante Cristóvão Correa Berbereia. Sendo um órgão representativo das classes conservadoras meritienses, seu objetivo era prestar serviços às “Classes Produtoras e ao Município” (Medeiros, 1958, p. 74).

A UPC, de maneira diferente, já esteve presente em alguns trabalhos historiográficos (Lacerda, 2003; Marques, 2004; Almeida,

2017). Fundada em 1933, essa associação assistencialista era formada por comerciantes, proprietários de pequenas indústrias e profissionais liberais e fazia reivindicações por melhorias dos serviços públicos no distrito de Caxias, buscando solucionar o que não era atendido pelo poder público. Ela promoveria assistência médica e odontológica, forneceria medicamentos, roupas e auxiliaria a realização de sepultamentos mesmo aos não associados. Para os associados ela mantinha uma escola gratuita e auxílio financeiro em casos de natalidade, doença ou morte. Com os serviços prestados à população mais empobrecida, ela ia construindo uma plataforma política na região. O seu estatuto, no entanto, proibia seu envolvimento em questões políticas e a discussão política dos sócios no interior da sua sede. Vinculada a ela e compartilhando muitos de seus membros, a Associação Comercial de Caxias, fundada em 1937 por Antônio Moreira de Carvalho e Manuel Pereira Gomes, também buscava atuar na região em defesa dos interesses dos proprietários associados.

Dois eventos são considerados o ponto de partida para o desejo de desmembramento do município de Nova Iguaçu. O primeiro seria a troca da placa da estação da Leopoldina Railway em 1930, que termina por concretizar a mudança oficial do nome da localidade de Caxias e sua elevação a 8º distrito no ano seguinte. O segundo seria a criação de algumas instituições também no 8º distrito, tendo ênfase a organização da UPC. O problema de privilegiar esses acontecimentos é resumir o processo de emancipação de São João ao distrito de Caxias, fato em parte propiciado por seu resultado ser a criação do município de Duque de Caxias. O que observamos, no entanto, é que as comissões que lutaram pela emancipação no início da década de 1940 estavam assentadas nos distritos de São João de Meriti e Caxias e esse objetivo foi defendido por pessoas que tinham vínculos com as duas localidades, tendo destaque

para o distrito de Meriti. A união advinha da consciência de que ambos vivenciavam dificuldades que não eram compartilhadas pelos demais distritos, com exceção de Nilópolis: uma alta concentração populacional, características predominantemente urbanas, mas sem os serviços e equipamentos necessários para suprir as necessidades da sua população (ausência ou precariedade de serviços de saneamento básico, energia elétrica, pavimentação, saúde, educação etc.). A ideia de se desvincular de Nova Iguaçu ganhou força e viabilidade quando as “classes conservadoras” locais tomaram conhecimento dos planos de revisão territorial no estado do Rio.

Em julho de 1940, o interventor federal do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, organizaria uma comissão de estudos para a revisão administrativa do território estadual, que analisaria a necessidade de atualização das divisões administrativas e das toponímias do estado. Essa comissão se inseria nas determinações do Decreto-Lei nº 311 de 1938 (Brasil, 1938), que ficou conhecido como a Lei Geográfica do Estado Novo. Entre outras coisas, ela definia os parâmetros para a criação de municípios e distritos em território nacional. Segundo a lei, a atualização do quadro territorial se daria a cada cinco anos, através de leis gerais quinquenais que deveriam ser instituídas pelos estados. O primeiro plano quinquenal ocorreria entre 1939 e 1943.

Com o objetivo de alcançar a separação, um grupo de homens começaria a se organizar para convencer o interventor e sua Comissão Especial de Estudos de que a emancipação era uma medida viável para o desenvolvimento dessas localidades. Em 1940 seria formada a Comissão Pró-Emancipação (CPE), conduzida por Rufino Gomes Junior, José Basílio da Silva Junior, Sylvio Goulart, Antônio Xavier Soares Manso, Joaquim Batista Linhares, Amadeu Lanzilotti, Luís Antônio Félix e outros associados, que produziria, até a concretização do

desmembramento dos distritos, dois memoriais e alguns telegramas, apontando a necessidade da separação e os progressos que ela traria para seus habitantes. Stélio Lacerda (2003) aponta para o fato de que ter um governo próprio, se separando do município, era a oportunidade de receber investimentos federais e estaduais diretamente para a localidade, num momento em que Nova Iguaçu voltava suas atenções para a citricultura, e a possibilidade de ter representantes envolvidos de fato com a realidade local. A CPE atuaria como porta-voz dos proprietários urbanos que nos últimos anos se consideravam abandonados enquanto suas localidades eram responsáveis por uma fatia importante dos valores recolhidos pelo município, grande parte deles advindos da taxaço sobre imóveis urbanos, o imposto predial. Depois da sede, as maiores arrecadações do município vinham dos distritos de São João de Meriti, Nilópolis e Caxias¹ e o seu contínuo crescimento pode ser explicado pelo aumento demográfico que vinha acontecendo desde o início da década de 1940, período em que o Distrito Federal atrairia um grande contingente populacional, sobretudo do interior fluminense e das regiões sudeste e nordeste do país, população que em grande número se assentaria em Nova Iguaçu.

Rufino Gomes Junior, a grande liderança do grupo, era jornalista, advogado e, na época, depositário judicial da comarca do município. Ele coordenou todo o processo de comunicação com as autoridades. Apesar do seu grande engajamento na região, ele não morava em Nova Iguaçu, mas no Distrito Federal. Sylvio Goulart era jornalista, comerciante e morador de São João de Meriti, atuou como diretor do **Correio de Iguassú**, do **Jornal do Povo** e de **A Voz de Caxias** e estava fortemente ligado às

¹ Esse quadro pode ser observado nas publicações acerca da arrecadação municipal dos anos de 1939, 1941 e 1943 (**Correio da Manhã**, 14/6/1940, p. 6 e 19/6/1942, p. 12; **Correio da Lavoura**, 26/3/1944, p. 2).

localidades de Meriti e de Caxias. Amadeu Lanzilotti vivia em São João de Meriti, onde era farmacêutico e possuía alguns prédios. Ele também teria trabalhado como jornalista no **Tribuna Fluminense**, jornal meritiense, que, segundo Arlindo de Medeiros, “propugnava pela independência de Meriti e teve parte preponderante nessa luta” (1958, p. 25). Antônio Xavier Soares Manso tinha origem portuguesa, residia em São João de Meriti, onde possuía um estabelecimento comercial. Joaquim Batista Linhares era bancário, morador da cidade do Rio, dono de vários imóveis em Vila Jurandir, em São João, e outros negócios em Caxias. José Basílio da Silva Junior era advogado, morador do Distrito Federal. O português Luís Antônio Félix vivia em Nilópolis, onde tinha um comércio de secos e molhados e era também produtor de laranjas em Campo Grande. Abílio Teixeira Aguiar morava em São João, era jornalista, tendo participado da produção do **Jornal do Povo** ao lado de Sylvio Goulart². Antônio Moreira de Carvalho e Mário Pina Cabral eram comerciantes caxienses ligados à Associação Comercial de Caxias e Costa Maia era dono de uma escola privada em Caxias (Lacerda, 2003). Nesse panorama é possível identificar que o grupo era formado por pessoas ligadas às duas localidades, com a primazia do distrito de Meriti. Vale ressaltar também que muitos deles estavam ligados à Associação dos Comerciantes e Proprietários do Quarto Distrito. Amadeu Lanzilotti foi secretário da sua primeira diretoria; Rufino Gomes a teria representado em congressos e auxiliado na atualização do seu primeiro estatuto; e Abílio Teixeira Aguiar era um dos seus associados (Medeiros, 1959).

O primeiro passo dado pela CPE foi o encaminhamento de um memorial para o interventor Amaral Peixoto. Esse primeiro memorial,

² Esse mapeamento panorâmico do perfil dos participantes do movimento pró-emancipação foi baseado nas identificações do processo no Tribunal de Segurança Nacional (Brasil, 1942) e em Medeiros (1958).

conhecido como Manifesto de 25 de julho de 1940, é o documento mais célebre desse processo de emancipação, não tendo, porém, tantas repercussões concretas quanto o segundo teria. Nele, o município de Nova Iguaçu foi acusado de ser omissor às necessidades da população dos distritos, onde, graças ao seu desenvolvimento, teriam condições de formar municípios próprios, se vendo, entretanto, completamente abandonados pelo próprio governo, sem a devida retribuição de sua contribuição para a municipalidade. Como solução, o memorial propõe a divisão de Nova Iguaçu, com a criação de uma nova unidade municipal com o nome de Merity (Manifesto de 25 de julho de 1940 In: Seção Transcrição. Pilares da História, ano II, nº 3 – Dez-2003, p. 55-56). A separação era a oportunidade de essas localidades “abandonadas” seguirem seu próprio caminho e assumirem um novo ritmo de crescimento.

O memorial não indica os distritos que deveriam ser desmembrados para a criação do novo município. Sabemos, porém, que ele foi assinado em São João de Meriti, na época também conhecido como Vila Meriti. Helenita Silva (2003) defende que os signatários desejavam que a sede se localizasse em São João, pelo fato de o grupo estar informado o bastante sobre a Lei Geográfica para saber que o seu terceiro artigo previa que o nome do município e de sua sede deveriam ser os mesmos. A sugestão do nome Merity, então, poderia significar a preferência de São João de Meriti como sede.

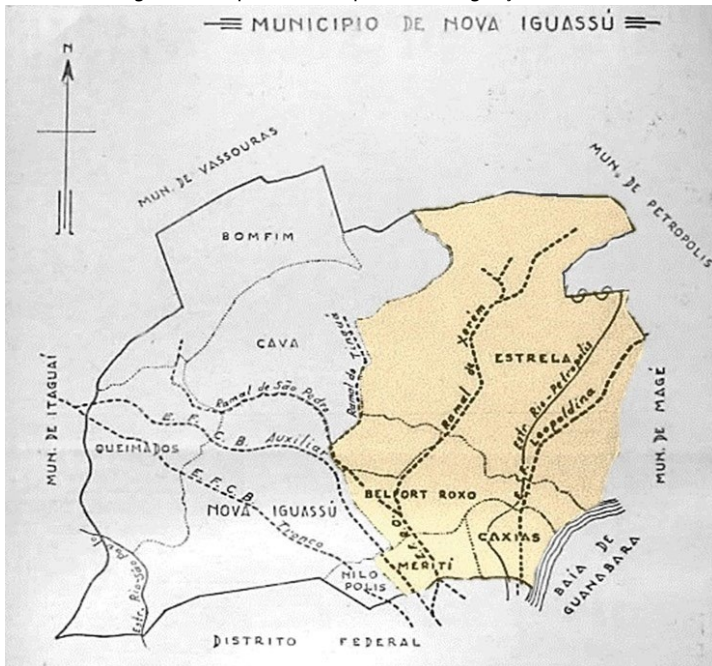
Esse memorial contaria apenas com a assinatura de membros da CPE, seriam onze no total³. Nesse primeiro momento, não parece ter havido a necessidade de conquistar apoiadores da emancipação entre a

³ Sylvio Goulart, Rufino Gomes Jr., Amadeu Lanzilotti, Joaquim Linhares, José Basílio da Silva, Antônio Moreira de Carvalho, Luís Antônio Félix, Mario Pina Cabral, Ramiro Gonçalves, Costa Maia e Abílio Teixeira (Silva, 2003, p. 31).

população, quadro que se inverteria no ano seguinte quando a CPE percorreria alguns distritos de Nova Iguaçu para convencer os moradores a assinarem o que viria a ser um segundo memorial a Amaral Peixoto. O novo documento chegaria a ser lido por Amadeu Lanzilotti na íntegra em São João, através de uma rádio local, durante a **Hora do Brasil**.

O segundo memorial-manifesto, datado de 17 de agosto de 1941, e assinado em Caxias, demonstra uma mudança nos planos da CPE. Agora o nome indicado para o novo município era Duque de Caxias, o que nos leva a crer, seguindo a linha de raciocínio empregada acima, que planejavam que sua sede fosse Caxias. Também havia um trabalho mais elaborado por parte da liderança na escrita do texto, com um projeto mais detalhado e definido do que pensavam para o desmembramento. Junto ao memorial acompanhava um anexo com “um plano de organização dos sistemas: administrativo-municipal, judicial e policial”, os cálculos da densidade populacional dos distritos, seu desenvolvimento econômico-financeiro e fontes de produção (lavoura, pecuária, indústria, comércio, vias de comunicação e educandários) (Brasil, 1942, fl. 73), porém não tivemos acesso a esse anexo. A criação do município, agora, era definida pelos emancipacionistas como uma grande homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que nasceu na localidade que pertencia ao distrito de Estrela, sendo boa parte do texto dedicada à história do patrono do exército brasileiro e suas qualidades. Os distritos a serem desmembrados de Nova Iguaçu foram definidos: o quarto, o sexto, o oitavo e o nono; respectivamente, Meriti, Estrela, Caxias e Belford Roxo. Com a desanexação desses distritos, Nova Iguaçu perderia cerca de metade do seu território como mostra a figura a seguir.

Figura 1 – Mapa do município de Nova Iguaçu em 1942



Fonte: **Correio da Lavoura**, 19/4/1942, p. 8.

O novo memorial contabilizaria mais de 300 assinaturas individuais. Entre os signatários constavam juízes, advogados, agricultores, médicos, comerciantes e comerciários, contadores, bancários, operários e funcionários da administração pública, entre outras ocupações. Afora essas assinaturas, a Associação dos Comerciantes e Proprietários do 4º Distrito assinou como instituição com 349 sócios.

A busca por assinaturas nos meses anteriores à entrega do memorial foi intensa. A notícia chegaria rapidamente ao prefeito de Nova Iguaçu, Ricardo Xavier da Silveira, que seria totalmente contrário à separação. Em 30 de agosto, ele encaminharia um ofício a José Ramos de Freitas, titular da Delegacia de Ordem Política e Social, acusando seus articuladores de cometerem crimes contra a ordem social e contra a

segurança nacional através de abaixo-assinados, de conferências pelo rádio, fazendo propaganda pela divisão municipal e incentivando a população ao não pagamento dos impostos municipais. Os líderes emancipacionistas foram intimados a comparecer à delegacia em Niterói, no mês seguinte, para depor.

A maior parte dos acusados, em seus depoimentos, tentaria se esquivar das denúncias. Declarariam não fazer parte de uma “comissão”, que a assinatura do documento vinha da vontade genuína de homenagear a importante figura do patrono do exército. Sobre a acusação de boicote aos impostos diriam não ter incitado ninguém a deixar de pagá-los, visto que eles mesmos, tendo propriedades no município, os pagavam regularmente. Apenas Rufino Gomes e José Basílio seriam mais veementes, em suas defesas, sobre a importância e legalidade do que estavam fazendo (Brasil, 1942).

Dois depoimentos indicam uma descontinuidade entre o primeiro e o segundo memorial. Mário Pina, dono de uma fábrica de bebidas no 8º distrito e, à época, presidente da Associação Comercial de Caxias, cujo nome aparece entre os assinantes do primeiro documento, disse saber muito pouco sobre a CPE, apenas através de boatos. Entre os envolvidos, afirmou conhecer apenas Sylvio Goulart (Brasil, 1942, fl. 12). Antônio da Costa Maia, professor e dono de um colégio em Caxias, também declarou não conhecer os acusados, mas que teria visto Rufino Gomes, em certa ocasião, ao lado de seus companheiros José Basílio e Sylvio Goulart, tentando conseguir novas assinaturas em um café em Caxias. Ele diria ainda ter ouvido falar (também por boatos que corriam) que Rufino estava convencendo moradores de Nilópolis e Meriti a não pagarem mais os seus impostos (Brasil, 1942, fl. 10).

Após meses de processo, de intimação de testemunhas para depor, a conclusão foi que a movimentação pelo desmembramento de Nova

Iguaçu estava ocorrendo dentro dos meios legais e, quanto ao boicote dos impostos, não houve provas suficientes para a sua confirmação. Por isso, em janeiro de 1942, o Tribunal de Segurança Nacional deferiu o pedido de arquivamento do processo.

Haveria ainda discordâncias entre as populações dos distritos de Meriti e Caxias sobre os rumos do movimento. Em setembro de 1941, o jornal **Diário da Noite** informava que os habitantes de Caxias estavam descontentes com as posições tomadas pela CPE, “uma comissão estranha a esta localidade, no sentido de conseguir a fundação do município de Caxias, incluindo este distrito, com sede em S. João de Meriti” (24/9/1941, p. 6.). Ser elevado a município era um desejo antigo da população de Caxias, mas a escolha de Meriti como sede ia contra seus interesses. Os descontentes enfatizavam, na reportagem, depositar confiança nas autoridades do estado para que isso não se realizasse. A notícia nos leva a entender que Meriti talvez ainda fosse cogitada como sede pela CPE e que isso gerasse divergências entre as populações, que, embora desejassem se separar de Nova Iguaçu, queriam que isso ocorresse de forma que privilegiasse suas próprias localidades.

Nos fins do ano de 1943, a Comissão Especial de Estudos anunciava a conclusão de seus trabalhos. A partir de outubro, seus integrantes tornariam pública a proposta enviada ao interventor federal, em que a sede indicada para o novo município seria a “vila de Caxias”, estando incluídos nele também os distritos de São João de Meriti, Estrela e parte de Belford Roxo (**O Jornal**, 23/10/1943, p. 6).

A reação da população de São João à escolha da sede seria imediata: um novo telegrama seria encaminhado ao interventor, agora em nome da Associação de Comerciantes, contendo mais de 150 assinaturas. A Associação argumentava que por Meriti ter maior renda que Caxias, ter uma comunicação privilegiada com diversas localidades, um comércio

mais desenvolvido e uma maior população, este deveria constituir a sede (**Diário da Noite**, 5/11/1943, p. 2). Porém o telegrama não reverteria a decisão da Comissão de Estudos.

Um elemento parece ter influenciado a escolha de Caxias como sede para o novo município. Simões (2006) defende que a construção da Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Xerém, no distrito de Estrela, cujas obras foram concluídas em 1942, teria sido o dado decisivo. Planejada para compor o projeto de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, que recebia grande impulso durante o Estado Novo, estando ao lado de outros empreendimentos no estado do Rio, como a Companhia Siderurgica Nacional (1941) e a Companhia Nacional de Álcalis (1943), a FNM “foi concebida como de segurança nacional e de características militares” (Lessa, 2021, p. 242), sendo a própria localização, em Xerém, uma escolha estratégica em termos de defesa e acessibilidade (tendo como meios de acesso a E. F. Rio d’Ouro e a rodovia Rio-Petrópolis). O município teria como eixo principal a estrada Rio-Petrópolis, tendo como centro a cidade de Caxias, que estando a meio caminho da FNM e do Distrito Federal, e com uma ocupação urbana crescente, daria conta de sediar o município, constituindo uma área estratégica para a proteção da fábrica, na qual o governo do Rio de Janeiro depositava grandes expectativas para o futuro do estado e do país.

Em 31 de dezembro de 1943, o município de Duque de Caxias seria criado através do Decreto-Lei nº 1.055. O distrito de Caxias seria elevado à categoria de cidade, teria seu nome atualizado para Duque de Caxias e se tornaria o distrito-sede, Meriti ficaria como 2º distrito e Imbariê (ex-Estrela) como 3º distrito (Rio de Janeiro, 1944). A instalação municipal ocorreria em 1º de janeiro de 1944, no Dia do Município, em concordância com as determinações da Lei Geográfica.

A emancipação de São João de Meriti

Da instalação de Duque de Caxias em janeiro 1944 a agosto de 1947, São João de Meriti comporia o seu segundo distrito. Com o passar do tempo, porém, os proprietários locais se veriam novamente insatisfeitos em relação à sua posição secundária na geografia municipal, levando ao ressurgimento dos interesses de separação. Entre o fim de 1945 e o início de 1946, eles se organizariam em uma nova instituição, a Sociedade dos Amigos do Segundo Distrito de Duque de Caxias. Segundo Knopp (2001), ela tinha o objetivo de conquistar o apoio de algum deputado estadual para a realização de sua emancipação. Oficialmente, porém, essa entidade, cuja maioria dos integrantes também era associada à Associação Comercial de Meriti⁴, possuía metas mais simples: a de trabalhar por melhoramentos no distrito.

O jornal *Tribuna Popular* anunciava, em abril de 1946, a sua recente fundação. Ela seria definida como uma “associação civil inteiramente alheia a qualquer corrente partidária, tendo como única finalidade trabalhar pelo engrandecimento do 2º distrito de Duque de Caxias e servir à coletividade” (*Tribuna Popular*, 12/4/1946, p. 4). Em setembro, durante a posse da nova diretoria, o então prefeito de Duque de Caxias, Gastão Glicério Reis, mostraria seu apoio aos trabalhos da associação, “cujo programa é defender a ordem e a democracia, lutar pelos interesses mais imediatos do povo, contra a carestia e o cambio negro, e pelos melhoramentos da localidade” (*Tribuna Popular*, 18/9/1946, p. 4).

⁴ “Destacavam-se entre os associados os nomes de Alberto Jeremias da Silveira (Presidente), Domingos Corrêa da Costa (Vice-Presidente), Osvaldo Coelho de Castro (Secretário), Cristovam Corrêa Berbereia, Anibal Viriato de Azevedo, Oscar Pimenta Soares, Rufino Gomes Junior, Amadeu Lanzilotti, Silvio Goulart, José Basílio da Silva, Antônio Xavier Soares Manso, Joaquim Baptista Linhares, Antônio Telles de Menezes, Elias Rosa e Abílio Teixeira de Aguiar” (Knopp, 2001, p. 50).

Embora não fosse seu papel oficial, Osvaldo Coelho de Castro, secretário da Sociedade, declararia que o tema da emancipação esteve sempre presente nas assembleias realizadas por ela (Medeiros, 1958). De fato, a sede da associação foi o principal espaço dessa nova fase das articulações emancipacionistas, que assumiu um caráter mais privativo do que as movimentações anteriores, o que torna mais difícil remontar os detalhes das estratégias firmadas por seus membros. Nessa nova fase, o processo não se daria através de memoriais e telegramas, como havia sido antes. O momento político era outro: o regime do Estado Novo havia chegado ao fim, testemunhava-se o retorno dos partidos políticos, a expectativa da realização de eleições diretas e a construção de uma nova Constituição. Os emancipacionistas agora teriam como principal estratégia estabelecer alianças com os futuros deputados constituintes para que estes, representando seus interesses na Assembleia Estadual, realizassem o objetivo de criação do município de São João de Meriti.

A Constituição Federal de 1946 concederia grande autonomia para estados e municípios deliberarem sobre as questões que lhes competiam. Os estados seriam regidos pelas constituições e leis que adotassem, respeitando os limites estabelecidos pela Carta Magna federal (Art. 18), e aos municípios estaria resguardada a autonomia, tanto no que diz respeito à eleição dos seus prefeitos e vereadores quanto no que toca à sua própria administração (Art. 28). A maior parte das disposições acerca dessas unidades administrativas ficou a cargo das constituições estaduais, que deveriam ser escritas no ano seguinte (Brasil, 1946). Os requisitos para a criação de novos municípios também só seriam devidamente definidos a partir das constituições dos estados, permanecendo em vigor até a sua promulgação, a Lei Geográfica de 1938. Caso as determinações dessa lei fossem mantidas, o quadro territorial nacional deveria ser atualizado obrigatoriamente no final de 1948.

Como afirma Simões (2006), a emancipação de São João de Meriti, assim como a de Nilópolis, ocorreu no momento em que as forças políticas da Baixada Fluminense, agora divididas entre Nova Iguaçu e Duque de Caxias, se reorganizaram a partir dos novos partidos políticos. Apesar dessa atualização, os grupos eram essencialmente os mesmos. O amaralismo, a rede política tecida ao redor de Amaral Peixoto (então interventor do estado Rio de Janeiro) durante o Estado Novo, manteria sua força mesmo após o fim da interventoria e se consolidaria através do Partido Social Democrático (PSD), do qual ele era líder no Rio. Em Nova Iguaçu, Getúlio de Moura era a principal figura ligada a essa rede, atraindo outros políticos locais para ela. O iguaçuano José dos Campos Manhães Filho, também do PSD, que fora nomeado prefeito de Duque de Caxias em 1946, era um dos seus aliados na região, assim como o petebista Lucas de Andrade Figueira, político de destaque no distrito de Nilópolis. A figura mais forte na oposição ao amaralismo na Baixada seria a de Tenório Cavalcanti, filiado à União Democrática Nacional (UDN). Os dois lados disputariam o problema das emancipações no decorrer da Constituinte de 1947, almejando firmar nos novos municípios uma forte base política pelo seu potencial número de eleitores. Portanto, para esses políticos, que pretendiam expandir sua zona de influência na região, era importante ter seu nome atribuído às emancipações.

Tenório Cavalcanti mantinha uma relação estreita e de longa data com os comerciantes articuladores da emancipação de São João de Meriti⁵, relação que era fortalecida pela filiação partidária em comum.

⁵ Tenório afirmaria que no ano de 1946 se encontrava dividido entre lançar-se candidato a deputado por Duque de Caxias ou por Palmeira dos Índios, no estado de Alagoas, lugar que alguns amigos e familiares o tentavam persuadir a representar. "Fiquei entre Alagoas, minha terra de berço, e Caxias, minha terra de lutas, de sofrimentos e conquistas", teria dito. "Consultei vários amigos, notadamente meus velhos companheiros Anibal Viriato de Azevedo e Cristóvão Berbereia, de São João de Meriti; e outros de Duque de Caxias, que foram unânimes em não admitir o meu afastamento da política do município" (Diário da Noite. 26/5/1950, p. 8, 2ª edição). Portanto, a sua presença na Assembleia

Em 1946, com a formação do diretório municipal da UDN em Duque de Caxias, Alberto Jeremias da Silveira, que era líder da Sociedade dos Amigos do Segundo Distrito de Duque de Caxias, foi escolhido como presidente, tendo Tenório como vice (**Diário Carioca**, 30/10/1946, p. 11). Outros articuladores, como Cristovam Corrêa Berbereia, Aníbal Viriato de Azevedo e Oscar Pimenta Soares, também eram filiados ao partido (Knopp, 1999). A Lucas Figueira é creditada, por alguns autores, a realização das emancipações de Nilópolis e de São João de Meriti (Knopp, 1999 e 2001; Simões, 2006). Sua participação na emancipação de São João de Meriti foi indireta, sendo seu real propósito a criação do município de Nilópolis⁶.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte Fluminense teriam início no fim de fevereiro de 1947. Os deputados mais votados em Nova Iguaçu foram Mário Guimarães (UDN), José Manhães (PSD), Lucas de Andrade Figueira (PTB) e José Brigagão Ferreira (PCB) (**Correio da Lavoura**, 2/2/1947, p. 2). Em Duque de Caxias, Tenório Cavalcanti (UDN) teria conquistado dois terços dos votos (Beloch, 1986).

Podemos afirmar que o ponto de partida para a defesa das emancipações das localidades, durante a Assembleia Constituinte, foi a proposição de emendas constitucionais que regulavam a criação de novos municípios no território fluminense. Na sessão do dia 14 de maio, o título VII da Constituição, “Da organização municipal”, foi posto em debate no plenário. Entraram em cena temas como autonomia municipal, organização do território, papel das câmaras municipais e requisitos para a criação de novos municípios. Lucas de Andrade

Constituinte Fluminense em 1947 teria a influência dos amigos de Meriti e de Caxias. Na declaração, no entanto, ele destaca dois meritienses.

⁶ O primeiro a atribuir erroneamente a Lucas de Andrade Figueira a autoria da emenda pela emancipação de São João de Meriti teria sido Arlindo de Medeiros (1958, p. 78 e 79).

Figueira teria uma emenda sobre a criação de novos municípios aprovada pela Assembleia. Segundo essa emenda, o distrito que tivesse uma renda acima de 2 milhões de cruzeiros e uma população acima de 20 mil habitantes teria condições de adquirir sua autonomia (Rio de Janeiro, 1951, vol. 5, p. 340). Depois, seria estabelecido um número mínimo menor de habitantes: 10 mil, como ficaria no texto final. Apesar do seu caráter generalizante, já se sabia, naquele momento, que o objetivo da emenda de Lucas Figueira era levar adiante a emancipação de Nilópolis.

As bases que permitiriam a elevação de distritos a novos municípios estavam lançadas: ter uma arrecadação superior a dois milhões de cruzeiros e uma população com mais de 10 mil habitantes que desejasse se emancipar. A questão só voltaria a ser discutida, porém, quando a parte principal do corpo constitucional estivesse concluída e os trabalhos se encaminhassem para as votações de emendas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no mês de junho.

Na sessão do dia 9 de junho, as emendas pela emancipação de determinados municípios seriam colocadas em votação. Lucas de Andrade Figueira escreveria a emenda nº 10, pela emancipação do distrito de Nilópolis, enquanto Tenório Cavalcanti e José Manhães proporiam a emancipação do distrito de São João de Meriti por meio de duas emendas diferentes. A emenda nº 1, escrita por José Manhães, defendia a criação de um município chamado Meriti; e a emenda nº 8, de autoria de Tenório Cavalcanti, a criação do município chamado São João de Meriti; a proposta de ambos era a desanexação do 2º distrito de Duque de Caxias, sendo a divergência apenas quanto ao nome do novo município. Tenório apelava para uma justificativa histórica para a escolha de São João de Meriti, que remontava ao período colonial e cujos processos recentes de atualização territorial teriam desvirtuado, dando

lugar aos topônimos Meriti e Vila Meriti, como o distrito vinha sendo chamado. Na sua defesa, Tenório sustentava que a restituição desse nome era a vontade da população local, que lhe “deu preferência nas urnas” (Rio de Janeiro, 1951, vol. 7, p. 452).

Entretanto, contrariando sua longa exposição e a emenda apresentada, ele pedia a seus colegas reconsideração à questão das emancipações no seio da Constituinte, alegando ser precipitado criar novos municípios no calor do momento, no mesmo ano das eleições, sem o cuidado para a construção dos meios para a devida instalação desses municípios. Trazendo de volta o fantasma do plano quinquenal da Lei Geográfica, ele pedia que se adiasse a criação dos municípios para depois da promulgação da Constituição (Rio de Janeiro, 1951, vol. 7, p. 453). Em resposta, o deputado pecebista José Brigagão defenderia a soberania das resoluções feitas para a nova Carta Magna estadual, que nada devia às determinações criadas pelos regimes anteriores. Já constava no seu texto deliberações que autorizavam a criação imediata de municípios, desde que as localidades atendessem aos requisitos necessários.

A questão levantada por Tenório foi deixada de lado e as emendas foram levadas à votação. As duas emendas pela emancipação do distrito de Meriti foram votadas em conjunto. O presidente da Assembleia decidiu que a sua única divergência, quanto ao nome que o município receberia, poderia ser resolvida nas sessões seguintes, quando estivessem sendo feitas as retificações do texto para a redação final. Dos 52 deputados presentes, 34 votaram favoravelmente à emancipação de São João, 17 deram votos contrários e um votou em branco. Foram aprovadas, nessa mesma sessão, as emendas pela emancipação de Nilópolis, Natividade e Porciúncula.

Em 17 de junho, seria apresentada uma emenda de redação a respeito do nome do município de São João de Meriti. Após debates, ficaria estabelecido que São João de Meriti era o nome que melhor se adequava (Rio de Janeiro, 1951, vol. 8, p. 453-455). A Constituição fluminense seria promulgada em 20 de junho.

No dia 7 de agosto, foi aprovado em caráter de urgência na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro o Projeto de Lei nº 132, que regulamentava a instalação dos municípios criados pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O prazo máximo para sua realização, conforme definido pela Constituição, era 19 de agosto. Por conta disso, os deputados pediam que a votação do projeto se desse o mais rápido possível. Ele determinava, entre outras coisas, um acréscimo de até 10 dias (caso fosse necessário) para a constituição dos novos municípios, visto que em alguns ainda havia pendências (escolha da sede para a prefeitura, nomeação dos prefeitos interinos etc.). A urgência também se dava pela chegada das eleições, que ocorreriam em 29 de setembro, sendo fundamental que os municípios tivessem condições de realizá-las devidamente (Rio de Janeiro, 1952, p. 105-110).

A Lei Estadual nº 6, de 11 agosto de 1947, delimitou os territórios dos novos municípios, indicando seus limites, sua divisão distrital e as instruções para a sua instalação (revisão orçamentária, divisão dos bens patrimoniais e industriais, estruturação do quadro dos funcionários públicos) e ao devido ritual a ser seguido, ainda guiado pela Lei Geográfica. O município de São João de Meriti ficou constituído pelos distritos de São João de Meriti (1º distrito), São Mateus (2º distrito) e Coelho da Rocha (3º distrito) (Rio de Janeiro, 1947). A instalação municipal se deu oficialmente em 21 de agosto, com a assunção de Aníbal Viriato como prefeito interino.

Considerações finais

Foi possível observar, ao longo desta análise, que a emancipação de São João de Meriti teve como pressuposto uma série de transformações estruturais ocorridas em Nova Iguaçu desde o final do século XIX. Destacamos, como elemento central desse processo, a formação de núcleos urbanos no município na região mais próxima ao então Distrito Federal e a ascensão de novos grupos sociais, sobretudo comerciantes, que desempenharam um papel fundamental no movimento de separação.

O município de Duque de Caxias surgiu da articulação entre os distritos de São João de Meriti e Caxias para se desvincularem de Nova Iguaçu na década de 1940. À época, Meriti se destacava como o distrito mais populoso, com a maior concentração de estabelecimentos comerciais e responsável por uma parcela significativa da arrecadação municipal. Identificamos, olhando de perto os articuladores, o protagonismo de sua população nas movimentações pela emancipação, um aspecto que acabou sendo ofuscado pela historiografia local, que privilegiou alguns personagens da história do distrito de Caxias como referência ao tratar do tema.

São João de Meriti passou por duas emancipações, pois sua população almejava sediar a administração do novo município, por se considerar mais apta a essa função. Essa ambição, frustrada na primeira emancipação, quando Meriti se tornou o segundo distrito de Duque de Caxias, motivou novas articulações que culminaram na sua separação definitiva durante a Assembleia Constituinte de 1947.

Por fim, vale destacar que, embora o discurso emancipacionista estivesse sustentado na promessa de melhorias na infraestrutura urbana — extremamente precária e geradora de dificuldades cotidianas

para sua população majoritariamente proletária —, o principal saldo das emancipações da década de 1940 foi a inserção dessas novas elites locais na direção política dos municípios recém-criados e a defesa de seus interesses particulares, que conseguiram fazer avançar, relegando as demandas reais da população trabalhadora a um segundo plano.

Referências

ALMEIDA, Tânia Maria da Silva Amaro. **Por “trilhas, roteiros e legendas de uma cidade chamada Duque de Caxias”**: memórias e representações de Francisco Barboza Leite (1950-1990). 2017. Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, 2017.

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha**: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BRASIL. Decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20divis%C3%A3o%20territorial,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

_____. Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 2.021, do Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/pcr/0764/br_rjanrio_c8_0_pcr_0764_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

_____. Constituição de 1946. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

KNOPP, Rodinei. **A involução de São João de Meriti**: a perversidade de um quadro político na evolução histórica decadente de São João de Meriti. Monografia de especialização. Duque de Caxias, FEUDUC, 1999.

_____. **O povo em cena:** história política e movimentos sociais em São João de Meriti: 1980-2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001.

LACERDA, Stélio J. da S. A emancipação política do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão). **Pilares da História**, ano 2, n 3, p. 9-27, dez, 2003.

LESSA, José Luís Honorato. **O comandante em marcha:** Amaral Peixoto e a indústria fluminense. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2021.

MANIFESTO DE 25 DE JULHO DE 1940 In: Seção Transcrição. **Pilares da História**, ano II, nº 3, dez, 2003, p. 55-56.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Duque de Caxias: as associações e os clubes recreativos como espaços identitários da elite local. In: OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Baixada Fluminense:** novos estudos e desafios. Rio de Janeiro, Editora Paradigma, 2004. p. 96-120.

MEDEIROS, Arlindo de. **Memória Histórica de São João de Meriti**. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1958.

_____. **Reportagens fluminenses**. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1959.

PRADO, Walter. **História social da Baixada Fluminense:** das sesmarias a foro de cidade. Rio de Janeiro: Economuseu Fluminense, 2000 (coleção novos rumos).

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto-Lei n. 1.055, de 31 de dezembro de 1943. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Niterói, ano XIV, nº 3.751, sábado, 1 de janeiro de 1944.

_____. **Coleção de leis** [Jun-Nov de 1947]. Imprensa Estadual: Niterói, 1947.

_____. **Anais da Assembleia Constituinte de 1947**. Rio de Janeiro: Alerj, 1951. 8 v.

_____. **Anais da Assembleia Legislativa [de 1947]**. Rio de Janeiro: Alerj, vol. 4, 1952.

ROCHA, Jorge Luís. "De quando dar os anéis": a estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações. **Hidra de Igoassú**, Caderno de textos de História

local e regional da Baixada Fluminense, ano 2, n. 3, edição trimestral, , p. 19-38, abril/maio/junho, 2000.

SILVA, Helenita. A emancipação política do município de Duque de Caxias. **Pilares da História**, ano 2., n. 3, , p. 28-36, dez, 2003.

SILVA, L. H. P. As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia: o caso de Duque de Caxias. **Revista Mosaico**, v. 9, n. 2, Su., p. 19-25, jul./dez. 2018.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. **Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita: Ed. Entorno, 2011.

SOARES, M. T. de S. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, 1962.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade**: História Política da Cidade de Duque de Caxias. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

8

A MOBILIZAÇÃO PELA POSSE DA TERRA NA BAIXADA FLUMINENSE E OS CONFLITOS AGRÁRIO-FUNDIÁRIOS EM PEDRA LISA

Alexander Gomes

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir os processos de desapropriação de terra no estado do Rio de Janeiro, no contexto do regime militar, explicitando a luta dos trabalhadores rurais de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, tendo como foco a interlocução entre normas jurídicas e direitos sociais, como descreve Fabio Frohwein de Salles Moniz na apresentação do livro **O desvio e a norma: diálogos entre direito e história**: “Em um contexto contemporâneo de debates sobre a reforma agrária e os direitos humanos [...] ilumina questões fundamentais sobre justiça social e acesso a terra, destacando as complexas relações entre direito, território e poder no Brasil.” (Moniz, 2024, p. 7).

A estrutura agrário-fundiária no país é historicamente marcada pela inexistência de uma reforma agrária efetiva. As próprias autoridades governamentais reconhecem que um efetivo projeto de reforma agrária “foi esquecido e a herança da concentração da terra e da renda permaneceu intocada. O Brasil chega às portas do século 21 sem ter resolvido um problema com raízes no século 16” (Brasil, 1997, p. 11).

O dispositivo encontrado pelos trabalhadores rurais para obter direitos e acesso à terra, como apontam os estudos de Sigaud, Rosa e Macedo, sobretudo a partir da década de 1980, é a ocupação, na qual se enxerga uma nova linguagem em suas ações, que pleiteiam o direito ao uso social da terra, reinterpretando o fenômeno como táticas de pressão

contra o Estado para a solução de problemáticas fundiárias (Sigaud; Rosa; Macedo, 2008, p. 107).¹

Notabiliza-se que as marcas da desigualdade, oriundas da concentração agrário-fundiária, revelam-se pelos entraves e falta de acesso à terra aos pequenos lavradores, posseiros, enfim, trabalhadores rurais² e, decerto, esbarram nos princípios normativos da lei. A tensão social inerente à concentração fundiária teve como marca o crescimento de intensos conflitos que ocorreram na região fluminense do Grande Rio (Rio de Janeiro, 1991, p. 104).

Para Mario Grynspan, o recrudescimento da tensão no campo se acentuara tendo em vista a projeção da crescente politização da questão agrária com uma estrutura mais consolidada por parte das lideranças camponesas, “alimentando o debate em torno da reforma agrária e dos instrumentos necessários à sua implementação, entre esses o mecanismo da desapropriação de terras, previsto pela Constituição vigente” (Grynspan, 2009, p. 46).

Para compreender o cenário de conflitos na região de Pedra Lisa, o trabalho percorre os processos jurídicos e os decretos desapropriatórios

¹ Sobre as táticas dos lavradores ocorridas ao longo da década de 1980, Sigaud, Rosa e Macedo afirmam que “desde os anos 1980, centenas de milhares de indivíduos têm ocupado terras no Brasil. Nelas montam acampamentos e passam a reivindicar sua redistribuição. Tais ocupações distinguem-se das que, ao longo da história do país, foram e ainda são feitas em áreas desocupadas por interessados em formar lavouras [...] Se antes as ocupações não necessariamente vinham acompanhadas de reivindicações ao Estado, atualmente se apresentam como demandas de reforma agrária e são interpretadas pelas autoridades da República que as têm acolhido e redistribuído as terras entre os acampados” (Sigaud; Rosa; Macedo, 2008, p. 107).

² Os termos “camponês”, “campesinato”, “lavrador”, “trabalhador do campo”, “trabalhador rural” e “posseiro”, neste trabalho, são usados como um conjunto das camadas populares do campo. Acentua-se aqui que, para Mario Grynspan, o termo “posseiro” adquire uma conotação política. É uma categoria de autorreferência dos lavradores em luta, que se impôs a partir das resistências dos lavradores contra as tentativas de expulsão, cuja origem está atrelada ao sentido de obter justiça e garantia de permanência na terra, e reconhecimento, via sentença, do direito à posse da terra com base no instituto do usucapião, sendo percebidos, assim, como pessoas que haviam “entrado em terras abandonadas, aparentemente sem dono, nelas se instalando, por conseguinte, sem a mediação de outrem, cultivando às mansas e ininterruptamente, sem qualquer pagamento, obrigação ou forma de subordinação, pelo prazo suficiente para requererem o seu direito antes de os grileiros aparecerem” (Grynspan, 1999, p. 150 e 151).

expedidos pelos órgãos competentes do Estado³, utilizando-os como ferramenta relevante que pode nos fornecer dados para fazer uma releitura da ação e das táticas dos atores sociais que lutam pela posse e uso social da terra através das ocupações. Tais documentos⁴ assinalam os trâmites jurídicos ocorridos no final da década de 1970 e nos anos de 1980, para as áreas de assentamentos rurais localizadas em Pedra Lisa.

De antemão, torna-se patente que os decretos de desapropriação são utilizados nessa pesquisa por serem considerados relevantes em decorrência dos intensos conflitos ocorridos na região de Nova Iguaçu (Gomes, 2024) e porque, além de dimensionarem o que está escrito em lei, a sua decretação carrega, em si, um conjunto de práticas, permeadas por ações, pressões e resistências dos trabalhadores rurais⁵ junto aos órgãos competentes na defesa de seus direitos e legitimação de seus interesses (Gomes, 2024).

Joaquín Herrera Flores⁶, doutor em Direito, em seu estudo “A (re) invenção dos direitos humanos”, entende que as lutas que ocorrem no

³ Sobre a criação e função dos órgãos públicos como a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), criada pelo Decreto n.º 6.854, de dezembro de 1983, da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, Assentamentos Humanos e Projetos Especiais (Seaf), criada pelo Decreto n.º 8.953, de 8 de maio de 1986, pesquisar em (Rio de Janeiro, 1991, p. 100); e do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), criado pela Lei n.º 1.738, em 5 de novembro de 1990, e alterada pela Lei n.º 2.696, de 19 de fevereiro de 1997, ver em Iterj (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro). **Institucional**. Disponível em http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site. Acesso em: 3 mar. 2025.

⁴ De acordo com o historiador do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), Álvaro Mendes Ferreira, os documentos arquivados nesse instituto não possuem inventários ou catálogos. Entretanto, é possível identificá-los por meio de sua tipologia, seu título, sua data, autoria e localização (Ferreira, 2021, p. 3).

⁵ Ações, práticas e resistências dos trabalhadores são interpretadas por Edward Palmer Thompson, na obra **Costumes em comum**, como um fenômeno social de legitimação, entendendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais, que, em alguns casos, eram endossados por alguma autorização concedida pelas autoridades (Thompson, 1998, p. 152).

⁶ Para Herrera Flores, “as lutas desiguais travadas cotidianamente pelas comunidades camponesas contra as grandes corporações transnacionais agroalimentícias” são entendidas como “práticas sociais que batalham por realizar socialmente essa definição de direitos como abertura de espaços de luta que permitam nos aproximar de nossa particular forma de construir a dignidade” (Herrera Flores, 2009, p. 20). Em sua concepção, a aplicação jurídica na mediação de interesses deve ser feita em função dos

interior de uma sociedade refletem os anseios de determinados grupos sociais contra abusos e violações de direitos.

Percebe-se, por um lado, que os distúrbios sociais em Pedra Lisa são dimensionados pelas autoridades competentes, tendo em vista o recrudescimento constante da violência extrema com ordens de despejos, ameaças e assassinatos contra os lavradores. Por outro, as medidas necessárias para solucionar tais impasses são aparentemente inócuas, haja vista os interesses dos grupos dominantes: fazendeiros e empresas vinculadas ao agronegócio, favorecidos pela especulação imobiliária e pela prática da grilagem.⁷

A questão agrário-fundiária em Pedra Lisa, Nova Iguaçu (Baixada Fluminense)

Pedra Lisa localiza-se em Japeri, até então município de Nova Iguaçu⁸. Esse assentamento, ainda em implantação, contava com lavradores que viviam em barracas de lona e pau a pique, dedicados, principalmente, à olericultura (área da horticultura que abrange a exploração de hortaliças e que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos, frutos diversos e partes comestíveis de plantas) e outras culturas de subsistência, cujo excedente era destinado para o comércio.

Japeri emancipou-se de Nova Iguaçu no ano de 1991 e hoje ocupa uma área de 82.954 km², limitada pelos municípios de Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e Seropédica. O mapa a seguir

interesses e expectativas das maiorias sociais. As interpretações jurídicas não podem ser extraídas de contextos fora da realidade social, porque “a luta pelo reconhecimento dos direitos começa quando surge um anseio social que se quer satisfazer” (Herrera Flores, 2009, p. 106). Portanto, “são as ações sociais de baixo as que podem nos situar no caminho para a emancipação em relação aos valores e aos processos de divisão do fazer humano hegemônico” (Herrera Flores, 2009, p. 18).

⁷ Sobre a grilagem, ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. A grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia; PINERO, Theo Lobarinhas (orgs.). **Voluntariado e universo rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

⁸ Sobre a organização territorial e política de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, ver: Gomes (2022, p. 63-87).

descreve a localização de Pedra Lisa e seus limites — área de estudo dos movimentos — de 1985.

Mapa 1 — Localização de Pedra Lisa



Fonte: Copello (1983, p. 11), atualizado por Bastos (2018, p. 135);

Pedra Lisa é intitulada como a terra de posseiros e indutores na mobilização pela posse de terra na Baixada Fluminense (Bastos, 2018, Carneiro; Cioccari, 2010; Copello, 1983). A Sociedade dos Lavradores em Pedra Lisa é tida como a pioneira na Baixada Fluminense, criada em 1948, sob a presidência de José Matias⁹, lavrador e liderança local, que foi

⁹ De acordo com Eduardo Jordan, José Matias era um lavrador semianalfabeto e com pouca bagagem política tradicional. Mesmo tendo pouco material bélico, negociou e lutou por suas terras a ponto de conseguir uma declaração de posse do Presidente da República Federal (Medeiros, 2008, p. 22 *apud* Aguiar, 2018, p.26 e 27). Em entrevista ao **Jornal da Baixada**, Bráulio Rodrigues diz que só começou “a participar da associação quando o seu presidente fundador, Zé Matias, foi assassinado pelos fazendeiros da época. Isso foi em 1949, 50”. Bráulio relata que a associação deu continuidade ao trabalho de

assassinado em novembro de 1953 (Bastos, 2018, p. 133). O crime foi veiculado nos jornais de circulação da época, noticiando que José Matias teria sido assassinado ao ser emboscado por um jagunço armado com uma espingarda que lhe deu um tiro no peito, matando-o instantaneamente (**Última Hora**, 13 de fevereiro de 1962 *apud* Bastos, 2013, p. 185).

O início da luta dos posseiros na região remonta à crise da citricultura, levando lavradores, pequenos grupos domésticos (meeiros), trabalhadores assalariados ou contratados que antes tinham direito ao cultivo familiar a reivindicar a posse da terra (Souza, 1992, p. 64), que agora estava sendo incorporada por empreendimentos imobiliários.

Sheila Gutierrez Copello, em sua monografia de especialização, assinala que escolheu estudar Pedra Lisa, “uma vez que nesta região se desenvolveram os conflitos de maior expressão no município” (Copello, 1983, p. 10)¹⁰. Seu trabalho, através dos depoimentos de diversos lavradores, torna visível o processo de luta que se irradiou na região da Baixada Fluminense, aglutinando, também, áreas adjacentes, como Boa Esperança, Jaceruba, Santo Antônio, Teófilo Cunha, Km 56, entre outras.

Gabriel Souza Bastos expôs as inúmeras conquistas da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa na segunda metade dos anos de 1950, mediadas pela mobilização dos atores sociais envolvidos na luta pela posse da terra. Suas estratégias davam-se por meio de passeatas e

distribuição de terras iniciado por José Matias, “mas para ter direito à terra, tinha que ser membro da associação. Por dois motivos: primeiro, porque era uma maneira de dar consciência à pessoa que estava ali. E, segundo, porque era uma maneira da associação sobreviver. Eram mais ou menos 300 sócios. [...] Era preciso se comprometer a morar ali. A gente pedia que construísse logo o barraco para consolidar a ocupação. E que plantasse bens de raízes, como laranjeiras, bananeiras” (**Jornal da Baixada**, 1979, n.º 5, p. 3). Arq. CEDIM. Repositório Institucional do IM/UFRRJ — Campus Nova Iguaçu. **Jornal da Baixada**. Disponível em: <http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/handle/1235813/88> Acesso em: 29 mar. 2023.

¹⁰ O trabalho monográfico de Sheila Copello pode ser obtido em: Arq. CEDIM. Repositório Institucional do IM/UFRRJ — Campus Nova Iguaçu. Campo Alegre, p. 376. Disponível em: <http://repositorio.im.ufrrj.br:8080/jspui/handle/1235813/4336>. Acesso em: 19 mar. 2021.

vigília na Assembleia Legislativa do estado (Bastos, 2018, p. 142).
 Todavia, o cenário vai se modificando após a gestação do regime militar.

De acordo com Carneiro e Cioccarì, antes da instauração da ditadura, a questão agrária refletia-se nas casas legislativas, porém, após o golpe, passou a ser um caso de polícia, abrindo margem para desencadear a violência e o poderio de grileiros.

Em Nova Iguaçu (RJ), a fazenda Pedra Lisa era uma conhecida “terra de posseiros”. Mas, para que assim fosse, havia em sua entrada uma tabuleta indicando: “Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palmo de chão roubado há de custar a vida de todos nós”. Nos anos [19]50, a resistência dos lavradores contava eventualmente com o recurso armado: facões, foices, enxadas e espingardas de caça. Mas incluía também uma sequência de tentativas de negociação dos representantes dos lavradores com seus opositores [...]. Em 1959, o governador Roberto da Silveira (PTB), eleito por uma coligação de forças da esquerda, apontava por esse caminho. Algumas desapropriações chegaram a ser realizadas em diversos municípios da Baixada, inclusive uma área da Pedra Lisa. Com o golpe, entretanto, as desapropriações tornaram-se inócuas; a violência grileira voltou a prosperar; os grileiros, agora ainda com mais força e legitimação oficial (Carneiro; Cioccarì, 2010, p. 196 e 197).

Sheila Copello sublinha que “falar sobre conflitos de posseiros é falar sobre grilagem de terra. [...] Tratar dos conflitos dos posseiros rurais é procurar dar conta da problemática de organização que vai emergindo nas lutas que eles travam contra outras classes e o Estado” (Copello, 1983, p. 5). Ela acentua ainda que, de acordo com Grzybowski, “o processo de organização dos camponeses é condição e, ao mesmo tempo, resultado do processo de luta em que eles questionam a estrutura de relações, as práticas de exploração e as formas de dominação existentes no campo” (Grzybowski, 1982, *apud* Copello, 1983, p. 13).

Nota-se que a mobilização das massas camponesas na luta pela posse e as ocupações dos assentamentos rurais em Nova Iguaçu têm correlação com a estrutura social do campo, cujas marcas são a

expropriação de terra, a grilagem e a marginalização do lavrador, configurando as áreas rurais em zonas de tensão social que, no período do regime autoritário, foram controladas mediante a Lei de Segurança Nacional¹¹ e pelas forças militares.

Diante desse cenário, conforme observa Copello, a política agrícola, permeada por normas explicitamente repressoras, desenvolve mecanismos de expulsão dos lavradores do campo, tendo o apoio de recursos jurídico-legais, por um lado, e de pressões e violências, por outro (Copello, 1983, p. 5).

Pedra Lisa: conflitos no campo antes e depois da gestão do golpe civil-militar¹²

Regressando ao período anterior ao golpe civil-militar, no que diz respeito às discussões sobre as reformas de base, notabiliza-se a força política dos setores conservadores em frear o processo. Tais setores, posteriormente, respaldariam o golpe que promoveria a supressão da democracia e consequentemente as reformas de base, especialmente a reforma agrária, para atender às demandas dos trabalhadores do campo e a democratização da terra (Gomes, 2022, p. 34), que “seria substituída por um regime militar anticomunista e antirreformista, pautado por

¹¹ A Lei de Segurança Nacional define crimes contra a ordem política e social, estabelecendo as regras para a segurança nacional no país, a fim combater distúrbios sociais. Em 13 de março de 1967, o Decreto-Lei n.º 314 transformava em legislação a Doutrina de Segurança Nacional, que se tornara fundamento do Estado após a instauração do regime militar.

¹² Esta pesquisa trabalha com os desdobramentos interpretativos do golpe e do regime militar no Brasil como perspectiva de classe, havendo, portanto, participação civil. Consoante Marcos Napolitano, as perspectivas dos temas que enredam o regime militar no Brasil (o golpe, a guerrilha, a repressão e a transição) “devem ser explicados por fatores estruturais notadamente econômicos e ligados aos interesses classistas” (Napolitano, 2011, p. 213). Outras referências podem ser pesquisadas sobre esse tema: FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014; DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: editora Vozes, 1981; CALIL, Gilberto Grasse. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

uma política desenvolvimentista sem a contrapartida distributivista” (Napolitano, 2011, p. 210)¹³.

Os primeiros processos de desapropriação, antes da instauração do regime militar, são registrados através do processo de desapropriação da Fazenda Santa Clara, em Itaguaí, pelo Decreto n.º 51.906, de 19 de abril de 1963; e da desapropriação da Fazenda Boa Esperança, com indenização ao proprietário, pelo do Decreto n.º 7.206, de 25 de novembro de 1960. Todavia, no contexto do pós-1964 ocorre um período de desmobilização desses processos, marcado pela aguda repressão que se instalou no país. Como escreve Bastos, se até 1964 a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa contava com cerca de 1.500 associados, após o golpe o cenário se modificou, pois a associação, além de ter sua sede depredada, teve documentos queimados e lideranças perseguidas pelo exército (Bastos, 2018, p. 148).

Relatos e depoimentos de lavradores que vivenciaram a luta pela posse de terra na região apontam a ação repressora do Estado no regime ditatorial. Leonilde Servolo de Medeiros traz alguns desses relatos, como o de Raimundo Lima, militante do PCB na época e que costuma participar das reuniões em Pedra Lisa:

Os tanques de guerra foram em Pedra Lisa. [...] Os companheiros trabalhadores rurais lá, os camponeses, amarraram lá o pessoal e o pessoal sumia com eles, eles pegavam, matavam. Todo mundo vai! Acontecia isso, mas você não podia provar. Acontecia isso, os maridos eram presos, as mulheres corriam também, foi uma miséria [...] Aqui foi uma região de perseguidos! (Raimundo Lima. Entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff Maia e Romário Silveira em setembro de 2015 *apud* Bastos, 2018, p. 148).

¹³ Florestan Fernandes explicita que a dominação burguesa brasileira demonstra “inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados, de fins políticos: particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento” (Fernandes, 1976, p. 296, grifos do autor) revelam a natureza do capitalismo periférico e dependente brasileiro.

Em entrevista concedida ao Iterj, Bráulio Rodrigues¹⁴ relata um pouco de sua experiência e táticas utilizadas quando da ocupação de Pedra Lisa, bem como se deu a conquista da desapropriação da área pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto da Silveira,¹⁵

Em Pedra Lisa. Ocupamos uma fazenda. Francisco Vilela Junqueira era o dono da fazenda, e nós ocupamos a fazenda dele todinha. [...] Havia pessoas que moravam em Pedra Lisa, e pessoas que não eram moradores de Pedra Lisa. A gente abriu uma inscrição para inserir as pessoas, sem proteger ninguém, nem eu mesmo fui protegido. Mas fiquei com dois alqueires de terra. Fiquei com um pedaço. Dos menores. Algumas pessoas ficaram com 5, outras com 6... [...]

Estava vazia, nós entramos. Não havia nada lá, só mato. Hoje é diferente. [...] Fundamos o sindicato. Você lembrou bem. Lá fundamos o Sindicato de Nova Iguaçu. Mas abrangia aquela área e outras áreas também. [...]

[...] Em um instante, em questão de 5 meses mais ou menos, a área já estava toda ocupada. Com moradia, com plantação. E o Francisco Vilela Junqueira possuía uma área perto de lá, ocuparam a área dele também. Ele veio, conversou conosco e eu disse: “A área agora está ocupada, não podemos fazer nada.” Chamaram a polícia, a polícia foi pra lá, mandou o pessoal para fora. No outro dia, todos voltaram. Então a polícia não voltou mais para retirar o pessoal de lá. Depois o Roberto da Silveira, que era governador, desapropriou a área toda, então ficou mais à vontade. A área lá era desapropriada pelo estado, pelo ex-governador Roberto da Silveira.

[...] Nós fizemos uma caminhada de Nova Iguaçu até a estação de Nova Iguaçu. Fomos parar lá em Niterói, nas barcas. Ali fizemos uma passeata dali até o Palácio do Ingá.

[...] O Roberto da Silveira não estava. Reunimos o pessoal no pátio, com a esposa dele, sra. Esmênia Silveira, que era esposa do Roberto Silveira; não sei se está viva ainda. Reunimo-nos com ela e falamos: “Olha, nós vamos ficar aqui até o governador Roberto Silveira chegar.” Ela respondeu “Ah, mas

¹⁴ Bráulio Rodrigues da Silva (1923-2019) foi um importante líder camponês. Participou de diversas mobilizações em Pedra Lisa, Nova Iguaçu. Em função de sua luta pelas causas populares, foi perseguido e preso em 1966, no âmbito da ditadura.

¹⁵ Roberto Teixeira da Silveira nasceu em Bom Jesus de Itabapoana (RJ) em 1923. Nas eleições de outubro 1954, foi eleito vice-governador do estado com o apoio da coligação PSD-PTB, recebendo mais votos do que seu companheiro de chapa, eleito governador, Miguel Couto Filho. Roberto da Silveira venceu por larga margem de votos as eleições estaduais no Rio de Janeiro em 1958, sendo empossado no dia 31 de janeiro de 1959 chefe do executivo fluminense.

ele chegará à noite.” E nós dissemos: “Não tem importância.” Ele realmente chegou à noite, por volta das 21 horas. Ele nos recebeu e pediu para que dormíssemos lá mesmo, não teria jeito. Então, cada um encontrou uma forma de dormir no pátio do Ingá, embaixo de árvores, essa coisa toda. No outro dia, fizemos uma caminhada a pé do Ingá até as barcas. Depois viemos para Nova Iguaçu.

Voltamos com a desapropriação (Bráulio Rodrigues da Silva. Entrevista concedida a Marcos Aquino e Maria Carolina Amendolara, em 12 de maio de 2014 — Iterj, Projeto Memórias).

Em outro trecho do depoimento, Bráulio Rodrigues retrata questões pertinentes ao uso da terra e estímulos dados aos posseiros, o que se pode interpretar, aqui, como uma forma de reprodução das práticas dos camponeses e suas ações de resistência, a fim de auferir determinados fins: a manutenção e o direito ao uso social da terra.

Porque ocuparam Pedra Lisa em 1948. Chegavam 20, 30 pessoas de uma vez só para pegar um pedaço de terra. Foi se desenvolvendo, criou-se estradas, sede da associação, posto médico. Tudo isso foi criado com essas pessoas que estão lá hoje. [...]. No meu tempo, todos produziam. Carros buscavam a mercadoria lá dentro, na estrada da polícia, acho que este é o nome. Morei ali muito tempo, transformamos, modificamos. Na entrada, há uma placa de bronze, se vocês puderem, vão ver em Pedra Lisa. Não sei se retiraram a placa, ficou muitos anos ali.

[...] Para que serve a terra? Naquela época, visitávamos as áreas, mas não criticávamos as pessoas. Perguntávamos: “Fulano, por que você não plantou nada aqui? Falta dinheiro para comprar semente? Ou você não está animado?” Não brigávamos com a pessoa, conversávamos. A pessoa dizia “Ah, porque isso, aquilo...” E respondíamos, “Pois é, mas estamos fazendo a primeira visita hoje. Esperamos que daqui a 6 meses, se voltarmos aqui, isso esteja produzindo alguma coisa, se não, não adianta morar nessa área.” (Bráulio Rodrigues da Silva. Entrevista concedida a Marcos Aquino e Maria Carolina Amendolara, em 12 de maio de 2014 — Iterj).

De acordo com Sheila Copello, a luta pela desapropriação das terras em Pedra Lisa iniciou-se no início dos anos 1960, pelo governador Roberto da Silveira, com uma linha de ação mais direta, por meio da

criação do Plano de Ação Agrária, em fins de 1959, que promoveu a desapropriação de algumas glebas, incluindo nesse processo Pedra Lisa. Contudo, tais medidas, oriundas do governo estadual, foram impactadas com a criação, em outubro de 1962, da Superintendência de Política Agrária (Supra)¹⁶ no governo João Goulart, subordinada ao Ministério da Agricultura. Nos anos seguintes, observam-se mudanças na condução da política agrária por parte do governo federal, especialmente com a extinção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra)¹⁷, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e do Grupo Executivo de Reforma Agrária (Gera)¹⁸, após a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em julho de 1970, através do Decreto-Lei n.º 1.110 que estaria vinculado ao Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro, 1991, p. 99).

Qual foi o impacto da mudança do controle da política agrária para as áreas rurais? Gabriel Bastos assinala que, ainda em 1964, até mesmo

¹⁶ A Supra foi criada através da Lei Delegada n.º 11, de 11 de outubro de 1962, no governo Goulart, subordinada ao Ministério da Agricultura, e passou “a colaborar na formulação da política agrária do país, além de planejar, promover e executar medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional, sanitária e outras de caráter administrativo” (Rio de Janeiro. **Atlas fundiário do Rio de Janeiro**. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (Seaf). Rio de Janeiro, 1991, p. 98).

¹⁷ Conforme aponta a Seaf, “na mensagem que encaminhava ao Congresso Nacional o Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, o general Castelo Branco esclarecia que seria criado, no lugar da Supra, um novo órgão executor da reforma agrária. Tratava-se do Ibra, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, subordinado diretamente ao presidente da República”. Essa mudança na concepção do Governo militar decorreria por virtudes demagógicas e ineficazes que teria comprometido a modernização da estrutura agrária do país. Contudo, após sucessivos decretos estabelecidos pelo Ibra, sua importância foi-se fenecendo e, em 25 de fevereiro de 1967, através do Decreto-Lei n.º 200, assinado pelo general Castello Branco, o órgão que, até então, era diretamente vinculado à Presidência da República ficou subordinado ao Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro. **Atlas fundiário do Rio de Janeiro**. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (Seaf). Rio de Janeiro, 1991, p. 99).

¹⁸ O objetivo era acelerar a reforma agrária e, para isso, em 15 de maio de 1969, o Decreto-Lei n.º 582, cria o Gera, que atuaria como órgão máximo consultivo e deliberativo para assuntos pertinentes à reforma agrária. Porém, em 10 de setembro de 1969, o Ibra seria subordinado ao Gera, através do Decreto n.º 65.130, assinado pela Junta Militar. Todas essas mudanças teriam como desfecho a criação do Incra, em julho de 1970, através do Decreto-Lei n.º 1.110, que extinguiu o Ibra, o Inda e o Gera. O Incra estaria vinculado ao Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro **Atlas fundiário do Rio de Janeiro**. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (Seaf). Rio de Janeiro, 1991, p. 99).

a reorganização da Sociedade de Lavradores de Pedra Lisa foi impedida de reunir seus membros. Haveria uma reunião, contando com a presença de mais de 100 pessoas, que foi denunciada à unidade do exército em Deodoro, que enviou tropas ao local. Endossando a situação repressora, Carneiro e Cioccarì relatam através de depoimento colhido por Bráulio Rodrigues no momento do golpe civil-militar, quando este se encontrava em Pedra Lisa e acompanhava pelo rádio a notícia da deposição de Jango, que estava deixando o país. Tal deposição foi uma surpresa, segundo Bráulio, para os da roça:

Nós estávamos nos preparando para o contragolpe. E não éramos só nós em Pedra Lisa: havia muitos outros setores no campo na mesma situação. [...] Pois não deu outra coisa: saí e, em 40 minutos, chegou um monte de pessoas procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era polícia. Eram justamente essas pessoas, ligadas a grileiros, que aproveitaram o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país (Carneiro; Cioccarì, 2010, p. 182 e 183).

De acordo com Gabriel Bastos, a situação tornou-se novamente crítica nos anos 1970 e nos anos subsequentes, à medida que se intensificavam as pressões com o objetivo de expulsar os posseiros que ainda permaneciam em Pedra Lisa (Bastos, 2018, p. 150). Ele acentua que nesse contexto

[...] o apoio da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu e o envio de relatório às autoridades, o despejo foi sustado, mas as posses não foram legitimadas. Um total de 35 famílias, entre 1973 e 1974, foram expulsas e indenizadas com pequenas importâncias. As terras estavam sendo apropriadas por *grileiros* notórios, como, por exemplo, Sebastião Ferreira da Silva, vulgo Capixaba, criador de gado (Levantamento de Conflitos de Terras. Arquivo Fetag/RJ. Junho de 1981. NMSPP/srSC.frj.c – Pasta II). (Bastos, 2018, p. 157–158, grifo do autor).

Com base nos documentos da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), Gabriel Bastos relata

que, em 1978, 42 famílias — de um total de 242 pessoas da Fazenda Boa Esperança — receberam notificação de que deveriam desocupar a área num prazo de 30 dias, porque ela havia sido cedida pelo governador do estado, almirante Faria Lima, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), através do processo E-12/5942/77. Cria-se que a fazenda havia sido desapropriada pelo governador Roberto da Silveira, em 1960, por interesse social, ocupada por culturas permanentes, lavoura branca e criação de pequeno porte. Entretanto, ela ainda era propriedade do estado (Copello, 1983 *apud* Bastos, 2018, p. 157).

A notificação expedida em 6 de setembro de 1978 pelo diretor geral do Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado, Almir Laversweiler de Moraes, endereçada ao sr. Antônio, localizado na antiga Fazenda Normandia, evidencia a sustação de áreas que haviam sido desapropriadas anteriormente e, em decorrência disso, muitos posseiros passaram a receber ameaças para desocupar as glebas.

O exmo. sr. governador, por despacho de n. 24.878, exarado no processo E-12/5942/77, resolveu determinar a desocupação do próprio estadual constituído da área da antiga Fazenda Normandia e situado na Estrada de São Pedro, em Engenheiro Pedreira, 6º Distrito do Município de Nova Iguaçu.

Em consequência, fica V.Sa. NOTIFICADO de que deverá entregar o terreno que ocupa em dita área, inteiramente vazio, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob aviso a este Departamento.

A falta de atendimento da presente notificação, no prazo assinado, importará no ajuizamento da ação cabível, ocorrendo exclusivamente por conta de V.Sa. as despesas judiciais ou extrajudiciais daí decorrentes, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação em vigor. (Serviço Público Estadual, Secretaria de Estado de Justiça, 1978 *apud* Copello, 1983, anexo 4).

Nos anos 1980, essa irradiação adquiriu maior notoriedade à medida que a desmobilização no período pós-golpe foi superada. Observa-se a politização das ocupações que passam a ser reivindicatórias, desde a

década de 1960, aglutinando “solidariedade e o apoio de setores urbanos e de parlamentares, fundamentais para o sucesso das lutas” (Grynszpan, 2009, p. 46), com o apoio de órgãos como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o papel desempenhado pelas lideranças camponesas em Nova Iguaçu, somados ao apoio que recebiam da Diocese de Nova Iguaçu, sob a liderança do bispo d. Adriano Hypólito¹⁹ (Bastos, 2018, p. 152).

Observa-se que outros conflitos e a retomada de mobilizações camponesas e de expropriações por parte do Estado tornam explícita a tensão na década de 1980, quando encontramos novos registros. Temos um caso específico em Pedra Lisa, em que o impetrante aciona a justiça para comprovar a titularidade das terras ocupadas, emitindo documentos que demonstram as atividades agropecuárias da empresa rural na Fazenda Paraíso.

Sr. Sebastião Ferreira da Silva [...] proprietário da Fazenda Paraíso, estabelecida à estrada de Jaceruba, km 64 — Japeri — Nova Iguaçu —, inscrita no Cadastro de Produtores Agropecuários da Secretaria de Fazenda sob o n.º 75.029.012, é um dos titulares fornecedores de leite há mais de 25 (vinte e cinco) anos e nos últimos 10 (dez) anos é um dos maiores fornecedores de leite do Município para o nosso estabelecimento.²⁰

Em outro documento encontramos os autos da ação de reintegração de posse contra a incursão de invasores à propriedade rural do impetrante, resguardada por medida liminar, decorrência da qual foi editado o decreto desapropriatório para garantir o

¹⁹ Sobre o trabalho pastoral de D. Adriano Hypólito e as ações repressoras sofridas pela Diocese no âmbito do regime militar ver: GOMES, Alexander de Souza. **Religião-Política**: construção da memória de D. Adriano Hypólito. Curitiba: Editora Appris, 2017.

²⁰ Arq. ITERJ. Assentamento Campo Alegre. Município de Nova Iguaçu. Pasta Outros Projetos. Caixa 28.

assentamento de parceiros. Observa-se que tal documento propõe ação sumária de manutenção de posse e requer interdito contra Laerte Rezende Bastos²¹, Bráulio Rodrigues da Silva e outros posseiros, domiciliados na Fazenda Paraíso, que é mais conhecida como Fazenda Capixaba. Nesse documento consta que essa fazenda “foi invadida por mais de 40 homens, tendo como líderes os srs. Laerte e Bráulio, todos possuindo foices, enxadas, machados, paus e toda sorte de apetrechos, invadindo domicílios caseiros e iniciando medidas para divisão das mencionadas terras”.²²

A reportagem do **Jornal do Brasil** noticiou a problemática social na região: “Dona Maria da Conceição, uma lavradora de 55 anos, diz que sempre viveu na fazenda, juntamente com mais de 100 famílias que plantavam banana. Segundo ela, na época, ninguém se declarava proprietário dessas terras, e Sebastião Ferreira cercou as terras e expulsou muitas famílias.” (**Jornal do Brasil**, de 21 de janeiro de 1986.)

A mobilização camponesa conseguiu, junto às autoridades, suspender decretos de reintegração de posse e despejo. De acordo com o noticiário do **Jornal do Brasil**, cerca de 50 famílias ocuparam 40 alqueires de terra da Fazenda Capixaba na madrugada do dia 27 de janeiro de 1986. Por quatro meses, a Associação de Lavradores de Pedra Lisa e Jaceruba planejou a ocupação, fazendo levantamentos de

²¹ Laerte Bastos atuou na organização de diversas ocupações no estado do Rio de Janeiro. Filiou-se ao PCB e foi fundador do Núcleo Agrícola Fluminense e antigo líder dos trabalhadores na comunidade de Campo Alegre (RJ) e de outras lutas na Baixada Fluminense. Laerte Bastos atuou também na formação do mutirão urbano de Nova Aurora, em Belford Roxo, e na criação do Assentamento Rural de Campo Alegre, em Nova Iguaçu/Queimados. O golpe militar de 1964 encontrou Laerte lutando por terra e moradia na Baixada Fluminense. Ele foi preso e torturado. Mesmo assim não desistiu. Na década de 1980 aproximou-se de Leonel Brizola, então governador do estado do Rio de Janeiro, pela sensibilidade de seu governo em relação à questão agrária, chegando a ser vice-prefeito de Nova Iguaçu e deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT. (Arquivo ITERJ. Projeto Memórias. Biografia de Laerte Bastos, 2015).

²² Arq. Iterj. Assentamento Campo Alegre. Município de Nova Iguaçu. Pasta Outros Projetos. Caixa 28.

documentos da área, certificando-se que esta pertencia ao estado (**Jornal do Brasil**, 28 de janeiro de 1986).

O mesmo **Jornal do Brasil** noticiou, dias antes dessa ação policial, a seguinte matéria:

Por força de um decreto proposto pelo ministro Nelson Ribeiro e assinado pelo presidente José Sarney, os 2 mil 780 quilômetros quadrados da Fazenda Boa Esperança, em Nova Iguaçu, foram declarados área prioritária para fins de reforma agrária e estão sendo entregues à administração do INCRA para o assentamento definitivo de 61 famílias em lotes individuais (**Jornal do Brasil**, 11 de março de 1986).

Todavia, tendo sido comprovada a titularidade da propriedade, a ação policial foi acionada pelo juiz de direito José Magalhães Peres, em 21 de março de 1986, destinada ao sr. comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Porém os conflitos continuaram na região, mobilizando os trabalhadores rurais e exigindo das autoridades providências. Em 30 de outubro de 1986 foi expedido o Ato de Desapropriação n.º 9.330, que propiciou o desencadeamento de procedimento expropriatório da Fazenda Paraíso, em Pedra Lisa, Japeri, esta constituída como empresa rural, proclamada com finalidade agrária. Tal decreto revogou o Decreto n.º 8.952, de 7 de maio de 1986, dando abrangência desapropriatória à vasta área de terras que engolfa a Fazenda Paraíso, da titularidade do impetrante, localizada no 6º distrito do município de Nova Iguaçu, sob pretexto de “implantação de um projeto de Fazenda Experimental”.²³

De acordo com Leonilde Servolo de Medeiros, as ações de violência e seus desdobramentos após o golpe de 1964, em que os proprietários de terras e grileiros se apropriaram do discurso da luta contra a subversão para expropriar os lavradores de suas terras, foi instrumentalizado

²³ Arq. ITERJ. Assentamento Pedra Lisa. Assunto: Diretoria de Regularização Fundiária. Caixa 1.

como método de reação provocando medo, se interiorizou e inibiu as formas de resistência e organização camponesa. Todavia, algumas formas de resistência local se verificaram (Medeiros, 2018, p. 69).

Uma reportagem de **O Globo** mereceu a seguinte manchete: “Amaral tem no primeiro dia caso de desapropriação para resolver”. Ela revelava que o vice-governador Francisco Amaral²⁴ recebeu a visita de trabalhadores rurais de Vila de Cava e Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, e de Itaitindiba, em São Gonçalo, que foram denunciar despejos e cobrar a garantia do novo governo de que manteria os atuais processos de desapropriação. Segundo a reportagem, Francisco Amaral prometeu dar resposta no outro dia, quando os agricultores fariam manifestação diante do Palácio Guanabara (**O Globo**, Resenha de jornais e revistas, 18 de março de 1987).

O veículo de comunicação **Jornal dos Sports** informou que:

O Secretário de Promoção Social, Francisco Amaral, já está providenciando a sustação da liminar judicial de despejos das 180 famílias de trabalhadores rurais de Pedra Lisa e Vila de Cava, em Nova Iguaçu, segundo informou, ontem, o Secretário de Governo Paulo Rattes ao atender, em seu gabinete, no Palácio Guanabara, vários posseiros da área rural do Estado.

Os posseiros compareceram ao Palácio carregando faixas e dispostos a ficarem acampados até que obtivessem uma resposta do Governo. Para a contenção da violência policial que os tem atingido nas últimas semanas devido a despejos das terras onde trabalham. [...]

Paulo Rattes disse ainda que é preciso um levantamento da situação judiciária das posses e se realmente as terras serão utilizadas para produzir. O Chefe do Gabinete da Secretaria da Promoção Social, Vicente Loureiro, lembrou que o Secretário, Francisco Amaral, está disposto a fazer uma visita às áreas dos “sem-terra”, juntamente com o Governador para verificar as

²⁴ Francisco de Assis Martins Amaral, conhecido como Francisco Amaral (1933-2020), advogado e político brasileiro, foi prefeito de Nova Iguaçu, deputado estadual do Rio de Janeiro por dois mandatos consecutivos e interventor na Prefeitura de Nova Iguaçu (1988), vice-governador do estado do Rio de Janeiro (1987-1991) e magistrado do Tribunal de Justiça do Rio Janeiro (TJ-RJ). Depois de aposentar-se da Magistratura, atuou como advogado e professor de Direito na Universidade Nova Iguaçu (Unig).

condições das famílias (**Jornal dos Sports**: Resenha de jornais e revistas — RJR, 20 de março de 1987).

O caso de desapropriação de terra para fins de utilidade pública, em Pedra Lisa, demonstra como a luta dos grupos oprimidos adquiriu notoriedade no campo político, criando ressonância no campo jurídico, obrigando as autoridades a estabelecerem a regularização da área ocupada por meio da expedição de decretos de desapropriação. Em contrapartida, a violência, um estrato dos problemas que permearam os conflitos agrários na região, não cessara nesse período, como noticiaria o jornal **Tribuna da Imprensa**:

O presidente da Associação do Mutirão de Vila de Cava, Vicente Souza Filho, informou que, ontem pela manhã, o Padre Geraldo, da paróquia de Queimados e mais alguns moradores, foram detidos por policiais na casa de um posseiro, enquanto se processava um despejo. Os sem-terra também pediram que seja investigada a morte de um posseiro no Sítio Céu Azul, em Pedra Lisa. Eles suspeitam que o lavrador tenha sido assassinado por jagunços de um latifundiário da região, um deles conhecido como Capixaba (**Tribuna da Imprensa**, 20 de março de 1987).

Considerações finais

A pesquisa evidenciou que, indubitavelmente, as questões que permeiam as relações de propriedade no Brasil encontram-se inseridas numa lógica de dominação que ao longo da história contribuiu para legitimar os interesses dos grupos dominantes, que por meio da instrumentalização da força, da hierarquização social e da penetração de valores imbuídos de premissas conservadoras buscam manter o controle da sociedade. Nesse sentido, como enxerga Josep Fontana, cabe a interrogação do cientista social, que é interpretar como essas relações são conduzidas por forças e coerção que vão condicionando a intervenção humana no espaço físico no espaço-tempo (Fontana, 2000, p. 9).

Sublinha-se, nesta pesquisa, que a análise dos direitos de propriedade e do poder inseridos num constructo relacional torna explícitos os interesses dos grupos sociais em disputa e, por isso, a propriedade é vista como relação social. Se, por um lado, a usurpação dos grupos dominantes, permeada de ações agressivas de cunho autodefensivo, alimenta a desigualdade, por outro, ações simétricas, mesmo em desvantagem, são utilizadas pelos grupos desfavorecidos como forma de agressão autodefensiva (Fernandes, 1976, p. 278). É nesse contexto que se detecta o recrudescimento de conflitos nas áreas rurais. Todavia, percebe-se que, no bojo de uma sociedade com alto grau de hierarquização, as ações de autodefesa por parte dos grupos subalternos são repudiadas e enquadradas pelos detentores do poder como violação e desvio das normas instituídas.

A questão agrário-fundiária em Pedra Lisa, Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), traz evidências empíricas que revelam que a luta pelo acesso à terra reverberou-se na esfera política, criando ressonância no campo jurídico, através da expedição de decretos de desapropriação de terra para fins de utilidade pública. Se para o latifundiário a propriedade é um direito absoluto e, assim, favoreceria seus interesses privatistas, para o pequeno produtor sua compreensão se pautaria pela “necessidade”, postulando ser a terra um bem social e, portanto, direito de todos. Essas interpretações distintas promoveriam tensões no âmbito legal por haver discrepâncias entre o entendimento jurídico constituído pelo ordenamento de normas legais e o ser da realidade social.²⁵

²⁵ As análises de Edward Palmer Thompson sobre os conflitos entre agricultores simples e a burocracia da floresta na Inglaterra, com a vigência da “Lei Negra” em 1723 se explicitam os conflitos entre as formas de propriedade, noções de direito ao uso da terra e seus produtos no período. Em sua concepção, a “Lei Negra” foi colocada em prática para punir as ações camponesas, e expressaria os interesses burgueses de uma aristocracia comercial e agrária ávida por reprimir os costumes pré-capitalistas que traziam

De acordo com Quintans *et al.* (2019, p. 264), as disputas por terra se devem ao processo histórico de apropriação da terra no país, que manteve a concentração fundiária e excluiu do acesso à terra parcela considerável da população. Esse processo foi agravado no período da ditadura empresarial-militar (1964–1985), termo como tais autores a definem, por meio da “modernização conservadora” da agricultura, incrementando empresas rurais e não efetivando a política de reforma agrária prevista no Estatuto da Terra de 1964²⁶. Para Adriana Vianna, são as violações de direitos que produzem as possibilidades de organização dos atores sociais envolvidos nas disputas, “seja como demandas politizadas e/ou judicializadas, como denúncias e projetos de alteração do acesso a bens sociais, políticos e simbólicos, ou ainda como espaço de articulação de coletividades” (Vianna, 2013, p. 29).

Explicita-se, assim, que o aguçamento de tensões no campo incorreu, na maior parte dos casos, pelo entendimento de que os instrumentos normativos funcionam como mecanismo de autodefesa do Estado, manutenção do *status quo* de determinados grupos e controle social daqueles que não têm acesso à terra. Porém o ritmo das ocupações de terra que recrudesceram no final dos anos 1970 e, especialmente, nos

obstáculos ao seu enriquecimento. Para Thompson, essa lei seria uma “lei má, formulada por maus legisladores e ampliada pelas interpretações de maus juízes” (Thompson, 1997, p. 359).

Fica evidente, também, para Thompson, que as questões jurídicas e suas decisões no âmbito da lei exprimem relações de poder que, na maior parte das vezes, beneficiam grupos poderosos ao tornar crime práticas econômicas que representavam a sobrevivência de famílias inteiras que dependiam dos produtos das florestas. Dessa forma, o que se constata é que tais decisões jurídicas não levaram em conta a “lei da necessidade” dos grupos menos favorecidos. Da mesma maneira, é o que se visualiza na interpretação de autoridades e latifundiários das glebas ocupadas em Pedra Lisa, por meio da cunhagem de termos para descrever os lavradores: “invasores de terra”, “bandidos”, “aliciadores” entre outros, com o objetivo de criminalizar aqueles que lutam pelo direito da posse e ocupam terras improdutivas.

²⁶BRASIL. **Lei n.º 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 31 jul. 2022.

Rio de Janeiro (Estado). **Atlas fundiário do Rio de Janeiro**. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (Seaf). Rio de Janeiro, 1991.

anos 1980, promoveram interferências, funcionando como mecanismo de pressão social junto às autoridades competentes para solucionar impasses e promover a desapropriação das áreas ocupadas, trazendo a questão agrária para a pauta política.

Ressalta-se que a análise dos documentos pertinentes aos assentamentos rurais de Nova Iguaçu e aos conflitos agrário-fundiários permitiu não apenas mapear as zonas de conflito e os ditames legais que regulamentam os direitos de propriedade, mas também possibilitou observar a maneira como os lavradores acionaram mecanismos de autoproteção e preservação para garantir a manutenção da posse da terra. Por um lado, detecta-se a organicidade de fazendeiros, imbuídos do aparato judicial que, de certa forma, favorecem suas atitudes, movimentos e privilégios políticos e econômicos; por outro, vemos movimentos de oposição que contestam a lógica de dominação impressa na concentração do latifúndio, como assinala o **Boletim Informativo da Diocese de Nova Iguaçu**: “A causa da violência não está nos padres ou nos posseiros. Está no coração dos poderosos, que protegidos pela Justiça se lançam contra os trabalhadores.”²⁷

Referências

Fontes primárias

Arq. Cedim. Repositório Institucional do IM/UFRJ — Campus Nova Iguaçu. **Jornal da Baixada**. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/88>
Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁷ Informativo da Diocese de Nova Iguaçu (1983–1984), Secretariado Diocesano de Pastoral. Ano 7, n. 5, jan. 1984, p. 88.

Arq. Cedim. Repositório Institucional do IM/UFRRJ — Campus Nova Iguaçu. Campo Alegre, p. 376. Disponível em: <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/4336>. Acesso em: 19 mar. 2021.

Arq. Iterj. Assentamento Campo Alegre. Município de Nova Iguaçu. Pasta Outros Projetos. Caixa 28.

Arq. Iterj. Projeto Memórias. Biografia de Laerte Bastos, 2015.

Arq. Iterj. Assentamento Campo Alegre. Município de Nova Iguaçu. Pasta Outros Projetos. Caixa 28

Arq. Iterj. Assentamento Pedra Lisa. Assunto: Diretoria de Regularização Fundiária. Caixa 1.

Obras de referência

Cartilha

Informativo da Diocese de Nova Iguaçu (1983-1984), Secretariado Diocesano de Pastoral. Ano 7, n. 5, jan. 1984, p. 88.

Jornais

Jornal da Baixada, 1979, n.º 5, p. 3.

Jornal do Brasil, de 21 de janeiro de 1986.

Jornal **O Globo**, Resenha de jornais e revistas, 18 de março de 1987.

Jornal dos Sports, Resenha de Jornais e Revistas — RJR, 20 de março de 1987.

Jornal **Tribuna da Imprensa**, 20 de março de 1987.

Jornal do Brasil, 28 de janeiro de 1986.

Jornal do Brasil, 11 de março de 1986.

Obras gerais

Livros

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo:** camponeses torturados, mortos e desaparecidos - Brasil 1962-1985. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, dez. 2010.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da história geral.** Paraná: EDUSC, 2000.

GOMES, Alexander de Souza. **Religião-Política:** construção da memória de d. Adriano Hypólito. Curitiba: Appris, 2017.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos.** Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIO DE JANEIRO. **Atlas fundiário do Rio de Janeiro.** Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (Seaf). Rio de Janeiro, 1991.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

_____. **Senhores e caçadores:** a Origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. Coleção Oficinas da História. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Periódicos

FERREIRA, Álvaro Mendes. Ocupações de terra e políticas agrárias no estado do Rio de Janeiro: a trajetória do assentamento de Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados).

Revista IDEAS — Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1–26, jan./dez. 2021.

GRYNSZPAN, Mario. Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.146–167, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/6901>. Acesso em: 15 abr. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Revista Contemporânea*, Historia y problemas del siglo XX, ano 2, v. 2, p. 209–217, 2011. Disponível em: <http://www.geipar.udelar.edu.uy/index.php/2017/05/06/ensayo-bibliografico/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SIGAUD, Lígia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 107–142, 2008.

Parte de livros

BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos rurais em Nova Iguaçu: pontes entre o passado e o presente. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

CALIL, Gilberto Grasse. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. GOMES, Alexander de Souza. Desapropriação de terra no estado do Rio de Janeiro: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra no Assentamento Rural de Nova Iguaçu, Pedra Lisa: 1978–1986). In: CALDAS, Marcos José de Araujo; GERACE, Antonio (orgs.). **O desvio e a norma: diálogos entre Direito e História**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional - Publicações NEC-FBN, 2024.

GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Volume 1.** Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo; São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2018. MONIZ, Fabio Frohwein de Salles. Apresentação. In: CALDAS, Marcos José de Araujo; GERACE, Antonio (orgs.). **O desvio e a norma: diálogos entre direito e história.** Rio de Janeiro: Publicações NEC-FBN, 2024. MOTTA, Márcia Maria Menendes. A grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia; PINERO, Theo Lobarinhas (orgs.). **Voluntariado e universo rural.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana *et al.* Poder Judiciário e reforma agrária: as ações de desapropriação no Judiciário fluminense. In: **A reforma agrária e o sistema de justiça.** Brasil, Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília: MPF, 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/nossaspublicacoes/a-reforma-agraria-e-o-sistema-de-justica-2019>. Acesso em: 25 jul. 2022

VIANNA, Adriana (org.). **O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades.** Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

Teses, dissertações e monografias

AGUIAR, Eduardo Jordan da Silva. **Educação popular, resistência e memória camponesa: o caso de Pedra Lisa na Baixada Fluminense.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) — Instituto de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

COPELLO, Sheila Gutierrez. **Conflitos de posseiros rurais em áreas periféricas urbanas:**

Nova Iguaçu, 1983. Monografia — Instituto de Geociências, Departamento de Geografia da UFRJ, Rio de Janeiro, nov. 1983.

GOMES, Alexander de Souza. **Conflitos de terra nos assentamentos rurais de Nova Iguaçu e a mediação das Pastorais Sociais no bispado de d. Adriano Hypólito.** 2022. 399 p. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2022.

Documentos legais

BRASIL. Presidência da República. **Reforma agrária:** compromisso de todos. Governo de Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 1997. Disponível em: <https://www.biblioteca.agptea.org.br/administracao/legislacao/livros/REFORMA%20AGRARIA%20COMPROMISSO%20DE%20TODOS.pdf> Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 31 jul. 2022.

ITERJ (INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO). **Terras devolutas e terras arrecadadas.** Disponível em: http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/terras-devolutas. Acesso em: 18 jul. 2022.

ITERJ (INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO). **Institucional.** Disponível em http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/sobre. Acesso em 03 mar.2025.

Entrevistas

Bráulio Rodrigues da Silva. Entrevista concedida a Marcos Aquino e Maria Carolina Amendolara, em 12 de maio de 2014 — Iterj.

Laerte Bastos. Arquivo Iterj. Projeto Memórias. Biografia de Laerte Bastos, 2015.

9

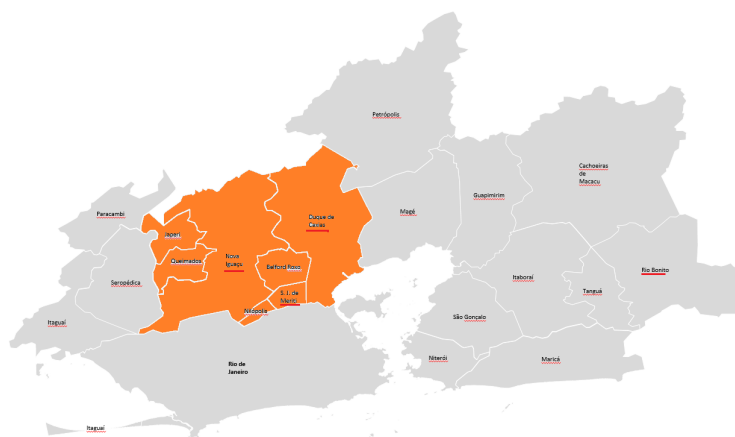
SUGESTÕES DE USOS NA SALA DE AULA

Lucia Silva

A proposta deste capítulo é incentivar um conjunto de atividades docentes, para que, junto com os estudantes das redes de ensino da Baixada, em especial a de Nova Iguaçu, a História Ensinada seja compreendida como parte do conhecimento produzido pela própria História. Com a sensibilidade de reconhecer que História e História Ensinada têm o mesmo ponto de partida, na medida em que estabelecem as mesmas engrenagens da oficina histórica (afinal ambas são narrativas), mas que se desenvolvem em direções cognitivas diversas, principalmente porque o conhecimento produzido pelos estudantes utiliza a História como referência e incorpora também outros saberes, ainda assim é possível afirmar que eles constroem um tipo de conhecimento histórico.

Aproximar o estudante de sua realidade social distanciando-o do senso comum é tarefa dos profissionais de História. Uma das possibilidades desse exercício é inserir em seu cotidiano a pesquisa, como instrumento de construção de uma consciência/pensamento histórico, através de um conjunto de atividades intelectuais em sala de aula. É com esse objetivo que se seguem as sugestões neste capítulo.

O município de Nova Iguaçu é o cenário que atravessa todos os capítulos. A primeira consideração a ser feita é em relação à extensão do que era o município. Ainda que o período abordado nos capítulos seja a segunda metade do século XX, é interessante mostrar aos estudantes que o atual município ocupa menos da metade do que ocupava no século XIX, como mostra o mapa a seguir.



Fonte: Mapa extraído de Silva (2022)¹

Todos os capítulos, sem exceção, referem-se a Nova Iguaçu, mas o que atualmente ocupa o município era uma parte do que ocupava na década de 1940 e muito menor do que era no século XIX. Dessa forma pode-se compreender através do processo de desmembramento dos inúmeros municípios a transformação da região da Grande Iguaçu, o que hoje se denomina genericamente de Baixada Fluminense, no atual quadro político-administrativo da Região Metropolitana. A Bayer, por exemplo, localiza-se no município de Belford Roxo, mas quando foi fundada situava-se em Nova Iguaçu.

Articular a ideia de extensão do município às mudanças de seu tamanho, seja pela história da conjuntura política que permeou as emancipações, seja pela dinâmica de ocupação e de desenvolvimento econômico, possibilita analisar o desmembramento dos municípios à luz dos conceitos de *Baixada Fluminense* e *Periferia*, além dos conteúdos trabalhados no currículo escolar.

¹ SILVA, Lúcia. Três Histórias de chuva. In: RAMOS, D. A. L.; ALCANTARA, D. P. (orgs.). **Territorialidades, políticas e sustentabilidade**: agenda e questões contemporâneas. Ponta Grossa : Atena, 2022.

Com essa abordagem, por exemplo, a Lei dos Municípios de 1828 pode ser utilizada para trabalhar as relações políticas da Grande Iguaçu no contexto das Regências para reforçar a atuação de personagens iguaçuanos na história mais ampla do Império, como na tutoria de Pedro II (não se deve esquecer que o Marquês de Itanhaem era iguaçuano) ou a posição estratégica do município dentro da logística do escoamento do café. Da mesma forma que o fim da ditadura civil-militar deve ser arregimentado para pensar as inúmeras emancipações ocorridas no final do século XX.

Uma grande discussão pode ser feita, articulada aos textos, envolvendo os conceitos de *Região Metropolitana*, *Periferia* e *Baixada Fluminense*, para pensar História Regional. A História Regional é uma forma de abordagem, e os problemas, os temas e as diversas metodologias que arregimentam os demais campos da História (econômica, política, social e cultural) são os mesmos trabalhados por ela, mas, diferentemente das outras, essa abordagem está atrelada a um recorte espacial específico, a região.

A geografia tem longa tradição de discussão sobre região, e esta não passa pelo recorte físico-espacial, ainda que a tenha como substrato, na medida em que o recorte que determinará a constituição de uma região faz-se a partir da escolha de um olhar específico de quem está configurando. É por isto que Baixada Fluminense como região pode ter várias configurações territoriais.

Região Metropolitana, *Periferia* e *Baixada Fluminense* são conceitos diferentes para lerem realidades que ocupam o mesmo espaço. O conceito *Região Metropolitana*, cujo pressuposto é o fato social e econômico que se assenta na dinâmica da metrópole, vista como polo de atração e/ou dominação de um grande espaço de produção e consumo, tem como contrapartida a existência da *Periferia*; já *Baixada Fluminense*

foi um termo que surgiu no último quartel do século XIX associado aos projetos de saneamento. O nome que mais tarde viraria conceito, na medida em que serviu para dar inteligibilidade a uma realidade, está intimamente ligado à expansão das linhas férreas e aos projetos de saneamento promovidos pelo governo federal, possibilitando efetivamente que grande parte do solo pudesse ser apropriada pelos grupos sociais existentes na região.

O termo Baixada foi popularizado pelo outro, ou seja, por quem não era do lugar, para designar uma determinada porção de terra com imagens negativas; embora a população migrante que ali chegou a tenha transformado em seu, não como conceito único, mas como um campo de possibilidades de ação dos muitos sujeitos.

Periferia e Baixada são dois conceitos que auxiliam a conformação de região com dinâmicas históricas diferenciadas. A primeira ratificando a existência de um centro, polo dinamizador, catalisador de recursos e organizador de políticas; o segundo é mais complexo por sua fluidez em função da pouca discussão historiográfica acerca de seu significado². “Baixada Histórica”, “Baixada Política”, “Baixada Ampliada” e “Grande Iguaçu” são termos utilizados para dar conta das múltiplas realidades e temporalidades existentes no território que a História Regional tem por objeto. História Regional contempla a incorporação do dado material, entretanto, desloca-se para o espaço vivido, composto de muitos grupos sociais com dinâmicas (socio-político-econômico-culturais) diferentes.

² Há dois trabalhos que se dedicam de forma profunda a essa discussão. São eles: SIMÕES, Manoel Ricardo. **Cidade estilhada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2007; e MARQUES, Alexandre. *Baixada Fluminense: da conceituação as problemáticas sociais contemporâneas*. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias, ano 4, n. 6, abr. 2006.

Com base nessa discussão e levando-se em consideração a rotina dos trabalhos realizados pela História Escolar, foram pensadas algumas atividades, todas conhecidas pelo professor em sala de aula. Dessa forma, a História da Baixada pode ser inserida, através de alguns temas, no conteúdo programático da educação básica da região.

Sugestões de atividades

Capítulo 1

O primeiro capítulo insere-se no campo da História Política institucional. Dessa forma, são privilegiados os partidos, a conformação do Executivo e suas relações com o Legislativo para o entendimento da política municipal no contexto da ditadura civil-militar instaurada após o golpe de 1964.

Para além da própria história política municipal contida no texto, é possível trabalhar com os conceitos de *Executivo*, *Legislativo*, *Partidos* e o da própria *Ditadura* dentro de conteúdos como Revolução Francesa ou o contexto do bipartidarismo da ditadura pós-64, ou mesmo através de discussões sobre a divisão de poderes ou sobre o panorama político atual. Aqui será dada a sugestão de uma oficina cujo eixo é o próprio texto.

Sugestão de atividade

Oficina: Política e cidades da Baixada.

Descrição da oficina

Trata-se de uma atividade que comporta uma hora-aula, articula os nomes de ruas das cidades às biografias dos políticos locais.

Objetivo

A oficina tem como objetivo central a compreensão da atuação dos políticos (principalmente os municipais) que dão nome às diversas ruas

dos municípios da região, além da identificação das várias formas de atuação política dos homenageados (líderes de bairro, sindicais, de associações culturais etc.).

Atividade

Os estudantes em grupo devem levantar os nomes das principais ruas do seu município. No dia da atividade, a professora pedirá então que os grupos façam um quadro como o do modelo a seguir, lendo o texto e associando os nomes pesquisados. (Há em anexo nomes das principais ruas e uma pequena biografia dos homenageados). O tamanho do quadro dependerá do quanto for levantado.

Nome da rua	Localização	Contexto político	Atuação política
Arruda Negreiros	Nova Iguaçu Duque de Caxias Belford Roxo Japeri São João de Meriti	Redemocratização Populismo	Prefeito de Nova Iguaçu (1947-51) pela UDN e de 1959 a 1963 pela UDN
Nilo Peçanha	Nova Iguaçu Duque de Caxias Mesquita Nilópolis São João de Meriti	República Velha	Presidente da República Governador Senador

Conteúdos

História política do Brasil republicano. História política local. Ditadura militar.

Estratégias

O levantamento das ruas deve ser em grupo, seguindo a dinâmica de colocar no quadro todos os nomes mencionados. O (a) professor (a) deve então separar os que são políticos institucionais, como vereadores, prefeitos, governadores, deputados federais, deputados estaduais e

presidentes. Provavelmente aparecerão líderes comunitários e políticos de outras regiões, ainda que em menor número (ex.: Kennedy). Esses nomes poderão constituir um repertório de discussão (Por que eles são nomes de ruas? Qual a importância deles para Nova Iguaçu e/ou para História/História Local?).

Colocados os nomes no quadro, os estudantes vão procurá-los no texto. O (a) professor (a) só deve colocar no quadro aqueles que são citados no texto. Ao término do quadro, a turma conhecerá os principais personagens políticos que atuaram em Nova Iguaçu naquele período. O objetivo da oficina é a percepção de que os nomes de ruas dos diversos municípios estão ligados à História de Nova Iguaçu e, de maneira geral, à História do Brasil.

Bibliografia complementar

Para o (a) professor (a):

- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e abertura**. Rio de Janeiro: Ed Record, 1998.
- FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Ed Record, 2004.
- SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

Para os estudantes:

- CALDEVILLA, Vinicius; LOCONTE, Wanderley. **A ditadura no Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008 (Coleção Por Dentro da História).
- CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Editora: Moderna, 2001 (Coleção Polêmica).

Capítulo 2

O segundo capítulo ainda está no campo da História Política. Deve-se deixar claro que não é a história da Igreja Católica, e muito menos ajuizamento de sua atuação o que se está privilegiando. Aqui é necessário trabalhar com a ideia de Instituição. Desse modo, Partidos, Igrejas, Escolas (inclusive a de Samba) e Família podem ser arregimentados para proporcionar uma discussão sobre as diferentes configurações de instituições.

Para além das informações que o segundo texto apresenta, ou seja, a própria história da constituição da Diocese e a atuação dos bispos, outros temas podem ser trabalhados. Com a temática do MAB (Movimento Amigos de Bairro), pode-se fazer uma leitura mais local ou articular essa história à ditadura civil-militar para apresentar uma interpretação mais ampla da conjuntura nacional. Também é possível organizar uma discussão sobre religiosidade na Baixada, relacionando a Igreja Católica às outras religiões praticadas na região.

Sugestão de atividade

A sugestão de trabalho envolve a história do MAB. A partir do levantamento dos problemas urbanos da localidade (que pode envolver mais de um bairro), produzir um debate sobre as dificuldades enfrentadas pelos usuários das instituições que existem próximas à escola. A ideia é dividir os estudantes em grupos e fazê-los percorrer o entorno da escola entrevistando os frequentadores das instituições (outras escolas, igrejas/terreiros, time de futebol, associação de moradores, clubes, posto médico/policial etc.) e identificar os problemas urbanos que dificultam seu funcionamento (a falta de iluminação pública deixando o lugar vulnerável depois de um

determinado horário, a falta de calçamento dificultando a mobilidade, por exemplo) e como as instituições se mobilizam para resolvê-los.

Em sala, os grupos compartilhariam os resultados das entrevistas e o histórico de cada instituição (data de constituição, público-alvo, os problemas enfrentados no cotidiano para o desenvolvimento de suas atividades) comparando com as reivindicações do MAB no período de sua maior atuação (1974-1992), a partir das informações trazidas pelo (a) professor (a). O objetivo é perceber que a luta do MAB é atual, e muitos problemas urbanos levantados na década de 1970 ainda não foram resolvidos e estão na pauta de reivindicações de muitas instituições. Para conhecer a trajetória do MAB, há uma dissertação disponível na Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas.

Bibliografia complementar

Para o (a) professor (a):

- LIBANIO, João batista. **Vaticano II em busca da primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Percival Tavares da. **Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB 1974/1992)**. Rio de Janeiro: FGV, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9018?show=full>

Para os estudantes:

- LIMA, Thiago; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. VIGEVANI, Tullo. **Diversidade étnica, conflitos regionais e direitos humanos**. São Paulo: Unesp, 2008.
- SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Unesp, 2008.

Capítulo 3

Em relação ao terceiro capítulo, que também se insere no campo da História Política, os motes são a militância e a participação popular. Para além da própria história da formação dos Comitês Populares nos anos de 1940 e 50, o texto pode ser utilizado para auxiliar a discussão sobre a existência de muitos partidos no cenário político brasileiro e a função da militância política em múltiplos espaços como sindicatos e associações (de bairro, comercial e de profissionais) na Baixada.

Os sindicatos são formas políticas.

Sugestão de trabalho

Solicitar aos estudantes uma pequena redação em que eles descrevam e agrupem por profissão as diversas atividades que fazem a escola funcionar. Na redação pode aparecer desde o policial que faz a ronda no entorno e/ou dentro da escola, passando pela merendeira, inspetor (e/ou porteiro), funcionário de secretaria, professores, profissionais de limpeza, da biblioteca, até coordenação e/ou orientação pedagógica, pais e direção.

A ideia é articular as diversas atividades que fazem a escola funcionar com a atuação/reivindicação dos diversos sindicatos e associações em prol do desenvolvimento de uma escola de qualidade. O objetivo é a percepção de que a unidade escolar é formada por diversos profissionais que se organizam em sindicatos/ associações e lutam por melhores condições de trabalho e da própria escola, trazendo para o cotidiano da sala de aula o tema organização política presente no texto.

Bibliografia complementar

Para o (a) professor (a):

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

- MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- LEITE, Socorro de Paula Barbosa Rodrigues. **Participação popular e acesso à moradia**. Recife: Ed UFPE, 2007.

Para os estudantes:

- BREFFÉ, Ana Claudia Fonseca. **Burgueses e operários na era industrial**. São Paulo: Atual Editora, 2004.
- SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Capítulo 4

O quarto capítulo localiza-se na interface da História Cultural e da História Política, pois tem como objeto um espaço onde se desenvolveram atividades voltadas para dar visibilidade à produção cultural local, além de ser um dos pontos de encontro da militância política e cultural da região. Por meio da história do Daniel's Bar é possível tecer o panorama artístico-cultural e dimensionar a produção cultural de Nova Iguaçu na década de 1990.

O bar pode ser pensado como espaço de lazer, principalmente porque a produção cultural na região é deficitária. Atualmente, ao lado da estrutura formal há uma rede de cultura informal que se estabelece por conta da fragilidade da oficial (organizada pelo Estado em suas múltiplas esferas e pela indústria cultural). Dessa forma, mapear e conhecer os lugares de cultura da Baixada (cinemas e cineclubes, centros culturais municipais, bibliotecas ou museus) ajuda a difundir a produção cultural da região.

Sugestão de atividade

Um passeio a um centro de cultura da Baixada. Antes do passeio, é necessário mobilizar os estudantes por meio de um debate sobre o papel da cultura na construção da identidade local e as várias formas de manifestações culturais existentes na região. Depois da escolha do lugar, deve-se trabalhar o perfil do local escolhido, discutindo as atividades lá desenvolvidas (cinema, teatro, museu, arte “popular”/“erudita” — dança música, pintura, mídia digital, cultura material/imaterial/ambiental), para então realizar a visita. O objetivo desta atividade é aproximar os estudantes da produção cultural local de forma que eles deixem de vê-la como algo distante, mas próximo e interagindo em seu cotidiano. Algumas sugestões de visita estão nos apêndices.

Bibliografia complementar

Para o (a) professor (a):

- BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é patrimônio**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Para os estudantes:

- CARMO, Paulo Sergio do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Senac, 2000.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec: Unesp, 2003.

Capítulo 5

O quinto capítulo insere-se na interface dos campos da História Econômica e da História Social, pois se utiliza da instalação do complexo

industrial da Bayer em Belford Roxo para tratar do processo de urbanização e industrialização da região. Dessa forma, além das duas temáticas principais, podem-se discutir temas subjacentes como o da imigração e seu impacto na construção de novos modos de vidas potencializados pela industrialização. A Bayer atraindo estrangeiros e brasileiros, assim como as outras unidades fabris da região, ajudou também a constituir o parque industrial da Baixada, tornando-a uma região do estado do Rio de Janeiro economicamente desenvolvida.

Sugestão de atividade

A confecção de um mural apontando a contribuição dos diversos grupos para a construção da Baixada Fluminense. Ao lado dos alemães que chegaram junto com a Bayer ou na Segunda Guerra, aportaram também os italianos, poloneses, austríacos, russos, chineses (no século XIX), japoneses para as colônias agrícolas, libaneses e os brasileiros de diversas regiões (os negros do Vale do Paraíba e os nordestinos). A ideia é pesquisar nas diversas bibliotecas a participação de cada grupo no processo de ocupação, urbanização e desenvolvimento econômico da região, além das possíveis contribuições culturais. O objetivo do mural é apresentar a pluralidade cultural existente na Baixada construída em função do processo de ocupação e desenvolvimento econômico. São muitos aspectos que podem ser ressaltados para dar conta da influência dos diversos grupos: os nomes de rua, a religiosidade, a música, ou as festas temáticas como a do Aipim e a Folia de Reis.

Bibliografia complementar

Para o (a) professor (a):

- SILVA, Robson Dias da. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: Estado e **industrialização** no Brasil (1930/1960). **Rio de Janeiro**: Paz e Terra, 2004.
- FAUSTO, Boris. **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 2000.

Para o (s) estudante (s):

- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- DECCA, Edgar de; MENEGUELLO, Cristina. **Fábrica e homens**: a revolução industrial e o cotidiano dos trabalhadores. São Paulo: Saraiva, 2012.

Capítulo 6

O sexto capítulo insere-se na interface dos campos da História Cultural e da História Social, visto que o texto teve o objetivo de identificar a origem do nome do município de Queimados. É importante ressaltar que o autor traz todas as histórias conhecidas no senso comum sobre o município, para então desconstruí-las utilizando fontes. Esse uso reforça a documentação como prova do passado, ao mesmo tempo que fortalece a interpretação do historiador quanto à realidade analisada. O resultado do texto é a apresentação crítica de um conjunto de desinformações acerca do nome do município.

Sugestão de atividade

Nestes tempos de “desinformação”, realizar uma simulação de julgamento/debate sobre senso comum e conhecimento científico é pertinente. Para o debate, é necessário que a turma seja preparada para que não haja uma falsa discussão entre a dicotomia “verdade e mentira”. Senso comum é um conhecimento adquirido sem reflexão, baseado nos hábitos e normalmente passado às gerações seguintes, enquanto conhecimento científico é produto de questionamento, metodologia e

sistematização, e em alguns casos, com comprovação. Essa falta de reflexão faz com que o Hino do município de Queimados contenha informações equivocadas. Informações do senso comum normalmente não têm base científica, tais como “não se deve misturar manga com leite”, “vacinas estão com chips” ou “a terra é plana”. Assim, é importante buscar entre os estudantes outras informações como as explicitadas aqui, de preferência sobre os municípios onde se localiza a escola. O que se conhece do município? O debate deve priorizar as seguintes perguntas: onde e como surgem as informações, a quem servem, como e por quem são utilizadas.

É necessário a divisão da turma entre alunos que vão recolher as informações do senso comum sobre o município e alunos que buscarão dados oficiais. O (A) professor (a) deve conduzir o julgamento a partir das informações trazidas pelos estudantes. A escolha das informações para o debate/julgamento cabe ao (à) professor (a). Pode ser realizado em qualquer município da Baixada; no caso de Queimados, pode-se usar o próprio hino como ponto de partida. Os estudantes devem apresentá-las e defendê-las. Nos apêndices, há indicação de sites com informações produzidas por pesquisas sobre os municípios da Baixada.

Bibliografia complementar

Para o (a) professor (a):

- BRITO, Vladimir de Paula; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Poder informacional e desinformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/355/355>.
- FIGUEIREDO, Sueli; FERRARI, Luis Carlos; LIMA, Davino. **Desinformação, ingredientes da desordem**: um resgate crítico de fake news. Curitiba: Appris, 2023.

- MARTINS, Helena (org.). **Desinformação**: crise política e saídas democráticas para as fake news. São Paulo: Veneta, 2020.

Para os estudantes

- Caçadores de fake news com o Esquadrão Curioso. Podcast. 2025. Disponível em: <https://cacadoresdefakenews.com.br>
- DUARTE, Marcelo. **Esquadrão curioso**. São Paulo: Panda books, 2018.
- Guia dos Curiosos (canal YouTube). Disponível em: <https://www.youtube.com/@GuiadosCuriosos>

Capítulo 7

O sétimo capítulo se insere no campo da História Política, visto que se debruça sobre o processo de emancipação de um município da Baixada. Mas esse processo é muito pouco conhecido, embora envolva duas emancipações, a primeira de Nova Iguaçu e a segunda de Duque de Caxias. Nas duas, o grupo dominante do pequeno distrito foi quem conduziu o processo. A sugestão de trabalho, além da oficina já proposta para o capítulo 1, é a apresentação de grupos sobre os personagens históricos da localidade. O trabalho de grupo deve ter como objetivo o levantamento das principais empresas do município, afinal seus proprietários e/ou principais acionistas formam o grupo dominante local. O sentido da apresentação dos grupos é informar quem exerce força econômica na localidade e cabe ao (à) professor (a) articulá-la à política formal. No caso de São João de Meriti, conhecer a trajetória do grupo Sendas e do JAL ajuda a entender a atuação da Prefeitura no processo de espacialização das atividades econômicas do município. O cotidiano está repleto de exemplos, a cada implantação de uma grande empresa, a Prefeitura alarga e muda o sentido das ruas, melhoria de calçada etc., aparentemente para o conforto do cidadão/consumidor,

mas que, na prática, é para viabilizar o empreendimento. É esse grupo quem conduz a política formal e pressiona a ação do poder público. Esta atividade pode ser realizada com qualquer temática do Brasil Contemporâneo que tenha o conteúdo voltado para a política

Bibliografia complementar

Para o (a) professor (a):

- CAMPOS, Pedro Henrique Pereira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Os donos do Capital**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; MARANHÃO, Ricardo (orgs.). **História de empresas e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Hucitc; EdUSP, 1996.

Para os estudantes

- THOMAZ, Samir. **Almanaque do jovem empreendedor: Do Homo faber às startups**. São Paulo: Moderna, 2019
- Outra economia. Podcast. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/lumina/podcasts/site/index/outra-economia>

Capítulo 8

O oitavo capítulo se insere no campo da História Política a partir da centralidade da luta dos trabalhadores rurais de Pedra Lisa, Japeri, por reforma agrária, através da titulação da terra durante a ditadura e a abertura. Pedra Lisa tem uma história rica de luta pela terra, além de uma colônia japonesa pouco conhecida. Essa história é desconhecida em função de a região ser vista apenas como periferia da cidade do Rio de Janeiro. A imagem do urbano periférico se sobrepõe à da zona rural existente no município. O mesmo ocorre com Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu e Queimados. A sugestão é uma pesquisa no Cedim sobre ocupações rurais e urbanas. O Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do

Rio de Janeiro (Cedim-IM/UFRRJ) dispõe de um conjunto de instrumentos e documentação que pode incentivar a pesquisa discente, totalmente *online*. Ao (À) professor (a), o Cedim oferece uma biblioteca digital com trabalhos sobre a Baixada.

Bibliografia complementar

Para o (a) professor (a):

- Acervo Cedim. Disponível em <https://cedim.ufrj.br/acervo/>
- Repositório de monografia sobre a Baixada Fluminense. Disponível em <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/2685>

Para os estudantes

- CEDIM. Ocupações Rurais. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/2174>
- CEDIM. Ocupações Urbanas. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/2176>

* * *

Todas as sugestões propostas estão inseridas no cotidiano e na dinâmica do professor de História. A História da Baixada é introduzida a partir dos textos, das atividades e dos temas oferecidos. São propostas que podem ser executadas (com exceção do passeio) em sala e com poucos recursos. A dinâmica da pesquisa está presente em todas as atividades, cumprindo assim a função interpretativa da História, vista como instrumento de leitura do mundo/sociedade.

Desenvolver atividades articuladas à História da Baixada implica trabalhar com diferentes visões dos vários grupos sociais que constituem a própria Baixada, e isso está presente/explicitado em todos

os textos. A História Regional, a partir dos muitos temas, dá conta dessa exigência; cabe então à História Ensinada fazer da Baixada uma temática em sala de aula. Esse é o sentido deste livro, mas não se esgota nele, pois se espera que os (as) professores (as) pensem em outras formas, a partir da sua própria realidade, de suas práticas e de seus saberes.

As sugestões apresentadas aqui funcionam como motivadoras ou pontapé inicial para que a História Regional possa de fato estar no cotidiano da sala de aula de História e fazer parte do currículo escolar, mas, como lembrou Rocha (2007), “a realidade é tão rica e dinâmica que jamais um currículo poderá captá-la plenamente”³, a esperança é então ultrapassá-lo.

Sugestão de bibliografia sobre Ensino de História

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de história**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs.). **A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **Saber histórico na sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coords.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

3 ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a história a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sonia Maria Leite (org.). **Repensando o ensino de história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2008.

_____. **Caminhos da história ensinada**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de história**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Marcia de Almeida; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MONTEIRO Ana Maria (orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, Jaime (org.) **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009.

ROCHA, Jorge Luís. **São João de Meriti, um balaio de ideias**: História e seus usos em sala de aula. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros; Senai/RJ, 2000.

ROCHA, Ubiratan. **História, currículo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

APÊNDICES

A – Quadro com o nome das principais ruas da Baixada, relacionado à proposta de oficina do capítulo 1

Nome da rua	Localização	Contexto político	Atuação política
Aluizio Pinto de Barros	Mesquita	Golpe civil-militar	Prefeito de Nova Iguaçu pelo PTB (1963 e 1964)
Antônio Jacinto Machado	Nilópolis	Ditadura civil-militar	Vice-prefeito pelo MDB (10/7 a 14/8/1967)
Amaral Peixoto	Duque de Caxias Nova Iguaçu São João de Meriti	Estado Novo Redemocratização Populismo Ditadura civil-militar	Interventor do estado do Rio de Janeiro de 1937 a 1945 (com período de licenciamento) Governador pelo PSD eleito do estado do Rio de Janeiro de 1951 a 1955 Deputado federal pelo PSD de 61 a 1966 Deputado federal pelo MDB de 1966 a 1970 Senador pelo MDB de 1970 a 1978
Ary Schiavo	Japeri	Redemocratização Ditadura civil-militar	Vereador de Nova Iguaçu de 1947 a 1954 Prefeito de Nova Iguaçu 1955 a 1959 e em 1967
Castelo Branco	Belford Roxo Duque de Caxias Mesquita Nilópolis Nova Iguaçu S João de Meriti	Ditadura civil-militar	Presidente do Brasil, no período da ditadura, de 1964 a 1967

Costa e Silva	Belford Roxo Duque de Caxias Mesquita Nilópolis Nova Iguaçu	Ditadura civil-militar	Presidente do Brasil, no período da ditadura, de 1967 a 1969
Darcílio Ayres Raunheitti	Nova Iguaçu	Abertura política	Deputado federal de 1975 a 1981
Fernando Mendes de Almeida	Nilópolis	República Velha	Senador pelo Maranhão de 1910 a 1921
Getúlio de Moura	Belford Roxo Mesquita Nova Iguaçu Nilópolis São João de Meriti	Revolução de 30 Estado Novo Redemocratização Golpe de 64 Ditadura civil-militar	Vereador de Nova Iguaçu de 1936 a 37 Prefeito de Nova Iguaçu em 1947 Deputado Federal pelo PSD de 1946 a 1959 e de 1963 a 1967 pelo MDB de 1967 a 1971
Getúlio Vargas	Belford Roxo Duque de Caxias Mesquita Nova Iguaçu Nilópolis Queimados São João de Meriti	Revolução de 30 Estado Novo Redemocratização	Presidente do Brasil de 1930 a 1945, durante o Estado Novo, e eleito pelo PTB de 1951 a 1954
Helcio Chambarelli	Nova Iguaçu	Ditadura civil-militar	Vereador de Nova Iguaçu de 1967 a 1970
Joaquim de Freitas	Nova Iguaçu	Ditadura civil-militar	Vereador de Nova Iguaçu 1951 a 1954 Prefeito de Nova Iguaçu de 1973 a 1975
João Goulart	Duque de Caxias Nova Iguaçu Queimados São João de Meriti	Redemocratização Populismo Golpe de 1964 Ditadura civil-militar	Ministro do Trabalho (1953- 1954) Senador de 1956 a 1960 Vice-presidente da República duas vezes Presidente da República (1961- 1964)

João Luiz do Nascimento	Mesquita Nova Iguaçu	Ditadura civil-militar	Prefeito de Nova Iguaçu em 1967 pela Arena
Jose Haddad	Belford Roxo	Redemocratização	Vereador de Nova Iguaçu de 1947 a 1950
Luiz Guimarães	Belford Roxo Nova Iguaçu	Redemocratização	Vereador de Nova Iguaçu de 1947 a 1950 Prefeito de Nova Iguaçu de 1951 a 1955
Luiz Carlos de Freitas	Nova Iguaçu	Ditadura civil-militar	Vereador de Nova Iguaçu 1967 a 1972
Mário Guimarães	Japeri Nova Iguaçu Queimados	Redemocratização	Deputado estadual pelo PPR de 1935 a 1937 e pela UDN de 1947 a 1950 Deputado federal pela UDN de 1955 a 1959 e de 1961 a 1963
Plínio Casado	Belford Roxo Duque de Caxias Nova Iguaçu	Revolução de 1930	Interventor do Estado do Rio de Janeiro de 1930 a 1931
Roberto da Silveira	Belford Roxo Duque de Caxias Nilópolis Nova Iguaçu São João de Meriti	Redemocratização Populismo	Governador do Rio de Janeiro de 1959 a 1961 pelo PTB
Rubens Paiva	São João de Meriti	Golpe de 1964 Ditadura civil-militar	Deputado federal pelo PTB de 1963 a 1964 Desaparecido em 1971 e reconhecido em 2025 como morto pelo Estado brasileiro.

B – Sugestão de visitas, referente ao capítulo 4

- Museu Instituto de Pesquisa Afro-Cultural Odé Gbomi, Rua Carlos Acioli, 288, no bairro Valverde, Nova Iguaçu.

- Espaço Cultural Sylvio Monteiro. Rua Getúlio Vargas, 51, Centro, Nova Iguaçu.
- Enraizados. Rua Tomás Fonseca, 508, Comendador Soares, Nova Iguaçu.
- Museu Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), Estrada Cruz Vermelha, 45, Vila Santa Teresa, Belford Roxo.
- Centro Cultural Donana. Rua Aguapei, 197, Piam, Belford Roxo.
- Centro Municipal de Informática. Praça Prefeito Miguel Abrão, 43, Centro, Nilópolis.
- Parque Sara Areal. Rua Gonçalves Dias, s/n, Nova Cidade, Nilópolis.
- Centro Cultural de Nilópolis. Avenida Getúlio de Moura, 1175, Centro, Nilópolis.
- Complexo Cultural Kenedi Jaime, Av. Automóvel Clube, 206, Centro, São João de Meriti.
- Casa de Cultura da Baixada. Cineclube Marinheiro João Cândido. Rua Machado de Assis, s/n, Vilar dos Teles, São João de Meriti.
- Memorial Iyá Davina. Rua General Olímpio Fonseca, 380, Parque São Nicolau, São João de Meriti.
- Sala Popular de Cinema Zelito Viana, Rua Arthur de Oliveira Vecchi, 120, Centro, Mesquita.
- Gleba Modesto Leal. Avenida Brasil, s/n. Gericinó, Mesquita.
- Espaço Cultural Praça dos Eucaliptos, Rua Hortência, 6, Centro, Queimados.
- O Centro Cultural Luiz Eduardo Maron de Magalhães. Av Tancredo Neves, Engenheiro Pedreira, Japeri.
- Sala Popular de Cinema Anselmo Duarte. Cineclube Guandu. Av. São João Evangelista, s/n, Engenheiro Pedreira, Japeri.
- Horto Municipal Chico Mendes. Rua Ely Do Amparo, s/n, Guarajuba, Paracambi.
- Fábrica do Conhecimento. Rua Ministro Sebastião de Lacerda, s/n, Paracambi.

C – Sites com informações produzidas por pesquisas sobre os municípios da Baixada referentes ao capítulo 6

- Baixada em Dados. Disponível em: https://www.instagram.com/baixada_dados/?igsh=MXVwYWl4YXY4NmMkcg%3D%3D#
- Casa Fluminense. Disponível: https://www.instagram.com/baixada_dados/?igsh=MXVwYWl4YXY4NmMkcg%3D%3D#

SOBRE OS AUTORES

Alexander Gomes

Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na Linha de pesquisa Relações de poder, trabalho e práticas culturais (2022). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), na Linha de pesquisa Religião e movimentos sociais em perspectiva (2012); Pós-Graduação Lato Sensu em Geociências no Curso Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2003; Graduação e Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2006 e Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do de Janeiro (UERJ), em 2000. Professor regente de História nas redes municipais de Niterói (FME) e do Rio de Janeiro (SME).

Allofs Daniel Batista

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- PPHR/UFRRJ, onde desenvolve pesquisa em torno da construção da memória e identidade da cidade de Nova Iguaçu. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Licenciado em História pela UFRRJ/IM (Campus Nova Iguaçu) em 2011.

Carlos Eduardo Santos de Souza

Graduado em História em 2024 pela UFRRJ com a monografia intitulada “Emancipação de São João de Meriti: Processos e atores”, sob a orientação da professora Lucia Silva.

Graciela Bonassa Garcia

É professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2010), mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2001). Realizou estágio de pós-doutorado na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/Argentina), em 2024. É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade, Território, Natureza e Autonomias (NEP/UFRRJ) e docente do PROFHistória (Mestrado Profissional em Ensino de História) da mesma instituição. Tem experiência na área de História, com ênfase em

História Agrária e História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: História social da propriedade, Grilagem de terras e Conflitos sociais rurais.

Gabriel do Nascimento Silva

Graduado em História pela UFRRJ/Instituto Multidisciplinar com a monografia “Em busca do povo prometido: corpo e alma na construção da Diocese de Nova Iguaçu”, Mestre pelo programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ.

Henrique Buy dos Santos

Graduado em História em 2011 pela UFRRJ com a monografia intitulada “Os Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-47)”, sob a orientação do professor Alexandre Fortes.

Jean Rodrigues Sales

É professor associado da UFRRJ, campus de Nova Iguaçu, e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição. Possui mestrado (2000) e doutorado (2005) em História pela Universidade Estadual de Campinas; Doutorado em História Contemporânea – Bolsa Sanduíche pela Universidade da Borgonha – Dijon – França (2005). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: golpe e ditadura militar pós-1964; história recente da Baixada Fluminense; partidos e movimentos de esquerda; anistia e abertura política.

Leonardo de Freitas Onofre

Graduado em História pela UFRRJ em 2011 com a monografia intitulada “A circulação de artistas culturais no espaço dos bares de Nova Iguaçu: o caso do Daniel’s Bar (1989/1996)”, sob a orientação da professora Lucia Silva.

Lucia Helena Pereira da Silva

Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) com pós-doutoramento em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do

Rio de Janeiro (2010). Atualmente é professora associada do curso de História, campus Nova Iguaçu, e docente permanente do PPGDT (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Urbana, atuando principalmente com história do urbanismo. Pesquisa atualmente os seguintes temas: Administração pública e planejamento urbano na Baixada Fluminense e História da urbanização da Baixada Fluminense.

Maicon da Silva Carlos

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduado e mestre em história pela UFRRJ. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Baixada Fluminense, Gestão do trabalho pedagógico, Gestão pública, Políticas sociais e economia solidária.

Maicon Sergio Mota Carvalho

Graduado em História pela UFRRJ em dezembro de 2011 com a monografia intitulada “Bayer e Belford Roxo: uma experiência industrial na Baixada Fluminense (1958–2008)”, sob a orientação do professor Alexandre Fortes.

Acesse os materiais de apoio pedagógico no QR Code abaixo



<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/20151>



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org

A primeira edição deste livro foi publicada em 2013 pela Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EDUR) em uma coleção intitulada "Licenciaturas em Perspectiva", cujo objetivo era fomentar a formação de professores e discussão de temas relacionados aos cursos de licenciatura da universidade. A proposta original do livro era e continua sendo simples e necessária. Basicamente, o material era formado por resumos das primeiras monografias de final de curso defendidas no curso de história do Campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Além dos textos dos jovens graduados, há um capítulo escrito pela professora Lucia Silva, no qual a autora apresenta proposta de uso em sala de aula a partir dos conteúdos temáticos dos capítulos do livro. Com esse formato, de um lado o livro torna públicos os resultados das pesquisas dos alunos, que, de outra forma, possivelmente jamais seriam conhecidos fora dos muros da universidade; e, de outro lado, disponibiliza um material que pode ser utilizado em sala de aula por professores e professoras do ensino fundamental e médio que queiram discutir a história da Baixada Fluminense.

